



INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO

Números 68-69

Dossiê
Artigos
Resenha
Discurso
Notícia

07 Editorial

Dossiê – Pantanal

- 09** *As primeiras notícias do Lago dos Xaraiés*
Paulo Pitaluga Costa e Silva
- 17** *Do Mar de los Xarayes ao complexo de áreas protegidas do Pantanal Mato-grossense*
Nely Tocantins
- 28** *Pantanal Mato-Grossense: interpretação ambiental e territorialização turística* Suíse
Monteiro Leon Bordest
- 38** *Política ambiental no Pantanal Mato-grossense: um olhar sobre a criação da Estância Ecológica SESC-Pantanal*
Cristina Cuiabália Rodrigues Pimentel
Onélia Carmem Rossetto
- 49** *Dinâmica Agrária e Resiliência Camponesa: estudo comparativo entre o lócus do agronegócio e o Pantanal Mato-grossense*
Onélia Carmem Rossetto
- 65** *Pantanal: uma breve leitura ambiental e socioeconômica*
Enaile do Espírito Santo Iadanza
Manoel Pereira de Andrade
- 75** *Pantanal Mato-grossense: um caso de conflito ecológico*
Carlos Gomes de Carvalho

Artigos

- 88** *À sombra de um baobá: os Nambiquara, entre a oralidade e a escrita*
Anna Maria Ribeiro F. M. Costa
- 97** *Roceiros e camponeses no Centro da América do Sul: a questão do campesinato em Mato Grosso no século XVIII*
Tiago Kramer de Oliveira
- 116** *Práticas educativas e culturais na capitania de Mato Grosso (1748-1822): perspectiva dos Anais de Vila Bela e de Cuiabá*
Nileide Souza Dourado
- 129** *Usina do Itaicy: fator de desestabilização (1897-1906)*
Paulo Pitaluga Costa e Silva
- Política Nacional de Cultura: a participação de Mato Grosso no Plano Nacional Setorial de Museus*
Jocenaide Maria Rossetto Silva
- 158** *Rondon: de Mato Grosso para o Brasil*
Ivan Echeverria

SUMÁRIO

- 169** *Aspectos da história postal de Mato Grosso*
Geraldo de Andrade Ribeiro Jr.
João Roberto Baylongue

Resenha

- 173** MEDEIROS, M. M. de. *Construção da Figura Religiosa no Romance de Cavalaria*.
Dourados: UFGD/UEMS, 2009. 173 p.
Melina Lima Pinotti
Danilo Leite Moreira

Discurso

- 176** *Benedito Figueiredo: centenário de um Mestre*
Germano Aleixo Filho

Notícias

- 178** *Edgard Vieira fundador do Bairro Boa Esperança*
Ednar Vieira Diniz
- 179** *Bodas de Ouro: Celita/Aecim*
Nilza Queiroz Freire

Presidente *President*
Elizabeth Madureira Siqueira
Editor *Publischer*
Elizabeth Madureira Siqueira

Conselho Editorial *Publisher's Council*
Elizabeth Madureira Siqueira (UFMT/IHGMT)
Anna Maria Ribeiro Fernandes Moreira da Costa
(UNIVAG/IHGMT)
Onélia Carmem Rosseto (UFMT/IHGMT)
Sônia Regina Romancini (UFMT/IHGMT)
Suíse Monteiro Leon Bordest (UFMT/IHGMT)
Tereza Cristina Cardoso de Souza-Higa
(UFMT/IHGMT)

Conselho Consultivo a Científico *Consult and
Scientific Council*
História *History*
Arno Wehling (UFRJ/Unirio/UGF)

Giovani José da Silva (UFMS)
Leandro Mendes Rocha (UFG)
Fernando Tadeu de Miranda Borges (UFMT)
Luiza Rios Ricci Volpato – (USP-SP)

Geografia *Geographic*
Cláudio Antônio Di Mauro (UFU)
Eliane Tomiasi Paulino (UEL/PR)
José Borzacchiello da Silva (UFC)
Rosimeire Aparecida de Almeida (UFMS)
Solange Terezinha de Lima Guimarães
(UNESP)

Educação *Educacion*
Elizabeth Figueiredo Sá (UFMT)
Nicanor Palhares Sá (UFMT)

Áreas Afins *Related areas*
Rosemar Eurico Coenga (UNIVAG)
Cristina Teobaldo (UFMT)

www.ihgmt.org.br

SUMÁRIO

Editorial

Dossier – Pantanal

The first news of the Xarayés lake

Paulo Pitaluga Costa e Silva

From Mar de Los Xarayes to the Complex of Protected Areas of the Pantanal Mato-Grossense

Nely Tocantins

Pantanal Mato-Grossense: Environmental interpretation and touristic territorialization

Suíse Monteiro Leon Bordest

Environmental Policy in the Pantanal Mato-grossense: a view on the creation of the Ecological Resourt SESC-Pantanal

Cristina Cuiabália Rodrigues Pimentel

Onélia Carmem Rossetto

Agrarian Dynamics and Peasant Resilience: a comparative study between the locus of the agribusiness and the Pantanal Mato-grossense

Onélia Carmem Rossetto

Pantanal: a brief environmental and socio-economical reading

Enaile do Espírito Santo Iadanza

Manoel Pereira de Andrade

Pantanal Mato-Grossense: a case of ecological conflict

Carlos Gomes de Carvalho

Articles

In the shade of a baobab: Nambiquara between the oral and writing

Anna Maria Ribeiro F. M. Costa

Farmers and peasants in the Center of South America: the peasantry issue in Mato Grosso in the XVIIIth century

Tiago Kramer de Oliveira

Educational and cultural practices in capitani the Mato Grosso (1748-1822): perspective of the annals of Villa and Bela Cuiabá

Nileide Souza Dourado

Itaicy power plant: destabilization factor (1897-1906)

Paulo Pitaluga Costa e Silva

National Policy of Culture: Participation of Mato Grosso in the National Setorial Plan of Museus

Jocenaide Maria Rossetto Silva

RONDON: from Mato Grosso to Brazil

Ivan Echeverria

Aspects of the postal history of Mato Grosso

Geraldo de Andrade Ribeiro Jr.

João Roberto Baylongue

S
T
N
E
T
N
O
C

Review

- 173** *MEDEIROS, M. M. de. Construction of the Religious Figure in the Chivalry Novel. Dourados: UFGD/UEMS, 2009. 173 p.*
Melina Lima Pinotti
Danilo Leite Moreira

Speech

- 176** *Benedito Figueiredo: a century of a master*
Germano Aleixo Filho

News

- 178** *Edgard Vieira: founder of the Boa Esperança neighborhood*
Ednar Vieira Diniz
- 179** *Fiftieth anniversary Celita/Aecim*
Nilza Queiroz Freire



Editora da Revista do IHGMT: Elizabeth Madureira Siqueira
Revisão: Conselho Editorial
Design Gráfico: Alline Barros e Jessica da Graça
Periodicidade: Semestral ou Anual (caso de 2 números juntos)

ISSN 1677 0897

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso / n. 68 e 69.
Cuiabá, 2011-07-02

183 p.: 16 cm

1. História. 2. Geografia. 3. Mato Grosso. Educação. Pantanal. Memória.

CDD 981.72

Seções da RIHGMT, 68-69

Dossiê: Pantanal

Artigos: Temática livre

Documentação, Resenha, Discurso e Notícias

Avaliação Capes: Qualis B3

Diretoria 2010-2012

Presidente: Elizabeth Madureira Siqueira
Vice-Presidente: Isis Catarina M. Brandão
1ª Secretária: Suíse Monteiro Leon Bordest
2º Secretário: Aníbal Alencastro
Tesoureiro: Benedito Pinheiro de Campos

Conselho Fiscal
Aecim Tocantins
Moacyr Freitas
Sônia Regina Romancini
Tereza Cristina Souza-Higa

Copyright © 2011 IHGMT

Os direitos desta edição são reservados ao IHGMT
Rua Barão de Melgaço n. 3.869 (Centro) – Cuiabá-MT – 78050-500
ihgmt@org.br

S
T
N
E
T
N
O
C

Editorial

A Revista do IHGMT ns. 68 e 69, ano 2011, está dividida em cinco partes: dossiê, artigos, resenha, discurso e notícias.

O **Dossiê**, composto de sete artigos, tem o **Pantanal** como temática central, com especial enfoque ao Pantanal Mato-grossense, ecossistema riquíssimo e que mereceu diferentes enfoques, iniciando com estudos e pesquisas referentes às suas origens, incluindo dois artigos, *As primeiras notícias do Lago dos Xaraiés*, de autoria de Paulo Pitaluga Costa e Silva, e *Do Mar de Los Xarayes ao Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal Mato-Grossense, de Nely Tocantins*. **Seguem a estes, duas abordagens sob a ótica ambiental, a saber, *Pantanal Mato-Grossense: interpretação ambiental e territorialização turística***, de autoria de Suíse Monteiro Leon Bordest, e *Política ambiental no Pantanal Mato-grossense: um olhar sobre a criação da Estância Ecológica SESC-Pantanal*, de Cristina Cuiabália Rodrigues Pimentel e Onélia Carmem Rossetto. A seguir, quatro artigos finalizam o dossiê, em perspectivas contemporâneas e que discutem problemáticas de ocupação e conflito, *Dinâmica Agrária e Resiliência Camponesa: estudo comparativo entre o lócus do agronegócio e o Pantanal Mato-grossense*, de autoria de Onélia Carmem Rossetto, seguida de *Pantanal: uma breve leitura ambiental e socioeconômica*, de Enaile do Espírito Santo Iadanza e Manoel Pereira de Andrade, e *Pantanal Mato-grossense: um caso de conflito ecológico*, na perspectiva de Carlos Gomes de Carvalho.

Na sessão **Artigos**, que inclui sete estudos de temática livre, foram privilegiados os seguintes textos: *À sombra de um baobá: os Nambiquara entre a oralidade e a escrita*, de Anna Maria Ribeiro F. M. Costa; em seguida, dois interessantes artigos referentes a Mato Grosso colonial, *Roceiros e Camponeses no Centro da América do Sul: a questão do campesinato em Mato Grosso no século XVIII*, de autoria de Tiago Kramer de Oliveira, e *Práticas educativas e culturais na capitania de Mato Grosso (1748-1822): perspectiva dos Anais de Vila Bela e de Cuiabá*, de autoria de Nileide Souza Dourado; seguidos de *Usina do Itaicy: fator de desestabilização (1897-1906)*, de Paulo Pitaluga Costa e Silva; *Política Nacional de Cultura: a participação de Mato Grosso no plano nacional setorial de museus, da lavra de Jocenaide Maria Rossetto Silva*; *Rondon: de Mato Grosso para o Brasil*, de autoria de Ivan Echeverria e *Aspectos da História Postal de Mato Grosso*, de Geraldo de Andrade Ribeiro Jr. e João Roberto Baylongue.

Uma Resenha, MEDEIROS, M. M. de. *Construção da Figura Religiosa no Romance de Cavalaria*. Dourados: UFGD/UEMS, 2009. 173 p., foi elaborada por **Melina Lima Pinotti e Danilo Leite Moreira**.

A seção Discurso estampa a competente peça literária de autoria do prof. Germano Aleixo Filho, produzida por ocasião das comemorações do centenário de **outro emérito docente, Prof. Benedito Figueiredo: centenário de um Mestre**.

Na última parte, Notícias, foram escolhidas duas, sendo a primeira intitulada *Edgard Vieira: fundador do Bairro Boa Esperança*, de Ednar Vieira Diniz, e em seguida *Bodas de Ouro: Celita/Aecim*, de autoria de Nilza Queiroz Freire.

Ao final deste periódico foram incorporadas, pela primeira vez, as Normas para Publicação da Revista do IHGMT, assim como as possibilidades de intercâmbio e assinatura.

Comissão Editorial



DOSSIÊ
Dossier

Pantanal

AS PRIMEIRAS NOTÍCIAS DO LAGO DOS XARAIÉS

THE FIRST NEWS OF THE XARAYÉS LAKE

Paulo Pitaluga Costa e Silva

RESUMO: O lago dos Xarayés, hoje Pantanal Mato-grossense, foi descoberto pelos conquistadores espanhóis em 1542 e em 1555, com a publicação dos Comentários de Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, toda a Europa tomou conhecimento da existência de um imenso lago interior na América do Sul. Outros informes textuais foram produzidos em meados do século XVI por aventureiros europeus que, juntamente com os espanhóis, participavam da conquista americana. Nota-se que a denominação predominante para essa região era Lago dos Xarayés, até princípios do século XVIII, mas com a chegada dos paulistas à Cuiabá a partir de 1717, começou a ser chamado de Pantanal.

Palavras-chave: História. Pantanal Mato-grossense. Conquistadores espanhóis.

ABSTRACT: The Xarayés Lake, known today as Pantanal of MatoGrosso, was discovered by the Spanish conquerors in 1542. In 1555, the existence of an immense lake in the middle of South America became widely known in Europe, through the publication of “Commentaries from AlvarNuñezCabeza de Vaca”. Other written reports were also produced mid-sixteenth century by European adventurers, who together with the Spanish, participated in the American conquest. It is noted that this region was predominantly known as Lake Xarayés until the early eighteenth century. However; with the arrival of thewhite people from Sao Paulo inCuiabá after 1717, the region became known as Pantanal.

Keywords: History. Pantanal of Mato Grosso. Spanish conquerors.

¹ Historiador, membro do IHGMT, autor de inúmeras obras referentes à História de Mato Grosso.

O Pantanal é uma enorme região situada em pleno coração da América do Sul. No Brasil abrange os Estado de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, adentrando pela Bolívia e Paraguai, compondo os respectivos Chacos. A característica marcante são as cheias anuais, motivadas pelo regime de águas oriundas das chuvas nas cabeceiras dos rios que o atravessam, formando uma imensa área alagada.

O descobridor do Chaco paraguaio, sem dúvida foi Juan Ayolas que, a partir de *puerto Candelária* no rio Paraguai, em 1537, adentrou por essa região em direção Noroeste até um ponto não identificado, rumo ao altiplano andino atrás de uma *Sierra de la Plata*. Em seu retorno foi morto pelos índios Paiaguás nas margens do rio Paraguai. Comandando essa primeira expedição exploradora por esse rio acima, foi sem dúvida o primeiro europeu a vislumbrar essa interessante e complexa região, denominada Chaco pelos espanhóis em sua parte meridional e de Pantanal, pelos portugueses, séculos depois, em sua região setentrional.

O primeiro homem branco, europeu, cristão, a pisar terras mato-grossenses foi Aleixo Garcia, em 1523 ou 1524. Tanto a data como o seu roteiro dessa jornada não são confirmados por registros históricos confiáveis. Apenas notícias esparsas e longínquas registram o fato, que é substanciado por meras hipóteses levantadas por historiadores contemporâneos ou de um passado recente. Mas tudo indica ele ter ele atravessado uma parte do Pantanal, nas imediações da região onde hoje está a cidade de Corumbá, pelos espanhóis denominado de porto San Fernando. Ruy Diaz de Guzmán confirmou essa notícia ao abordar a expedição de Garcia: “[...] hicieron su jornada por el puerto que llaman de San Fernando, que es un alto promontório que

se hace sobre el rio Paraguay.” (GUZMÁN, 1980, p. 94).

Se a assertiva de Guzmán estiver correta, Aleixo Garcia foi o descobridor do Pantanal Mato-grossense.

Temos que fazer uma sucinta observação geográfica sobre o Pantanal. Apesar de ser um só ecossistema, os espanhóis no século XVI e XVII, o dividiram em duas partes com duas denominações distintas. Ao Sul o *Chaco* paraguaio e boliviano, com alguns topônimos específicos, como o *Chaco*, *Chaco Gualamba*, *Llanos del Manso* e mais ao Norte o Lago dos Xaraiés. E esta nomenclatura só foi mudada no século XVIII, com a chegada dos portugueses à Cuiabá, que passaram a denominar o Lago dos Xaraiés de Pantanal. Mas para todo o complexo do Pantanal, de seus limites meridionais até suas partes mais setentrionais, os espanhóis o denominavam de *Gran Chaco*.

Enrique de Gandia, transcrevendo um *Informe* do Vice-Rei do Peru, Marquês de Montes Claros, assim dimensionou geograficamente a região do Chaco nos tempos coloniais:

En el espacio de latitud, desde veinte y seis grados donde está la ciudad de Esteco del Gobierno de Tucumán y la de la Concepción del rio Bermejo, distrito del Paraguay, hasta los diez grados de sur al norte y por longitud desde el rio Paraguay hasta Tarija, Pilaya y otros pueblos de la provincia de los Charcas, hay grande espacio de tierra que havitan índios no reducidos [...] y los más conocidos dellos son los Chiriguanas que correm de norte a sur la frontera de los Charcas, volviendo un poco hacia Santa Cruz de la Sierra y al fin de estos por la parte del sur que hace frontera a Tucumán y rio Bermejo, están los Tobas e Frentones y por la parte del Gobierno de Buenos Aires, en frente de la Assumpción de esta banda de el rio Paraguay, havitan los Guaycurus y más arriba los Payaguás y vecinos

a estos, sempre subindo al norte los Guazarapos, los cuales llegan hasta muy cerca de la ciudad de Xerez y todo, y todo el demás espacio que hay entre las naciones referidas se cuenta por Provincia del Chaco y llanos del Manso en que moran los índios Chanés [...] (GANDIA, 1929, p. 18, nota 3).

Gandia nos transcreveu uma excepcional dimensão geográfica do Chaco, mostrando claramente que essa grande região, perfeitamente delimitada pelo tal Marquês de Montes Claros e obviamente retratando a opinião geopolítica dos administradores coloniais das diversas províncias espanholas da América do Sul, em seus limites setentrionais, chegava tão somente até a vila de Santiago de Xerez, localizada nas margens do rio Mbotetey, hoje Miranda. Concluimos que, daí para o Norte, subindo pelo rio Paraguai acima, entrando em terras dos Guaxarapos, *Orejones*, *Sacocies* e *Xaraiés*, a região era denominada de Lago dos *Xaraiés*. Assim, para as autoridades coloniais espanholas, o Chaco meridional somado ao lago dos *Xaraiés*, formava o *Gran Chaco* no centro da América do Sul.

O jesuíta padre Muratori, no século XVIII, mencionando a grandiosidade do lago dos *Xaraiés*, registrou sobre a ilha dos *Orejones* em claro exagero: “La seule île des Orejones, qui se trouve avec plusieurs autres au milieu de ce lac, est longue de 40 lieues et de large [...]” (MURATORI, 1844, p. 16).

Os espanhóis já conheciam a região alagada dos *Xaraiés* desde os anos 40 do século XVI. Domingo Martinez de Irala fundou *Puerto de Los Reyes*, às margens do rio Paraguai, junto à lagoa Gaiva, a 5 de janeiro de 1543, sendo ele o primeiro a noticiar expressamente a existência do Pantanal. Em fins desse mesmo ano, o novo *adelantado* Alvar Nuñez Cabeza de Vaca refez esse trajeto subindo o rio Paraguai até esse

mesmo porto. Desse local remeteu uma expedição mais acima pelo rio Paraguai, comandada por D. Hernando de Ribera em incursão registrada pela historiografia espanhola. Posteriormente Irala fundou, em 1547, o *Puerto San Fernando*, no rio Paraguai, nas imediações de onde se encontra hoje a cidade de Corumbá. Em 1558, D. Nuflo Chavez, com um grande número de companheiros, chegou novamente até a confluência do rio Paraguai com o Jaurú, ali fundando o *Puerto Parabanzones*, de onde excursionou pelo altiplano boliviano, terminando por fundar Santa Cruz de la Sierra. Alguns registros anotaram uma primeira expedição de Chavez em 1541, pelo rio Paraguai acima, mas não totalmente confirmada nem aceita pela historiografia platina. Em 1593, Ruy Diaz Melgarejo iniciou o povoado de *Santiago de Xerez*, às margens do rio Mbotetey, sendo essa a primeira povoação branca e não um simples *puerto*, estabelecida na região hoje sul mato-grossense. Nos princípios do século XVII, os campos da Vacaria e adjacências, foram ocupados e vasculhados pelos jesuítas espanhóis em sua conquista espiritual e lá fundaram o complexo da Missão Jesuítica dos Itatins, povoando a região com algumas reduções indígenas. No decorrer do século XVII e princípio do XVIII, os padres jesuítas perpetraram inúmeras viagens pelo Pantanal, rio Paraguai acima, rumando em direção as Missões de Chiquitos e Moxos, deixando alguns interessantes relatos dessas viagens.

O *adelantado* espanhol da Província do Paraguai, Domingo Martinez de Irala foi o primeiro a fazer referência expressa sobre o Pantanal e os índios *Xaraiés*, em sua relação de viagem pelo rio Paraguai. Irala ainda ofereceu interessante notícia. Em 2 de janeiro de 1743 sua expedição chegou a um morro, por ele denominado Santo Estevão, não precisando, entretanto, a sua localização. O

Puerto de los Reyes, que fundou no dia cinco de janeiro, tem a sua localização bem situada, pois foi fundado nas margens da lagoa Gaiva nas imediações do rio Paraguai. Assim, se três dias antes Irala estava passando junto ao Santo Estevão, considerando a localização de hoje, este só poderia ser a atual morraria do Caracará. Assim, em janeiro de 1743, Irala já estava atravessando o Pantanal Mato-grossense. Observamos que no mês de janeiro, tendo caído as primeiras chuvas, o Pantanal já estaria relativamente cheio. Em sua carta, o *adelantado* registrou as primeiras notícias de umas terras inundáveis: “Preguntado [ao índio Daote, chefe Guaxarapo] sy detras dessas sierras es tierra firme, dixo que no, sino ques anegado hasta otras sierras questan por el anegado y que de alli adelante no sabe.” (IRALA, 1912, p. 344).

Estando naquele momento da viagem cercado por terras alagadas, nada mais natural perguntar a um índio habitante e conhecedor da região se, mais para frente, existiam terras firmes. Essa foi a primeira observação registrada acerca da descoberta das terras inundáveis do Pantanal Mato-grossense e que nunca fora antes anotado na historiografia mato-grossense, paraguaia ou espanhola. Pelas datas que mencionou e pelos locais que descreveu, a penetração do Pantanal Mato-grossense por Domingo Martinez de Irala ocorreu em dezembro de 1542, vez que, em janeiro de 1543, ele já havia adentrado bastante em terras pantaneiras.

Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, *adelantado* da Província do Paraguai, em 1555 teve publicada a primeira edição, em Sevilha, dos seus *Comentários*, onde pôde relatar as suas aventuras pelo rio da Prata. Ao mencionar *Puerto de los Reyes* e os índios que viviam em suas redondezas, Cabeza de Vaca registrou claramente o regime de águas do Pantanal:

Quando as águas estão baixas, os nativos daquelas terras vêm viver junto à ribeira, trazendo suas mulheres e filhos [...]. Quando as águas começam a subir, que é por volta de janeiro, voltam para as partes mais altas e seguras. As águas chegam a subir até seis braças por cima das barrancas e se estendem por toda a planície terra adentro, parecendo um mar. Isto acontece religiosamente todos os anos, cobrindo todas as árvores e vegetações da região. (CABEZA DE VACA, 1987, p. 194)

Ao tomar contato pela primeira vez com o imenso Pantanal que o cercava, pôde registrar as informações obtidas certamente dos índios da região de *puerto de los Reyes*. Os Sacociés, Chanés ou mesmo os Guaxarapos. A seguir deu precisas informações sobre os índios Xaraiés, proporcionando uma interessante análise etnográfica dos mesmos.

Atento aos informes dos capitães Antón Correa e Hector de Acuña, que faziam parte de sua expedição exploradora, Cabeza de Vaca assim registrou sobre os pantanais pelos dois militares atravessados na pequena entrada que fizeram a partir de *puerto de los Reyes*:

[...] caminharam por pântanos com muita dificuldade, pois enterravam a perna até o joelho. Além da dificuldade de colocar e tirar o pé, ainda havia a alta temperatura daqueles banhados [...]. Naquela noite tiveram que dormir no campo, em meio a aqueles banhados. (CABEZA DE VACA, p. 203-4)

E continuou Cabeza de Vaca a descrever as aventuras de seus homens por dentro de pantanais até chegar a uma aldeia dos Xaraiés. Ficou muito clara a proximidade desses índios junto aos alagados situados no ponto onde estavam os espanhóis. Daí, certamente, a ideia de ligar-se conceitualmente o nome da tribo ao Pantanal circunvizinho, denominando-o de Lago dos Xaraiés.

Ulrich Schmidl, soldado alemão a serviço da

Espanha na conquista do Prata, participou de algumas entradas pelo rio Paraguai acima até terras pantaneiras. Em 1567 publicou o seu livro de viagens, contando as suas aventuras no coração da América do Sul.

Schmidl pôde deixar registros de suas andanças pelos pantanais. Fazendo penetrações pela região do rio Paraguai acima, assim registrou com relação às terras alagadas que atravessou:

[...] y nosotros marchamos durante los ocho dias entre el agua hasta la cinta y hasta la rodilla dia y noche (...) nosotros caminamos durante siete dias entre el agua hasta la cinta y la rodilla. Pero la tal agua era tan caliente como una agua caliente que ha estado sobre el fuego. (SCHMIDL, 1980, p. 88)

Schmidl, assim mencionando, conseguiu promover um inter-relacionamento muito grande entre os índios Xaraiés e o Pantanal. Esse binômio por ele anotado contribuiu para a consolidação da denominação Lago dos Xaraiés. Registrou também o autor: “Cuando vinimos a los Jarayés, la mitad de nuestra gente estaba enferma a la muerte a causa del agua y la escasez que hemos experimentado en este viaje, pues durante treinta días y noches seguidas no salimos nunca del agua.” (SCHMIDL, 1980, p. 90)

O soldado alemão deu muito destaque às terras inundadas que percorreu, retornando inúmeras vezes ao tema no corpo de seu trabalho. O livro de Schmidl foi publicado pela primeira vez em 1567 e teve outras edições na Europa no século XVI, demonstrando ter sido bem divulgado e aceito. Certamente o seu trabalho, fazendo uma simbiose entre os índios Xaraiés e os pântanos, o grande “lago” que atravessou, foi fundamental para a instalação da denominação de Lago dos Xaraiés. Anotamos que somente no século XVII os mapas europeus passaram a denominar o Pantanal com o

topônimo Xaraiés, e certamente isso ocorreu por influência do livro de Schmidl sem qualquer dúvida.

Notamos que, na edição em latim do livro de Schmidl publicado em 1599, *Vera Historia*, o editor anexou um interessante mapa denominado *Nova et exacta delineatio America pars setentrionalis*, desenhado pelo cartógrafo alemão Leuinum Hulsium. Ali o Pantanal está apontado como Lacus Eupana. Realmente, somente após uma maior divulgação e estudo do livro de Schmidl foi que houve uma mudança na denominação de Eupana para Xaraiés.

Os conquistadores que deixaram gravadas as suas memórias, ainda no século XVI, tiveram a sorte histórica de participar das duas expedições de 1543, onde homens brancos, europeus, vislumbraram o Pantanal Mato-grossense e se depararam com os índios Xaraiés.

E o que viram esses expedicionários pioneiros ao adentrar terras pantaneiras? Uma grande planície que ficava toda alagada. Um imenso lago, um verdadeiro mar atravessado por inúmeros e grandes rios. Nunca os conquistadores espanhóis haviam visto uma extensão continental interior tão grande de água doce, povoada de animais estranhos, totalmente desconhecidos na Europa; uma diversidade enorme de peixes que proporcionava uma boa e farta alimentação; a flora com espécies desconhecidas aos seus olhos atentos; inúmeros povos indígenas, com língua e costumes bem diversos, que tiveram seus nomes devidamente anotados; uma riqueza natural impressionante, se bem que inútil para eles, vez que somente tinham interesse e buscavam riquezas minerais. Ao penetrar a pé por essa região, sofreram dias dentro d'água, sem ter como dormir, como descansar, como cozinhar, à mercê de perigos de toda a ordem, por ameaças de animais ou índios.

Certamente a descoberta dessa imensa região

alagada impressionou bastante os conquistadores espanhóis. Bem ao lado desse verdadeiro mar de água doce, dentre inúmeros povos indígenas, habitavam a região os Xaraiés, cuja etnia não foi até hoje muito bem definida em face de terem desaparecido com o correr dos séculos. A partir daí, efetuar a ligação aquele imenso lago aos índios Xaraiés, que habitavam no seu entorno, foi apenas um passo. Advém dessa ligação o nome primitivo de Lago dos Xaraiés para o Pantanal de Mato Grosso, tão divulgado por historiadores, geógrafos, militares, religiosos e aventureiros, que o percorreram e deixaram seus registros.

Apesar dos espanhóis denominarem o Pantanal – paraguaio, boliviano e mato-grossense - apenas de Chaco ou *Gran Chaco*, os cartógrafos europeus atribuíram vários nomes à essa região alagada: Lago Eupana, que aparece pela primeira vez na carta de Bartolomeu Velho (1562), tendo sido muito utilizado na cartografia europeia; Lago Dourado, encontrado na carta de Luis Teixeira (c.1600); Laguna encantada del Paytiti, apontado no mapa do espanhol de Lucas de Queiroz (1618); e Lagoa Paraupaba visto em mapas bandeirantes a partir do período da bandeiras paulistas. O nome lago dos Xaraiés ocorreu apontado nos mapas a partir do século XVII tão somente.

O jesuíta Pedro Lozano, assim se manifestou com relação à região pantaneira, dando as suas explicações a respeito:

Ella [nação dos Xaraiés] dió nombre al grande lago, cuyas márjenes poblaban, que es sin duda el mayor ó de los mayores de universo, y es la fuente principal de donde nace el gran rio Paraguay. Tiene dicho lago cien léguas de largo y de ancho once, de manera que a los engolfados en el no permite el registro de sua mérjenes con los ojos, ni se descubre mas que cielo y água, como si fuera alto mar, de que

solo el gusto halla diferencia en lo dulce y sabroso de sus cristales. (LOZANO, 1873, p. 108)

O nome *Pantanal* somente passou a ser utilizado pelos paulistas após a fundação de Cuiabá em 1719. Para chegar àquelas minas, os bandeirantes tinham obrigatoriamente que atravessar a região pantaneira, cortando-a ao meio, navegando pelos rios Taquari, Paraguai, São Lourenço e Cuiabá, em intermináveis viagens fluviais a partir do porto de Ararituaba no rio Tietê, em São Paulo.

Temos a salientar que, pelo menos até 1722, os paulistas que demandavam para as minas do Cuiabá ainda chamavam o Pantanal de Xaraiés. Um anônimo viajante que saiu de Cuiabá em monção para São Paulo, autor de uma primeira *Notícia* sobre as novas minas, assim se referiu à região chamando-a de “alagados dos Xaraiés”: “[...] no meio dos campos alagados dos Xaraiés, descendo a conserva o Porrudos até o furo do Axianés [...]”. (ANÔNIMO, In: SILVA, 2006, p. 90)

Realmente foi esse o primeiro registro expresso do lado português/paulista, acerca do Pantanal de Mato Grosso, com a inovação de chamá-lo de *alagados*.

O bandeirante paulista Antônio Pires de Campos, que adentrou sertões de Mato Grosso desde os fins do século XVII, em 1728 produziu a sua *Breve Notícia* [...] e foi o primeiro a dar informações expressas a respeito do Pantanal Mato-grossense com essa exata denominação. Falando de jacarés, sucuris e “porcos d'água”, assim registrou o autor:

[...] e todas as mais imundícies que deu os pantanais, nos quais cria Deus o arroz sem mais cultura que a da natureza e são estes pantanais tudo terra alagada, que fará de caminho mais de quinhentas léguas, e com as enchentes dos grandes rios que se vem juntar no rio Paraguai, represam as águas, de sorte

que faz um mar oceano, e se não se conhecem as madres de tão caudalosos rios no tempo de seis meses que dura a sua enchente [...] (CAMPOS, 1996, p. 115).

Um dos viajantes monçoeiros que percorreu a rota fluvial até Cuiabá, João Antônio Cabral Camelo, assim observou enquanto navegava pelo rio Taquari: “Pantanal chamam os cuiabanos a umas vargens muito dilatadas, que começando no meio do Taquari, vão acabar quase junto ao mesmo rio Cuiabá.” (CAMELO, 1975, p. 129).

Por esses registros podemos inferir que, nos princípios da ocupação cuiabana, os pioneiros paulistas trocaram o nome Xaraiés por Pantanal. Por essa época foi iniciada a diferenciação entre essa nomenclatura portuguesa, Pantanal, da antiga denominação espanhola, Xaraiés. E o interessante, o nome Pantanal, segundo Camelo, foi uma invenção cuiabana.

Por outro lado, podemos registrar que os mapas dos séculos XVI e XVII mostram o Pantanal em formatos e tamanhos os mais diversos e distintos. A rigor, os espanhóis não sabiam – nem os portugueses – o seu real tamanho. O jesuíta José Guevara bem determinou a época exata em que os espanhóis puderam dimensionar o lago dos Xaraiés e saber exatamente no que ele se constituía, mas à essa época, o Pantanal já era irreversivelmente território português:

Un desengaño completo sobre la laguna de Xarayés se ha conseguido con la expedición que se hizo el año de 1753, rio Paraguay arriba. Algunos le daban cien leguas, de norte a sur, y diez de oriente a poniente; otro más liberales en alargar que en dar como medida la extendían cien leguas a todos vientos. Pero en la realidad, ese espacioso jirón de tierra que media entre la sierra de Chiané, morro escarpado y rio de Cuyabá, casi dieciséis hasta los dieciocho grado, no es otra

cosa que un terreno bajo que se inunda en tiempo de aguas y con el derramamiento del Paraguay en tiempo de crecientes.

Sin duda que los delinearon en los mapas laguna de tanta extensión, registraron el terreno en tiempo de crecientes, pues de sus relaciones consta que atravesaron en barcos todo el espacio que en los modernos mapas se denomina con el título de anegadizos [...]. Es laguna muy dilatada en tiempo que las vertientes se derraman sobre el país. (GUEVARA, 1836, p. 591)

Muito interessante a informação do autor, que teve a sua obra publicada em 1836, ao registrar os erros de extensão do lago dos Xaraiés observados nos mapas coloniais, dando ainda uma exata ideia de que não era um lago, mas um verdadeiro Pantanal, uns terrenos baixos que se inundavam somente no tempo das águas.

Assim, o atual Pantanal Mato-grossense, região ecologicamente sensível e com um complexo regime de águas, um dia foi chamado pelos espanhóis de Lago Xaraiés, em função do povo indígena assim denominado que habitava as margens do rio Paraguai, um dos formadores desse Pantanal.

Imbricado o seu antigo nome, Lago dos Xaraiés, com esses índios dessa etnia, há séculos desaparecidos, é fundamental mencionarmos aqui que o Pantanal Mato-grossense, abrangendo dois estados brasileiros, foi declarado Patrimônio da Humanidade pela Unesco pela sua beleza natural, pela exuberante flora e a diversidade de sua fauna.

E o complexo desse Pantanal, unido ao Chaco paraguaio e boliviano, formam a maior planície alagada do mundo.

E se hoje essa imensa quantidade de água já nos causa surpresa e admiração, que dirá aos olhos dos primeiros conquistadores espanhóis que, no século XVI, a viram pela primeira vez.

Referências

CABEZA DE VACA, Alvar Nuñez. *Naufraágios e Comentário*. Porto Alegre: L&PM, 1987

CAMELLO, João Antônio Cabral. *Notícias práticas das Minas do Cuiabá e Goiazes, que dá ao Revmo. Padre Diogo Soares, o Capitão João Antônio Cabral Camello, sobre a viagem que fez às minas do Cuiabá no ano de 1727*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro*, v. 4, 1842, ., p. 487-500

CAMPOS, Antônio Pires de. Breve notícia que dá o Capitão Antônio Pires de Campos do gentio bárbaro que há na derrota da viagem das Minas do Cuiabá. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, Cuiabá, IHGMT*, tomo CXLIV, 1996 p. 437-449

DIAZ DE GUZMÁN, Ruy. *Anales del Descubrimiento, Población y Conquista del Rio de la Plata*. Assunção: Comunerros, 1980.

GANDIA, Enrique de. *Historia del Gran Chaco*. Buenos Aires: Roldan, 1929.

GUEVARA, José. *História del Paraguay, Rio de la Plata y Tucumán*. Buenos Aires: Imprenta del Estado, 1836, (De Angelis, tomo I).

IRALA, Domingo Martinez de. Relación de Domingo de Martinez de Irala acerca de los descubrimientos que iba haciendo cuando fué navegando Paraguay arriba por ordem del gobernador Cabeza de Vaca desde el 18 de diciembre de 1542. *Anales de la Biblioteca*. Buenos Aires: Tomo VIII, 1912.

LOZANO, Pedro. *Historia de la Conquista del Paraguay, Rio de la Plata y Tucumán*. Buenos Aires: Imprenta Popular, 1873, T. I.

MURATORI, Ludovico Antônio. *Nouvelles des Missions du Paraguay*. Paris: Ardant, 1844.

QUIROGA, José. *Descripción del Rio Paraguay desde la boca del Xauru hasta la confluencia del Paraná*. In: *Collección Pedro de Angelis*. Buenos Aires: Imprenta del Estado, 1836 (De Angelis, t. VI).

SCHMIDL, Ulrich. *Derrotero y Viaje a Espana y las Indias*. Buenos Aires: Espasa, 1980

SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. *Notícia do arraial do São Gonçalo Velho, Forquilha e minas do Cuiabá e derrota pelo rio Coxipó e Cuiabá até o porto do Ararituaba no Tietê - Apresentação e análise*. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2006.

SILVA, Paulo Pitaluga Costa e Silva. *Índios Cuyabás*. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2009.

DO MAR DE LOS XARAYES AO COMPLEXO DE ÁREAS PROTEGIDAS DO PANTANAL MATO-GROSSENSE

OF THE SEA OF LOS XARAYES TO THE COMPLEX OF PROTECTING AREAS OF THE PANTANAL MATO-GROSSENSE

Nely Tocantins ²

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo mostrar a relação histórica e geográfica que o Complexo de Áreas Protegidas que corresponde ao Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense juntamente com as Reservas Particulares do Patrimônio Natural Penha, Acurizal e Doroché, situa-se na região da primeira ocupação espanhola no Pantanal. A imensa planície inundável, situada no interior da América do Sul, hoje denominada Pantanal, foi originalmente território de diversas nações e povos indígenas, que por meio do Tratado de Tordesilhas, em fins do século XV, tornou-se propriedade da Coroa Espanhola, passando a ser “notícia” e a Bacia do Rio Paraguai passou a fazer parte das fabulosas histórias contadas sobre a América. O Puerto de Los Reyes, localizava-se na “laguna Yaiba”, hoje Baía Gaiva, na região denominada Laguna de Los Xarayes, passa a ter representação cartográfica a partir de 1630. O Parque Nacional do Pantanal e as Reservas do entorno, localizam-se na região do então Mar de Los Xarayes, onde ocorrem as áreas de maior inundação do Rio Paraguai. A existência, dessas unidades de conserva o, passa a ser pensada após as enchentes de 1974 e comprova uma história escrita por “várias mãos”, cujos top nimos estão gravados na nomenclatura dos rios, serras, morros e lagoas. Região essa, com longa história de ocupa o, foi palco de disputas de território, de doenças tropicais, de subidas e descidas das  guas. Atualmente não restam mais vestígios dessa ocupa o, a não ser nas narrativas de séculos passados e nos “causos” atuais, mas continuam sendo áreas de disputas e de extrema importância na região.

Palavras-chave: Mar de los Xarayes. Complexo de áreas protegidas do Pantanal. Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense. Reservas particulares do patrimônio natural. Acurizal. Penha. Doroch .

ABSTRACT: The present article has as objective to show the historical relation and geographic that the Complex of Protecting Areas that corresponds together to the National Park of the Pantanal Matogrossense with the Particular Reserves of the Natural Patrimony Penha, Acurizal and Doroch , is placed in the region of the first Spanish occupation in the Pantanal. The immense subject to flooding, situated plain in the interior of the South America, today called Pantanal, was originally

² Docente do Programa de P s-Gradua o em Geografia/UFMT. Pesquisadora do Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conserva o da Biodiversidade do Pantanal/GECA/UFMT; Pesquisa financiada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia/MCT; Centro de Pesquisas do Pantanal/CPP. nelytocantins@gmail.com

aboriginal territory of diverse nations and peoples, who by means of the Treated one to Tordesilhas, in ends of century XV, became property of the Spanish Crown, starting to be “notice” and the Basin of the River Paraguay started to be part of fabulous counted histories on America. The Puerto de Los Reyes, beed situated in the “Yaiba lagoon”, today Bay Gaiva, in the called region Lagoon of Los Xarayes, starts to have cartographic representation from 1630. The National Park of the Pantanal and the Reserves of border, be situated in the region of then the Sea of Los Xarayes, where the areas of bigger flooding of the River Paraguay occur. The existence, of these units of conservation, passes to be thought 1974 floods after and proves a history written for “some hands”, whose we topônimos are recorded in the nomenclature of the rivers, mountain ranges, mounts and lagoons. Region this, with long history of occupation, was palco of disputes of territory, tropical illnesses, ascents and descendings of waters. Currently they do not remain more vestiges of this occupation, not to be in the narratives of last centuries and the “current causos”, but they continue being areas of disputes and extreme importance in the region.

Keywords: Mar de los Xarayes. Complex of protecting areas of the Pantanal. National Park of the Mato-grossense Pantanal. Particular reserves of the Natural Patrimony. Acurizal. Penha. Doroché.

Introdução

O parque Nacional do Pantanal Mato-grossense (Parnapm), juntamente com as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) Penha, Acurizal e Doroché, formam um conjunto de Unidades de Conservação, que, neste texto, se convencionou chamar de Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal, assumindo o termo reconhecido pela Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), quando da titulação internacional dessa área como Sítio do Patrimônio Natural Mundial no ano de 2000, sendo também área núcleo da Reserva da Biosfera.

O complexo formado pela Planície Pantaneira e a Serra do Amolar, na divisa dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, junto à fronteira com a Bolívia, compõe um dos maiores patrimônios de diversidade biológica no Brasil, ao associar a riqueza de espécies e processos ecológicos do Pantanal, uma das maiores áreas

de savanas inundáveis do mundo, com a Serra do Amolar, onde estão representados desde ecossistemas de planície até campos de altitude a cerca de 900 metros de altura.

Esse complexo de áreas protegidas, com cerca de 190.000 ha, que representa 1,3% do Pantanal, está quase que totalmente situado na região fisiográfica do Pantanal ou Planície pantaneira, na Bacia do Alto Paraguai (BAP), na borda oeste do Pantanal, próximo à fronteira do Brasil com a Bolívia, no limite sudoeste do estado de Mato Grosso e a noroeste do estado de Mato Grosso do Sul, na confluência dos Rios Paraguai e Cuiabá, entre as latitudes 17°23'S e 18°02'S e as longitudes 57°00 e 57°45'W.

A imensa planície inundável, situada no interior da América do Sul, hoje denominada Pantanal, foi originalmente território habitado por diversas nações e povos indígenas, entre eles os Guarani, Payaguá, Guaxarapo, Xaraye, e que pelo Tratado de Tordesilhas, no final do século XV, tornou-se propriedade da Coroa Espanhola, passando a ser “*notícia*”, termo utilizado para

fornecer informações sobre lugares fabulosos e ainda não conquistados, no século XVI, que pudessem conter riquezas minerais ou fabulosos tesouros (COSTA, 1999).

Esses fatos atraíram grandes navegadores quinhentistas, como Juan de Solis e Sebastian Caboto, divulgadores das informações de um lugar onde existiam muitas riquezas, e, a partir dessas “notícias”, a Bacia do Rio Paraguai passou a fazer parte das fabulosas histórias contadas sobre a América (COSTA, 1999).

Todas essas informações coincidiam com a busca por terra para se chegar às populações interioranas da *Sierra de La Plata*. O lugar foi apontado para iniciar o processo de “entrada”, uma vez que em três jornadas anteriores, Domingo Martinez Irala havia observado que havia mantimentos e que os índios se adornavam com amostras de ouro e prata e haviam oferecido para servir de guias e auxiliares. Em 1542, Irala parte de Assunção com uma expedição que sobe o Rio Paraguai, adentrando o Chaco, a procura de uma rota segura para chegar às riquezas andinas, encontradas anteriormente por Francisco Pizarro, e de sua chegada em 6 de janeiro de 1543, até um Porto que denominou de *Puerto de Los Reyes*, por ser o dia de Reis, onde se localizava a “*laguna Yaiba*”, próximo à cordilheira que os espanhóis chamaram de Santa Lucía; estava habitado pelos índios Chanés, com quem logo os espanhóis se entenderam (RUBIO, 1942).

No mês de novembro daquele ano, 1543, Alvar Nuñez Cabeza de Vaca retorna ao local com uma expedição exploradora, conhecida como *Gran Entrada*, de Assunção a *Puerto de Los Reyes*, contando com 400 homens, onde uma metade foi embarcada nos bargantins e a outra acompanhou às margens do rio, partindo oito dias antes dos demais. A expedição foi acompanhada por mais de mil índios embarcados em

canoas. A expedição chegou aos 25 de outubro, encontrando no povoado cerca de 800 casas muito próximas umas das outras, de terras cultivadas com produtos variados, onde os espanhóis foram bem recebidos. *Após esse período, tem início* a distribuição de datas de terras para quem quisesse povoar a região e ali se estabelecer (RUBIO, 1942; SILVA; FREITAS, 2000).

A partir de 1544, algumas expedições utilizaram *Puerto de Los Reyes* como ponto de apoio para seguir para os Andes. Existem indícios históricos de que, no local, tenha sido construída uma paliçada de proteção e mantida uma guarnição permanente com pequenas peças de artilharia, mas, a partir de 1570, com a descoberta de novas rotas para os Andes, perdem sua função estratégica, sendo, então, abandonadas (SILVA; FREITAS, 2000).

Dois séculos depois, nas primeiras décadas do século XVIII, o bandeirante paulista Antônio Pires de Campos deu notícias de avistamento do marco de pedra espanhol em sua *Breve Notícia...*, quando a região foi ocupada definitivamente pelos portugueses (SILVA; FREITAS, 2000).

Schmidl foi o primeiro a descrever essas áreas alagáveis como um lugar maravilhoso e paradisíaco, que nas cheias se transformava num imenso lago. Pela proximidade aos índios Xarayes, recebeu o nome da *Laguna de Los Xarayes*, passando a ter representação cartográfica a partir de 1630, integrando os atlas mundiais como lugar de nascimento do Rio Paraguai e caminho fluvial para o Alto Peru (atual Bolívia), onde haveria ouro e prata, sonho perseguido pelos espanhóis (COSTA, 1999).

A Laguna de *Los Xarayes* foi uma imagem que perdurou por 300 anos, começando a retrair-se



Figura 01- Ilustração da fundação de Puerto de Los Reyes em 1543, atual Baía Gaíva. Fonte: SILVA & FREITAS, 2000.

em fins do século XVIII, quando os mamelucos paulistas, ignorando os limites impostos pela linha de Tordesilhas e a nomenclatura castelhana, passam a utilizar o termo *Pantanal*, topônimo dessa região, sendo sua primeira definição encontrada, segundo os levantamentos de Costa (1999), em textos de 1727.

O Parque Nacional do Pantanal e as Reservas do entorno, atualmente, estão localizados na região do então *Mar de Los Xarayes*, (Figura 02), onde se observa a área de inundação do Rio Paraguai, trabalho realizado de comum acordo pelos Demarcadores de Limites Espanhóis e Lusitanos, em 1753 (COSTA, 1999).

A Laguna de *Los Xarayes* foi uma imagem que perdurou por 300 anos, começando a retrair-se em fins do século XVIII, quando os mamelucos paulistas, ignorando os limites impostos pela linha de Tordesilhas e a nomenclatura castelhana, passam a utilizar o termo *Pantanal*, topônimo dessa região, sendo sua primeira definição encontrada, segundo os levantamentos de Costa (1999), em textos de 1727.

O Parque Nacional do Pantanal e as Reservas do entorno, atualmente, estão localizados na região do então *Mar de Los Xarayes*, (Figura 02), onde se observa a área de inundação do Rio Paraguai, trabalho realizado de comum acordo pelos Demarcadores de Limites Espanhóis e Lusitanos, em 1753 (COSTA, 1999).

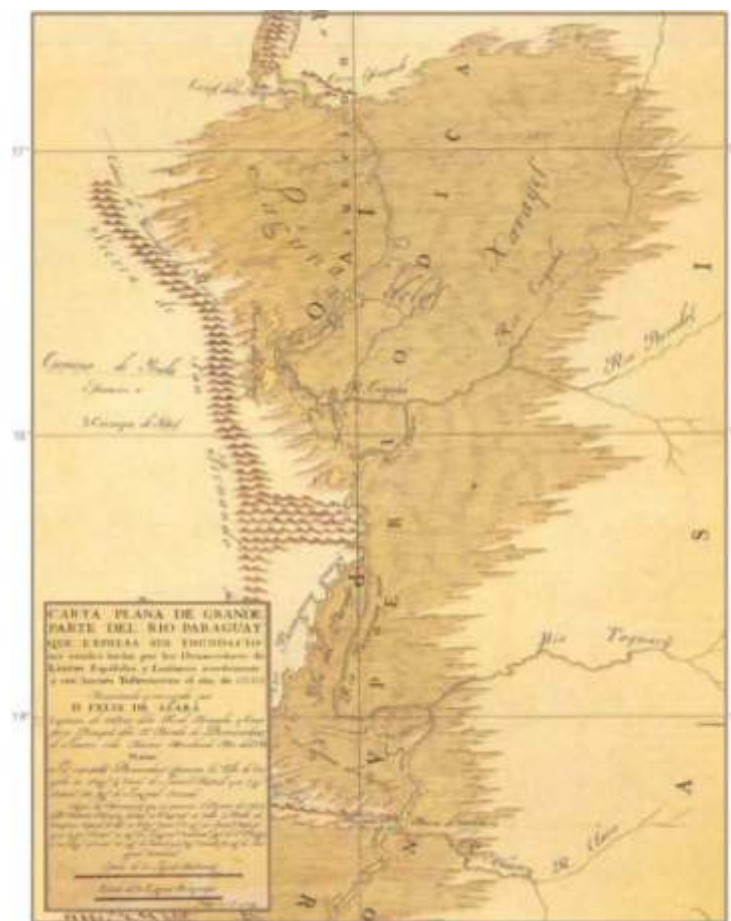


Fig 15 - Detalhe da Carta Plana de grande parte do Rio Paraguai de 1753, com a sobreposição do contorno atual de Ucs no Mar de Los Xarayes. Fonte: Museu Naval, Madrid citado por COSTA, 1999, adaptado

Figura 02 – Detalhe da Carta de grande parte do Rio Paraguai de 1753, com a sobreposição atual do contorno atual Ucs no Mar de Los Xarayes. Fonte: Adaptado de Costa, 1999.

Assim, os Pantanaís, mais especificamente a região, onde estão localizados o Parque Nacional do Pantanal e as RPPN's Acurizal e Penha e Doroché,

teve sua história escrita por várias mãos, com topônimos gravados na nomenclatura de seus rios, serras, morros e lagoas, que confirmam essa influência (Figura 03).



Figura 03 - Toponímias regionais no entorno do Complexo de Áreas Protegidas. Fonte: Revista Terra, 1999, adaptado por Tocantins, 2005.

A hidrografia do complexo de Unidades de Conservação e seu entorno

O Rio Paraguai possui suas nascentes nas encostas da Serra dos Parecis, ao norte, com direção geral norte-sul (Figura 04), apresentando inflexões para sudeste e sudoeste. Em Cáceres, o Rio Paraguai recebe os Rios Sepotuba, Cabaçal e o Jaurú, três tributários da margem direita. De Cáceres, flui para o sul na direção de Descalvados, bifurcando-se a jusante em dois canais: o *Rio Paraguai* e o *Bracinho*, *marcando o começo do Pantanal propriamente dito*, delimitando a Ilha Taiamã, e, desse ponto em diante até Amolar, atravessa extensas áreas de lagos (baías ou lagoas) e planícies adjacentes permanentemente inundadas.

A jusante de Porto Conceição, o rio novamente bifurca em 3 leitos: o Paraguai propriamente dito, para a

direita, o Caracará, para a esquerda, e o Caracarazinho no centro, formando a ilha do Caracará, um verdadeiro delta interior, que durante as cheias excepcionais permanece completamente submerso, e se reúne mais ao sul, próximo do Refúgio das Três Bocas. Esses braços alimentam a planície entre as localidades de Bela Vista do Norte, Três Bocas e o Rio Paraguai, numa área de aproximadamente, 1.480 Km², dos quais 400 km² estão cobertos com pequenos meandros e lagos, mesmo durante o período de seca. O canal principal do Paraguai flui para o Sudoeste na direção de Bela Vista do Norte, junto à Morraria da Ínsua (CARVALHO, 1986; PONCE, 1995).

Nas imediações da Morraria da Ínsua e da Serra do Amolar, o Rio Paraguai interage com dois lagos, que regionalmente recebem o nome de “baías: Uberaba e Gaíva (ou Gaíba). A maior delas, a Uberaba, localizada ao Norte da Morraria da Insua, recebe transbordamentos do Paraguai, assim como escoamento de riachos locais e do Corixo Grande, o último tributário de importância da margem direita do Alto Paraguai. (Figura 04).

A Baía Gaíva está localizada entre a Morraria da Ínsua e a Serra do Amolar (Figura 05). A ligação entre o Alto Paraguai e a Lagoa Gaíva é o Riacho da Gaíva, geralmente tão profundo quanto o Paraguai, excluindo-se a saída da Lagoa Gaíva, onde é extremamente raso, com uma profundidade de 0.1-0.6 m e uma largura de 2.000 m (DNOS, apud PONCE, 1995).

A ligação entre as Lagoas Gaíva e Uberaba é o Canal Pedro II, (Figura 05), com um comprimento de cerca de 30 km. A direção da corrente desse canal normalmente segue da Lagoa Uberaba para a Gaíva, mas, se a vazão for consideravelmente reduzida, a



Figura 04- Esquema da bacia hidrográfica do rio Paraguai e seus tributários. Fonte: PONCE, 1995.



Figura 05 - Detalhe das "Baías" Gaíba e Uberaba. Fonte: PONCE, 1995.

direção pode mudar (DNOS, citado por PONCE, 1995).

Antes de alcançar o Refúgio das Três Bocas, o rio se bifurca em dois canais: o Paraguai, à esquerda, e o Moquém, à direita. Antes de se juntarem novamente, bifurca-se no Ingazal, o qual se encontra com o rio São Jorge, outro braço do Paraguai. Por sua vez, o São Jorge reencontra o Paraguai imediatamente a montante de Amolar, revelando essas bifurcações o gradiente extremamente reduzido dessa seção do rio Paraguai. Na margem esquerda, o rio Cuiabá é o principal afluente do rio Paraguai, que nasce na Serra Azul, drenando uma área de quase 100.000 km² (PONCE, 1995).

A ocupação do Pantanal

Segundo Brown Jr. (1986), no Pantanal, o período de 20.000 a 13.000, foi considerado mais restrito e desfavorável à diversidade animal e vegetal, se comparado com a atualidade. O período de transição do Pleistoceno para o Holoceno (cerca de 12.000 anos antes do presente) trouxe uma radical modificação de condições sub-tropicais semiáridas para condições tropicais, com uma marcante sazonalidade. A partir dessa definição de situação, pode haver, segundo Ab'Saber (1988), um *Optimum Climaticum* nos últimos cinco ou seis milênios,

quando devem ter sido elaborados os principais contornos e ecossistemas aquáticos, subaquáticos e terrestres do Pantanal, podendo oferecer maiores condições de subsistência, como a pesca, a caça e a coleta, facultando o estabelecimento de populações indígenas pré-cabralinas, tanto em áreas de morrarias como naquelas sujeitas a inundações, ou seja, as planícies pantaneiras.

Costa (1999) demonstrou que, durante mais de duzentos anos, a vasta planície alagável figurou no imaginário europeu como uma imensa lagoa, habitada por inumeráveis povos que gozavam abundância de alimentos e de riquezas minerais, tendo sido abandonado como empreendimento pelos espanhóis, por não responder, de imediato, às buscas por minerais, como os exemplos do México, Perú e Bolívia, fato que não significou que as populações indígenas estivessem livres dos impactos da ocupação (MIGLIÁCIO, 2000).

Apenas no final do século XVIII, o Pantanal passa a ser uma possibilidade concreta de núcleos de colonização, uma vez que os principais grupos indígenas que lá viviam, Gauycurus, Paiaguás e Cadiweus, entre outros, foram massacrados e exterminados, subjugados e marginalizados, iniciando o que Nogueira (1990) chamou de processo do “branco, que virou dono, e do índio, que virou bugre”.

O reconhecimento das conquistas bandeirantes na área dos pantanais foi a criação da capitania de Mato Grosso, em 1748, e os núcleos posteriores, como o de Coimbra, em 1715, hoje Mato Grosso do Sul; em 1778, os núcleos de Vila Maria, hoje Cáceres MT; Albuquerque, atual Corumbá, e, em 1797, o núcleo de Miranda, em Mato Grosso do Sul (HIGA, 1987; MARANHÃO, 1996).

Só após essas medidas é que os exploradores, depois de várias décadas de tentativas, conseguem concretizar a efetiva ocupação do Pantanal, através do início da exploração agropecuária das sesmarias, que vinham sendo concedidas desde 1727 (HIGA, 1987). Talvez tenha sido o próprio gado, introduzido no Estado em 1737, que tenha “puxado”, com suas patas, os homens para o Pantanal (SILVA; SILVA, 1995).

Histórico da criação do Parque Nacional e Antecedentes Legais

Na década de 1970, a crescente preocupação da sociedade, sobre modificações que o ciclo natural de cheias e secas que o Pantanal vinha sofrendo, devido a atividades antrópicas, coincide com o início de um movimento, no meio científico, para a criação de uma Unidade de Conservação que protegesse uma amostra desse ecossistema. Em 28 de maio de 1971, através do Decreto nº 68.691, foi criada a Reserva Biológica do Caracará, fruto de estudos e levantamentos preliminares referentes à Portaria/IBDF nº 1.457, de 8 de maio de 1970, realizados por Heck *et al.* (1970).

A Reserva Biológica do Caracará, com cerca de 80.000 ha, localizava-se na Ilha do Cará-Cará, (Figura 06) formada pelos rios Paraguai, Alegre e São Lourenço e pelo furo do Cará-Cará, sendo constituída por terras baixas inundáveis.

Em 1974 ocorreu uma grande enchente na região, que veio modificar o regime hidrológico local, sendo que a maior parte das pastagens da Fazenda Caracará ficaram submersas permanentemente e as áreas que se mantinham secas após as enchentes não foram suficientes para dar continuidade à atividade pecuária em

regime de rotação, que necessitava da utilização de amplas pastagens nativas (BRASIL, 1994).

A Reserva Biológica permaneceu imersa de 1974 a 1978, segundo informações de Pádua e Coimbra Filho (1979), dificultando a ocorrência de várias espécies que teriam de migrar para fora da Reserva durante o período de enchente.

Em 1975 foi realizado um estudo, fruto de cooperação entre o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), através do Projeto de Desenvolvimento e Pesquisa Florestal (Prodepef) e a Universidade Federal de Viçosa - Escola Superior de Florestas (ESF), com o objetivo de criar um Parque Nacional no Pantanal Mato-grossense, considerado, na época, uma “unidade de maior importância” nas palavras de Couto *et al.* (1975).

Nessa proposta houve a recomendação de ampliação da área e reestruturação da Reserva Biológica do Caracará, que passaria, dos então 80.000

há, para uma área de 200.000 ha (figura 06), ampliando-se em 120.000 ha os 80.000 ha existentes quando da criação da Reserva.

Seis anos após a proposta, o Parque Nacional do Pantanal foi criado por Decreto Federal nº 86.392, de 24 de setembro de 1981, sucedendo à Reserva Biológica do Cará-Cará, tendo sua área ampliada, dos 80.000 ha anteriores, para 135.000 ha atuais, não atendendo, porém, a proposta inicial da área proposta, nem a inclusão de terras mais altas.

Histórico das Reservas Particulares do Patrimônio Natural e antecedentes legais

A Fundação de Apoio à Vida nos Trópicos (Ecotrópica) adquiriu em dezembro de 1995, por intermédio da The Nature Conservancy (TNC), ONG americana, as Fazendas Acurizal, com 13.665 ha, e a Penha, com 13.409 ha, num total de 27.014 ha, localizadas na Serra do Amolar.

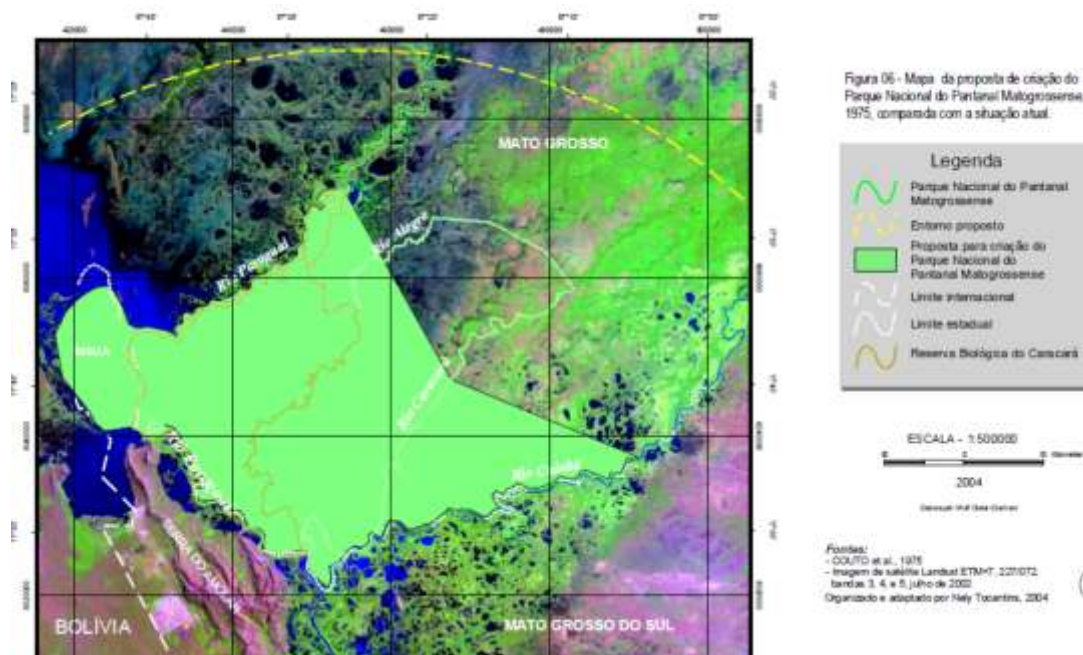


Figura 06—Mapa da proposta de criação do Parque Nacional do Pantanal Matogrossense em 1975, comparada com a situação atual. Fonte: COUTO et al., 1975, imagem satélite ETM+7, organizado e adaptado por Tocantins, 2005.

Essas áreas foram apontadas, desde a década de 70, como importantes por se apresentarem como ecótono único, formado pela transição abrupta entre os ambientes montanhosos da Serra do Amolar e pela planície inundada no Rio Paraguai.

A aquisição da Fazenda Acurizal foi indicada, em 1976, quando o então IBDF considerou importante sua aquisição para compor as áreas integrantes do projeto para a criação de um Parque Nacional. À época, fora solicitada e obtida, do Ministério da Agricultura, verba para aquisição da referida fazenda, adjacente à Reserva Biológica do Caracará, criada em 1971. Esta fazenda, possuindo terras mais altas, mantendo-se sempre fora das cheias, “beneficiaria muito a Reserva Biológica, tornando-a biologicamente viável, pois apresentava condições únicas e ímpares para o estabelecimento de uma base física permanente, onde seriam implantados: um Centro de Estudos da Flora e Fauna da Região e um Núcleo de Fiscalização e de Defesa da Flora e da Fauna Terrestre e Aquática, que estimulasse uma nova mentalidade e respeito pela natureza.” (SCHALLER *et al.*, 1977)

Em 1981, quando se criou o Parque Nacional, desconsiderou-se o estudo, que indicava a inclusão do ecossistema da Serra do Amolar e dos corredores ecológicos ao seu redor.

Em 1992 foi realizada uma Avaliação Ecológica Rápida (AER), metodologia aplicada pela TNC, nas áreas do Parque Nacional e seis áreas adjacentes, concluiu-se que a área do Parque Nacional não era suficiente para proteger adequadamente a diversidade biológica e paisagística do Pantanal, representando menos de

1% dele sob proteção oficial.

Para corrigir essa distorção, numa parceria da Ecotrópica com a TNC, são adquiridas, de fazendeiros mato-grossenses, por US\$ 2 milhões, as Fazendas Doroché, em março de 1995, e Acurizal e Penha, em dezembro desse mesmo ano, num esforço de preservação de áreas adjacentes ao Parque Nacional do Pantanal, aumentando-se em 53.792 hectares, cerca de 44% (BRASILIENSE, 2002).

O Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai (PCBAP), realizado em 1997, indicou também a criação de unidades de conservação nas áreas serranas. As Fazendas Penha e Acurizal foram reconhecidas pela Portaria no 7, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em 19 de fevereiro de 1997, como Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), ambas com 13.200 hectares, descontadas as áreas reservadas às benfeitorias de 209 há, e 465 ha respectivamente, escolhidas, em geral, próximas às sedes.

Localização e limites - A Reserva Acurizal está localizada no Município de Corumbá/MS, com as seguintes coordenadas geográficas: 17°49'51”S, 057°33'06”W. Limita-se a norte com a Baía Gaiva e o Rio Paraguai; a leste, com o Rio Paraguai e, ao sul, com a Fazenda Penha (Projeto Alto Paraguai (PAP), 2003).

A Reserva Penha está situada a 17°58'43”S e 57°30'21”W, com limites descritos no Plano de Manejo das Reservas (2003), tendo o 1° marco, na divisa do lote Itacolomi, em terras particulares, e da Gleba Baía de Mandioré (conhecida por Palmital); o 6° marco corresponde à Fazenda Acurizal; o 7°, na

margem direita do Rio Paraguai, nas vizinhanças da Ponta da Baía do Morro; o 8º marco situa-se na margem direita do Rio Paraguai (lugar denominado Rondon), nos limites do Patrimônio Amolar o 9º marco, na margem direita do Corixo Ingazal.

A Reserva Doroché está situado a 17°27'08"S, 57°01'28"W, limitando ao norte com a fazenda Santa Izabel, ao sul, com a fazenda Boa Vista, a leste, com Campos do Jofre, e a oeste, com o Parque Nacional.

As duas Reservas, Acurizal e Penha estão situadas numa faixa de terra entre o Rio Paraguai e a Serra do Amolar, na borda sudoeste do Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense, que termina na parte norte, junto à Lagoa Gaíva.

Aproximadamente, um terço da área compreendida pelas Reservas consiste num Pantanal baixo, num mosaico de lagos e barreiros, campos gramados e matas de galeria que os acompanham (Plano de Manejo das Reservas, 2003).

A Fazenda Estância Doroché foi adquirida em março de 1995 pela Fundação de Apoio à Vida nos Trópicos (Ecotrópica), por intermédio da The Nature Conservancy (TNC), com área de 26.718 ha, localizada a nordeste do Parque Nacional do Pantanal.

Este território é considerado um importante corredor biológico para a fauna terrestre do Parque em seu movimento de migração, condicionado pela variação sazonal das águas. Contribui para a preservação de ambientes florísticos e faunísticos não existentes no Parque Nacional e é de fundamental importância para o aumento da biodiversidade protegida no Pantanal, uma vez que foi considerada Refúgio Particular de Animais Silvestres (Título concedido através da Portaria nº 453-P do antigo IBDF, de 12 de agosto de 1985).

Foi reconhecida como Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) pela Portaria nº 6 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, de 19 de fevereiro de 1997, com uma área total de 26.518 hectares, descontada a fração de 200 ha próxima à sede, que pode ser utilizada para benfeitorias (Projeto Alto Paraguai, 2003).

Essa região foi bastante ocupada, sendo palco de disputas pelo território, de doenças tropicais, de subidas e descidas das águas etc., mesmo que atualmente não restem mais vestígios, a não ser nas narrativas de séculos passados e nos “causos” atuais, continuam sendo áreas de extrema importância para o seu contexto.

Referências

AB´SABER, A.N. O Pantanal Mato-grossense e a teoria dos refúgios. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, 50 (número especial, v. 2), 1989, p. 9-57.

BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. *Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense: plano de ação emergencial* (PAE). Cuiabá: 1994.

- BRASILIENSE, R. *Pantanal de ONG's*. Disponível em <http://www.amazonpress.com.br/meioambiente/dedoc/amb23062000>, acessado em 20/06/2002.
- BROWN JR. Zoogeografia da região do Pantanal Mato-grossense. **Simpósio sobre recursos naturais e socioeconômicos do Pantanal**. *Anais...* Corumbá (Série Documentos, 5) Brasília: Embrapa, 1986, p.137-178.
- COSTA, M. F. *História de um país inexistente; o Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo Kosmos, 1999.
- COUTO, E. A.; DIETZ, J.M.; MUNFORD, R. WTTWERBERG, G.B. *Sugestões para a criação do Parque Nacional do Pantanal*. Viçosa: Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF)/UFViçosa, 1975.
- HECK, G. A.T.; JORGE, J.C.; CARVALHO, W.D.; BARROS, P.N. *Estudos e levantamentos preliminares visando ao estabelecimento de uma reserva natural no Pantanal Mato-grossense*. IBDF Relatório referente à Portaria nº 1.457 de 08/05, 1970.
- HIGA, T.C.C.S. *Aspectos da organização do espaço num trecho do Pantanal de Poconé- Mato Grosso*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Rio Claro, IGCE/UNESP, 1987.
- MARANHÃO, V.A. *Pantanais mato-grossenses: da caça e pesca ao ecoturismo: Análise do desenvolvimento turístico*. 1996. **Dissertação (Mestrado em Geografia)** – UFRJ, Rio de Janeiro, 1996.
- MIGLIÁCIO, M.C. *A ocupação pré-colonial do Pantanal de Cáceres, Mato Grosso: uma leitura preliminar*. 2000. **Dissertação (Mestrado em Arqueologia)** FFCLH-USP Museu de Arqueologia e Etnologia, 2000. 2 v.
- PLANO DE CONSERVAÇÃO DA BACIA DO ALTO PARAGUAI-PCBAP. *Projeto Pantanal, Programa Nacional do Meio Ambiente*. Brasília: PNMT, 1997.
- PLANO DE MANEJO DAS RESERVAS PARTICULARES PENHA, ACURIZAL E DOROCHÊ. *Projeto implementação de práticas de Gerenciamento integrado de Bacia Hidrográfica para o Pantanal e Bacia do Alto Paraguai ANA/GEF/PNUMA/OEA, EBERHARD, G. (Coord.)*, 2003.
- PONCE, V. M. *Impacto hidrológico e ambiental da Hidrovia Paraná-Paraguai no Pantanal Mato-grossense: um estudo de referência*. San Diego, Califórnia: San Diego State University, 1995.
- PROENÇA, A.C. *Pantanal: gente, tradição e história*. 2. ed. Campo Grande: EdUFMS, 1990.
- RUBIO, J. M. *Exploración y conquista del Río de la Plata: siglos XVI y XVII*. Barcelona-Buenos Aires: Salvat, 1942.
- SHALLER, G. et al. *Estudos bioecológicos da Fauna do Pantanal de Mato Grosso*. IBDF/FBCN/NY Zoological Society patrocínio CNPP (Exp. 1/77), dez. 1977.
- SILVA, C. J.; SILVA, J. A. F. *No ritmo das águas do Pantanal*. São Paulo: USP/NUPAUB, 1995.
- SILVA, J.S.V.; & ABDON, M.M. Delimitação do Pantanal Brasileiro e suas sub-regiões. *Pesquisa Agropecuária Brasileira*. v. 33, p. 1.703-1.711, 1998.
- SILVA, P.P.C.; FREITAS, M. *Quadros históricos de Mato Grosso: período colonial*. Cuiabá: SEC/Governo do Estado de Mato Grosso, 2000.

PANTANAL MATO-GROSSENSE: INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL E TERRITORIALIZAÇÃO TURÍSTICA

PANTANAL MATO-GROSSENSE: ENVIRONMENTAL INTERPRETATION AND TOURISTIC TERRITORIALIZATION

Suíse Monteiro Leon Bordest ³

RESUMO: Este artigo objetiva situar no cenário de atrativos turísticos da cidade pantaneira de Barão de Melgaço, no estado de Mato Grosso, Brasil, um remanescente da trincheira da Guerra do Paraguai, considerado como marco histórico desse acontecimento e hoje transformado no Museu da Guerra do Paraguai. Na esteira de atrativos turísticos, buscam-se conceitos de interpretação ambiental e de territorialização turística, daí visitarmos as referências bibliográficas concernentes a esses assuntos pouco discutidos no cenário pantaneiro mato-grossense.

Palavras-Chave: Interpretação ambiental. Territorialização turística. Pantanal de Barão de Melgaço. Trincheira da Guerra do Paraguai.

ABSTRACT: This article aims to point out in the scenery of the attractive pantaneira touristic town of Baron of Melgaço, in the State of Mato Grosso, Brazil, a remainder of the trench made for the Paraguay War, considered as historical landmark of this event and today transformed into the Museum of the Paraguay War. In the track of attractive tourist spots, there's a search for concepts of ambient interpretation and tourist demand into the territory, which leads one to visit the bibliographical references to these subjects of interest for the pantaneiro scene.

Keywords: Ambient interpretation. Tourist demand. Pantanal de Barão de Melgaço. Trench of the Paraguay War.

Introdução

Em meio ao Pantanal Mato-grossense foi recentemente construído um Memorial, com a intenção de preservar o local que marca o episódio da defesa de Melgaço na Guerra do Paraguai, objetivando homenagear o autor da façanha: Augusto

João Manoel Leverger - o Barão de Melgaço. Por iniciativa do então presidente do IHGMT, João Carlos Vicente Ferreira, em parceria com a Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso, foi elaborado um projeto visando a revitalização desse marco histórico e a construção de um edifício para abrigar os objetos,

³ Doutora em Geociências pela UNESP-Rio Claro, integrada na UFMT, PPGGEO, membro do IHGMT. bordest@uol.com.br



Estrada Parque para Barão de Melgaço em época de cheia. Foto Bordest. 2011.

mobiliário e biblioteca, referentes ao tema, bem como para acolher visitantes e turistas, prestando-se ainda enquanto espaço didático, onde professores e alunos desenvolverão pesquisas e estudos sobre a trajetória histórica de Mato Grosso, do Município de Barão de Melgaço e também sobre a Guerra do Paraguai. Com esse entendimento, este artigo objetiva situar no cenário de atrativos turísticos da cidade pantaneira de Barão de Melgaço, no estado de Mato Grosso, *um remanescente da trincheira da Guerra do Paraguai*, considerado como marco histórico desse evento.

Na esteira de atrativos turísticos, buscam-se conceitos de interpretação ambiental e de territorialização turística, daí entendermos a necessidade de visitarmos as referências bibliográficas concernentes ao assunto, poucos discutido no cenário pantaneiro mato-grossense. Para isso, foi fundamental o apoio em Murta e Albano (2002), que orientam sobre como exercitar o olhar ao interpretar o patrimônio; e em Candiottto e Santos (2009), entre outros, para falar de territorialização turística. Desse modo, considera-se que esta construção investigativa tem um cunho teórico e empírico.

A *interpretação ambiental*, ao informar e sensibilizar as pessoas para a compreensão da temática ambiental na sua complexidade, busca envolver pessoas que promovam ações e experiências sustentáveis de uso dos bens naturais e culturais. A interpretação do patrimônio, conforme Morales em seu livro publicado em 1998, apud Murta e Goodey (2002, p. 14) “[...] é a arte de revelar *in situ* o significado do legado natural, cultural, ou histórico, ao público que visita esses lugares em seu tempo livre.” Assim, o grande mérito da interpretação é popularizar o conhecimento ambiental e preservar o patrimônio, induzindo atitudes de respeito e proteção.

A interpretação ambiental se identifica como atividade educativa que revela significados e permite o contato direto dos sujeitos entre si e do sujeito com os objetos, através de uma nova relação dos seres humanos com a natureza e com a sociedade, valorizando todas as formas de vida. Freeman Tilden, considerado o “pai” da interpretação ambiental (in MURTA; GOODEY, 2002, p. 14), conceitua a interpretação ambiental como “[...] uma atividade educacional, que objetiva revelar significados e relações, através do uso de objetos originais, de

experiências de primeira mão e por meio de meios ilustrativos, ao invés de, simplesmente, comunicar informações factuais.”.

Respeitante ao assunto *territorialização turística*, a abordagem de Candiotta e Santos (2009) enfoca a criação de novos territórios e territorialidades a partir do lazer/turismo. Entendem os autores que o processo de criação de um território turístico pode ser chamado de territorialização turística:

Um território criado a partir do lazer e/ou do turismo poderia ser chamado de *território turístico* e corresponderia ao espaço onde se efetivam as relações de poder entre os atores sociais envolvidos com o turismo. Quando determinado projeto ou empreendimento turístico instala-se em um lugar, inicia-se um processo de territorialização turística desse lugar, que levará à criação de um território turístico. (CANDIOTTO; SANTOS, 2009, p. 325).

E, ainda, “No território turístico, costuma predominar uma racionalidade econômica vertical, ditada pelo *trade* turístico, porém, há um conjunto de objetos e ações, locais e extra-locais que coexistem com os ditames do *trade*, podendo sucumbir a estes ou não.” (CANDIOTTO; SANTOS, 2009, p. 326).

O remanescente da trincheira da Guerra do Paraguai - marco histórico desse acontecimento – é aqui pensado como possível instrumento para valorizar intrínsecas relações entre o ambiente natural, ambiente construído e populações envolvidas, visto ser assunto para se debater com moradores de Barão de Melgaço, município inserido no Pantanal de Mato Grosso, onde já se praticam atividades turísticas de diversas naturezas, mas com estrutura física e alicerce socioespacial deficientes.

O Pantanal Mato-Grossense



Águas de cheia do rio Cuiabá avançando sobre a principal avenida marginal da cidade de Barão de Melgaço. Foto Bordest. 2011

O Pantanal Mato-Grossense é uma das maiores extensões úmidas contínuas da Terra. Posiciona-se no centro da América do Sul, integrando-se à bacia do Paraguai. Dos seus 138.183 km² de extensão territorial, 65% estão no estado de Mato Grosso e 35% em Mato Grosso do Sul. O território pantaneiro mato-grossense abarca extensa área aluvial drenada pelo rio Paraguai e seu principal afluente, o rio Cuiabá, destacando-se ainda, inúmeros corpos d'água com denominações locais: *corixos*, baias, lagoas etc. Pelas suas características ecoambientais e pela rica experiência de vida de sua gente, no ano 2000, foi reconhecido pela Unesco, como Reserva da Biosfera. Detentor de expressivas belezas cênicas, atrativos naturais e culturais, o Pantanal vem se constituindo em alvo de mudanças socioespaciais ocasionadas por vários motivos, dentre os quais, pelo afluxo de turistas, além da crescente ocupação caracterizada pela construção de

residências de lazer, como chácaras, pesqueiros, hotéis e pousadas. Nesse contexto, aos poucos, as bucólicas cidades de Barão de Melgaço, Santo Antônio de Leverger, Poconé e Cáceres, provavelmente, deixarão de ser comunidades pacatas para se tornarem enclaves turísticos em meio pantaneiro. Na verdade, no Pantanal, o Turismo de Natureza ainda é mais desenvolvido que o Cultural, embora algumas práticas isoladas de ecoturismo e do turismo no espaço rural, envolvendo o cultural, já aconteçam. Nesse sentido, reconhece-se que há muito que fazer no estado de Mato Grosso para otimizar a experiência do turista. Daí, a proposta de investir na interpretação do patrimônio, buscando apreender a produção e o consumo do espaço geográfico, que acontece com a criação de novos territórios turísticos, pois se refere às relações de poder entre indivíduos, grupos sociais, instituições públicas e firmas privadas.

Conforme os autores Candiotto e Santos (2009):

A territorialização turística corresponderia à entrada de novos objetos técnicos em função do turismo, de novos atores sociais, das ações desses atores e suas *intencionalidades*, de atividades econômicas, usos do solo, dos recursos naturais, da idealização do rural, da cultura e da natureza. Esses novos elementos, apesar de terem forte influência das *verticalidades* (ações globais), inserem-se no lugar como *horizontalidades* e modificam a dinâmica espacial local, o *espaço banal* (Santos, 1996). Isso conduz a novas relações culturais, isto é, a novas territorialidades, seja para a população local (direta e indiretamente ligada ao turismo), seja para empreendedores e para os turistas (em menor proporção). (CANDIOTTO; SANTOS, 2009, p. 326-327).

É consenso que as principais mudanças no que tange à territorialidade ocorrem com a população

residente nas áreas receptoras dos turistas. Para Swarbrooke (2000), a percepção dos autóctones é a mais afetada, pois, “[...] passam a desejar objetos e a copiar hábitos e padrões de consumo dos turistas”. Contudo, ressaltam Candiotto e Santos (2009, p. 329) que, mesmo de forma mais tímida, os turistas também podem ser influenciados pela população receptora. Com a preocupação das mudanças nas territorialidades locais, Bordest (1997), referindo-se às tendências de exploração da potencialidade turística em Barão de Melgaço, ressalta que, como os elementos naturais são mais visíveis na paisagem melgasense, os recursos hídricos, a fauna e a vegetação, já propiciam atrativos para o turismo contemplativo, pesqueiro e esportivo, ligado a práticas massificantes e muitas vezes, prejudiciais ao meio. De outro lado, também formas menos impactantes dessa atividade começam a ser sondadas no município, como o ecoturismo cultural no contexto do turismo rural. Estas modalidades turísticas requerem atitudes e comportamentos compatíveis com o turismo responsável, tanto por parte dos que promovem como de quem visita os locais dos atrativos. Assim, algumas práticas usadas, como a visita aos *ninhais*, só deve ser permitida dentro de critérios aceitos, focagem de peixe e aves merece ser repensada, caminhadas em trilhas, safáris fotográficos têm que ser planejados, bem como as visitas a comunidades tradicionais.

Tudo isso exige intenso preparo educacional de pessoas que tomarão parte no processo turístico: como guias, informantes, promotores de viagens, hospedarias, autóctones dos centros receptivos, líderes governamentais e de sociedade organizada. Considerando-se a necessidade de conter agressões às

práticas de uso inadequado dos planaltos adjacentes e das áreas úmidas, reconhece-se no turismo uma das alternativas para contribuir com a sustentabilidade, ao gerar emprego e renda aos moradores.

Sabendo-se que as interpretações de lugares, acervos, saberes e fazeres culturais são, antes de tudo, instrumento de comunicação com o morador, assim como para os visitantes e o turista, propõe-se para questionamento inicial: como provocar nos autóctones o interesse pelo assunto “turismo responsável” a partir da observação, das lembranças, do cotidiano, inscritas no ambiente pantaneiro? Entendendo a territorialização

turística como uma das faces do capitalismo, marcada pela acumulação flexível, em que natureza e cultura são cada vez mais transformadas em mercadoria, o assunto é aqui abordado projetando a manutenção de relações intrínsecas entre ambiente construído, populações envolvidas e natureza, temática que deverá ser debatida futuramente com os moradores de Barão de Melgaço. O espaço físico da trincheira da Guerra do Paraguai, que abriga um Memorial em território pantaneiro, é propício à reflexão com os envolvidos no processo de territorialização turística, possibilitando contribuir para a efetivação do turismo diferenciado (ecocultural).



Barão de Melgaço. Construção do Memorial da Guerra do Paraguai. Foto Bordest. 2011.



Barão de Melgaço. Frontal da construção do Memorial da Guerra do Paraguai. Foto Bordest. 2011.

É fundamental que se dissemine o conhecimento ambiental rememorando grandes nomes da História mato-grossense. Exemplifica esse entendimento o cognome das cidades pantaneiras de Barão de Melgaço e Santo Antônio de Leverger, banhadas pelo rio Cuiabá, na transição da Depressão Cuiabana para o Pantanal Mato-Grossense. Há, ainda, na capital do

Estado, ruas, praças, escolas e instituições, com o nome do Barão. Serpenteando a cidade de Barão de Melgaço, que abriga o Memorial da Guerra do Paraguai, o rio Cuiabá constitui rico elemento da natureza que enfeita a cidade e se comporta como importante bem cultural regional intimamente ligado à questão da trincheira.

O Plano interpretativo e suas etapas

Referindo-se ao Plano Interpretativo, escrevem Murta e Goodey (2002, p. 19-20): “A interpretação não é um evento em si, mas um processo contínuo que envolve a comunidade com o passado, o presente e o futuro acervo de um sítio ou de uma cidade. Seu objetivo é apresentá-los, promovê-los e atualizá-los como marcos importantes e como atrações.”

Ainda, Murta e Goodey ponderam:

Um plano interpretativo, incorporando as vozes da comunidade, visa estabelecer no espaço uma *rede de descobertas* e de desfrute para residentes, visitantes e turistas, ampliando as possibilidades de desenvolvimento de projetos turísticos e culturais. (MURTA; GOODEY, 2002, p. 20).

Considerando que o planejamento exige algumas etapas, é necessário decidir sobre o que vale a pena mostrar. Para Murta e Goodey, são três as etapas essenciais de um plano interpretativo:

- inventário e registro de recursos, temas e mercado,
- desenho e montagem da interpretação,
- gestão e promoção.

Embasados nos ensinamentos dos autores citados, aplica-se, no caso de Barão de Melgaço, a ideia de “inventário de temas e elementos significativos sobre o lugar”:

[...] um inventário de *temas e elementos significativos* sobre o lugar, sua história e topografia, seus personagens e lendas, seus sítios e edificações, exigirá pesquisa junto às pessoas do lugar, profissionais e amadores. E, mais, que o público-alvo e os *mercados* específicos serão levantados e definidos na fase dos inventários. Para isso convém proceder as seguintes indagações: Qual o mercado ou segmentos de mercado para a atração? (idade, nível educacional, de renda, interesses). Qual o número de visitantes,

duração da visita? Qual a origem e expectativas dos visitantes? (MURTA; GOODEY, 2002, p. 21)

1-Inventário e registro de recursos, temas e mercado

Futuramente, todos os recursos culturais e ambientais, técnicos e financeiros deverão ser levantados, o que envolverá diferentes setores da administração pública e da comunidade. Para tanto, perguntaremos: - o que mais há para ser interpretado; - como o Memorial se relaciona com o ambiente mais amplo? - com que recursos financeiros se podem contar? Com esta preocupação, retomamos Bordest e Silva (2002), para destacarmos o registro de cenários e potencialidades do centro urbano de Barão:

1a - Centro urbano e monumentos históricos: inventário e registro de recursos temas e mercados.

O centro urbano de Barão de Melgaço guarda um rico arsenal de bens patrimoniais, dentre os quais, a igreja, o porto fluvial, o casario antigo, as vielas, e a trincheira da Guerra do Paraguai.

A Igreja Nossa Senhora das Dores: padroeira da cidade, reúne para o ofício religioso e social pessoas da redondeza, principalmente nos dias da sua festa. No passado, as festas duravam até nove dias, atualmente são de três a quatro, quando reúnem o festeiro, devotos e visitantes. Também outros santos são homenageados, dentre eles São Gonçalo, São Pedro, São João, São José e Nossa Senhora Aparecida.

Dossiê



Interior da Igreja Nossa Senhora das Dores, Barão de Melgaço.
Foto Bordest. 2011.

O cais do porto: lembra histórias do seu passado, quando o rio Cuiabá, principal afluente do Paraguai, representava importante meio de transporte local no contexto da bacia hidrográfica. No passado, quase tudo que abastecia as cidades mato-grossenses vinha de Corumbá, conforme contam os antigos moradores. Até o início da década de 1970, por aí passavam, a cada 10 dias, navios que vinham da bacia do Prata, transportando cimento, farinha de mandioca, crina de animal, couro *vacum* e mais tarde couro de jacaré. Essa movimentação econômica e cultural perdurou, com relativa assiduidade, até 1930. Depois, ficou a marca da destruição pela pesca predatória, dizem os antigos moradores. Hoje, o cais do porto é local de onde se

tem uma bela paisagem do rio Cuiabá, de vivências ribeirinhas e de confraternização de visitantes para saborearem a comida regional, em geral a peixada. *O casario antigo, as ruas e vielas:* Contornando a margem do rio Cuiabá, com ampla visão para observar as embarcações, se encontra a maioria das casas da cidade de Barão de Melgaço. Rememorando o passado colonial, ruas e vielas em paralelepípedos sobem paredões que expõem afloramentos quartzíticos.

O busto do fundador da cidade: Também voltado para o rio, se ergue um monumento em homenagem ao almirante Augusto João Manoel Leverger, cognome da cidade.

Considerado um exemplo de cultura, conforme assevera Jucá (2002): Augusto Leverger nasceu em Malô, Bretanha, na França, no dia 30 de janeiro de 1802, e chegou a Cuiabá no dia 23 de novembro de 1830, ainda muito jovem. Além de ser o maior estadista de Mato Grosso no Império, ele soube lutar com bravura no Forte de Coimbra e resistir nas colinas de Melgaço, não permitindo que o inimigo chegasse à capital da província e ocupasse esta parte do território brasileiro. Faleceu em Cuiabá, no dia 14

Cais do porto da cidade de Barão de Melgaço. Cuiabá. Foto Bordest. 2011.



Embarcação de Turismo no cais do porto de Barão de Melgaço. Foto Bordest. 2011.





Barão de Melgaço. Casario antigo à margem do rio Cuiabá.
Foto Bordest. 2011.

de janeiro de 1880, sendo consagrado como um grande exemplo de cultura. Na Casa Barão de Melgaço, onde este personagem viveu por anos e onde faleceu, funcionam as duas mais antigas e importantes entidades culturais do Estado: o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e a Academia Mato-Grossense de Letras.

Trincheira histórica: O Morro de Chacororé lembra fatos ocorridos em uma trincheira histórica, reminiscência da Guerra do Paraguai. Ressalta-se que o episódio da defesa de Melgaço é amplamente descrita por historiadores do IHGMT, como Virgílio Corrêa Filho, Estevão de Mendonça, António de Arruda, Lenine de Campos Póvoas e Elizabeth Madureira Siqueira, dentre outros. Nesse local construiu-se o Memorial da Guerra do Paraguai.

Registros de Bordest (2002 e 2005) assinalam que como parte do patrimônio imaterial regional e das manifestações populares mato-grossenses, o folclore melgasense é ainda bastante preservado na comunidade de Barão de Melgaço, com destaque para o *cururu*, cultivado pelo caboclo, dançado apenas pelos homens, ao som da viola de cocho, do ganzá e do mocho, em roda constituída pelos cururueiros, que efetuam movimentos coreográficos enquanto tiram versos. O siriri, possivelmente de origem lusitana, apresenta traços culturais africanos e indígenas.

As canções exaltam o contexto cultural dos cantadores e tiradores de siriri, ao som do ganzá, viola e do mocho. O *boi-à-serra*, é uma dança que se concentra na figura de um boi bastante colorido, boi do Pantanal. Acompanham este animal as figuras lendárias Mãe de Morro, Negrinho d'Água, Pé-de-Garrafa, Boi-Tata e Ema, esta protetora do rebanho no Pantanal. Os sons decorrem da viola de cocho, ganzá e do mocho.

Ib–Desenho e montagem

Para a etapa seguinte sobre *desenho e montagem da interpretação*, cuja pesquisa de campo será realizada, se terá em mente três questões sobre comunicação, que desejamos sejam estabelecidas com os visitantes:

O que queremos que saibam?

O que queremos que sintam?

O que queremos que façam?

Também importante se torna o conceito de “atendimento ao cliente”, que assegura ao turista informação e entretenimento adequados.



Barão de Melgaço. Monumento em homenagem ao fundador da cidade.
Foto Bordest. 2011.

Barão de Melgaço.
Placa do Monumento.
Foto Bordest. 2011.



Ic - Gestão e promoção

O turismo cultural se viabiliza, em grande parte, por meio da interpretação planejada e realizada com a comunidade, que deve ser a melhor anfitriã de seus visitantes. Pelo método interpretativo, o lugar, além de se expor naturalmente à aplicação do público, pode falar sobre si mesmo e explicar sua identidade. (Bordest, 2005, p. 57).

A gestão de um plano de interpretação é crucial para garantir a preservação e atualização das instalações interpretadas, sejam elas privadas, públicas ou gerenciadas em parceria com a comunidade. É necessário programar as necessidades de monitoramento, avaliação permanente, atualização e treinamento da equipe. Por outro lado, a publicidade nos diversos meios de comunicação deve ser planejada de modo a promover o lugar interpretado. Folhetos, painéis mapas e guias ilustrados, dirigidos tanto aos residentes do local quanto aos visitantes. Outros meios, como a televisão, o rádio e jornais, também são importantes. Merece especial atenção os horários de visitação, qualidade de acesso e forma de melhor orienta o do visitante.

Focando a trincheira Histórica da Guerra do Paraguai



Barão de Melgaço. Bosque. Resquício de mata ciliar (APP) no acesso   trincheira da Guerra do Paraguai. Foto Bordest. 2011



Acesso   trincheira remanescente da Guerra do Paraguai, Barão de Melgaço, Memorial. Foto Siqueira. 2011.

A constru o de atrativos com a comunidade e/ou visitante deve iniciar-se do próprio Memorial. Assim, a ambienta o com o visitante e comunidade se dará com o entorno mais próximo, naquilo que se considera como a apropria o do território turístico da *trincheira histórica da guerra do Paraguai*, de maneira a apresentar uma particularidade da imensurável potencialidade patrimonial do Pantanal Mato-grossense. A seguir, os passos iniciais para se ler o terreno:

- A vista: Observar o terreno com sensibilidade;
- A declividade: o caimento do terreno para onde fica a trincheira;
- A limpeza do terreno deve respeitar a vegeta o original;
- A trilha sinalizada: apontando os principais recursos naturais e/ou edificados na  rea;
- A vegeta o nativa: valorizando a vegeta o ciliar e APPs;
- A  rvore simbólica: a ser reconhecida pelos moradores;
- A vegeta o ciliar: forma localmente uma espécie de bosque (grande porão de árvores reunidas) que acompanha o caimento da encosta;
- Corpos d'água: o rio, lagoas etc.;
- A edifica o: o Memorial - a casa por dentro e seu entorno;
- O centro de informa o para visitantes: adornado com painéis ilustrados e orientando moradores e visitantes sobre detalhes do Memorial.

Considerações Finais

O reconhecimento da necessária preservação da trincheira da Guerra do Paraguai, em Barão de Melgaço, como monumento de valor histórico e de identidade local, a exemplo do Memorial Rondon, em Mimoso, abre caminho para a territorialização turística pantaneira, projetando nova dimensão de atrativos turísticos, além da valorização da sua incontestável riqueza bionatural e cultural, desde que realizada com efetiva participação das comunidades locais.

O grande mérito do Memorial da Guerra do Paraguai é que a obra foi projetada visando a preservação do fato histórico e da natureza do entorno, preocupando-se ainda com a inclusão da população local que, com seu saberes e expectativas, darão dinâmica ao Memorial. O turismo sustentado deve harmonizar-se por meio de seus principais componentes: a comunidade receptora, os visitantes, o meio ambiente e a própria atividade turística,

para que seja catalisadora da conservação dos ambientes naturais e culturais, contribuindo para a geração de empregos e renda nas comunidades.

No turismo diferenciado, a esperança do turismo cultural e ecológico é que ele ofereça número reduzido de visitantes que percorrem lugares, com vagar, reunindo o número de experiências com maior qualidade, recebendo mensagens mais detalhadas sobre o significado de lugares e manifestações. O Memorial da Guerra do Paraguai deverá ser visto com um olhar diferente daqueles que só têm visão mercadológica sobre atrativos turísticos. Como a perspectiva deste Memorial é promover a ambientação cultural e educacional, visa também atender turistas que alegam a dificuldade para obter informações sobre a cultura e a história das cidades que visitam, queixando-se da falta de espaços públicos para visitação em seu tempo livre.

Referências

- BORDEST, S. M. L. *Uma abordagem territorial no entorno de experiências ambientais*. Palestra III SEREX/UFMT - Mesa Redonda: Direitos Humanos e Educação ambiental. (Michèle Sato, Valério Mazzuolli, Suíse Bordest). Centro Cultural/UFMT. Em 29/04/2010.
- BORDEST, S. M. L.; SILVA, U. M. Barão de Melgaço, o personagem, o Pantanal e o município. A propósito do turismo cultural. In: *Revista do IHGMT*, v. 60, 2002, p. 145-154.
- BORDEST, S. M. L. Pantanal Mato-Grossense de Barão de Melgaço. Interpretação do Patrimônio Cultural. Rio Claro, SP: *OLAM – Ciência e Tecnologia*, v.5, n. 1, p. 158-167, 2005.
- BORDEST, S. M. L. *Patrimônio ambiental de Chapada dos Guimarães: Olhares e possibilidades culturais*. Cuiabá: EdUFMT, 2005.
- BORDEST, S. M. L.; MACEDO, M.; PRIANT, J. C. R. *Matutando Turismo*. Cuiabá: EdUFMT, 1997.
- CANDIOTTO, L. Z. P.; SANTOS, R. A. Experiências em torno de uma abordagem territorial. In: SAQUETE, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). *Territórios e Territorialidades* p. 217-249. São Paulo: Expressão Popular; EdUNESP, 2009.
- JUCÁ, P. R. *Barão de Melgaço, Exemplo de Cultura*. In: Varanda Cuiabana (Memórias). Jornal Eletrônico, prjuca@terra.com.br, Cuiabá. Acesso 12/05/2002.
- MEDEIROS, R. M. V. Território, Espaço de Identidade. In: *Territórios e Territorialidades*. SAQUETE, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). São Paulo: Expressão popular: UNESP, 2009, p. 217-249.
- MURTA, S. M.; ALBANO, C. *Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte: EdUFMG; Território Brasilis, 2002.
- MURTA, S. M., GOODEY, B. Interpretação do patrimônio para visitantes: um quadro conceitual. In: MURTA, S. M.; ALBANO, C. (Orgs.). *Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte: EdUFMG; Território Brasilis, 2002.

ESTÂNCIA ECOLÓGICA SESC-PANTANAL SURGIMENTO E CONSOLIDAÇÃO NO CONTEXTO PANTANEIRO

SESC-PANTANAL ECOLOGICAL ESTATE EMERGENCE AND CONSOLIDATION WITHIN THE PANTANAL

Cristina Cuiabália Rodrigues Pimentel⁴
Onélia Carmem Rossetto⁵

RESUMO: A Estância Ecológica SESC-Pantanal (EESP), criada pelo Serviço Social do Comércio (SESC) consiste em uma importante iniciativa para conservação da planície pantaneira. Este artigo visa apresentar algumas das principais políticas conservacionistas direcionadas ao pantanal mato-grossense e compreender o processo de criação da EESP, especialmente os aspectos precursores de sua concepção. Com abordagem predominantemente qualitativa, a pesquisa considerou também dados quantitativos. Constatou-se, portanto, que a criação da EESP representou a incorporação da questão ambiental pela política institucional do SESC. A entidade se sobressaiu dentre as principais políticas anteriores dedicadas à região contribuindo, assim, para a conservação efetiva do pantanal mato-grossense.

Palavras-chave: Estância Ecológica SESC-Pantanal. Política ambiental. Pantanal Mato-grossense.

ABSTRACT: The SESC-Pantanal Ecological Estate (SPEE) developed by the Social Service of Commerce (SSC) consists in one important initiative for the conservation of the pantanal. This article aims to present some of the main conservation policies directed to the pantanal and comprehend the rise process of the SPEE specially the precursor aspects of its conception. With a prevailing qualitative approach the research has also considered quantitative data. It was concluded then that the rise of SPEE represented the incorporation of the environmental questions by the institutional policy of the SSC. The entity has surpassed the main policies made before in the region adding strongly the effective conservation of the pantanal.

Keywords: SESC-Pantanal Ecological Estate. Environmental Policy. Pantanal of Mato Grosso.

⁴ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo (PROCAM - USP). Endereço eletrônico: cuiabalia@usp.br. Pesquisa desenvolvida no âmbito do Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade do Pantanal GECA/UFMT – Instituto Nacional de Áreas Úmidas INAU/Centro de Pesquisas do Pantanal - CPP

⁵ Doutora em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (UnB), Docente do Departamento de Geografia do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Endereço eletrônico: carmemrossetto@gmail.com Pesquisa desenvolvida no âmbito do Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade do Pantanal GECA/UFMT – Instituto Nacional de Áreas Úmidas INAU/Centro de Pesquisas do Pantanal – CPP.

Introdução

O pantanal tem se tornado um dos focos no âmbito da ampla discussão a respeito das políticas ambientais no Brasil, principalmente a partir da década de 1990, devido a um maior reconhecimento de sua importância enquanto bioma e direcionamento de ações no sentido de evitar ameaças emergentes. Esta planície constitui-se em uma das mais importantes áreas úmidas do planeta, que abrange cerca de 138.183 Km² em território brasileiro, localizada na Bacia Hidrográfica do Alto Rio Paraguai nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (SILVA, ABDON, 1998, p. 1.706) e aproximadamente outros 20.000 Km² abrangendo os territórios da Bolívia e do Paraguai (CUNHA et al., 2006, p. 02).

É uma região peculiar, caracterizada pelo regime hidrológico que, em função dos aspectos físicos de baixa altitude e pouca declividade, configura uma composição biológica que resulta em processos ecológicos únicos pela sua complexidade condicionada pelo pulso de inundação. Neste contexto, é essencial considerar a necessidade de garantir que os ecossistemas, bem como os povos pantaneiros, sejam reconhecidos e protegidos através de políticas públicas específicas.

Uma das iniciativas de destaque para o desenvolvimento bem como para a conservação neste contexto, foi o estabelecimento da Estância Ecológica SESC-Pantanal (EESP) pelo Serviço Social do Comércio (SESC). Dentre as ações conservacionistas que incidem sobre a região do pantanal mato-grossense, a EESP tem apresentado resultados significativos, conduzindo ao aprimoramento de políticas institucionais e repercutindo positivamente no estado.

Atualmente, a instituição é composta por cinco unidades de trabalho: a Base Administrativa, o Hotel SESC Porto Cercado, a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) SESC-Pantanal, o Parque SESC Baía das Pedras e o Centro de Atividades de Poconé. A RPPN tem conquistado notoriedade por sua extensão de 106.335,86 ha e por ser um modelo de gestão e manejo dos ecossistemas que abriga.

Portanto, este artigo tem como objetivo apresentar algumas das principais políticas para a conservação do pantanal, destacando a implantação da EESP, que atua há 13 anos na região do pantanal de Barão de Melgaço através das ações de manejo da RPPN SESC-Pantanal. Desta forma, pretende-se compreender o processo de criação da EESP, especificamente da Reserva, a qual vem se consolidando como uma das mais importantes unidades de conservação privadas do país.

A abordagem metodológica utilizada baseou-se em pesquisa qualitativa, não excluindo a análise de dados quantitativos que complementam o estudo. Segundo Triviños (1987, p. 189), a abordagem qualitativa

intenta captar não só a aparência do fenômeno, como também sua essência. Busca, porém, as causas da existência dele, procurando explicar sua origem, suas relações, suas mudanças e se esforça por intuir as consequências que terão para a vida humana. (TRIVIÑOS, 1987, p. 189).

Portanto, a pesquisa qualitativa visa consolidar procedimentos para superar os limites das análises quantitativas e, a partir da perspectiva dialética, a pesquisa busca o significado dos

fenômenos, considerando as motivações e valores inerentes às relações humanas (PÁDUA, 1997, p. 31).

Os dados primários e secundários foram obtidos através de pesquisa documental e bibliográfica, com a coleta de informações em diferentes fontes documentais, tais como relatórios e publicações institucionais, anuários estatísticos, artigos científicos, dentre outros. A análise conduziu aos resultados de forma polissêmica, buscando-se aproximar das diferentes possibilidades de reflexões acerca dos dados coletados.

Pantanal Mato-Grossense e políticas para sua conservação

O Pantanal define-se por uma planície que passa por extensa inundação durante a estação chuvosa, em que os rios transbordam e as águas pluviais se estendem amplamente e, durante o período de estiagem, os rios voltam aos seus níveis mais baixos e as áreas, antes inundadas, tornam-se secas, processo chamado pulso de inundação (JUNK et al., 2007, p. 160).

Pantanal é o nome atribuído pelos monçoeiros, em meados do século XVIII. Até este período, a planície era reconhecida como *Laguna de los Xarayes*, denominação referenciada pelos conquistadores espanhóis, primeiros relatores que registraram a paisagem inundável da bacia alto-paraguaia (COSTA, 1999, p. 18). O termo pantanal sugere uma área de pântanos, porém, Junk et al. (2007, p. 160) esclarecem que a planície pantaneira consiste em um conjunto de ecossistemas diferentes entre si e dinâmicos, não apenas em ambientes úmidos permanentemente.

Esta planície, caracterizada pela baixa capacidade de drenagem do seu sistema fluvial, está

localizada na Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai, na região Centro-Oeste do Brasil, posicionada num nível de altitude entre 80 e 150 metros (IBGE, 2004). Seus solos são predominantemente pouco permeáveis e o gradiente de elevação média na planície é de 25 centímetros a partir de 01 quilômetro de leste a oeste e 01 centímetro a cada 01 quilômetro de norte a sul (HAMILTON, 2002, p. 135). A sutil declividade é um fator chave para a dinâmica hidrológica dos ecossistemas, porque é um dos principais fatores determinantes que, juntamente com as precipitações e características climáticas, configuram o bioma pantaneiro.

O Pantanal Mato-grossense, porção norte da planície, constitui-se em uma das regiões vitais às demais áreas deste bioma. Esta importância se dá principalmente em função de sua localização, por abrigar afluentes do complexo regime hidrológico da bacia hidrográfica. É também uma região vulnerável às ameaças provenientes das regiões adjacentes.

Mato Grosso, a partir da década de 1980, começou a consolidar suas profundas transformações sociais e econômicas com a ocupação de seu território de forma intensa promovida na década de 1970, por meio da política de integração nacional. Em 1980, a população era de 1.138.691 habitantes; em 1991, passou para 2.027.231; em 1996, chegou a 2.235.832, atingindo, em 1998, 2.322.732 habitantes. Atualmente a população do estado é cerca de 3.033.991 habitantes (IBGE, 2010); sua taxa de crescimento populacional é em torno de 2,40 ao ano, sendo 1,64 a média brasileira.

O estado tem como base econômica atividades agropecuárias, como a criação de bovinos, equinos, asininos, ovinos e caprinos, produção de soja, milho, arroz, feijão, algodão, cana-de-açúcar dentre outras que

promovem a substituição da cobertura vegetal nativa por pasto ou monoculturas associadas ao desmatamento. A condução inadequada de tais práticas tem gerado perda da biodiversidade, modificações na composição do solo ocasionando sua erosão e a contaminação das águas superficiais e subterrâneas com agrotóxicos, defensivos agrícolas, além do assoreamento dos corpos d'água.

Com a intensificação das práticas agrícolas no norte e médio norte de Mato Grosso, tais problemas repercutem não apenas localmente, mas também na região da planície pantaneira, área que recebe grande parte do fluxo das demais bacias das regiões de planalto, onde se localizam importantes mananciais hídricos ameaçados pela agricultura com intenso uso de fertilizantes, herbicidas, inseticidas, calcário e fungicidas. Desta forma, os impactos negativos atingem uma abrangência que requer políticas públicas voltadas para o reconhecimento destas problemáticas como um todo, e não de forma secundária, pontual e desarticulada.

Uma das primeiras iniciativas de reconhecimento mais abrangente da bacia hidrográfica, trata-se do Estudo de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Alto Paraguai (EDIBAP), realizado nos anos de 1970, apoiado pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e pelas Nações Unidas (Pnud) (DOUROJEANNI, 2006, p. 104). A partir deste estudo, foi realizado o Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai (PCBAP) no início da década de 1990, com financiamento do Banco Mundial (Bird), juntamente com o Ministério do Meio Ambiente e os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Este Plano teve como objetivo

[...] disciplinar o desenvolvimento econômico existente e potencial da BAP [Bacia do Alto Paraguai], definindo diretrizes e estratégias gerais e específicas de ação, formando a base técnica necessária para iniciar o processo de ordenamento territorial. (PCBAP, 1997, p. 4).

A metodologia deste trabalho envolveu basicamente o Diagnóstico Integrado, o Zoneamento Ambiental e o Prognóstico com diretrizes de uso e ocupação, os quais se pautaram nos critérios de preservação ambiental, conservação ambiental e desenvolvimento sustentável considerando aspectos físicos, bióticos, socioeconômicos e jurídico-institucionais da Bacia do Alto Paraguai (PCBAP, 1997, p. 4).

Entretanto, apesar de resultar em um diagnóstico da bacia hidrográfica em seus diversos aspectos e ter apontado diretrizes para promover a conservação dos ecossistemas pantaneiros, o PCBAP não teve a aplicabilidade prevista em virtude da abrangência e complexidade da planície, sendo mais apropriada uma gestão por sub-bacias ou microbacias prioritárias (DOUROJEANNI, 2006, p. 104-105).

O Programa de Desenvolvimento Sustentável do Pantanal, conhecido também como BID Pantanal, elaborado em 2000 para atender às recomendações do PCBAP, constituiu-se em um programa a ser co-executado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e os governos de Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O custo total do Programa foi estimado em USD 400

milhões, sendo USD 165 milhões para a primeira fase e USD 235 milhões para a segunda fase, em um prazo de execução total de oito anos. O financiamento da segunda fase estava condicionado ao alcance dos objetivos da primeira fase (BID, 2006, p. 04).

O Programa tinha como objetivo promover o desenvolvimento da Bacia Hidrográfica do Alto Rio Paraguai, com ênfase no Pantanal, a partir do gerenciamento e conservação dos recursos naturais e a promoção de atividades econômicas compatíveis ambientalmente com os ecossistemas (BID, 2006, p. 04). Inicialmente, sua preparação durou cerca de cinco anos, sob responsabilidade dos governos de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e tinha como ênfase os componentes de infraestrutura (estradas e saneamento). Em virtude da insuficiência de recursos, foi firmado o contrato com o Governo Federal e o BID para subsidiar o Programa, dotando-o com caráter ambiental.

Mesmo com o financiamento, o Programa não obteve alcance satisfatório dos seus objetivos. Segundo o Relatório Final de Projeto referente à primeira fase do Programa, a avaliação indicou inefetividade do desenvolvimento, a implementação do Projeto foi muito insatisfatória, o desenvolvimento institucional foi irrelevante, quanto à sustentabilidade sua efetividade foi improvável e o desempenho do executor foi muito insatisfatório (BID, 2006, p. 08).

Tal insucesso foi atribuído principalmente ao não estabelecimento, por parte do órgão executor (MMA), de uma linha de base para medir e comparar produtos e efeitos programados e alcançados, a não definição de um eixo estruturador responsável para reunir informações e direcionar o trabalho, a não implementação do Plano de Execução, à ausência de um mecanismo operativo com o Banco para controle dos

avanços físicos e financeiros do projeto e a não contratação de uma instituição gerenciadora, como o Projeto previa (BID, 2006, p. 19-21).

Outras iniciativas que poderão repercutir positivamente para a conservação dos ecossistemas pantaneiros em Mato Grosso são o Zoneamento Socioeconômico Ecológico de Mato Grosso e o Plano Estadual de Recursos Hídricos, divulgados em 2008 (SEPLAN-MT, 2010) e 2009 (SEMA-MT, 2009) respectivamente. Entretanto, o Zoneamento está atualmente sendo revisado e, quanto ao Plano Estadual de Recursos Hídricos, ainda não foram implementadas políticas concretas direcionadas à Bacia Hidrográfica do Alto Rio Paraguai, como, por exemplo, a criação de Comitês de Bacia ou Sub-bacias.

Paralelamente a estas políticas, um dos mecanismos para a proteção do pantanal mato-grossense tem sido a implantação de unidades de conservação (UCs). Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), instituído pela Lei n. 9.885 de 18 de julho de 2000, unidade de conservação constitui-se num

[...] espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.” (SNUC, 2000).

Portanto, estas áreas são dedicadas especificamente à proteção e conservação da diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais associados, como define o Sistema Estadual de Unidades de Conservação de Mato Grosso (SEUC) instituído pelo Decreto Estadual n. 1.795 de 4 de

novembro de 1997. O SEUC define três categorias de UCs: de Proteção Integral, as de Uso Sustentável e as de Manejo Provisório; enquanto que o SNUC apresenta apenas as duas primeiras categorias.

De acordo com a delimitação da planície pantaneira proposta por Silva e Abdon (1998, p. 1.706) os municípios mato-grossenses que integram a planície com maior representatividade do bioma são: Cáceres, Poconé, Santo Antônio do Leverger e Barão de Melgaço. O último é o município do estado com maior proporção do pantanal, tendo 97,5% de sua área alagável ou alagada permanentemente (PIMENTEL, 2009, p. 123). Considerando estes quatro municípios e dados da SEMA-MT, há 10 unidades de conservação no pantanal mato-grossense, sendo 05 federais e 05 estaduais, como apresentado na figura 01.

No contexto das unidades de conservação, a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) SESC-Pantanal é uma das principais em virtude de

sua extensão, manejo e gestão, representando uma das unidades de trabalho de maior destaque no âmbito do Serviço Social do Comércio. Sua criação representou uma tomada de decisão da instituição diante da ascensão da questão ambiental na década de 1990, agregando esta temática às suas ações no contexto do bem-estar social, foco do SESC desde seu surgimento em meados da década de 1940.

Sua notoriedade tem contribuído para que se torne uma das referências em conservação e desenvolvimento no pantanal, fato que tem merecido análises e reflexões acerca dos êxitos obtidos através de suas políticas, num contexto em que importantes programas não têm alcançado os objetivos previstos.

Estância Ecológica SESC-Pantanal: a questão ambiental do Serviço Social do Comércio

A Estância Ecológica SESC-Pantanal representa a culminância de um processo de construção de uma política institucional do SESC, que, após o

	Unidade de Conservação	Esfera	Ano de Criação	Município em que está localizada
01	Estação Ecológica Taiamã	Federal	1981	Cáceres
02	Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense	Federal	1981	Poconé
03	Reserva Particular do Patrimônio Natural Estância Dorochê	Federal	1997	Poconé
04	Reserva Particular do Patrimônio Natural SESC-Pantanal	Federal	1997	Barão de Melgaço
05	Reserva Particular do Patrimônio Natural JUBRAN	Federal	2002	Cáceres
06	Estrada Parque Transpantaneira	Estadual	1996	Poconé
07	Estrada Parque Santo Antônio do Leverger - Porto de Fora - Barão de Melgaço	Estadual	2000	Santo Antônio do Leverger e Barão de Melgaço
08	Estrada Parque Poconé – Porto Cercado	Estadual	2000	Poconé
09	Parque Estadual Guirá	Estadual	2002	Cáceres
10	Parque Estadual Encontro das Águas	Estadual	2004	Poconé e Barão de Melgaço

Fig. 01) Unidades de conservação localizadas no Pantanal Mato-grossense. Fonte: Dados da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA-MT, 2010).

reconhecimento da necessidade de inserir a questão ambiental em sua agenda, concebeu a ideia da criação desta unidade bem como os princípios desta nova temática integrada ao bem-estar social.

O SESC, como as demais organizações que compõem a sociedade, está inserido no contexto das políticas públicas no âmbito nacional e distribui-se por todas as unidades federativas do país. De acordo com Rodrigues (2010, p. 13), a política pública pode ser entendida como um fluxo no qual diversos atores interagem continuamente na busca pela tomada de decisões que irão incidir sobre ações no coletivo, podendo ser delineada como um

[...] processo pelo qual os diversos grupos que compõem a sociedade – cujos interesses, valores e objetivos são divergentes – tomam decisões coletivas, que condicionam o conjunto dessa sociedade. Quando decisões coletivas são tomadas, elas se convertem em algo a ser compartilhado, isto é, em uma política comum. (RODRIGUES, 2010, p. 13).

O contexto das arenas em que emergem e se desenvolvem os conflitos econômicos, sociais e ideológicos, pode ser definido como o conjunto das organizações públicas estatais, as públicas não estatais, as corporativas e as privadas (BRESSER PEREIRA, 1999, p. 17) e as relações entre elas.

Desta forma, o SESC é uma instituição destinada à prestação de serviços que visam o bem-estar dos trabalhadores e seus familiares nos setores do comércio e serviços (REGO, 2002, p. 13). Foi criado em 13 de setembro de 1946, com a promulgação do

Decreto-Lei n. 9.853 pelo Governo Federal, a partir do impulso dado pela Carta da Paz Social. Este documento, divulgado pela Confederação Nacional do Comércio (CNC) e pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), expressava “o desejo de estabelecer solidariedade e harmonia entre capital e trabalho”, considerando que o passo inicial para humanizar estas relações seria a criação dos serviços sociais da indústria e do comércio (SESI, 2010).

A criação do SESC, assim como do SESI (Serviço Social da Indústria), representou uma forma de apaziguar a agitação operária de inspiração “comunista” ou “revolucionária”, minimizando a problemática social entre a classe trabalhadora destes setores e o Estado (REGO, 2002, p. 17).

O SESC pode ser definido como uma corporação de direito privado, porém, não se constitui enquanto empresa, pois integra indiretamente o aparelho estatal e tem caráter público, ainda que secundariamente (de interesse geral) (REGO, 2002, p. 64-66). Desta forma, trata-se de um novo aparato institucional, uma organização social autônoma vinculada ao Estado por meio de contratos de gestão com conotação eminentemente política (BARRETO In: BRESSER PEREIRA, GRAU, 1999, p. 129).

Essencialmente consiste em um arranjo híbrido, ou seja, por meio do contrato de gestão, a organização recebe recursos do Estado provenientes das contribuições do setor correspondente, promove a execução de políticas públicas, não com isso isentando o Estado da formulação, regulação, fiscalização e avaliação das políticas. É uma forma de desburocratizar o Estado, ampliando áreas de apoio à sociedade (VIEIRA in BRESSER PEREIRA, 1999, p. 244-247).

Portanto, esta arquitetura institucional tem possibilitado o desenvolvimento de ações descentralizadas em todas as unidades federativas do país ao longo de mais de 60 anos de atuação, sendo reconhecidas pela sociedade, principalmente nas frentes de trabalho: saúde, educação e cultura.

Complementarmente a este panorama, a questão ambiental, tão em pauta atualmente em grande parte das organizações na sociedade, surgiu ainda timidamente no âmbito do SESC no final da década de 1950, com o estabelecimento de um convênio com a União dos Escoteiros do Brasil, oferecendo ao seu público alvo (comerciários e familiares destes) atividades que possibilitavam o contato com o ambiente natural, em excursões e acampamentos. Porém, as publicações institucionais dos primeiros 50 anos do SESC, praticamente não mencionavam o tema ambiental ou ecológico com o a ênfase que a temática ganhou na década de 1990 (DOUROJEANNI, 2006, p. 176).

A década de 1990 foi um marco no percurso da questão ambiental no Brasil, por fatos importantes que contribuíram para que novos rumos fossem avistados em busca da ampla disseminação do tema. O crescente debate acerca das dimensões da questão ambiental colocou em foco uma outra forma de planejar ações globais e locais, de forma a possibilitar um desenvolvimento que articule avanços econômicos, sociais, culturais, políticos e ambientais.

Tais condições levaram a introdução desta questão nas diversas organizações na sociedade, conseqüentemente, o SESC, inserido neste contexto, assume a questão ambiental enquanto um problema pungente que compõe o conjunto de fatores que

envolvem o bem-estar social. Diante desta mudança no comportamento institucional, iniciou-se o processo de revisão incremental da política da entidade, agregando esta questão não apenas de forma a difundir a estrutura já existente, mas também criando uma transmutação que atenda a esta necessidade a partir de sua identidade política.

A decisão do SESC de adquirir em 1995 uma extensa propriedade no pantanal foi resultado da representatividade deste bioma e a carência de ações voltadas para sua conservação e desenvolvimento, assim como a abrangência ainda pouco disseminada da instituição no Estado de Mato Grosso nesse período (DOUROJEANNI, 2006, p. 177). Pode-se dizer que esta circunstância apresentou uma janela de oportunidade para certos empreendedores na orientação das ações neste sentido, como discutido por Kingdon (1995, p. 165), um momento oportuno para os defensores das propostas imporem suas soluções ou forcem a atenção para o problema em foco.

Neste caso, o reconhecimento da questão enquanto um problema fez com que o assunto ocupasse lugar de destaque na agenda política, como aponta Kingdon (1995, p. 114) “[...] sometimes, the recognition of a pressing problem is sufficient to gain a subject a prominent place on the policy agenda”. Vale ressaltar que o processo de reconhecimento se deu em função das circunstâncias que levaram os atores a incorporar a questão em debate.

Entende-se, portanto, que o processo de construção da política institucional nesse caso se deu a partir da entrada de um problema, com a discussão em torno das decisões a serem tomadas

para atendê-lo e a implementação de uma proposta. Neste processo, é destacada a participação influente de dirigentes do SESC em Mato Grosso, que empreenderam a ideia do Estado em ser o *locus* para a concretização do projeto ambiental do SESC.

Desta forma, foi concebida a Estância Ecológica SESC-Pantanal, com o propósito inicial de adquirir terras no pantanal mato-grossense para o estabelecimento de uma área protegida em forma de Reserva Particular do Patrimônio Natural. Esta categoria de unidade de conservação constitui-se em uma “área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica”, como previsto pelo Artigo 21 da Lei n. 9.985 de 18 de julho de 2000.

Durante o processo de compra das terras, tiveram como prioridade a aquisição das mais preservadas, com a possibilidade de ampliação para adjacências, uma etapa desafiadora em virtude das negociações com os proprietários das áreas, os quais nem sempre estavam decididos a efetuar a venda e não definiam valores adequados (DOUROJEANNI, 2006, p. 178). Primeiramente, foram comprados 2 terrenos, um à margem direita do rio Cuiabá, no município de Poconé e o outro à margem esquerda do mesmo rio, no município de Barão de Melgaço. Posteriormente foram adquiridas outras áreas, totalizando mais de 106 mil hectares em Barão de Melgaço e outras áreas em Poconé.

Neste conjunto, a EESP se estabeleceu gradualmente a partir de 1996, com a missão de promover a educação e a preservação ambiental, o ecoturismo e o desenvolvimento social e sustentável das populações dos municípios de Poconé e Barão de Melgaço (EESP, 2005, p. 04). É composta por cinco

unidades operacionais: Hotel SESC Porto Cercado, o Parque SESC Baía das Pedras, o Centro de Atividades de Poconé, a Base Administrativa em Várzea Grande e a RPPN SESC-Pantanal, principal representação dos objetivos da Estância.

Para a criação da Reserva, foram adquiridas 16 antigas fazendas de gado que se encontravam inoperantes no município de Barão de Melgaço, e posteriormente reconhecidas como RPPN pelo Ibama em 1997. Em 2003, a unidade foi integrada ao *Convention on the International Importance Especially as Waterfowl Habitat*, comumente conhecido como Convenção de Ramsar que trata de procedimentos internacionais para o uso racional e conservação dos habitats úmidos. A RPPN é considerada ainda Zona Núcleo da Reserva da Biosfera desde 2000 pela Unesco (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*). Sua localização corresponde ao Pantanal de Barão de Melgaço, sob influência do regime de cheias e vazantes dos rios Cuiabá (a noroeste) e São Lourenço (a sudeste) e atualmente possui uma área de 106.335,86 ha.

Sua gestão e manejo são referências no país pela infraestrutura mantida de forma a atender à natureza da categoria da unidade de conservação. A equipe de servidores ligados diretamente à RPPN é composta por uma Gerente de Pesquisas e Estudos, um piloto, 15 guarda-parques treinados para desempenhar as atividades na Reserva e 20 brigadistas, dos quais 14 são mateiros florestais e 06 são operadores de máquinas, contratados temporariamente no período da seca para as atividades de combate aos incêndios florestais (PIMENTEL, 2009, p.145). Neste universo, vale

destacar que um dos critérios prioritários para formação da equipe de guarda-parques foi, dentre outros, que os mesmos fossem moradores das comunidades do entorno.

As atividades desenvolvidas na Reserva são realizadas de acordo com as diretrizes do Plano de Manejo e orientações do Conselho Consultivo da unidade, e englobam, de forma geral, o monitoramento ambiental, ações de combate aos incêndios florestais na época da seca, acompanhamento de pesquisas científicas e manutenção da infraestrutura (postos de proteção ambiental, cercas, aceiros, barcos, veículos, equipamentos diversos, estradas, dentre outros). A relação com as comunidades rurais no entorno se dá por meio de projetos com temáticas identificadas pela própria comunidade, como, por exemplo, a apicultura, além de ações sociais periódicas no campo da saúde e educação.

Portanto, a criação da EESP e a implantação da Reserva foram a concretização das ideias precursoras da questão ambiental no contexto da política institucional do Serviço Social do Comércio, ultrapassando as barreiras que impediram outras políticas avançarem e alcançarem seus objetivos. A administração gerencial orientada para resultados, superando uma administração burocrática, pode vir a superar o desafio da eficiência e efetividade na execução das políticas ambientais no pantanal mato-grossense.

Considerações Finais

O panorama de políticas ambientais no pantanal mato-grossense, assim como em outros contextos, exige articulação de diversos aspectos para que tenha flexibilidade e alcance êxito. As circunstâncias em que a política acontece demandam resiliência às organizações, isto é, que possuam a capacidade de se adaptar às mudanças, e, ao mesmo tempo, resistir às adversidades trazidas pelas perturbações inerentes aos conflitos, evoluindo e fortalecendo suas ações.

Desta forma, a partir do reconhecimento e agregação da questão ambiental por parte do Serviço Social do Comércio, a criação da Estância Ecológica SESC-Pantanal representou o rompimento de políticas que até então vinham incidindo sobre este bioma em sua porção mato-grossense por outras organizações. A descentralização e autonomia dadas à instituição local, no caso estudado, têm possibilitado a efetividade de seus propósitos e aumento da visibilidade do pantanal como patrimônio natural a ser protegido e desenvolvido sob padrões com baixo impacto ambiental.

Portanto, as organizações devem considerar que estão em meio a processos dinâmicos na sociedade, que a cada tempo apresentam elementos que levam a novas configurações, assim como os ritmos das águas do pantanal, um complexo sistema de relações.

Referências

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). *Relatório Final de Projeto (Project Completion Report – PCR): Programa de Desenvolvimento Sustentável do Pantanal - 1ª fase*. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=774466>>. Acesso em: 05 nov. 2010.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. *Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai*. Resumo Executivo. Brasília: Programa Nacional do Meio Ambiente, 1997.

_____. *Lei 9.985, de 18 de julho de 2000*. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm>. Acesso em: 20 de dez. de 2010.

BRESSER PEREIRA, L. C. GRAU, N. C. (Orgs.). *O público não-estatal na reforma do Estado*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

COSTA, M. F. *História de um país inexistente: o Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Estação Liberdade: Kosmos, 1999.

CUNHA, C. N. RAWIEL, P. WANTZEN, K. M. JUNK, W. J. PRADO, A. L. Mapping and characterization of vegetation units by means of Landsat imagery and management recommendation for the Pantanal of Mato Grosso (Brazil) north of Poconé. *Amazoniana*, XIX (1/2), p. 1-34, 2006.

DOUROJEANNI, M. J. *Construindo o futuro do Pantanal*. Rio de Janeiro: SESC/Departamento Nacional, 2006.

ESTÂNCIA ECOLÓGICA SESC PANTANAL - EESP. *Programa de Trabalho*. Cuiabá: Serviço Social do Comércio, 2005.

HAMILTON, S. K. Hydrological controls of ecological structure and function in the Pantanal wetland (Brazil). The ecohydrology of South American Rivers and Wetlands. *IAHS Special Publication*, n. 6, p. 133-158, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA - IBGE. *Biomass Continentais do Brasil*. Brasília: IBGE, 2004. Escala: 1:5.000.000.

_____. *Estados: Mato Grosso*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=mt>>. Acesso em: 07 de nov. de 2010.

MATO GROSSO. *Decreto n.º 1.795, de 04 de novembro de 1997*. Dispõe sobre o Sistema Estadual de Unidades de Conservação e dá outras providências.

_____. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. *Unidades de Conservação de Mato Grosso*. Disponível em <[http://www.sema.mt.gov.br/index.php?option=com_user&view=login&return=aHR0cDovL3d3dy5zZW1hLm10Lmdvdi5ici9pbmRleC5waHA/b3B0aW9uPWNvbV9jb250ZW50JnZpZXc9YXJ0aWNsZSZpZD0xNTUmSXRlbWlkPTI4OA==](http://www.sema.mt.gov.br/index.php?option=com_user&view=login&return=aHR0cDovL3d3dy5zZW1hLm10Lmdvdi5ici9pbmRleC5waHA/b3B0aW9uPWNvbV9jb250ZW50JnZpZXc9YXJ0aWNsZSZpZD0xNTUmSXRlbWlkPTI4OA==>)>. Acesso em: 04 set. 2009.

JUNK, W. J.; CUNHA, C. N.; LEITÃO-FILHO, H. F. Woody vegetation in the Pantanal of the Mato Grosso, Brazil: a preliminary typology. *Amazoniana*, XIX (3/4), p. 158-184, jun. 2007.

KINGDON, J. W. *Agendas, alternatives and Public Policies*. 2nd Michigan: Longman, 1995.

PÁDUA, E. M. M. *Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática*. 2 ed. Campinas: Papirus, 1997.

PIMENTEL, C. C. R. *Repercussões da Reserva Particular do Patrimônio Natural SESC-Pantanal: um olhar para além dos seus limites*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – ICHS/PPGEO. Cuiabá-MT: Universidade Federal de Mato Grosso, 2009.

REGO, M. L. *A responsabilidade Social como resposta do Sistema S ao ambiente institucional brasileiro pós-década de 1990: o caso do SESC*. Rio de Janeiro-RJ: Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas 2002.

RODRIGUES, M. M. A. *Políticas Públicas*. São Paulo: Publifolha, 2010.

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – SESI. *Institucional: Contexto de criação*. Disponível em: <http://www.sesisp.org.br/home/2006/institucional/contexto.asp>. Acesso em: 06 dez. 2010.

SILVA, J. S. V. da; ABDON, M. M. Delimitação do Pantanal Brasileiro e suas sub-regiões. *Pesquisa Agropecuária Brasileira*, Brasília, v. 33, Número especial, p. 1.703-1.711, out. 1998.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

DINÂMICA AGRÁRIA E RESILIÊNCIA CAMPONESA ESTUDO COMPARATIVO ENTRE O LÓCUS DO AGRONEGÓCIO E O PANTANAL MATO-GROSSENSE

AGRARIAN DYNAMICS AND PEASANT RESILIENCE: A COMPARATIVE STUDY BETWEEN THE LOCUS OF THE AGRIBUSINESS AND THE PANTANAL MATO-GROSSENSE

Onélia Carmem Rossetto⁶

RESUMO: O estado de Mato Grosso possui uma área de 903.357,91 Km² que equivale a 90 335 791 hectares, destes 47 805 514 hectares são utilizados por propriedades agropecuárias, o que corresponde a 52,92 % do território mato-grossense. Segundo o Censo agropecuário 2006 (IBGE, 2009) a referida área é ocupada por 86.167 estabelecimentos de agricultura familiar camponesa em 4.884.212 ha. Diante desse contexto, este texto tem como objetivo investigar as características da agricultura camponesa e identificar seus mecanismos de resiliência nos municípios localizados no eixo da BR- 163 que representam o lócus do agronegócio e nos municípios localizados no Pantanal Mato-grossense, área com a predominância das grandes propriedades de pecuária extensiva em processo de tecnificação. A trajetória metodológica aqui trilhada está vinculada ao Projeto Dinâmica Agrária e Transformações Territoriais na Última Década: O caso de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná que elencou como base de dados os Censos Agropecuários 1996 e 2006 realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Conclui-se que a resiliência camponesa, expressa através das múltiplas alternativas para manter o seu modo de vida, a cada dia é reinventada e assume novas formas, a exemplo da luta pela reforma agrária, pelos coletivos da economia solidária e pelas iniciativas de organização para a preservação do conhecimento do material genético e comercialização dos produtos da sociobiodiversidade.

Palavras-chave: Pantanal. Camponeses. Resiliência.

ABSTRACT: The state of Mato Grosso has an area of 903,357.91 square kilometers which is equivalent to 90,335,791 hectares, of 47,805,514 hectares are used for livestock farming, which represents 52.92% of the territory of Mato Grosso. According to the agricultural census in 2006 (IBGE, 2009) that the area is occupied by 86,167 establishments scale family farms in 4,884,212 ha. Given this context, this paper aims to investigate the characteristics of peasant agriculture and identify their mechanisms of resilience in the municipalities located on highway BR-163 that represent the locus of agribusiness and the municipalities located in the Pantanal, an area with a predominance of large properties with extensive livestock rearing in

⁶ Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFMT. Pesquisadora do Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade do Pantanal/GECA/UFMT; Pesquisa financiada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia/MCT; Instituto Nacional de Áreas Úmidas/INAU; Centro de Pesquisas do Pantanal/CPP. Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso - IHGMT carmemrossetto@gmail.com

the process of technical standards. The methodology here is linked to the Project traveled Dynamics Land and Territorial Transformations in the Last Decade: The case of Mato Grosso, Mato Grosso do Sul and Parana, which listed the database as the 1996 and 2006 Agricultural Censuses carried out by the Brazilian Institute of Geography and Statistics - IBGE. We conclude that the peasant resilience, expressed through the multiple alternatives to maintain their way of life, every day is reinvented and assumes new forms, like the struggle for agrarian reform, the collective of social economy and the initiatives of the organization to the preservation of knowledge of the genetic material and marketing of sociobiodiversity.

Keywords: Pantanal. Peasants. Resilience.

Introdução

O avanço das relações capitalistas de produção no ambiente agrário tem provocado profícuas discussões acerca do significado do termo *camponês* e da importância da agricultura camponesa enquanto classe social ou como responsável pela segurança alimentar do planeta. Com a Lei nº 11.326, de 24 de Julho de 2006, a agricultura camponesa foi incluída no termo *agricultura familiar* e passou a constar nas estatísticas oficiais, a exemplo do Censo Agropecuário 2006. É consenso entre alguns pesquisadores que os conceitos de *camponês* e *agricultor familiar* exprimem realidades distintas e estão atrelados a concepções políticas, nesse sentido, o presente texto opta pelos pressupostos teóricos de Shanin (2008), que entende o termo *camponês* como um modo de vida, caracterizado pela economia familiar, calcada no apoio, na ajuda mútua e nas relações de sociabilidade, apresentando forte resiliência, ou seja, capacidade de constituir-se como sujeito político, protagonista da sua própria história, na medida em que demonstra múltiplas capacidades para se ajustar às diferentes situações impostas pela lógica capitalista de produção.

O estado de Mato Grosso possui uma área de 903.357,91 Km² que equivale a 90.335.791 hectares. Destes, 47.805.514 hectares são utilizados por propriedades agropecuárias, o que corresponde a 52,92 % do território mato-grossense. Segundo o Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009), a referida área é ocupada por 86.167 estabelecimentos de agricultura familiar camponesa, em 4.884.212 ha, e por 26.811 estabelecimentos não familiares, distribuídos em um espaço de 42.921.302 ha. Estes indicadores remetem à necessária observância de que, a maior parte do território mato-grossense é ocupada por propriedades com área acima de 4 módulos fiscais considerados não familiares, utilizados principalmente para o cultivo da soja e do algodão em grandes áreas monocultoras integradas à agropecuária moderna, também denominada de agronegócio.

O agronegócio inclui todos os participantes envolvidos no processo produtivo que vai desde o plantio até o processamento e *marketing* de um produto agrícola, englobando também as instituições a ele vinculadas, como o governo, que cria as políticas públicas e as instituições financeiras e comerciais. Assim, é possível afirmar que o agronegócio está

presente direta ou indiretamente em praticamente todo espaço geográfico mato-grossense, tanto no Norte, área de expansão da fronteira agrícola a partir da década de 70 do século XX, como nos municípios localizados ao Sul e Sudoeste, considerados por Vila da Silva; Abdon (1998) como pertencentes ao Pantanal Mato-grossense.

O eixo da BR-163, até meados do século XX, era ocupado por diversas etnias indígenas que, com o avanço da fronteira agrícola brasileira, foram dizimadas ou transferidas para o Parque Indígena do Xingu, criado em 1961, com o intuito agrupar um contingente populacional que representava, na época, um entrave ao avanço do capitalismo. O incremento do povoamento em direção à porção norte do estado de Mato Grosso deve-se, entre outros fatores, à construção das rodovias federais, entre elas a BR-163, aberta nos anos 1970, que liga Cuiabá a Santarém, ao longo das quais os camponeses vindos do Sul e Sudeste do país, buscavam melhores condições de vida, e impulsionados pelo Estado por meio das ações das colonizadoras oficiais e particulares.

Segundo Guimarães Neto (2002), as empresas colonizadoras, principalmente na fase de implantação dos projetos, buscavam o camponês que tinha experiência nas atividades agrícolas e vivência adquirida na participação da abertura da fronteira agrícola do Paraná. Esses produtores deveriam trabalhar arduamente na fase de *amansar a terra*, ou seja, enfrentar o período de labuta mais difícil sem condições de trabalho, de transporte e de saúde, criando a logística necessária para o avanço da grande propriedade capitalista. Devido às inóspitas condições do solo e clima na Amazônia Mato-grossense, à baixa capitalização e à precária assistência técnica, muitos

camponeses perderam tudo o que investiram e, endividados, sem alternativas, subiram em busca de terras no Pará. Os que permaneceram, passaram a sobreviver com a venda de madeiras da região, dos garimpos e como assalariados nas propriedades da região.

Rossetto (2004) afirma que a origem do camponês do Pantanal Mato-grossense foi marcada por contatos interétnicos com povos originários do Chaco paraguaio e boliviano, como correlato, pois sua identidade étnica foi composta pela preponderância do caboclo regional, descendente dos índios Bororos, dos Parecis, dos Guatós, dos Chiquitos ou índios bolivianos, além dos brancos de origem espanhola ou portuguesa. As pequenas propriedades rurais do Pantanal surgem no bojo das grandes propriedades resultantes do sistema das sesmarias, caracterizado pelas doações de terras destinadas à lavoura e a pecuária, vigente no país a partir de 1532 e, em Mato Grosso, a partir de 1727.

A base econômica da população rural do Pantanal, até recentemente, caracterizava-se pela prática da pecuária extensiva tradicional nos campos de vegetação nativa, onde os trabalhadores conviviam com um calendário sazonal marcado pelo pulso de inundação, que regulavam as práticas econômicas e sociais de acordo com a época do ano. Devido às pressões econômicas, alterou-se o ritmo das águas e o ritmo de vida, principalmente porque as pastagens nativas vêm sendo substituídas pelas pastagens exóticas, influenciando nas relações sociais e econômicas camponesas.

Diante do contexto apresentado, este texto tem como objetivo investigar as características da agricultura camponesa e identificar seus mecanismos

de resiliência nos municípios localizados no eixo da BR-163 que representam lócus do agronegócio, e nos municípios localizados no Pantanal Mato-grossense, considerado área de ocupação antiga, além de patrimônio natural da humanidade. (Fig.1).



Embora em uma mesma escala, no estado de Mato Grosso, a análise pretendida não representa uma tarefa fácil, assim é oportuno recuperar os pressupostos de Lamarche (1993) que efetivou um estudo comparativo sobre as características da agricultura familiar em cinco países - Canadá, França, Tunísia, Polônia, Brasil - e, preocupado com a diversidade de situações encontradas, optou por comparar “... diferentes formas de um mesmo objeto [...] com ritmos e evoluções diferentes, haja vista que a exploração familiar [...] transforma-se, evolui, adapta-se em função da sua história e do contexto econômico, social e político no qual sobrevive.” (op.cit. p. 23).

A trajetória metodológica aqui trilhada está vinculada ao Projeto *Dinâmica Agrária e Transformações Territoriais na Última Década: o caso de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná*, que elencou como base de dados os Censos Agropecuários 1996 e 2006, realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Os dados primários e as análises foram subsidiados pela produção científica e acadêmica do Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade do Pantanal – GECA/UFMT.

Resiliência Camponesa no Pantanal e no Eixo da BR-163

Para a compreensão da trajetória histórica da posse e concentração da terra em Mato Grosso, há que se considerar o processo de quase três séculos, marcado por um complexo jogo de forças políticas que representavam o interesse das elites dominantes. Tal sistema, coronelista/oligárquico predominou em Mato Grosso até metade do século XX e caracterizou-se pela supremacia das elites que ocupavam os cargos políticos e protegiam seus interesses através de um sistema baseado na troca de favores, onde a terra teve forte poder de barganha.

Sobre o assunto, é importante recuperar as informações de Moreno (2007), que enfatiza o processo de transformação das terras públicas de Mato Grosso em propriedades privadas e os mecanismos de burla, entre os anos de 1892 e 1992, destacando que as terras públicas estaduais passaram para o domínio particular através da regularização das concessões de sesmarias e legitimação das posses, normalmente de grandes extensões; arrendamento e aforamento para a indústria extrativa de vegetais; concessões gratuitas a imigrantes nacionais e estrangeiros e concessões especiais a colonizadoras e

empresas particulares, além de contratos de compra e venda de terras devolutas. De maneira geral, as referidas ações foram marcadas pelo incentivo à concentração de terras com benefícios aos grandes proprietários.

Ao analisarmos a estrutura fundiária de Mato Grosso 1980-2006 (Tabela 1) é possível concluir que o Estado manteve tendência ao elevado índice de concentração de terras, pois, entre 1985-1995/96 observa-se a diminuição significativa dos estabelecimentos com menos de 10 ha, fato que pode ser associado a um período onde ocorreu a descapitalização dos camponeses, alguns ainda remanescentes dos primeiros projetos de colonização que, com o avanço do agronegócio, foram obrigados a vender suas propriedades.

É possível também verificar tendência à concentração de terras em Mato Grosso, ao constatar o aumento de 7,87% dos estabelecimentos agropecuários com 1.000 ha ou mais, entre 1996 e 2006, entretanto, a área ocupada diminuiu em 9,55%.

Entre 1996 e 2006, aumentou em 49.14% o número de estabelecimentos rurais com menos de 10 ha,

como correlato, observa-se um aumento de 26,97% da área ocupada. Ocorreu também um incremento de 62,54 % das áreas de entre 10 e menos de 100 ha, sendo que o número de estabelecimentos aumentou em 66,69 %. As áreas entre 100 a menos de 1.000 sofreram um acréscimo de 12,06%, fato que resultou em um aumento do número de estabelecimentos na ordem de 11,38%.

Se considerarmos a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que define como agricultor familiar o empreendedor familiar rural que detenha até quatro módulos fiscais e que o módulo fiscal nos municípios do Pantanal Mato-grossense possui em média 80 ha, e nos municípios do eixo da BR-163 100 ha, podemos afirmar que as propriedades camponesas no Pantanal têm, em média, 320 ha e ao longo da BR-163, em média, 400 ha, conclui-se que, segundo os dados do Censo Agropecuário 2006, ocorreu um aumento da propriedade camponesa nos espaços geográficos sob investigação.

Evidentemente, a linearidade dos cálculos e números não representa a multiplicidade de contextos apresentados pela agropecuária camponesa, entretanto,

Tabela 1
Estrutura fundiária de Mato Grosso 1980 - 2006

Grupos de Área Total (ha)	1980		1985		1995-1996		2006	
	Nº de Estab.*	Área (ha)	Nº de Estab.*	Área (ha)	Nº de Estab.*	Área (ha)	Nº de Estab.*	Área (ha)
Menos de 10	23.902	108.338	25.705	113.736	9.801	46.163	14.167	58.613
10 a menos de 100	21.633	791.354	29.368	1.099.280	37.076	1.588.678	61.804	2.582.257
100 a menos de 1.000	13.273	4.058.746	17.280	5.033.007	23.861	7.237.076	26.577	8.109.979
1.000 e mais **	4.510	29.596.103	5.565	31.589.622	8.010	40.967.713	8.624	37.054.676

Fontes: IBGE - Censos Agropecuários 1980;1985; 1995-1996; IBGE/SIDRA – Censo Agropecuário 2006 (organizado por ROSSETTO, 2010).

*Número de Estabelecimentos

** No censo de 2006 os grupos de área total foram colocados de forma diferente dos censos anteriores, assim, para efeito de comparação, optou-se nessa tabela pela categoria 1000 e mais congregando: a somatória dos grupos de área total das categorias 1000 a menos de 10 000 ha e 1000 ha e mais, utilizadas pelos censos agropecuários 1980; 1985; 1995-1996 e a somatória dos resultados dos grupos nas categorias 1000 a menos de 2 500 ha e 2 500 ha e mais colocadas pelo censo de 2006.

não podemos negar os avanços na melhoria do processo distribuição de terras no Estado. Tal fato, deve-se, entre outros fatores, a intensificação da luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, que iniciou suas ações em Mato Grosso realizando a primeira ocupação em 1992, em uma área denominada Fazenda Aliança, no município de Pedra Preta, sudeste mato-grossense (SILVA, 2004). O MST influenciou a organização dos camponeses do Estado como classe social, termo utilizado por Shanin (2008, p. 36-7), cuja construção teórica revela que “[...] as classes lutam entre si por um objetivo específico e assim se definem enquanto tal...[...] é no fazer que as classes são definidas [...]podemos

definir isso ao analisarmos as circunstâncias e verificarmos se eles lutam ou não lutam por seus interesses....”

Os assentamentos rurais resultantes da reforma agrária influenciaram sobremaneira a reestruturação fundiária do estado de Mato Grosso como espaços nos quais tem se verificado a criação e recriação das formas de organização social e territorial camponesa. Atualmente, existem cerca de 530 assentamentos rurais no Estado, dos quais 11,9 % encontram-se nos municípios do Pantanal Mato-grossense e apenas 3,6 % nos municípios localizados no eixo da BR-163 (Tab. 2).

O contexto apresentado na tabela 2 nos permite

Tabela 2
Número de Assentamentos da Reforma Agrária no Pantanal e no Eixo da BR-163 - Mato Grosso até 1996; 1996-2009.

Assentamentos nos Municípios do Pantanal Mato-grossense					Assentamentos no eixo da BR-163-Mato Grosso				
Municípios	Até 1996		1996-2010		Municípios	Até 1996		1996-2010	
	Nº	Área (ha)	Nº	Área (ha)		Nº	Área (ha)	Nº	Área (ha)
Barão de Melgaço	(-)	(-)	03	8.246,7641	Nova Mutum	(-)	(-)	03	3.836,6312
Cáceres	01	1.639,9578	12	85.901,5567	Lucas do Rio Verde	(-)	(-)	(-)	(-)
Poconé	(-)	(-)	13	18.787,5000	Sorriso	(-)	(-)	03	25.385,3365
Itiquira	(-)	(-)	01	5.694,0000	Sinop	(-)	(-)	(-)	(-)
Santo Antônio do Leverger	(-)	(-)	11	24.766,6100	Itaúba	(-)	(-)	(-)	(-)
Nossa Senhora do Livramento	(-)	(-)	23	163.366,0935	Nova Santa Helena	(-)	(-)	(-)	(-)
Lambari D'Oeste	(-)	(-)	(-)	(-)	Terra Nova do Norte	(-)	(-)	02	6.205,0400
-	-	-	-	-	Peixoto de Azevedo	(-)	(-)	10	181.679,5571
-	-	-	-	-	Matupá	(-)	(-)	(-)	(-)
-	-	-	-	-	Guarantã do Norte	(-)	(-)	01	5.179,6292
TOTAL	(-)	(-)	63	306.762,5212				19	222.286,1940

Fontes: Secretaria de Estado Planejamento e Coordenação Geral – SEPLAN; Anuário Estatístico de Mato Grosso 2004; Anuário Estatístico de Mato Grosso 2008; Relatório do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra de Mato Grosso 2008 –MST. [s.n.t.]; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA/MT – Relatório SIPRA (organizado por ROSSETTO, 2010).

(-) dado numérico igual a zero

analisar os desdobramentos das ações de reforma agrária como elemento de resiliência camponesa, pois possibilita a comparação em territórios distintos: o primeiro no Pantanal, área com a predominância das grandes propriedades de pecuária extensiva em processo de tecnificação, e, o segundo, no eixo da BR-163, território caracterizado pela presença do agronegócio e pela agricultura moderna. No eixo da BR-163, território do agronegócio, o número de assentamentos da reforma agrária é 231,56% menor que no Pantanal Mato-grossense. Da mesma forma, a área ocupada pelos assentamentos no eixo da BR-163 é 38% menor que a área ocupada pelos assentamentos do Pantanal. Tais indicadores nos permitem pontuar algumas diferenças influenciadas pelos contextos históricos de criação e re-criação do campesinato.

Pesquisas realizadas por Rossetto (2004) evidenciam que o camponês do Pantanal, sobreviveu muito tempo na categoria de agregado e, como tal, não possuía a posse legítima da terra e dos meios de produção, para usufruir da moradia e dos instrumentos de trabalho; o cavalo, por exemplo, deveria prestar serviços ao proprietário em determinadas épocas do ano, não raro, estabeleciam-se relações de compadrio e de sociabilidade que duravam por consecutivas gerações.

A política de reorganização fundiária no Pantanal tem início em 1952, com a criação da colônia agrícola Antônio João, no município de Poconé, uma área com 2.528 ha distribuídos em 504 lotes e, em 1953, com a criação da colônia agrícola Rio Branco que abrangia 200.000 ha envolvendo parte da área do município de Cáceres. Registra-se também a colônia agrícola Figueira, criada em Poconé em 1962 (CAJANGO, 1992). As colônias agrícolas estaduais

integravam a política de governo de Getúlio Vargas que impunha a ocupação dos espaços vazios, desrespeitando os direitos das populações indígenas. Buscavam fixar a população nas áreas rurais por meio da pequena propriedade, a qual estaria voltada para subsistência e produção de bens agrícolas para o mercado.

Em 1973, novas ações de regularização fundiária incidem sobre a região pantaneira através da política do INCRA que estabeleceu uma espécie de zoneamento do Estado, criando projetos fundiários para seis regiões, entre elas a de Cáceres, criada em 1973. Tais projetos representavam instrumentos de reforma agrária do governo militar; possuíam autonomia administrativa e eram geridos por recursos federais. Em meados da década de 1980, o INCRA voltou a atuar com intervenções para a reorganização fundiária do Pantanal e, alguns camponeses posseiros e agregados adquiriram a titulação legítima das terras que habitavam, entretanto, permaneceram atrelados a uma posição subalterna, continuando camponeses assalariados, vendendo a sua força de trabalho como diaristas nas grandes propriedades.

Além dessa categoria de camponeses, é importante destacar a presença de populações ribeirinhas que residem às margens dos rios pantaneiros, em pequenos vilarejos, integrando, de forma concomitante, três categorias: camponeses – agricultores, camponeses – pescadores e, ao mesmo tempo, camponeses assalariados, com modo de vida próprio e relações de sociabilidade peculiares. Os camponeses ribeirinhos plantam milho, feijão, arroz e mandioca; criam porcos e galinhas e desenvolvem a pesca, além de servir como mão de obra temporária nas grandes propriedades pecuaristas. Tal categoria de

atores sociais também foi alvo das políticas de reestruturação fundiária implantadas no Pantanal, sendo relocados de suas áreas de origem para as terras consideradas devolutas, ocorrendo alterações substanciais no seu modo de vida e nas manifestações da cultura material e imaterial.

Dessa forma, no Pantanal, os camponeses vivenciaram, durante séculos, práticas econômicas e sociais baseadas nas relações consideradas, por alguns autores, como semifeudais de produção, já os camponeses da fronteira agrícola foram inseridos no contexto das relações capitalistas, em um modelo marcado pela expropriação e por outro tipo de dependência: as dívidas adquiridas com as colonizadoras oficiais e particulares, tal vínculo era uma questão de sobrevivência, haja vista as condições de isolamento em que viviam e a necessidade de assistência social e proteção oferecidas pelas empresas que, mesmo duvidosas e em alguns casos inexistentes, gravavam certa segurança aos camponeses e os mantinha reféns dos detentores de capital.

Com o movimento de expansão da fronteira agrícola, as políticas públicas primaram pela presença do camponês por meio dos projetos de colonização. Segundo Moreno (2007), entre 1980 e 1992, o INCRA implantou 59 projetos de colonização e de assentamentos em diversas áreas de Mato Grosso. No eixo da BR-163, destacam-se os Projeto de Ação Conjunta – PAC, que caracterizavam-se pela ação conjunta desenvolvida pelo INCRA, que respondia pela infraestrutura básica, titulação e por uma cooperativa que assumia a responsabilidade pela administração e manutenção do projeto, viabilizando, inclusive, a assistência técnica.

O PAC Peixoto de Azevedo, situado em Guarantã do Norte, município criado em 1986, resultou da parceria do INCRA com a Cooperativa Tritícola de Erechim Ltda- Cotrel, que administrou uma área de 211.000 ha antes pertencente à etnia indígena Kreen-Akarore. Os indígenas foram relocados para o Parque Nacional do Xingu, em 1974, e o PAC assentou 1.230 famílias de colonos, principalmente gaúchos, que perderam suas terras devido à construção de uma barragem no rio Jacuí-RS. Ainda na região de Guarantã do Norte, sob os auspícios da Cotrel, foi criado em 1981 o PAC- Braço Sul, que recebeu 2.229 famílias, dentre elas a de camponeses denominados brasiguaios, terminologia dada a agricultores brasileiros que haviam migrado para o Paraguai, entre 1960-1970, atraídos pela propaganda das terras baratas e fartas, realizando a migração de retorno, desiludidos com as dificuldades encontradas naquele país.

No eixo da BR-163, destaca-se também o Projeto Especial de Assentamento – PEA que originou o município de Lucas de Rio Verde, criado em 1988. A modalidade PEA destinava-se a atender populações removidas compulsoriamente por decisão do poder público federal, e cabendo ao INCRA a responsabilidade de colocação de infraestrutura e administração técnico-financeira. O PEA de Lucas do Rio Verde foi destinado aos Sem Terra do acampamento Encruzilhada do Natalino, situado em Ronda Alta-RS. Foram assentadas 252 famílias em 200.000,00 ha, devido à corrupção e má gestão por parte do INCRA, restando, em 1986, apenas 15 famílias assentadas (MORENO, op. cit.).

O insucesso dos projetos de colonização

deve-se a vários fatores, entre eles a falta do cumprimento das responsabilidades assumidas pelas colonizadoras e as incipientes ações do poder público na gestão do processo, inacessibilidade ao crédito rural, pois, as agências financiadoras exigiam o título de propriedade, documento que a maioria dos camponeses não possuía. O Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária – Procerá, administrado pelo próprio INCRA, não atendia a demanda instalada. Como correlato, muitos camponeses passavam à condição de garimpeiros, trabalhadores assalariados em

madeiras ou nas áreas de agricultura, sendo que outros retornaram para as regiões de origem

Os contextos descritos nos permitem desvelar parcialmente os processos políticos que contribuíram para a instalação dos camponeses no Pantanal e no eixo da BR-163; nesse sentido, é oportuno apresentar os desdobramentos desses períodos, através dos dados quantitativos apresentados pelo censo agropecuário 2006. (Tab. 3).

Apesar da existência de maior número de assentamentos rurais resultantes da reforma agrária no Pantanal (cf. tab. 2), na tabela 3 é possível verificar a

Tabela 3
Número de Estabelecimentos e Área das Propriedades de Agricultura Familiar no Pantanal e no Eixo da BR-163 – Mato Grosso 2006

Agricultura Familiar no Pantanal Mato-grossense			Agricultura Familiar no eixo da BR-163-Mato Grosso		
Municípios	Nº de Estab.	Área (ha)	Municípios	Nº de Estab.	Área (ha)
Barão de Melgaço	723	23086	Nova Mutum	516	33570
Cáceres	1999	83848	Lucas do Rio Verde	168	16068
Poconé	1225	37508	Sorriso	534	25676
Itiquira	341	15162	Sinop	956	45110
Santo Antônio do Leverger	1530	49699	Itaúba	161	7241
Nossa Senhora do Livramento	902	54641	Nova Santa Helena	262	10978
Lambari D'Oeste	210	9252	Terra Nova do Norte	1.580	88136
-	-	-	Peixoto de Azevedo	1.868	102440
-	-	-	Matupá	1.253	61067
			Guarantã do Norte	1.680	97959
Total da agricultura familiar	6.930	273-196	Total da agricultura familiar	8.978	488 245
Total da agricultura não familiar	2078	3 899 004	Total da agricultura não familiar	2 407	3 428 704 000

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Censo Agropecuário 2006 – Agricultura Familiar Primeiros Resultados. (organizado por ROSSETTO, 2010)

existência de um número maior de estabelecimentos com até quatro módulos fiscais, no eixo da BR-163, demonstrado pelo percentual de 29,55 % , ocupando uma área de 488.245 ha, 78,72% maior que a área ocupada pelos camponeses no Pantanal. Devemos salientar, porém, que, devido ao tamanho do módulo fiscal ser maior no eixo da BR-163, conseqüentemente a área ocupada tende a ser maior. Entretanto, há que se considerar, a multiplicidade de perfis da agricultura camponesa nos espaços geográficos sob investigação, Agrupados pelo termo agricultura

familiar, nas políticas públicas e quantificados pelo Censo Agropecuário 2006.

No eixo da BR-163 instala-se a agricultura moderna, onde o manejo está centrado em diferentes níveis de tecnologia e as corporações agroindustriais estabelecem estratégias, influenciando na condição legal dos camponeses, onde 45,45% passaram, entre 1996 e 2006, da condição de proprietários a arrendatários, como demonstrado na tabela 4.

Entre 1996-2006 observa-se a diminuição, em

Tabela 4
Número e área dos estabelecimentos segundo a condição do produtor - Municípios localizados no Eixo da BR-163/ Mato Grosso 1996 - 2006

Municípios	Proprietário		Arrendatário				Parceiro		Ocupante							
	1996	2006	1996	2006	1996	2006	1996	2006	1996	2006	1996	2006				
	Est.	Área (ha)	Est.	Área (ha)	Est.	Área (ha)	Est.	Área (ha)	Est.	Área (ha)	Est.	Área (ha)	Est.	Área (ha)	Est.	Área (ha)
Sinop	596	155.624	882	221.780	31	8.990	49	20.977	06	142	04	233	33	3081	22	402
Sorriso	441	556.222	754	661.411	33	15.808	67	73.969	-	-	02	x	01	07	16	2.759
Lucas do Rio Verde	431	288.237	273	255.539	31	8.840	15	985	-	-	01	x	06	9.586	01	x
Matupá	472	293.563	804	351.681	1	17	08	1.280	-	-	03	27	14	50	325	1.111
Peixoto de Azevedo	566	724.682	1.938	517.759	8	1066	06	671	14	245	01	x	1.295	63.102	15	428
Terra Nova do Norte	2027	199.769	1.804	223.256	22	3.436	09	999	14	3.111	01	x	35	1.231	08	190
Itaúba	347	339.970	265	329.517	1	24	04	863	7	57.864	-	-	31	510	01	x
Nova Santa Helena	-	-	321	189.694	-	-	08	1.406	-	-	01	x	-	-	03	39
Nova Mutum	230	698.209	466	565.196	21	17.322	44	30.650	-	-	02	x	01	97	-	-
Guarantã do Norte	2.487	499.136	1.219	284.736	6	4.580	14	567	04	953	04	119	06	175	682	101.191
Total Geral	12.697	3.755.412	8.726	3.600.569	154	60.083	224	132.367	45	62.315	19	379	1.422	77.839	1073	106.120

- dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;

X dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 1995-1996 nº 24 Mato Grosso; Censo Agropecuário 2006 (organizado por Rossetto, 2010)

45%, dos estabelecimentos onde a condição do produtor é a de proprietário, por outro lado, aumenta o número de arrendatários. Tal fato ocorre, entre outros fatores, devido ao Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) - Lei nº 11.097 de janeiro de 2005 (BRASIL, 2005), por meio da qual os camponeses passam a arrendar suas terras aos grandes produtores de soja, estimulados pelo Estado que busca viabilizar a integração das grandes empresas processadoras de matéria-prima para a fabricação de biocombustíveis com as unidades produtivas familiares, através do Selo Combustível Social, uma identificação concedida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA para as empresas que comprovarem a compra de parte da sua matéria-prima de produtores rurais familiares.

As empresas lucram porque passam a ter prioridade nos leilões da Agência Nacional de Petróleo – ANP, diminuição das alíquotas de PIS/Pasep e Cofins e acesso a melhores condições de financiamento junto às instituições de crédito. Entretanto, cumpre salientar que tal política requer novas aptidões dos camponeses, entre elas, que sejam alfabetizados e tenham noções de administração rural, haja vista que estes passam a ser arrendatários por meio de contratos que, quando não compreendidos, resultam no fracasso da safra, restando aos agricultores, dívidas a serem saldadas com as empresas processadoras. Para Rossetto (2010) “[...] com a referida política, o Estado se exime da responsabilidade de realizar, por exemplo, o fortalecimento da agricultura familiar por meio de subsídios e programas que efetivamente contribuam para a consolidação da reforma agrária e direciona os incentivos fiscais para o capital privado,

repassando a ele as suas atribuições”.

Com a instalação do capital nacional e internacional através do agronegócio, os camponeses dos municípios localizados na BR-163, como Nova Mutum, Lucas do Rio Verde e Sorriso, são atrelados à cadeia produtiva, passando a produzir as matérias-primas exigidas pelas indústrias, a exemplo de aves e suínos, utilizando a mão de obra familiar que, por vezes, passa também a ser assalariada nas incubadoras, ensacadoras e demais segmentos produtivos.

Entre 1996 e 2006, diminuiu o número de camponeses na condição de ocupantes das terras, indicador positivo que pode comprovar parte da eficácia da atual política de reestruturação fundiária do país, entretanto, o Programa Terra Legal na Amazônia, que visa titular terras públicas federais ocupadas antes de 1º de dezembro de 2004 em áreas de até 15 módulos fiscais, pode repetir as características do processo de expansão da fronteira agrícola, baseado na exploração e proteção ao capital privado e em prejuízos ambientais.

Shanin (2008) ressalta a capacidade camponesa para encontrar soluções frente às situações de crise, provando serem extremamente resilientes e criativos. No estado de Mato Grosso, observa-se o avanço da Rede de Comércio Justo, através da Economia Solidária que, em 2007 contava com 742 empreendimentos, principalmente nos assentamentos resultantes da reforma agrária (COSTA; ROSSETTO, 2009). A Economia Solidária é entendida por Singer (2006) como outro modo de produção que tem o princípio da cooperação mútua como premissa fundamental e se distingue da economia capitalista por

estimular a solidariedade, mediante a prática da autogestão e pela solidariedade, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos.

É interessante salientar o caso da Associação dos Agricultores e Agricultoras Familiares Extrativistas da Gleba Ribeirão Grande - AAFERG, localizada em Nova Mutum, município criado em 1988 através de um projeto de colonização particular, que tem como base econômica o agronegócio da soja e do algodão. AAFERG é composta pelos camponeses que residem nos assentamentos Maria de Oliveira I; Maria de Oliveira e Ribeirão Grande que, em meados de 1988, foram organizados pelo Sindicato Rural de Lucas do Rio Verde, ocupando a Gleba Ribeirão Grande, numa área de 18.500 ha griladas por fazendeiros da região. Atualmente, nos princípios da economia solidária, esses camponeses buscam desenvolver a apicultura e o comércio do mel, de óleo de copaíba e de sementes nativas. Essa iniciativa representa uma das formas de resistência camponesa no território do agronegócio.

Ainda tendo como foco a economia solidária como um indicador da resiliência camponesa, destaca-se sua importância entre os camponeses residentes nos municípios do Pantanal Mato-grossense, principalmente nos municípios de Poconé, Cáceres e Barão de Melgaço que, em 2007, apresentavam 65 empreendimentos inseridos na rede de comércio justo e solidário (CARVALHO, 2009).

Nas áreas rurais do Pantanal Mato-grossense observa-se o aumento das pressões econômicas materializadas na implantação de mega projetos de infraestrutura e, nas partes altas, o avanço da monocultura de teca, soja, cana-de-

açúcar entre outros. Entretanto, um indicador determinante da modernização das atividades econômicas no Pantanal é a acelerada substituição das pastagens nativas pelas exóticas, elemento que sinaliza transformações substanciais da pecuária extensiva tradicional, considerada, por alguns produtores rurais, pouco rentável provocando alterações nas relações sociais de produção e no modo de vida dos camponeses.

No bojo desse processo, os sitiantes tradicionais, antigos posseiros e/ou agregados, que passaram à condição de proprietários com a regularização fundiária, estão vendendo suas terras para os fazendeiros ou para seus filhos. Assim, os grandes proprietários pantaneiros reincorporam à sua propriedade frações de terras que foram perdidas com a mencionada regularização. Mediante tal situação, as grandes fazendas voltam a permanecer sob o domínio da mesma família, perpetuando o sistema das gerações anteriores. Alguns camponeses estão trocando suas propriedades por casas na periferia dos centros urbanos e outros, mesmo após a venda, continuam ali residindo na condição de capatazes, recebendo proventos mensais ou voltando à antiga condição de posseiros.

A tabela 5 demonstra que, entre 1996 e 2006, aumentou em 37,67% o número de proprietários rurais no Pantanal, ao confrontarmos esses dados com o aumento do número de assentamentos rurais (tabela 2) criamos um indicador positivo para a reforma agrária, consubstanciado também pela diminuição em 32,17% do número de arrendatários e pelo decréscimo 61,43% do número de ocupantes.

Ainda com base na tabela, é possível concluir que,

Tabela 5
Número e área dos estabelecimentos segundo a condição do produtor - Municípios localizados no Pantanal de Mato Grosso 1996 - 2006

Municípios	Proprietário				Arrendatário				Parceiro				Ocupante			
	1996		2006		1996		2006		1996		2006		1996		2006	
	Est.	Área (ha)	Est.	Área (ha)	Est.	Área (ha)	Est.	Área (ha)	Est.	Área (ha)	Est.	Área (ha)	Est.	Área (ha)	Est.	Área (ha)
Barão de Melgaço	553	829.391	755	430.530	04	33.866	03	9.651	-	-	01	x	06	671	06	54
Cáceres	2.004	1.297.755	2.136	1.663.713	52	3.949	11	1076	07	301	01	x	196	4089	09	74
Poconé	622	870.104	1.069	605.379	04	538	04	839	02	44	03	3	21	175	51	3.808
Itiquira	357	653.145	542	684.605	34	21.554	40	48.350	-	-	05	116	04	2040	30	1.323
Santo Antônio do Leverger	439	716.064	1.636	670.664	08	3.937	11	16.475	-	-	04	629	-	-	17	646
Nossa Senhora do Livramento	1.055	401.072	1.146	416.188	06	1.364	07	3.927	02	9	03	111	121	1.718	21	1756
Lambari D'Oeste	230	152.915	277	69.012	07	425	02	x	-	-	-	-	01	145	01	x
Total Geral	5.492	4.920.446	7.561	4.540.091	115	70.533	78	80.318	11	354	17	759	350	8.838	135	7.661

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 1995-1996 nº 24 Mato Grosso; Censo Agropecuário 2006
- dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
X dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação

entre 1996 e 2006, o número de parceiros aumentou em 114%, fato curioso, que merece ser pesquisado, pois, em levantamentos de campo, observou-se a diminuição desse tipo de relação que comumente era utilizado por meio da parceria entre camponeses que criavam o gado em áreas mais propensas ao pulso de inundação, considerado o baixo, com aqueles localizados no firme, áreas menos sujeitas ao alagamento.

As condições dos produtores em relação à terra estão atreladas ao contexto político e, também às inovações tecnológicas, particularmente no Pantanal,

que vive um momento de transformação devido à introdução de novas técnicas produtivas. Rossetto (2008) ressalta como uma das consequências desse processo foi o aumento do desemprego, a exemplo do tradicional peão pantaneiro, um misto de camponês e camponês assalariado, que está atualmente perdendo trabalho, pois suas ações relacionadas aos rodeios e doma do gado baguá, aos serviços nos extensos campos e demais tarefas típicas da lida cotidiana dos peões nas fazendas de pecuária extensiva, são cada vez mais desnecessárias. A mão de obra dos peões está sendo

utilizada em outras atividades que exigem novas qualificações, como por exemplo, a habilidade de dirigir tratores, consertar máquinas e demais implementos utilizados no desmatamento e cultivo de pastagens exóticas.

Assim, a identidade social dos peões pantaneiros, consolidada através do processo histórico de ocupação dos pantanais pelos habitantes não índios, associada a verdadeiros mitos devido à habilidade no trato com o gado e amansamento dos animais, está paulatinamente desaparecendo, restando como alternativa aos peões pantaneiros, a qualificação para desempenha as novas funções, o que é raro, a migração para as áreas urbanas ou a luta pela reforma agrária.

As comunidades tradicionais do Pantanal também sentem o reflexo da modernização, pois os camponeses que dividem seu tempo entre a agricultura e a pesca estão sendo atraídos pelo trabalho assalariado, interessante salientar o caso da monocultura da Teca (*tectona grandis*), desenvolvida no Pantanal do município de Cáceres-MT pela empresa Floresteca, de capital holandês e brasileiro, instalada próxima a uma comunidade denominada Limão, onde os camponeses estão se transformando em trabalhadores assalariados. Da mesma forma, o turismo de pesca absorve essa mão de obra com atividades temporárias como as de piloteiro ou piranguero, denominações locais análogas a guias de pesca. Em 2006, vários camponeses da Comunidade do Limão aderiram à luta pela reforma agrária e atualmente residem nos Assentamentos denominados Corixinha, Catira e Bom Sucesso.

A luta dos camponeses, caracterizados como população tradicional do Pantanal, pode ser exemplificada também pelo caso dos povos chiquitanos,

descendentes da etnia dos Chiquitos ou indígenas bolivianos, responsáveis pela fundação das cidades fronteiriças com a Bolívia, a exemplo de Cáceres. As primeiras vilas de garimpeiros na região, surgidas a partir de 1738, eram habitadas por Chiquitanos ou eram próximas de suas roças, que alimentavam os europeus colonizadores. Na região, os Chiquitanos são denominados "bugres" - termo pejorativo para índio – e vendem sua mão de obra aos fazendeiros; a Funai já realizou um levantamento localizando estes índios e suas ocupações, na maioria das vezes possuem pequenas roças na área de fronteira que têm reconhecimento do Exército como populações nativas. Essa população vem se organizando e reivindicando seus direitos como camponeses e como indígenas.

Diante da diversidade de cenários, a agricultura camponesa tradicional resiste por meio da manutenção de seus sistemas de produção que integram atividades extrativistas, o trabalho nas roças e pecuária. A resiliência voltada para a manutenção do seu modo de vida inclui a organização para a preservação do conhecimento do material genético, que busca promover o planejamento da produção, articulação de possibilidades de mercado e comercialização dos produtos da sociobiodiversidade; encontros estaduais e regionais, como a realização de feiras de produtos da agricultura familiar e a constituição de uma rede de troca de sementes tradicionais com o objetivo de resgatar, valorizar, produzir e colocar à disposição de outras famílias esse acervo genético e cultural desenvolvido e/ou adaptado pela agricultura familiar ao longo das gerações.

Nos municípios de Nossa Senhora do Livramento e Poconé, na Baixada Cuiabana, as

comunidades reproduzem milho tradicional; no município de Cáceres, os camponeses estão reproduzindo variedades tradicionais de feijão e arroz, intercambiando sementes entre comunidades locais e plantando as variedades de milho provenientes da região da Baixada Cuiabana (CABRAL, s.d.).

A resiliência camponesa, expressa através das múltiplas alternativas para manter o seu modo de vida, a cada dia é reinventada e assume novas formas, sendo que os elementos aqui descritos não exauram tal temática, nas palavras de Shanin (2008), os camponeses possuem grande habilidade de ajustamento às novas condições e flexibilidade para encontrar formas de se adaptar e ganhar a vida.

Considerações Finais

Os contextos políticos e econômicos de povoamento do eixo da BR-163 e do Pantanal Mato-grossense ocorreram em tempos históricos diferentes, como correlato, os modos de vida assumiram as feições impostas pelas origens étnicas da sua população e pelas condições econômicas, entretanto, ambos os grupos sociais - o camponês pantaneiro e o

camponês migrante que participou do processo de abertura da fronteira agrícola – vêm mantendo a essência camponesa, na medida em que apresentam mecanismos de resiliência frente à lógica capitalista manifestada, principalmente, pela criação e implantação de estratégias que conduzem à sua proletarianização.

A forma como o Censo Agropecuário 2006 apresenta as informações diverge de tal maneira do censo anterior 1995-1996, um estudo comparativo entre ambos exige grande esforço por parte dos pesquisadores, entretanto, os indicadores construídos sobre a agricultura familiar, que para efeitos legais inclui a agricultura camponesa, possibilitarão, à partir dos próximos censo, melhor aproximação comparativa e, quiçá, os indicadores estatísticos venham a atribuir um novo status a esse segmento tão importante da economia nacional, permitindo a criação de políticas públicas voltadas realmente para a consolidação do modo de vida camponês. Enquanto isso, novas alternativas de resiliência são criadas na imensidão dos pantanais e na luta árdua de quem conserva a essência camponesa ilhado pelo que Guimarães Neto (2002) denomina de ouro verde, a soja.

Referências

- CABRAL, James Frankes Mendes. *Sementes tradicionais e a resistência camponesa ao agronegócio em Mato Grosso*. Disponível em www.leisa.info/index.php?url=getblob.php&o_id=191410. Acesso em 20/06/2010.
- CARVALHO, Kelly Cristina. *A inserção dos Pequenos Produtores Rurais do Pantanal Mato-grossense na Economia Solidária*. Monografia (Bacharelado em Geografia), Departamento de Geografia, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá-MT, 2009.
- COSTA, Dilma Lourença; ROSSETTO, Onélia Carmem. A Sustentabilidade Ambiental na Reforma Agrária: Uma Análise à partir da Perspectiva da Economia Solidária em Mato Grosso. In: XIX ENGA, 2009, São Paulo. *Anais...*, 2009.
- GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *A Lenda do Ouro Verde: Política de Colonização no Brasil Contemporâneo*. Cuiabá: UNICEN, 2002.

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo Agropecuário 2006*. Agricultura Familiar. Primeiros Resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro, 2009
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo Agropecuário 2006*. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro, 2009
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo Agropecuário 1995-1996. Mato Grosso*. Nº 24. Rio de Janeiro, 1998.
- LAMARCHE, Hugues (Coord.). *Agricultura familiar: comparação internacional. Uma realidade multiforme*. v. I. Campinas: Editora da Unicamp, 1993a.
- _____. (Coord.). *Agricultura familiar: comparação internacional. Do mito à realidade*. v. II. Campinas: Editora da Unicamp, 1993b.
- MORENO, Gislaiane. *Terra e Poder em Mato Grosso: Política e Mecanismos de Burla 1892-1992*. Cuiabá, MT: Entrelinhas; EdUFMT, 2007.
- ROSSETTO, Onélia Carmem. Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-grossense: Interfaces entre Economia, Cultura e Globalização. *Revista NERA* (UNESP), v. 15, p. 15/02-35, 2009. Disponível em <www.fct.unesp.br/nera>.
- ROSSETTO, Onélia Carmem. *Agricultura Familiar Mato-Grossense e sua Inserção na Cadeia do Biodiesel: Limites e Possibilidades*. 2010 (no prelo)
- ROSSETTO, Onélia Carmem. Peões e Fazendeiros do Pantanal Mato-grossense: Identidades em (re) Construção. In: Tereza Cristina Cardoso de Souza Higa. (Org.). *Estudos Regionais Sul-Americanos: Contrastes Socioterritoriais e Perspectivas de Desenvolvimento Regional*. Cuiabá: EdUFMT, 2008, v. , p. 228-246.
- ROSSETTO, Onélia Carmem. *Vivendo e mudando junto com o Pantanal...: um estudo das relações entre as transformações culturais e a sustentabilidade ambiental das paisagens pantaneiras*. Tese. (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2004.
- SHANIN, Teodor. Lições Camponesas. In: PAULINO, Eliane T.; FABRINI, João Edmilson (Orgs.). *Campesinato e Territórios em Disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- SILVA, Jocenaide Maria Rossetto. *Manifestações Artísticas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: Educação, Identificação e Cultura - Rondonópolis, MT*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal de Mato Grosso, 2000.
- SINGER, Paul. Economia Solidária. In: CATTANI, Antônio David (Org.). *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003
- VILA DA SILVA, J. S.; ABDON, M. M. Delimitação do pantanal brasileiro e suas sub-regiões. *Revista Pesquisa Agropecuária Brasileira*. Brasília, v. 33, n. especial, p.1703-11, out. 1998.

PANTANAL: UMA BREVE LEITURA AMBIENTAL E SOCIOECONÔMICA

PANTANAL: A BRIEF ENVIRONMENTAL AND SOCIO-ECONOMICAL READI

Enaile do Espírito Santo Iadanza
Manoel Pereira de Andrade⁷

RESUMO: Este artigo aborda algumas das questões ambientais e socioeconômicas relacionadas às formas de exploração às quais o Pantanal Mato-grossense tem sido submetido. As alterações no arcabouço e na constituição do meio natural comprometem a vida do pantaneiro e a fauna e flora da região. Neste sentido, tanto o que ocorre no interior da planície como os acontecimentos no entorno do Pantanal são fundamentais para o seu equilíbrio. Assim, as análises realizadas devem se apoiar no processo histórico de constituição do Pantanal e abordar a região em sua totalidade para realizar uma intervenção concertada, com as devidas considerações às diversidades do ecossistema e às populações existentes. As medidas a serem adotadas na região devem possibilitar compatibilizar o crescimento econômico, a conservação do meio natural e a equidade social, revertendo o processo de degradação socioambiental e a redefinição das formas de apropriação e uso dos recursos naturais, com a necessária e efetiva participação das populações locais.

Palavras-Chave: Pantanal. Meio Ambiente. Socioeconomia. Mato Grosso.

ABSTRACT: This article addresses some of the environmental and socio-economical issues related to the ways of exploitation to which the Pantanal Mato-grossense has been submitted to. The alterations in the framework and in the creation of the natural environment put at risk the pantaneiro man's life and the fauna and flora of the region. In this sense, both what occurs in the interior of the plain and the events surrounding the Pantanal are fundamental for its balance. Thus, the analyses carried out must be based on the historical process of formation of the Pantanal and consider the region in its whole to make a correct intervention, with due consideration to the diversities of the ecosystem and to the existent population. The measures to be adopted in the region must make the economic growth, the conservation of the natural environment and the social equity compatible, inverting the degradation of the socio-environmental process and the redefinition of the forms of appropriation and use of the natural resources, with the necessary and effective participation of the local population.

Keywords: Pantanal. Environment. Socio-economy. Mato Grosso.

⁷ Engenheira Agrônoma, mestre em Geografia Humana e doutora em Geografia e Planejamento Regional e Engenheira Agrônoma, mestre em Economia Agrária e doutor em Economia Agrária e Sociologia Rural.

Introdução

O Pantanal Mato-grossense é um ecossistema ímpar que possui importantes particularidades, principalmente quanto a sua fauna e flora. A planície pantaneira é, especialmente, caracterizada por seus baixos gradientes topográficos. Sua altimetria varia de 84 metros na várzea a 200 metros no sopé das escarpas orientais (VALVERDE, 1972). Na direção leste-oeste, possui uma inclinação suave variando de 3 a 5%, e de Norte para Sul é ainda menor, indo de 0,3 a 1,5% de declividade (FRANCO; PEREIRA, 1982). É esta baixa declividade do Pantanal que, em muito, contribui para o lento escoamento das águas que vertem das regiões mais altas de seu entorno.

No entanto, é a má drenagem a principal causadora das cheias e alagamentos na região, resultado de um sistema de drenagem denso e geralmente obstruído por sedimentos aluviais. Desta forma, os leitos dos rios que cruzam o Pantanal não conseguem escoar as águas provenientes das enchentes e, assim, suas margens transbordam inundando a planície em várias direções.

A malha fluvial da região também é responsável pelo alagamento da terra, em determinados períodos do ano, e é a principal mantenedora da diversidade da vida animal e vegetal. Os rios mais importantes que compõem o mosaico fluvial do Pantanal são o Apa, o Bento Gomes, o Cuiabá, o Miranda, o Negro, o Piquiri, o São Lourenço e o Taquari, tributários, direta ou indiretamente, do rio Paraguai e responsáveis pelo

depósito de sedimentos no período dos alagamentos. A maior parte dos rios que drenam a planície pantaneira possui suas nascentes fora deste espaço, reforçando a importância da relação estreita entre o Pantanal Mato-grossense e suas adjacências e a necessidade de se ter em conta o que acontece nas áreas do entorno do Pantanal.

Para o ecossistema pantaneiro é fundamental o movimento das águas ao longo do ano. É esta oscilação da lâmina d'água que enriquece os solos com matéria orgânica, renovando a vida e conferindo ao Pantanal especificidades que o caracterizam como uma das regiões privilegiadas do planeta. O movimento das águas, de uma forma geral, é distribuído ao longo do ano, em períodos de enchimento, cheia, vazante e seca. Nestes intermitentes movimentos das águas, as diversas feições esculpidas no espaço específico do Pantanal Mato-grossense reservaram uma série de denominações regionais: baías, corixos, cordilheiras, barreiros são algumas delas.

Este movimento das águas no Pantanal Mato-grossense não ocorre uniformemente em toda a planície. A diferença na altura do nível da água na parte superior, comparada com o nível da água em sua parte inferior, chega a ter aproximadamente seis meses de intervalo (figura 1). Neste sentido, o Pantanal cumpre um papel essencial de regulador das enchentes, retardando o fluxo das águas e funcionando como uma esponja. Este efeito tem importância vital no funcionamento do ecossistema e também para as atividades humanas que se desenvolvem no seu espaço ou a ele estão relacionadas (BUCHER et al., 1994).

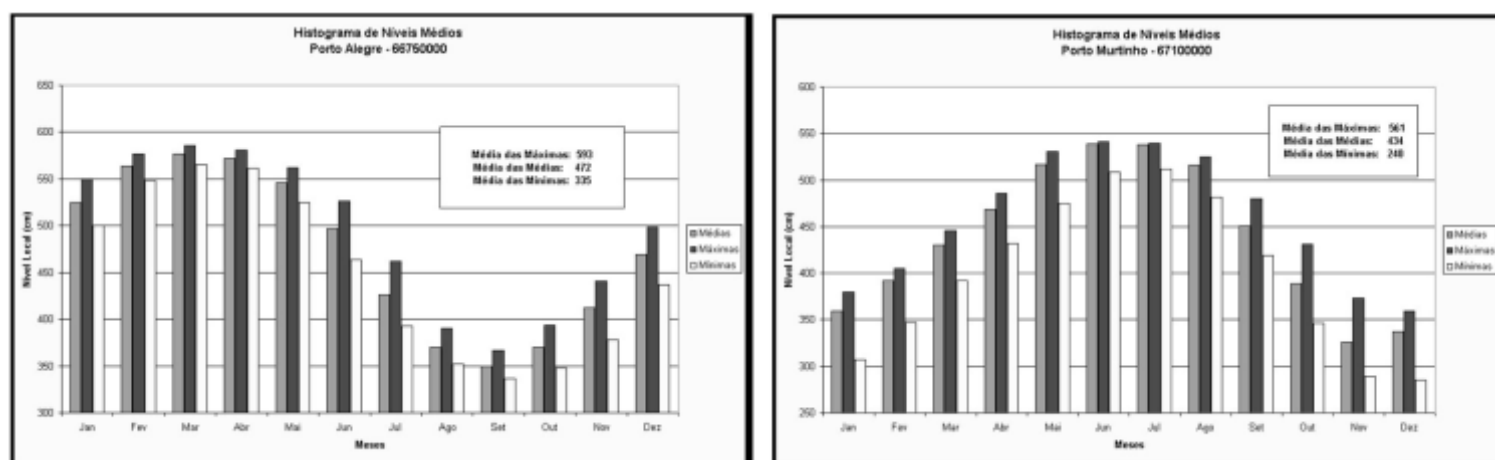


Figura 1 - Níveis médios da água no Pantanal Mato-grossense em sua parte superior e inferior, 2010.
 Fonte: CPRM, 2011.

Para as comunidades existentes na planície inundável do Pantanal, o movimento das águas determina a dinâmica de suas atividades. O período seco é identificado pela quase inexistência da água nas baías e corixos. Predomina, em locais mais distantes das margens dos rios, a água dos poços, apesar de muitos nesse período secarem. A atividade econômica mais forte é a agricultura, e o gado engorda com o pasto nativo do Pantanal, apesar de ao final da estiagem também apresentarem perda de peso pela falta de pasto que secou, especialmente quando a estiagem prolonga-se um pouco mais. O período das águas é caracterizado, de uma forma geral, pelas estradas, baías e corixos inundarem. O gado passa a requerer cuidados adicionais, pois, caso contrário, poderá sofrer perdas de peso, principalmente pela redução das áreas de pastagens pela inundação das mesmas.

A vegetação existente na planície pantaneira tem grande influência dos ecossistemas que a rodeiam. Ela é uma mistura de tipos de vegetações e espécies provenientes de outras regiões, principalmente do seu entorno. “O Pantanal se localiza num *carrefour*

fitogeográfico de primeira magnitude, no qual convergem quatro das principais províncias fitogeográficas da América do Sul: Amazônia, Cerrado, Florestas Meridionais e Chaquenha, que contornam o Pantanal” (ADAMOLI, 1986). A maior ou menor participação desses ecossistemas na planície inundável do Pantanal está diretamente relacionada aos condicionamentos ambientais de cada local e determinam os diversos Pantanaís. As espécies que definirão a fisionomia destes Pantanaís serão aquelas mais adaptadas às condições ambientais, que passaram por um processo intenso de seleção natural.

Políticas Públicas e o Pantanal

O Pantanal permaneceu, até inícios do século XX, sendo um espaço de atuação privilegiado em relação às iniciativas privadas que eram respaldadas pelo Estado. A construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, no início do século mencionado, e o começo da construção da rodovia transpantaneira, já nos anos 70, se constituíram em uns poucos exemplos da ação estatal nesta região.

O Estado através de políticas públicas teve um importante papel na expansão e na consolidação das regiões de fronteira do território brasileiro, e esteve fortemente influenciado por interesses privados de grandes capitais. Historicamente, Estado e capital atuaram, em geral, de comum acordo no processo de integração dos espaços fronteiriços brasileiros. Normalmente, têm sido cúmplices no estabelecimento de formas de explorações que não vêm considerando as especificidades socioeconômicas, culturais e ambientais. Nesta concepção de ocupação foi que se deu a exploração das terras do Pantanal Mato-grossense, assim como da Amazônia. O Estado brasileiro, durante a primeira metade do século XX, procurou incorporar à economia nacional, a planície do Pantanal e a região na qual ela está inserida, ou seja, a região Centro-Oeste, qualquer que fosse sua constituição fisiográfica.

Especialmente a partir do golpe militar de 1964, as medidas de abrangência nacional, como as aplicadas através do sistema de crédito, de pesquisa e de assistência técnica e extensão rural, e aquelas de âmbitos setoriais ou regionais, proporcionaram transformações de natureza econômica, social e ambiental no espaço pantaneiro. Independentemente de suas destinações, elas foram formuladas com base nos princípios de "Desenvolvimento e Integração", ditados pelos governos militares que se sucederam por mais de duas décadas. Nos anos 70, as políticas públicas dirigidas às regiões de fronteira empreenderam grandes esforços através dos "Programas Especiais", que tinham como finalidade direcionar recursos às áreas previamente selecionadas e que supostamente apresentassem reconhecidos potenciais de desenvolvimento.

O governo ditatorial promoveu inúmeras reformas no aparelho de Estado, no sentido de implementar sua estratégia de desenvolvimento nas regiões de fronteira. As reformas efetivadas compreenderam a reestruturação, o fechamento e a criação de diversos órgãos federais e estaduais, com o objetivo de torná-los capazes de servir ao regime. Foram várias as medidas adotadas pelos governos militares que influenciaram os setores produtivos e as relações sociais estabelecidas no Pantanal Mato-grossense, com forte alteração no meio natural e na conservação de seus recursos. Uma das primeiras a serem adotadas pelo governo militar, e que abrangeu o Pantanal, foi a reformulação, em 1967, da Comissão de Desenvolvimento do Centro-Oeste, que havia sido criada em 1961, transformando-a na Superintendência para o Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) e, posteriormente, em 1971, a aprovação do Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Prodoeste).

Outras medidas de abrangência nacional influenciaram, ainda que indiretamente, o processo de transformação socioeconômica e ambiental do Pantanal, como a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam e a aprovação do Programa de Integração Nacional - PIN, em 1966 e 1970, respectivamente. A partir de 1978, com a criação do estado de Mato Grosso do Sul, as políticas voltadas para a região Amazônica passaram a abranger a porção do Pantanal contida no estado de Mato Grosso, o qual foi totalmente abarcado pela área de competência da Amazônia Legal. Antes do desmembramento de Mato Grosso a área de jurisdição da Amazônia Legal deste estado, abrangia somente a região ao norte do paralelo 16° e, portanto, acima da área de localização do Pantanal.

Os principais planos, programas e projetos de desenvolvimento setoriais e regionais, adotados pelo Estado nos últimos 30 anos e que tiveram repercussão na planície pantaneira, podem ser divididos em três grupos. Esta divisão está relacionada à área de abrangência de cada um dos instrumentos de políticas públicas em referência à área da planície pantaneira e, de alguma forma, está ligado aos graus de influência nas atividades produtivas e nos processos de alteração do Pantanal.

As políticas que tiveram menor grau de influência na região do Pantanal propriamente dito, ou seja, aquelas que foram destinadas prioritariamente a outras regiões do país, podem ser agrupadas num primeiro bloco. Este é o caso do Programa de Integração Nacional - PIN e do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste - Proterra, este último, criado também em 1970, serviu tão somente como complemento ao primeiro (ANDRADE, 1989).

A meta principal do PIN era promover a "integração nacional", devassando os "espaços vazios" da Amazônia e exterminando as tensões sociais, nomeadamente no Nordeste brasileiro. Em que pese sua ambiciosa meta, o PIN se restringiu a reduzidos projetos de colonização e à implantação de infra-estruturas. Em seu bojo, foram construídas as rodovias Transamazônica, cujo objetivo era tentar impulsionar o fluxo populacional do nordeste brasileiro para o norte, e a Cuiabá-Santarém, que fez a conexão do centro-sul ao norte do país. Esta rodovia teve e continua tendo significativa influência nos processos de transformação dos espaços à montante da planície pantaneira, principalmente nas áreas do entorno da capital do estado de Mato Grosso. Em relação ao Proterra, seu

objetivo, definido no Decreto-lei de sua criação, foi o de "promover o mais fácil acesso do homem à terra, criar melhores condições de emprego de mão-de-obra e fomentar a agroindústria nas regiões compreendidas na área de atuação da Sudam e Sudene".

Num outro bloco estão agrupadas aquelas políticas que tiveram ação direta na região em que o Pantanal está inserido, mas a princípio, suas metas não continham nenhuma ação relacionada diretamente ao espaço da planície inundável. O Programa de Polos Agropecuários e Agro-minerais da Amazônia - Polamazônia, o Programa de Desenvolvimento da Grande Dourados - Prodegran e o Programa Integrado de Desenvolvimento da Região Noroeste - Polonoroeste são aqueles que se enquadram neste grupo. Destes programas, o último foi o que mais influência teve no espaço pantaneiro. Seu objetivo principal era implantar a via terrestre de ligação entre Cuiabá e Porto Velho, além de outras vias secundárias a montante do Pantanal.

Um terceiro grupo contém aqueles programas relacionados diretamente à planície pantaneira e que a afetam decisivamente. Nele estão contidos dois programas especiais: o Programa de Desenvolvimento do Cerrado - Polocentro e o Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal - Prodepan. Estes dois programas foram capazes de, juntos, implementar uma série de ações, suficientes para provocar graves alterações na dinâmica do Pantanal. O primeiro abrangeu, em grande parte, o planalto adjacente, e o segundo teve o âmbito da planície pantaneira como espaço de sua implementação.

O Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal - Prodepan, criado em 1974, consistiu numa disposição política do Estado para estimular a iniciativa

privada na região e inseri-la no processo capitalista de desenvolvimento. Suas metas restringiram-se à construção de estradas e ao incentivo à modernização, particularmente da pecuária. Dentro da mesma lógica das demais políticas de intervenção dirigidas para a região de fronteira, a preocupação com o desenvolvimento social e de conservação dos recursos naturais foram praticamente nulas.

Esses planos, programas e projetos voltados direta ou indiretamente para a região, não tinham nenhum tipo de preocupação com o ambiente ou com aqueles que ali viviam. Ao contrário, são inúmeros os exemplos que acusam estas políticas como sendo responsáveis diretas por assolarem os recursos e excluírem populações. Elas continham as diretrizes gerais de integração e expansão do território brasileiro, e, de alguma forma, eram complementares àquelas destinadas à intensificação dos sistemas de produção.

Deste modo, quando se busca refletir sobre o desenvolvimento social, econômico e cultural e a conservação do Pantanal, é importante associar as políticas públicas e privadas adotadas nas regiões de fronteira com as de modernização da agricultura. Estas se caracterizaram pela forte discriminação de alguns tipos de produtos e categorias de produtores em detrimento de outros e não levaram em conta a diversidade existente nos diferentes ecossistemas onde deveriam ser implementadas nas várias regiões do Brasil.

Impactos ambientais e socioeconômicos

O desenvolvimento capitalista brasileiro ao longo de décadas veio buscando inserir novas áreas de fronteira à economia nacional, fazendo com que os espaços da Amazônia e do Centro-Oeste, entre eles o

Pantanal, passassem a ser alvo de diferentes formas de ocupação humana e de atividades de exploração. Nestas regiões de fronteira, quase de forma simultânea, ocorreram a expansão das atividades produtivas e a modernização na base técnica de produção, a partir da utilização de adubos, sementes, venenos e principalmente, maquinário. Deste modo, as agressões ao meio natural foram sendo ampliadas no Pantanal e, principalmente, em seu entorno.

Os acontecimentos no entorno do Pantanal são fundamentais para o estabelecimento de seu equilíbrio. Qualquer perturbação que altere o arcabouço e a constituição do meio natural desta região poderá ser irreversível para garantir a qualidade de vida do pantaneiro e para a diversidade de sua fauna e flora. Entretanto, a opção de se privilegiar pesquisas e análises levando em consideração apenas o entorno da planície pantaneira acaba, quase sempre, minimizando o que tem ocorrido no interior da mesma, que se resume, geralmente, a agressões ao seu meio ambiente. Tal opção favorece uma intervenção desconcertada no Pantanal, sem as devidas considerações às diversidades do ecossistema e às populações existentes. A adoção de cercas no Pantanal é um exemplo disto.

A modernização da agricultura, levada a cabo na região do entorno do Pantanal, deu origem a efeitos perversos na planície pantaneira. A expansão dos grandes empreendimentos agropecuários, fundamentalmente, aqueles baseados em monoculturas, especialmente de arroz, de cana-de-açúcar e de soja foi, sem dúvida, a grande responsável por estes efeitos. Estes empreendimentos utilizam abusivamente insumos agrícolas e máquinas, as quais não levam em consideração a composição e estrutura dos solos e os cursos de água da região.

Os sistemas de práticas orientadas pelo processo de modernização eram empregados indistintamente nos locais, qualquer que fossem suas características. Estas práticas proporcionaram o desmatamento; a lixiviação e erosão dos solos; o assoreamento dos rios com a deposição de sedimentos, e a contaminação do lençol freático, das fontes e dos cursos de água formadores do Pantanal. Seus reflexos na planície pantaneira foram demasiadamente negativos, com significativas repercussões no ecossistema como um todo.

A instalação da agroindústria canavieira no entorno da planície pantaneira foi outra das atividades que ajudou, e até nossos dias vem ajudando, a degradar o meio natural. Além das técnicas utilizadas na lavoura de cana-de-açúcar, sua industrialização tem como resíduo poluente o vinhoto, que é despejado nos cursos de água, acabando por atingir a planície inundável.

A atividade garimpeira também é uma das que apresenta grande peso na agressão ao ambiente do Pantanal Mato-grossense. Ela foi uma das primeiras explorações da região, mas sua mecanização tem tornado esta prática ainda mais nociva. O emprego de máquinas, que por um lado aumentou a produtividade do trabalho nos garimpos, exacerbou a poluição, provocou desvios nos cursos de água e acelerou o assoreamento dos rios, provocado pela erosão intensiva de suas margens e consequente a deposição de sedimentos nos leitos dos rios. Este cenário é agravado ainda mais pela utilização indiscriminada do mercúrio, grande causador da contaminação química dos garimpeiros, como também dos cursos fluviais.

Ainda, cidades como Cuiabá e Corumbá têm se tornado fontes de poluição do Pantanal. Seu crescimento desordenado e a falta de investimentos em infra-estruturas básicas vêm, ao longo de décadas,

gerando problemas graves de saneamento, com a falta de esgotos e de tratamento de resíduos tóxicos e de lixo urbano, que acabam por atingir os lençóis freáticos e os rios da região.

Na planície pantaneira, o resultado deste processo, que ocorre no meio rural brasileiro, tem gerado graves problemas às populações que vivem naquele espaço, bem como causado danos aos recursos naturais da região. Os desmatamentos, inclusive das matas ciliares, vêm provocando alterações nos padrões hidrológicos, quer pela migração de canais em rios locais (BUCHER et al., 1994), quer pelo seu assoreamento. Realizado, principalmente, para a introdução de pastos, mas também para a produção de carvão, o desmatamento vem causando um significativo desequilíbrio na flora e fauna da planície pantaneira.

Outra prática rotineira que provoca danos significativos no interior da planície pantaneira tem sido as queimadas, normalmente realizadas a seguir ao desmatamento. Elas ocorrem, especialmente, para o cultivo dos pastos. Não se pode confundir as queimadas, cujo objetivo é a implantação de sistemas modernos de pecuária, com aquelas desenvolvidas a séculos, pelos camponeses, para o cultivo de subsistência. As destinadas à implantação dos sistemas de produção modernos, baseados no cultivo de pastos, abrangem grandes áreas produzindo danos de grande expressão ao meio ambiente.

Há décadas o Pantanal foi objeto da introdução de novas raças de animais domésticos, o que possibilitou o sobrepastoreio, principalmente devido às características sedentárias das espécies introduzidas. O gado pantaneiro constituiu-se no animal adaptado às condições adversas que o ambiente pantaneiro lhes

apresentava, e, no entanto, foi quase totalmente substituído na pecuária pantaneira pelo gado de raça indiana, que produz maior quantidade de carne.

As construções indiscriminadas de estradas e diques, tanto por parte do Estado como por privados, trouxeram problemas à sazonalidade das inundações nos locais de sua ocorrência. Tal fato prejudicou a drenagem das águas pantaneiras, favorecendo as inundações e secas de áreas cada vez maiores, e por mais tempo. Estas construções prejudicam ainda a migração dos peixes, fenômeno importante para a reprodução de algumas espécies. Fatos que vêm contribuir para agravar a situação das populações locais, especialmente dos camponeses pantaneiros.

Mas um dos indicadores de maior significado no Pantanal, e que expressa a materialização da modernização da agricultura nesta região é, sem dúvida, a implementação de cercas. Elas reafirmam a apropriação dos recursos e o domínio da propriedade e constituem-se num dos principais mecanismos de desequilíbrio ambiental, econômico e social (IADANZA, 1993).

O cercamento das terras proporciona o encarceramento de animais silvestres e do gado restringindo o comportamento "permeante" destes animais e sua livre circulação. Impedem, durante o período da seca, o acesso dos animais à água e os tornam desprotegidos em relação às enchentes, pois impossibilitam a fuga para locais mais elevados da planície. Provocam também, o sobrepastoreio e o desequilíbrio das espécies vegetais. Uma região sem cercas permite um movimento migratório de animais silvestres e do próprio gado bovino, determinando a utilização equilibrada de todas as espécies vegetais.

Igualmente, o subpastoreio pode ser gerado pela ocorrência de cercas, pois algumas áreas de pastos naturais acabam sendo subutilizadas, tornando o sistema vulnerável, especialmente ao fogo (ODUM, 1988).

Ainda em relação às cercas, sua introdução no Pantanal foi se consolidando como a grande causadora da inviabilidade dos pastos de uso comum na região. Estes espaços garantiam a reprodução de famílias que não tinham áreas de pasto suficientes para a criação dos animais, necessários à sua sobrevivência. Desta forma, os pastos coletivos do Pantanal eram um importante recurso, que garantiam a subsistência das famílias, os quais diminuíram consideravelmente com o cercamento. Além disto, as cercas poderão, quando utilizadas por diferentes famílias de camponeses de uma mesma comunidade, constituir-se num dos pontos de estrangulamento das relações de parentesco e, principalmente de vizinhança existentes entre elas.

Estas ameaças têm atingido gravemente a fauna do Pantanal, inclusive com algumas espécies correndo riscos de serem extintas. Os animais silvestres permanecem constantemente nesta situação devido à caça e pesca predatórias que agravam ainda mais a sua existência. O massacre desmedido destes animais, como o jacaré-do-Pantanal, o crocodiliano mais explorado do mundo para obtenção de sua pele, e a pesca realizada com redes e em períodos críticos importantes para a reprodução e proliferação dos peixes são exemplos destas ameaças existentes na planície.

Atualmente o Pantanal vem sendo um dos lugares exóticos procurados por pessoas de outras regiões do Brasil e de vários países, especialmente através do turismo ecológico. As opiniões em relação às formas de

turismo que respeitem o ambiente são bastante controversas. Em algumas partes do país, inclusive no Pantanal, essa modalidade de turismo também tem sido a responsável por perturbações, quer na natureza, quer na vida dos moradores locais. Os empreendimentos turísticos, na nova "onda" ecológica, têm buscado nas populações locais a força de trabalho, como "guias", canoieiros ou motoristas, que como "inseridos no ambiente" também são curiosos aos olhos dos turistas. Os eleitos para venderem sua força de trabalho acabam por exemplo expondo os "ninhais", levando turistas periodicamente a estes espaços, que acabam por causar distúrbios ambientais. Estas formas de turismo desordenado, sem nenhum tipo de controle, e realizada em áreas especiais de reprodução de animais silvestres têm causado graves riscos ao ecossistema pantaneiro.

As transformações sociais e econômicas que foram desencadeadas, nas últimas décadas no Pantanal, têm vindo a colocar em risco seus ecossistemas e as condições de vida das comunidades camponesas, indígenas, e remanescentes de antigos quilombos. Estas comunidades construíram durante séculos, os seus saberes em relação ao meio, utilizando os recursos naturais sem destruí-los. A apropriação e uso destrutivo dos recursos, pelas formas de exploração em curso, têm se constituído numa das fontes de ameaça, especialmente, à perpetuação destas comunidades.

Considerações Finais

O Pantanal Mato-grossense está inserido num todo econômico, social e ambiental, sendo assim, qualquer medida que possa melhorar as condições de vida de suas populações e a conservação de seus recursos naturais deve ter em conta o conjunto das

referidas dimensões.

A especificidade do ecossistema pantaneiro gerou reações à avalanche modernizadora da agricultura e ao desenvolvimento rural, impostos pelas políticas públicas, em especial no período dos governos militares. O processo histórico de constituição dos espaços do Pantanal pode ter excluído boa parte do seu território das intervenções de expansão e modernização do seu setor agrícola.

Tendo em vista as características ambientais, os processos históricos e as transformações que vêm ocorrendo na estrutura produtiva e sócio-ambiental do Pantanal, é possível afirmar que esta região vem passando por uma forte crise. Crise esta, provocada pela destruição de seus recursos naturais e pela diminuição da produção, da qual a bovina é a de maior expressão. Desta feita, a região pantaneira passa por um grande dilema, que consiste na necessidade de aumentar sua produção, melhorar as condições de vida das populações locais e conservar o ambiente.

É necessário formular, para o Pantanal, estratégias de desenvolvimento cujo princípio fundamental seja a compatibilidade entre o crescimento econômico, a conservação do meio natural e a equidade social. Nestes termos, em nível local, o desenvolvimento não pode ser pensado estando submetido à lógica da base técnica de produção, sendo ela a mesma que foi responsável pela modernização da agricultura brasileira nos anos 70 e 80.

As transformações que vêm se processando no Pantanal e no planalto adjacente, podem receber novos impulsos. Isto responsabiliza o Estado brasileiro, e remete aos setores organizados da

sociedade maiores atenções, sob pena de que seus efeitos continuem aumentando as desigualdades sociais e o esgotamento dos recursos naturais. Diante deste quadro, as medidas de caráter estratégico e as ações decisivas de desenvolvimento

a serem adotadas no Pantanal devem possibilitar a reversão definitiva do processo de degradação sócio-ambiental e a redefinição das formas de apropriação e uso dos recursos naturais com a participação efetiva das populações locais.

Referências

ADAMOLI, Jorge. A Dinâmica das Inundações no Pantanal. In: Simpósio sobre Recursos Naturais e Sócio-Econômicos do Pantanal, I, 28 novembro a 4 de dezembro de 1984, Corumbá, Mato Grosso do Sul. *Anais...* Brasília, Distrito Federal: EMBRAPA, 1986. p. 105-106.

ANA - Agência Nacional de Águas. *Implementação de práticas de gerenciamento integrado de bacia hidrográfica para o Pantanal e Bacia do Alto Paraguai*. ANA/GEF/PNUMA/OEA: programa de ações estratégicas para o gerenciamento integrado do Pantanal e Bacia do Alto Paraguai: relatório final. Brasília: TDA Desenho & Arte Ltda., 2004. 316 p.

ANDRADE, Manoel Pereira de. *Estrutura Fundiária, Modernização e Distribuição da Renda na Agricultura Mato-grossense*. Piracicaba, 1989. (mestrado USP).

BUCHER, Enrique H. et al. Hidrovia: Uma Análise Ambiental Inicial da Via Fluvial Paraguai - Paraná. *Humedales para las Americas*, Publicação nº 10. Manomet, Massachusetts, USA e Buenos Aires, Argentina, 1994.

CARVALHO, H. M. de. *Desenvolvimento Sustentável e Padrões de Sustentabilidade: Contextualização para o Estado de Mato Grosso*. Pnud/PRODEAGRO. Cuiabá, 1993.

CAVALCANTI, Clóvis (Org.). *Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. Recife/São Paulo: Fundação Joaquim Nabuco/Cortez, 1995.

CPRM - *Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais. Previsão de Níveis d'água no Pantanal*. <http://www.cprm.gov.br/>, capturado em 08 de junho de 2011.

EMBRAPA Pantanal. Corumbá-MS. *IV Plano Diretor Embrapa Pantanal 2008 - 2011 - 2023*. Corumbá, MS, 2008. 35p.

FERREIRA, Eudson de C. et al. A Questão Ecológica no Meio Rural Mato-grossense. GERA-Centro de Estudos e Pesquisas do Pantanal, Amazônia e Cerrado. *Cadernos do NEPO/UNICAMP*, 1984.

FRANCO, M. S. M. & PEREIRA, R. Geomorfologia. In: *Projeto RADAMBRASIL*, Folha SE 21 Corumbá e parte da Folha SE 20. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Produção Mineral, 1982. 448 p.

GALDINO, Sérgio; VIEIRA, Luiz Marques & PELLEGRIN, Luiz Alberto (editores técnicos). *Impactos ambientais e socioeconômicos na Bacia do Rio Taquari - Pantanal*. Corumbá-MS: Embrapa Pantanal, 2006. 356 p.

IADANZA, Enaile do E. S. *Produção Camponesa nos Pantaneais de Mato Grosso: estudo da comunidade de São Pedro, município de Barão de Melgaço*. Dissertação (Mestrado em Geografia). – FFLCH-Universidade de São Paulo/USP São Paulo, 1993.

MAYERSON, F. A. S.. *O Aproveitamento e Proteção do Pantanal: análise crítica do estudo de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Alto Paraguai-EDIBAP*. SEMA/MINTER. Brasília. 1981. (mimeo)

ODUM, Eugene Pleasants. *Fundamentos de Ecologia*. 4ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988. 927 p.

PADOVANI, Carlos Roberto. *Dinâmica espaço-temporal das inundações do Pantanal*. Tese (Doutorado em Geografia) – USP/ESALQ/Ecologia Aplicada. São Paulo-SP.

SECRETARIA DE AGRICULTURA. Pantanal, Nova Fronteira Econômica. I Encontro do Programa de Desenvolvimento do Pantanal: conferências, proposições e subsídios. *Anais...* Corumbá, 1974.

VALVERDE, Orlando. Fundamentos Geográficos do Planejamento Rural do Município de Corumbá. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, 34 (1):49-144, jan/mar, 1972.

PANTANAL MATO-GROSSENSE UM CASO DE CONFLITO ECOLÓGICO

PANTANAL MATO-GROSSENSE A CASE OF ECOLOGICAL CONFLICT

Carlos Gomes de Carvalho^{8*}

RESUMO: O artigo aborda as questões históricas que envolvem a ocupação socioeconômica e ambiental da região dos Pantanaís Mato-grossenses, numa perspectiva dos conflitos ecológicos. Recupera-se o processo histórico desde o século XVII até o final do século XX referente a cada uma das unidades desse ecossistema.

Palavras-chave: Pantanaís. História. Mato Grosso. Socioeconomia. Meio ambiente.

ABSTRACT: The article addresses the historical issues that involve the socio-economic and environmental occupation of the region of the Pantanaís Mato-grossenses, in a perspective of the ecological conflicts. The historical process has been restored since the XVII th century until the end of the XXth century concerning each one of the units of this ecosystem.

Keywords: Pantanaís. History. Mato Grosso. Socio-economy. Environment.

A beleza selvagem encantatória de uma paisagem única, luxuriante e de vida pulsante, “onde pululam vermes de animais e plantas e subjaz um erotismo criador genésico”, na expressão de Cavalcanti Proença, resulta, como o quer outro de nossos poetas, Manoel de Barros, “a pura inauguração de um outro universo. *Que vai corromper, irromper, irrigar e*

recompôr a natureza”. Esse microcosmo extraordinário para a vida selvagem e para o bicho Homem está ameaçado por seu maior beneficiário – o próprio Homem.

Aqui se pretende uma síntese dos elementos geográficos, históricos e ecológicos componentes do Pantanal, em mais uma tentativa de se colocar esse fabuloso universo na consciência nacional.

⁸ Advogado, professor e historiador. Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, do Instituto dos Advogados Brasileiros (RJ), da Academia Mato-Grossense de Letras, entre outras. Publicou, na área de História, os seguintes livros: Mato Grosso – Terra e Povo, Viagens ao Extremo Oeste – Desbravadores, aventureiros e cientistas nos caminhos de Mato Grosso, A Poesia em Mato Grosso, No distante Oeste a primeira crítica de teatro no Brasil. cg.carvalho@uol.com.br

Aspectos geofísicos do complexo pantaneiro

O complexo do Pantanal é uma vastíssima região de planície – uma das maiores de base interior do planeta – com características morfoestruturais únicas.

Constituído pelo rio Paraguai e seus afluentes, o Pantanal extravasa a fronteira geopolítica brasileira para atingir terras da Bolívia, do Paraguai e, ao se juntar ao Paraná, alcançar também a fronteira com a Argentina. Nesse percurso, o rio Paraguai banha, a partir de sua nascente no município de Diamantino, até a sua confluência com o Paraná, uma extensão de 2.621 km, sendo 1.693 km em território brasileiro.

Localizado entre os paralelos de 16° e 22° de latitude Sul e os meridianos de 55° e 58° de longitude oeste, mede, em território nacional, entre 400 e 500 quilômetros no sentido norte-sul, e de 200 a 300 quilômetros na direção leste-oeste, abrangendo, pois uma área em torno de 133 mil quilômetros quadrados.⁹

O Pantanal, apesar do nome, não é uma região totalmente pantanosa, isto é, permanentemente alagada. As inundações se dão nos meses que se seguem às chuvas, com o rio invadindo as áreas mais baixas da planície, deixando totalmente submersas as terras quando formam um lençol de água, por vezes superior a trinta quilômetros de extensão, e que atingem mais de quatro metros de profundidade, mas mantendo livres

das águas alguns trechos mais altos onde os fazendeiros localizam as sedes das fazendas. Todavia, no período seco, a rede hídrica assume seu perfil natural, com os rios retornando a seu leito, quando, então, o lençol freático desce a um nível de mais de dez metros de profundidade.

A declividade da planície da bacia do Paraguai varia, na direção de leste para o oeste, de 0,5 a 0,3 m/km e, no sentido norte-sul, de 3 cm a 1,5 cm por km, daí a dificuldade e lentidão no escoamento das águas de todos os tributários da bacia. As chuvas são parcialmente controladas pela topografia, com seus valores máximos, em torno de 2.000 mm anuais, ocorrendo no noroeste e no norte da bacia, na região de Chapada dos Guimarães.

Os Pantanaís

Parece já existir consenso entre os estudiosos da Ecologia da região de que a denominação de Pantanaís Mato-grossenses, assim no plural, é mais correta que a usual e tradicionalmente utilizada. Conforme expõe Silvia Maria Alvarenga [ALVARENGA, 1989, p. 65] “[...] a denominação de planícies e pantanaís mato-grossenses admitida no plural, em vez de Pantanal de Mato Grosso, parece mais adequada, segundo Sanchez (1977), porquanto esta área dos pantanaís não reflete as etapas típicas de morfogênese dos pântanos. A evolução da área, caracterizada pelos processos de acumulação,

⁹Existem divergências quanto a esses números, variando de autor para autor: a) 496.000 km², em áreas do Brasil, da Bolívia e do Paraguai, sendo que 396.800 km², em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e pequeno trecho do Estado de Goiás, segundo o IBGE (Geografia do Brasil, vol. I, 1989); b) 393.597 km², dos quais 186.333 km² em Mato Grosso (21,1% de seu território) e 207.264 km² (ou 59,1%) de Mato Grosso do Sul, conforme os dados publicados pelo Plano de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Alto Paraguai/EDIBAP (mimeo. 1981); c) 400 km na linha Norte – Sul e 250 km, em média, na direção leste - oeste, conforme Avelino Ignácio de Oliveira e Pedro de Moura – (“Geologia na região de Corumbá e minérios de manganês e ferro do Urucum”, In: Boletim do DNPM n° 62, RJ, 1944); d) 800 km de comprimento e 400 km na maior largura, com uma área de 320 km² segundo Rondon (Relatório da Comissão Construtora das Linhas Telegráficas no Estado de Mato Grosso, 1901-1907); e) 770 km de norte a sul, com uma área de cerca de 100.000 km² em território brasileiro, de acordo com Fernando M.F. de Almeida

encerra fatores de controle variáveis para cada pantanal, que se relaciona a sub-bacias, dotadas de dinâmica fluvial complexa.” Já Amélia A. N. Moreira (1977, p. 16) chega a considerar impróprio o nome Pantanal, pois, conforme diz, “[...] a despeito do que muitos julgam, não é uma região permanentemente alagada, semelhante a um pântano mesmo durante as cheias, como sugere o nome.” E, em Contribuição para a geologia do petróleo no sudoeste no Mato Grosso, Glycon de Paiva (1977) informa didaticamente que “Pantanal é tudo quanto jaz na baixada até a altitude de 110 metros; é o lugar dos leitos maiores dos cursos da Bacia do Paraguai; é a superfície formada pela coalescência destes.”

Os pantanais mato-grossenses são, pois, um ecossistema estreitamente vinculado ao regime hidrográfico da bacia do alto rio Paraguai.

O rio Paraguai nasce na Chapada dos Parecis, na serra das Araras (Araraporé), entre os municípios de Diamantino e de Alto Paraguai, e, tomando a direção geral norte-sul, atravessa a imensa planície sedimentar até encontrar-se com o rio Apa. Nesse curso, a rede de drenagem da bacia do alto Paraguai enfrenta distintas regiões fisiográficas: os planaltos, com altitudes que variam de 700 a 1.200 metros; a depressão do alto Paraguai-Guaporé, com cotas entre 150 a 700 metros, e, embutida nessa depressão, a região dos pantanais, com altimetrias que oscilam entre 80 e 150 metros.

Graças às imagens de radar geradas pelo satélite Landsat, que levaram em conta aspectos estruturais, morfológicos, pedológicos e de cobertura vegetal típicos, foi possível identificar doze padrões de pantanais. São eles:

- 1) o Pantanal do Corixo Grande – Jaurú – Padre Inácio – Paraguai, também conhecido como Pantanal do Descalvado;
- 2) o Pantanal do Cuiabá – Bento Gomes – Paraguaizinho, chamado de Pantanal de Poconé;
- 3) o Pantanal de Itiquira – São Lourenço – Cuiabá, ou Pantanal de Pirigara;
- 4) o Pantanal dos Paiaguás;
- 5) o Pantanal do rio Taquari;
- 6) o Pantanal do rio Negro;
- 7) o Pantanal do Jacadigo – Nabileque;
- 8) o Pantanal do Miranda – Aquidauana;
- 9) o Pantanal do Tarumã – Jibóia;
- 10) o Pantanal do Aquidabã;
- 11) o Pantanal do Branco – Amonguijá, e,
- 12) o Pantanal do Apa.

Esta enorme diversidade fisiográfica, somada à latitude e à vasta extensão territorial, reflete sobre o regime hidrográfico e sobre a morfodinâmica fluvial, dando, assim, características peculiares aos estados de tempo habituais da bacia.

Três são os fatores responsáveis, conforme

e Miguel Alves de Lima (Planalto Centro-Occidental e Pantanal Mato-grossense, Conselho Nacional de Geografia, RJ, 1959); f) 450 km de comprimento por 280 km de largura, na altura de Corumbá, com uma superfície aproximada de 100.000 km² para Orlando Valverde (“Fundamentos Geográficos do Planejamento Rural do município de Corumbá”, Revista Brasileira de Geografia, RJ, 1972); g) 630 km de norte a sul, variando a largura de 100 km a 250 km, com uma superfície total de 200.000 km², para Lécio Gomes de Souza (História de uma região: Pantanal e Corumbá, São Paulo: Resenha Tributária, 1973); h) 393.000 km², sendo 139.000 km² de área inundável, 10.688 km² de chaco ou pântano e 243.909 km² de região seca, conforme o projeto de Lei apresentado pelo dep. federal Márcio Lacerda (Projeto de Lei nº 6.393 de 17/09/85, declarando o Pantanal área reservada. Não foi aprovado em plenário); i) 600 km no sentido norte-sul e 200 km de largura máxima, segundo a Grande Enciclopédia Delta Larousse.

Orlando Valverde, [VALVERDE, 1977] pela regularidade do regime fluvial do Paraguai:

a) chuvas periódicas anuais, de máxima regularidade, que caem na bacia, especialmente nos afluentes superiores;

b) a extensa zona de inundação e represamento representada pelo Pantanal, que alimenta o sistema durante a estação seca, e,

c) os fracos desníveis no perfil longitudinal e a grande uniformidade na declividade geral de Cáceres até a sua foz.

As chuvas

O período chuvoso tem início em setembro-outubro e vai a março-abril, com o máximo de precipitações em dezembro-janeiro. É nos meses de janeiro a março, na parte sul, e de março a abril, no norte, que os rios da região extravasam seus leitos, inundando longos trechos da baixada. Graças à topografia, que atua como um grande reservatório de água, existe uma defasagem de 1 a 5 meses entre as vazões de entrada e saída.

Estudos realizados ao longo dos anos constataram os seguintes índices médios de vazões do Paraguai e seus afluentes: em Cáceres, 382 m³/s.; em Cuiabá, 288 m³/s (o Paraguai); em Coxim, 263 m³/s. (o Taquari); em Ladário, 1.261 m³/s. e Porto Murtinho, já na fronteira, 1.555 m³/s. A estacionalidade das chuvas é maior no norte, com 50% da precipitação ocorrendo nos três meses mais chuvosos; já no sul, com a entrada de frentes frias, essa concentração não atinge 40%.

Os autores classificam a intensidade dos fenômenos das inundações em três tipos: as “comuns”, atingindo pequenas áreas, sem realimentação dos

corixos e das lagoas distantes; as “médias ou extraordinárias” que são regulares, e ao redistribuírem a água através de corixos alimentam lençóis subterrâneos distantes dos leitos fluviais; e as enchentes excepcionais que atingem grandes extensões e causam alguns danos, sob o ponto de vista socioeconômico. Essas enchentes formam lagoas, pequenas algumas e outras de caráter permanente, que se ampliam e, através de braços d'água, se interligam.

Desse fenômeno nasceu uma toponímia típica criada pelo povo pantaneiro para denominar as consequências das cheias: as “baías”, que se apresentam sob a forma de lagoas circulares ou elípticas, são formadas pelas águas que, escapando do leito, invadem os terrenos mais baixos, sendo que algumas dessas podem ser permanentes. Na estiagem as águas descem, provocando uma intensiva evaporação, que resulta na precipitação de evaporitos em toda a área. Surge daí as salinas, locais para onde aflui o gado para beber a água ligeiramente salgada. Nas cheias excepcionais, o volume de água amplia o tamanho das “baías” e, através de canais chamados de “corixos”, elas se ligam umas às outras, constituindo as “vazantes”. Os terrenos elevados, com altitude entre 3 e 6 metros acima do nível da planície que permeiam as “baías”, são conhecidos como “cordilheiras”.

O clima

Como já se viu anteriormente, o clima da região é determinado tanto pela localização geográfica na zona tropical, como, de modo secundário, pelo relevo.

A flora

A flora do complexo Pantanal pode ser dividida

em quatro províncias fitogeográficas: Cerrados, Floresta Amazônica, Floresta Atlântica e Chaco.

Os Cerrados estendem-se por quase todo o Pantanal e por metade dos planaltos e serras da região; a Floresta Amazônica ocupa uma parte do norte e do noroeste, constituindo-se ainda na principal área de vegetação; a Floresta Atlântica ocorre nas serras do sul da região, apresentando-se mesclada de cerrados e bosques, e a província chaquenha, constituída principalmente por matas densas de quebracho e aroeira e por planícies de savanas.

Aspectos históricos e econômicos

A região do Pantanal vem sendo percorrida desde já as primeiras décadas do descobrimento. Notícias dão conta da passagem do português Aleijo Garcia, por volta de 1524, em buscas das míticas riquezas dos reinos indígenas do extremo Oeste. Nas décadas seguintes, as informações falam da primazia dos espanhóis que, desde a região onde hoje se localiza Assunción, partiram pelo rio da Prata, continente adentro. Trajetórias semelhantes fizeram Juan de Ayolas, Sebastián Caboto, Cabeza de Vaca e outros espanhóis, bem como o feito extraordinário de Antônio Raposo Tavares que, tendo saído de Guaíra, atravessou o Paraguai e chegou aos Andes, retornando depois pelo vale amazônico.

A tenaz resistência oposta por Paiaguás, Guaicurus, Nuaras, Xaraiés e outras nações, além da natureza inóspita, tornaram extremamente dificultosa a penetração na região de modo mais permanente. Isto só veio a se dar, de modo mais definitivo, já no século XVIII. Com a descoberta do ouro de aluvião, nos albores deste século, e a firme e decidida determinação da geopolítica do governo português, a região começou

a ser povoada.

A par do surgimento espontâneo, ao longo dos afluentes do Paraguai, sobretudo do Cuiabá, de pequenos núcleos de mineradores, fortes e vilas foram sendo plantadas ao longo dos cursos do Guaporé e do Paraguai. São Francisco Xavier e Pouso Alegre (Vila Bela da Santíssima Trindade), o presídio de Iguatemi, o forte do Príncipe da Beira, Vila Maria do Paraguai (S. Luiz de Cárceres), São Pedro D'El Rey (Poconé), Albuquerque (Corumbá), o forte de Coimbra e Miranda surgiram entre a segunda metade do século e o início do século XIX. O ouro e as fortificações foram os propulsores da presença branca na vasta planície pantaneira.

Com a queda da produção aurífera, a economia da região praticamente se estagna. Nas décadas seguintes a região encontraria a sua vocação na expansão da pecuária, as fazendas que aí se estabeleceram encontraram um ecossistema ideal à criação do gado vacum. Paralelamente, porém, se desenvolvia uma incipiente agricultura, basicamente voltada para a subsistência, com uma produção relativa de cana-de-açúcar, que com o tempo decresceu.

Por um longo período e até o fim dos anos cinquenta deste século, a característica da economia regional e do Estado, mesmo, está basicamente estruturada na predominância da atividade agropastoril, com uma extrema dependência do mercado forâneo. A produção agrícola, estreitamente vinculada à demanda nacional, mostrou um maior dinamismo do crescimento. A inexistência de tecnologia apropriada, com uma exploração de caráter extremamente extensivo, a abundância de terras com preço insignificante e a distância relativamente grande dos maiores mercados consumidores, condicionaram por

longos anos a expansão da economia. De outra parte, o desenvolvimento do setor secundário ficou limitado à transformação elementar de certos produtos agrícolas.

O século XX e os planos econômicos

É somente a partir dos anos sessenta do século passado que vai se dar, sobretudo na região sul, uma expansão significativa da economia. Essa fase mais recente do crescimento econômico regional vai encontrar, na integração de novas áreas agrícolas, o seu principal fator de dinamismo. Nesta fase, novas tecnologias exploratórias vão ser incorporadas. A expansão se dá no sentido sul-norte, a partir da ocupação das terras altas que contornam a bacia pantaneira, ou seja, desde Campo Grande, passando por Coxim, Rondonópolis e Cuiabá, até Cárceres.

É necessário, porém, assinalar-se que nem sempre a expansão da área agrícola corresponde à existência de uma variedade de culturas, já que tem predominado a produção do arroz de sequeiro e, só nos anos mais recentes, da soja. Por outro lado, é igualmente frequente que, após o desmatamento o plantio inicial de arroz, seja substituído por pastagens.

A rodovia Belém-Brasília e, posteriormente, a Cuiabá-Santarém atraiu para a região da bacia pantaneira um expressivo fluxo de capitais e de migrantes. Ao mesmo tempo essa dinamização da economia regional e a crescente presença de organismos governamentais federais dispersam a presença humana para o contorno físico mais amplo, isto é, para além dos núcleos historicamente centrais do Pantanal. Assim, Campo Grande, como novo centro político-administrativo regional, a região ao norte de Rondonópolis e de Cuiabá e toda a área de atuação do

Polonoroeste, estimulando a ocupação dos cerrados, contribuíram para, a partir da década de setenta, deslocar da área do Pantanal a presença mais significativa que este tradicionalmente teve.

Neste período, apesar das deficiências infraestruturais, como as localizadas no setor de transportes, energético e de comunicações, a vasta região da bacia do alto Paraguai, teve uma significativa participação na geração de riquezas. Nos vinte anos que medeiam, entre 1959 e 1980, a participação percentual (em relação às áreas de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) vai de 65,1% (em 1959) para 69,3% (em 1980), com aumento representativo da renda per capita.

Paralelamente, começa a ter início um processo diversificador da produção econômica. E, embora a pecuária continuasse por se constituir ainda no principal elemento econômico, a agricultura e a incipiente produção industrial mostraram, em termos percentuais, um crescimento superior.

Nos anos seguintes, a par do aumento das áreas de pastagens, a área agrícola cresce igualmente, acentuando-se a importância do setor terciário, com a diminuição significativa da produção mineral. A indústria se concentra em alguns poucos produtos de transformação de bens primários, enquanto que o terciário está representado nos setores de pequeno e médio comércio e do governo. Com efeito, a atuação do governo, a partir da década de 60, cresceu a taxas ligeiramente superiores a média do setor secundário, graças particularmente a uma presença mais forte seja pela ampliação das empresas públicas ou pela expansão da rede escolar.

Todavia é imperioso assinalar-se que a microregião pantaneira vive, ainda hoje, as mesmas

agruras do passado, idênticas às outras regiões de Estados periféricos do desenvolvimento nacional, qual seja, a dependência dos produtos industriais, o que a faz assumir um perfil monoexportadora e multi-importadora. Produtos vitais para a economia agropastoril, como, por exemplo, adubos e fertilizantes, defensivos agrícolas, arame etc., sofrem aumento de preços que não são acompanhados pelos produtos primários ali produzidos. Essa defasagem resulta numa crescente perda do poder aquisitivo, refletindo, assim, um empobrecimento regional, que foi se acentuando com a diminuição da produção minerária.

A origem dos núcleos urbanos, inicialmente agregados às circunstâncias minerária (ouro e em pequena escala o diamante) e a geopolítica de defesa das fronteiras, com a construção dos fortes e presídios, após serem decorrentes de entrepostos de comercialização pecuário-agrícola ou de apoio na produção das usinas de açúcar ou de borracha, passou, nos anos de meados deste século, a ser condicionada pela frente de ocupação agrícola. A estrutura urbana regional está hoje fortemente dependente das rodovias e da eficiência dos transportes. Neste sentido, em território mato-grossense os grandes polos de atração da região são as cidades de Cuiabá e Rondonópolis, sendo em nível mais amplo Goiânia, as cidades do Triângulo Mineiro e, por fim, São Paulo.

Os municípios tidos como pertencentes à bacia do Pantanal são Acorizal, Arenópolis, Alto Paraguai, Barão de Melgaço, Barra do Bugres, Cuiabá, Chapada dos Guimarães (parcialmente), Cáceres, Nossa Senhora

do Livramento, Nobres, Nortelândia, Poconé, Rosário Oeste, Santo Antônio do Leverger, Tangará da Serra, Várzea Grande. No “Plano de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Alto Paraguai” foram incluídos ainda: Alto Araguaia, Alto Garças, Dom Aquino, Guiratinga, Itiquira, Jaciara, Rondonópolis, Pedra Preta, Poxoréu e Mirassol do Oeste.¹⁰

A questão ecológica

Raras regiões do país e nenhuma em Mato Grosso receberam tantas atenções governamentais no sentido da defesa ambiental e ecológica quanto o Pantanal... pelo menos nos planos e projetos.

O constituinte de 88 ergueu a proteção do Pantanal à altura de um mandamento constitucional. Está lá, no parágrafo 4º do artigo 225, que o Pantanal Mato-Grossense – ao lado da Floresta Amazônica, da Mata Atlântica, da Serra do Mar e da Zona Costeira – é “[...] patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.” Infelizmente, pelo que se vem observado, este é mais um dos vários dispositivos desrespeitados.

O ecossistema pantaneiro é uma área de frágil e precário equilíbrio ecológico. Se do ponto de vista geológico é considerado ainda em formação, seu quadro fitogeográfico se constitui numa transição entre o Cerrado, a Savana, a Mata Atlântica, o Chaco e o ambiente Amazônico, numa impressionante multivariabilidade de espécies de vegetação. Ao mesmo

¹⁰ O Plano de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Alto Paraguai foi proposto pela Comissão de Estudo de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Alto Paraguai - EDIBAP, com início em julho de 1977 para vigência até março de 1981.

tempo em que abriga uma extraordinária avifauna, uma riquíssima ictiofauna e animais terrestres em quantidade muito grande.

Sobre essa riqueza, contudo, pesa uma ameaça grave e constante. Durante séculos, como vimos anteriormente, o homem manteve uma relação simbiótica com a natureza local. O processo de ocupação não só era lento e compassado como se fez com a agricultura de subsistência e com a presença do gado, que se adaptou muito bem, criando, inclusive, características próprias. Todavia, o crescente alargamento da fronteira agrícola, a partir dos anos sessenta, tornou o Pantanal cada vez mais vulnerável e suscetível a ameaças ao equilíbrio de seu ecossistema.

Têm início nessa época as preocupações oficiais com a exploração das potencialidades econômicas do complexo do Pantanal. Se com tais iniciativas houve de positivo uma tentativa mais racional de conhecimento científico desse ecossistema, não se pode deixar igualmente de serem assinalados os equívocos cometidos. Aqui, pela natureza deste texto, veremos apenas algumas dessas particularidades.¹¹

Em maio de 1974 foi criado o Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal Mato-grossense – Prodepan, talvez a primeira tentativa de sistematizar o aproveitamento econômico do Pantanal. Conforme a publicação *Características e*

Potencialidades do Pantanal Mato-grossense,¹² o Prodepan tinha por objetivo uma programação que envolvia a melhoria do transporte rodoviário, ferroviário e hidroviário com a construção de estradas, o aumento da oferta de energia elétrica, incentivo à agropecuária, irrigação e drenagem, edafologia, industrialização, saúde, saneamento rural e levantamento aerofotogramétrico. Projeto ambicioso e que praticamente não saiu do papel, mas que se repetiria em todos os planos seguintes. O Prodepan seria desativado seis anos depois.

Em março de 1977 foi assinado, entre o Governo brasileiro e o Programa das Nações Unidas, conhecido como PNUD, o Convênio de Cooperação Técnica, que deu origem ao Estudo de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Alto Paraguai – EDIBAP. Com a atuação prevista para durar até março de 1981, o convênio atribuía à Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco a coordenação das atividades do Estudo e à OEA – Organização dos Estados Americanos a implementação do plano de trabalho.

Com levantamentos aerofotogramétricos feitos pelo Projeto Radambrasil, foram produzidas importantes informações sobre o solo e a aptidão agrícola das terras, com a identificação das áreas de maior potencial florestal. Daí resultou um estudo que dava ênfase ao estabelecimento na região de uma

¹¹ Apenas de passagem, digo que é necessário discutir sempre, quando se trata do tema “desenvolvimento” em áreas de tensão ecológica, como o Pantanal, por exemplo, qual o conceito orientador do desenvolvimento proposto. É oportuno recordar que, à época, vivia-se o autodenominado “milagre econômico”, com o perfil estridente, propagandeado pelos quatro cantos, representado pelas obras faraônicas, cujo exemplo mais expressivo era o da Transamazônica, da qual resultaram as terríveis consequências ambientais e sociais posteriormente conhecidas.

¹² Editado pelo – Instituto de Planejamento Econômico e Social – IPEA, do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, v. 10.

infraestrutura de transportes e de industrialização de matérias-primas, á expansão da oferta de energia elétrica, á regularização dos cursos d'água e ao desenvolvimento do setor pecuário. E, muito embora fizesse referência à necessidade de atenção á proteção ambiental e à conservação dos recursos naturais, ao prever a construção de barragens para a produção de energia, para facilitar a navegação, possibilitar a irrigação e o controle das enchentes, assim como a construção de estradas, desencadeou uma série de protestos, inclusive vindos do exterior.

De fato, a construção de barragens para o controle de enchentes – uma especificidade da ecologia do Pantanal – representam um enorme contrassenso. Na realidade, as enchentes anuais compõem o equilíbrio do ecossistema e tanto os vegetais como os animais e a população humana estão secularmente adaptados a estas circunstâncias naturais. As barragens, ao contrário, ameaçam esse equilíbrio ao invés de mantê-lo. Por sua vez, as estradas, das quais a mais “famosa” ficou conhecida como “Transpantaneira”, não teve melhor sucesso.¹³.

De toda forma, no que diz respeito ao projeto oficial como um todo, ele não foi adiante.

No início da presente década foi introduzido, com recursos do Banco Mundial, o Programa de Desenvolvimento Agroambiental de Mato Grosso – Prodeagro, com o objetivo de realizar estudos e atividades de manejo ambiental em áreas do Estado, inclusive no Pantanal, e que se encontra em desenvolvimento. Em setembro de 1994, o governo estadual lançou o Programa de Desenvolvimento Integral do Pantanal – Prodeipan. A ação do programa envolve cinco pontos básicos: saneamento ambiental dos municípios da bacia; construção da estrada parque, fomento ao turismo ecológico, estudos e pesquisas zoobotânicas e recuperação das áreas degradadas. Os recursos previstos para a realização desse programa seriam oriundos dos cofres estaduais, do governo federal e de organismos internacionais, estando orçados, conforme se divulgou na ocasião de seu lançamento, em setembro de 1994, na ordem de 700 milhões de dólares.

Não obstante, a preocupação com o Pantanal

¹³ A construção, em 1979, de uma enorme barragem de concreto (em torno de 400 km com a altura média de 3,5 m.), na fazenda São João, ás margens do rio Cuiabá, vem provocando, desde então, a inundação quase que permanente numa vasta área do município de Barão de Melgaço. Essa barragem gerou, nos anos seguintes, uma série muito grande de protestos, sobretudo de fazendeiros da região, contra os proprietários da fazenda, o grupo Camargo Corrêa. Todavia, de nada adiantaram. Essa barragem, no entanto, serve muito bem para espelhar o absurdo que representa a intervenção humana, na construção de barragens e diques, no ecossistema pantaneiro.

Outro aspecto altamente discutível foi o representado pela construção da estrada que ficou conhecida como “Transpantaneira”. A sua construção, idealizada pelo governo do Estado (Codemat), teve início em setembro de 1972 para ser a ligação, através do Pantanal, passando por Poconé e chegando a Porto Jofre, entre Cuiabá e Corumbá. Na realidade o ambicioso projeto inicial previa uma malha de estradas vicinais que, a partir da estrada tronco, rasgaria o pantanal. Ao todo seriam 1.100km de aterros permanentes (com altura média de até 2 e 3 metros mas podendo chegar, em alguns casos, a até 4 metros) e de centenas de pontes. Vivia-se à época da euforia do “Brasil Grande”, política com a qual o regime militar, realizava obras mastodônticas e sem planejamento real. A Transpantaneira inseria-se assim no contexto do “grande projeto nacional”, no qual ela seria um prolongamento natural da BR-163 (Cuiabá – Santarém) e da Transamazônica, como uma extraordinária ligação entre as bacias Amazônica e do Prata. A construção, muito embora envolvesse centenas de homens, máquinas e recursos consideráveis, transformou-se numa luta insana e inconsequente contra a natureza. Esta acabou vencendo. Vinte e quatro anos depois a Transpantaneira – que em seu lançamento foi cognominada na imprensa da época como a “mais fantástica rodovia do planeta – é um arremedo da pretensão original”. Pouco mais de dez por cento da estrada foi erguida: são 147 km e cerca de 120 pontes mal conservadas.

não tem se dado apenas, felizmente, sob esse prisma “desenvolvimentista”. Em 1981, pelo Decreto nº 86.392, de 24 de setembro, foi criado o Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense, localizado no município de Poconé, abrangendo uma área de 13.000 hectares, e nesse mesmo ano, pelo Decreto nº 86.061, de 2 de junho, foi criada a Estação Ecológica de Taiamã, às margens do rio Paraguai, no município de Cáceres, com uma área de 11.200 ha.

Finalmente, a Constituição da República promulgada em 1988 consagrou o Pantanal como patrimônio nacional, estabelecendo que a sua utilização só se faça em condições que assegurem a preservação de seus recursos.¹⁴

A fragilidade do Pantanal

O Pantanal, pelas suas peculiaridades, é um dos ecossistemas mais frágeis do planeta. Hoje, ele está sob fortes e multivariadas formas de pressão: demográfica, econômica, político-social, agrícola, fundiária todas refletindo perigosamente sobre a sua ecologia, grosso modo podem ser relacionados no mínimo dez perigosos inimigos do ecossistema pantaneiro, todos eles vinculados à ação do homem.

Vejamos, sucintamente:

1. Desmatamento nas cabeceiras e margens dos rios, resultando em erosão, assoreamento e turbidez das águas;
2. Avanço das plantações, tanto nas bordas quanto dentro mesmo da área mais baixa, com o uso de herbicidas e agrotóxicos os mais variados;
3. Construção de diques para a contenção de enchentes e canais de irrigação.
4. A crescente abertura de novas frentes agrícolas, realizando, sem controle e qualquer monitoramento, a derrubada da vegetação, inclusive das matas de galeria, que dão sustentação às margens dos rios, e a sua posterior queimada, somada à movimentação da terra (aração), carrega para os rios volume imenso de terra que vai assoreá-los, entupindo os seus leitos e canais.

Da mesma forma, as águas das chuvas carregam para os córregos, corixos e destes para os rios, os resíduos dos agrotóxicos. Neste particular, há de assinalar-se que na década de 80 a microrregião do Alto Taquari, reunindo os municípios de Alto Taquari e Alto Araguaia, em MT, e Coxim, Pedro Gomes. São Gabriel do Oeste, Camapuã e Costa Rica, em MS,

¹⁴ Em 1987 a Subcomissão de Saúde, Seguridade e Meio Ambiente da Assembleia Nacional Constituinte, após percorrer parte do Pantanal, levantou a ideia de ser sugerido à Unesco o tombamento do Pantanal como patrimônio da humanidade, à semelhança do que já ocorreu, por exemplo, com Brasília e Ouro Preto, entre outras cidades.

Constituição da República:

Art. 225 – 4º - “A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional e sua utilização far-se-á na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais”.

Constituição do Estado de Mato Grosso:

Art. 273 – “O Pantanal, o Cerrado e a Floresta Amazônica Mato-Grossense constituirão polos prioritários da proteção ambiental e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais”.

Parágrafo Único – O Estado criará e manterá mecanismos de ação conjunta com o Estado de Mato Grosso do Sul, com objetivo de preservar o Pantanal Mato-Grossense e seus recursos naturais.”

sofreu um ritmo intenso de desmatamento, que alterou completamente o seu perfil com enormes prejuízos para a ecologia..

5. Atividades garimpeiras.

Trata-se de uma das maiores ameaças ao conjunto do ecossistema e inclusive ao próprio homem. A ação deletéria do garimpo é irreversível. O quadro de paisagem lunar se nota claramente em todos os municípios pantaneiro – Poconé e Nossa Senhora do Livramento, sobretudo – onde houve uma verdadeira “corrida do ouro”. Crateras imensas se abrem, muitas na própria área urbana, montanhas de cascalhos, rios e córregos são assoreados, com alguns tendo seus cursos desviados, as lagoas e brejos vêm sendo soterrados, e a água, inclusive para o consumo humano e animal, está sendo poluída. Como componente desse quadro desolador está o uso criminoso do mercúrio. Dezenas de toneladas por ano são queimadas a céu aberto, além daquelas que são adicionados ao cascalho aurífero para facilitar a separação entre o ouro e o pedregulho. O mercúrio, em suas variadas formas de utilização, afeta o homem, a fauna, a flora e todos os recursos hídricos, de uma maneira desastrosa e permanente. As consequências funestas do mercúrio persistem ao longo de décadas, causando males inclusive em gerações futuras. Os garimpos promovem também o desmatamento das matas ciliares e das nascentes dos rios e córregos, contribuindo para que, em pouco tempo, deixem de ser permanentes, diminuindo o caudal e vindo, em muitos casos, até a secar definitivamente.

6. Barragens para açudes e hidrelétricas.

7. Usinas de álcool. Neste caso, pelo menos três elementos poluentes surgem potencialmente: a

utilização dos herbicidas nas culturas da cana-de-açúcar e o despejo de resíduos tóxicos como o vinhoto.

8. Pesca predatória e criminosa, sem obedecer ao período de reprodução (piracema) e ao tamanho mínimo dos peixes.

9. Caça ilegal e criminosa, representada tanto pelo avanço dos predadores de couro de jacarés e de outros animais, quanto os contrabandistas de animais vivos.

10. A poluição humana e industrial, oriunda das cidades e lugarejos ribeirinhos, que vem recebendo um crescente fluxo populacional. Há uma desordenada ocupação das margens dos lagos e lagoas pela construção de pousadas, pequenos hotéis, pesqueiros, residências de veraneio etc. Neste caso, além de não ter qualquer tratamento sanitário jogando-se os desejos na água, ainda existe a poluição visual.

11. Turismo não ecológico, que se realiza de forma inconsciente e de efeitos destrutivos.

12. Por último, e bem recentemente (janeiro de 1998), uma forma inusitada e inesperada de danoso impacto ambiental surge, ameaçando o ecossistema pantaneiro. As baías de Sá Mariana e de Xacororé, no município de Barão de Melgaço, uma das entradas do Pantanal, foram invadidas por construções de luxo. Residências, pertencentes a empresários e políticos influentes junto ao governo do Estado, ergueram na água rasa e nas margens, sob as vistas complacentes dos órgãos de fiscalização ambiental, verdadeiras “palafitas de luxo”. A ameaça sanitária e paisagística estava mais que evidente. Contudo, somente em abril, após denúncias feitas através da imprensa e, na sequência, com as iniciativas tomadas pelo Ministério

Público e pelo Juizado Volante Ambiental – Juvam, é que mínimas providências foram adotadas por aqueles organismos oficiais, resultando, então, no embargo das obras. Hoje se deparam esqueletos de concreto num desafio arrogante ao belo por do sol pantaneiro. Pelo menos até este momento em que escrevo, está obstaculizado o alastramento do que seguramente se tornaria num bairro de alto luxo e de extrema agressão ao Pantanal. O paradoxo, mais uma vez, está em que, nunca como agora, tanto o governo federal quanto o do estado de Mato Grosso receberam tantos recursos financeiros, sobretudo internacionais, para a

elaboração de tantos planos para a “defesa” da ecologia pantaneira.

A conclusão que se impõe só pode ser uma única: o Pantanal, à semelhança de tantos outros ecossistemas, está sob ameaça permanente das mais diversas ações ecocídeas e somente uma forte e coerente consciência preservacionista, acompanhada por uma atuação consistente da sociedade, poderá se antepor aos riscos da ambição do Homem. Em outras palavras, a proteção e a defesa do ecossistema pantaneiro depende de uma permanente vigilância da sociedade e não é tarefa apenas para o poder público.

Referências

- ALVARENGA, Sílvia Maria. *Relevo*. Geografia do Brasil. RJ; IBGE, v. I, 1989.
- MOREIRA, Amélia Alba Nogueira. *Relevo*. Geografia do Brasil. RJ; IBGE, v. 4, 1977.
- PAIVA, Glycon de. Contribuição para a geologia do petróleo no sudoeste de Mato Grosso. In: Moreira, Amélia Alba Nogueira. *Relevo*. Geografia do Brasil. RJ; IBGE, v. 4, 1977.
- VALVERDE, Orlando. Fundamentos Geográficos do Planejamento Rural do município de Corumbá. In: Innocêncio, Ney Rodrigues. *Hidrografia*. Geografia do Brasil. RJ; IBGE, v. I, 1989.



Artigos

Articles

À SOMBRA DE UM BAOBÁ OS NAMBIQUARA: ENTRE A ORALIDADE E A ESCRITA

IN THE SHAD OF BAOBAB: MAMBIQUARA BETWEEN THE ORAL AND WRITING

Anna Maria Ribeiro F. M. Costa¹⁵

RESUMO: Este artigo divulga os resultados de uma comunicação oral proferida na Conferência Internacional Information society and oral cultures: challenges and opportunities, ocorrida em Dakar, Senegal, África, em 2010. Os países convidados apresentaram proposições para possibilitar o preenchimento da lacuna entre conhecimento oral e conhecimento escrito existente entre povos tradicionalmente ágrafos. As respostas atentaram para ações político-sociais que possibilitassem um mundo mais justo e humanitário. A palestra que representou o Brasil durante a conferência, “Povo indígena Nambiquara, Mato Grosso, Brasil: entre a oralidade e a escrita”, versou sobre a inserção da escrita entre os grupos indígenas Nambiquara do Cerrado. A análise entendeu a inserção da escrita na sociedade Nambiquara como um forte fator de mudança cultural.

Palavras-chave: Conhecimento oral. Conhecimento escrito. Povos tradicionalmente ágrafos. Nambiquara do Cerrado. Mato Grosso.

ABSTRACT: This article discloses the results of an oral presentation given at the International Conference on Information society and oral cultures: challenges and Opportunities, held in Dakar, Senegal, Africa in 2010. Countries invited to present proposals to enable the filling of the gap between oral and written knowledge knowledge between peoples traditionally unwritten. Responses attended to political and social actions that would enable a fairer and more humane. The speech represented Brazil at the conference, "Indigenous People Nambiquara, Mato Grosso, Brazil: between orality and writing", was about the inclusion of writing among indigenous groups Nambiquara Cerrado. The analysis considered the inclusion of writing in society Nambiquara as a strong factor of cultural change.

Keywords: Knowledge oral. Written knowledge. People traditionally unwritten. Nambiquara Cerrado. Mato Grosso.

Pelas iniciativas das Bibliotecas do Goethe-¹⁶ Institut de Johannesburg, de Dakar e de São Paulo, em parceria com a Ecole de Bibliothécaires, Archivistes et Documentalistes e com a Cheikh Anta Diop University, ambas de Senegal, recebi o convite para participar da Conferência Internacional “Information society and oral cultures: challenges and opportunities”. O evento aconteceu em Dakar, Senegal, no continente africano, no período de 17 a 19 de maio de 2010,¹⁷ e a cerimônia de abertura contou com as participações do Ministro da Cultura, do Embaixador da Alemanha em Senegal, do Diretor do Goethe-Institut e do Reitor da Cheikh Anta Diop University. Entre os palestrantes achavam-se especialistas do Brasil, da África e da Alemanha.

A conferência dividiu-se em três momentos: comunicações, mesas redondas e propostas, todos envolvidos em uma preocupação central: preencher a lacuna entre o conhecimento oral e o conhecimento escrito existente entre povos tradicionalmente ágrafos. O que se quer é conhecer, no caso Nambiquara é a “parte oculta do iceberg” (VEYNE, 1988, p. 243) e “o que se passa entre” (DELEUZE, 1992, p. 151) a oralidade e a escrita. Nas palavras de Montenegro (2010, p. 31), “[...] a análise histórica tem como foco primordial as relações, os percursos, as práticas, porque através do seu estudo é que se poderão construir outras formas de compreensão, que desnaturalizem a relação ou a representação que procurava associar de forma unívoca o objeto ou a coisa à palavra”.

Na maioria das vezes, o conhecimento endógeno, transferido de forma oral, de geração a geração, não vem sendo registrado por escrito. Verifica-se, também, um aumento da distância entre as pessoas que têm acesso às informações e aquelas que não dispõem de uma infraestrutura técnica, de recursos financeiros e de condições sociais. As principais questões que a conferência se propôs a responder foram: De que forma

os conhecimentos endógenos das populações tradicionalmente ágrafas podem ser registrados pela escrita? Como aproximar esses dois mundos paralelos? Juntos, como esses conhecimentos podem ser usados para diminuir a fome e a pobreza, garantir saúde e possibilitar a inserção de uma parte ativa da sociedade na vida social e política?

Participar da conferência, dentre tantas oportunidades, propiciou-me sistematizar informações ressignificadas pela memória sobre o período em que convivi com os índios Nambiquara do Cerrado, a fim de implantar um programa experimental de educação escolar. Quando cheguei às aldeias, o ano de 1982 estava no primeiro mês da primavera e o cerrado nos recebia majestosamente com um extenso tapete de flores amarelas. Levar essa experiência para Dakar foi como estivesse à sombra de um baobá que havia descoberto nos escritos de Saint-Exupéry (2000). Quando menina, a preocupação do *Pequeno Príncipe* deixou-me aflita ao imaginar que as infinitas sementes de baobá caídas no chão infestariam o seu asteroide.

Os anos se passaram... Como alertou Saint-Exupéry, um baobá, se não o descobrimos de imediato nunca mais nos livramos dele. Novamente deparo-me com a *Adansonia digitata*, emblema nacional do Senegal, árvore de “portinarianas coxas”, como a descreveu o poeta João Cabral de Melo Neto em *O Baobá no Senegal* (1985). Ao contrário, não penso mais em arrancar seus brotos do chão. Aprendo com os wolofes¹⁸ outras lições sobre a árvore mítica da savana africana. Os baobás “são como muitos corações abraçados, fortes e inabaláveis. Mas também são retorcidos, como as voltas de uma história” (SISTO, 2007, p. 137). E como a figueira, Haluhalunekisu, a árvore mítica do Nambiquara do Cerrado que vive no espaço celestial e visível somente aos olhos do pajé, foi do céu que veio o baobá dos africanos.

Minha apresentação em Dakar versou sobre a inserção da escrita entre os Nambiquara do Cerrado, de cultura ágrafa, e que na década de 1960 passaram a conhecê-la. A partir de então, paulatinamente, a educação escolar vem tomando parte da vida tribal, trazendo mudanças consideráveis em sua ordem social.

Atualmente, os Nambiquara somam em torno de 2000 índios, divididos em mais de trinta grupos que habitam três ecossistemas, a Oeste do Mato Grosso e Sul de Rondônia: Serra do Norte, Vale do Guaporé, Chapada dos Parecis, este último, objeto desta apresentação. No cerrado moram aproximadamente 450 integrantes dos grupos Halotesu, Sawentesu, Wakalitesu, Kithãulhu, Niyahlosu, Siwaihsu e Hinkatesu, ocupando a Terra Indígena Nambikwara.

A atribuição recebida em 1982 foi a de implantar um programa de educação escolar indígena direcionado às suas necessidades emergentes, principalmente àquelas decorrentes do asfaltamento da rodovia BR-364. Esperava-se que essa estrada atraísse um contingente de trabalhadores de diferentes partes do país, e sua abertura atingiria vários territórios indígenas, dentre eles, o Nambiquara. Como um dos condicionantes do Banco Mundial, instituição financiadora, as populações que viviam às suas margens, indígenas e não indígenas, deveriam receber atenção especial para que não sofressem tanto com o impacto que a movimentação da estrada traria às suas vidas.

A tradição oral entre os Nambiquara continua, ainda, a florescer, mesmo diante da inserção da escrita nas aldeias. O relato consiste na experiência passada de pessoa para pessoa e entendida como a fonte de todos os narradores anônimos e como conceituou Walter Benjamim (1994, p. 205), é “uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o “puro em si” da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador

para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso.” Para eles, a história é aquilo que é guardado na memória, sendo os mais velhos seus guardiões, os memoriosos, depositários de seu legado e, por isso, muito respeitados. A narrativa indígena partilha de lembranças referentes às práticas, aos conhecimentos sagrados, repetida no fio tênue do tempo e reflete uma condição que transcende o convencional e gera um estado de saber oriundo da ação do pajé, o detentor do poder espiritual. Ao descortinar sua ação, revela-se da forma que se imagina, conserva, apropria em “teias de significados” a ideia de território e de visão de mundo (GEERTZ, 1978).

Os relatos orais “ocupam um papel crucial na história, tecendo a memória pelas linhas do tempo e dos espaços vividos, que contém sinais reveladores de sua existência” (GUIMARÃES NETO, 2005, p. 539). Os relatos indígenas são de grande importância e trazê-los da oralidade à escrita torna-se uma oportunidade ímpar de se conhecer as maneiras, as estratégias, as articulações, as artimanhas que os Nambiquara adotaram nas múltiplas formas de viver, a descortinarem “sinais reveladores de sua existência.” A natureza da memória permite que os índios reconstruam sua concepção de vivência, segundo suas representações e teias invisíveis, e aponta-os como os próprios condutores de sua narrativa.

Agentes das frentes expansionistas trouxeram a escrita aos Nambiquara. Na década de 1960, os missionários protestantes fixaram-se na aldeia do grupo Kithãulhu. Há relatos dos índios informando que a imposição de sua crença religiosa interferiu demasiadamente na concepção mítico-religiosa dos índios. Foram proibidos de realizar seus rituais e de se adornarem. Contaram ainda que foram jogados em

fogueiras seus colares, flautas, cabaças e outros artefatos, assim como atearam fogo na Casa das Flautas.

Os linguistas traduziram a Bíblia para a língua Nambiquara, destinada aos trabalhos de evangelização. Preocuparam-se com a alfabetização dos índios, produziram cartilhas com teor religioso, ou seja, a versão, em língua Nambiquara, de quase todo o Novo Testamento, as quais, associadas às canções religiosas dos discos de vinil, faziam parte do material utilizado na conversão dos índios.

No ano de 1978, os missionários linguistas direcionaram sua produção, até então essencialmente de cunho religioso, aos textos de alfabetização, fruto de um trabalho implantado com a Funai durante o Projeto Nambikwara, que vigorou de 1975 a 1977. Cartilhas foram editadas em 1978 e destinaram-se às aulas de alfabetização em língua materna.

Em relação ao Projeto Nambikwara, o antropólogo David Price (1989) afirmou que a maior parte das tentativas de alfabetizar os índios foi mal conduzida, pois eles tentaram ensiná-los a ler em uma língua que não podiam falar, o português, além do que nenhum dos índios mantinha-se por tempo suficiente na escola para alcançar os objetivos propostos. Dados informam que muitos dos Nambiquara teriam sido alfabetizados se o programa não tivesse sido interrompido. A Funai decidiu não renovar o contrato com os linguistas, já que seus membros foram proibidos de trabalhar com os índios enquanto a questão da permanência de missionários em áreas indígenas estivesse sob a inspeção do governo brasileiro. Na opinião do antropólogo, até certo ponto, o Projeto Nambikwara foi uma alternativa ao que poderia ser feito de mais emergencial naquela época.

Após o término do projeto, a Funai não se preocupou com a continuidade da educação escolar e,

por um bom tempo, os índios ficaram sem escola. Somente na década de 1980 é que professores foram contratados para atuar em diversas aldeias. Esse projeto tentou amenizar os impactos causados pelas populações que chegaram ao entorno do território ocupado pelos Nambiquara, os quais foram responsáveis pelos empreendimentos agropastoris na área, ocasionando irreparáveis consequências aos povos nativos. Naquela época, Price (1989, p. v) denunciou ao Banco Mundial: “[...] as sociedades tribais estão sendo esmagadas com a ajuda das nações industrialmente desenvolvidas.”

Foi nesse contexto que cheguei às terras Nambiquara e nelas tive o privilégio de trabalhar com os índios Orivaldo Halotesu e Samuel Kithãulhu, que se revezaram na condução das aulas de alfabetização em Língua Materna, além de coordenarem a produção de textos didáticos (COSTA, 2009). A escolha das disciplinas, seu conteúdo e o calendário escolar foram discutidos não só com o corpo docente indígena, mas também com a comunidade. Em relação aos conteúdos, atenderam especificamente àquilo que desejaram aprender em relação ao mundo dos não indígenas. Ficou resolvido que o período letivo teria a duração de três meses, com aulas ministradas de segunda a segunda, e que duas turmas comporiam o corpo discente - turma de alfabetização e turma dos alfabetizados, à qual seriam ministrados conteúdos das Séries Iniciais do Ensino Fundamental. Esse espaço de tempo estava inserido no calendário das atividades, a fim de não colidir com as etapas de preparo e plantio das roças, expedições de coleta, extração da borracha e outras consideradas importantes à sobrevivência física e cultural dos índios.

A turma de alfabetização em Língua Nambiquara, composta exclusivamente por crianças e adolescentes, funcionou no período matutino. Para esses alunos, a

alfabetização em Língua Portuguesa só ocorreria em outro momento, quando possuísem certo domínio da leitura e da escrita em língua nativa. No período vespertino funcionou outra turma, composta por jovens e adultos, de ambos os sexos, a qual representou a maior parte dos alunos matriculados. Também esteve presente grande parte dos alunos da classe de alfabetização, curiosos em saber o que seus familiares faziam, ocasião em que participaram como observadores das diversas atividades. Ministrei aulas de Língua Portuguesa e Matemática. Nesse tempo, a maioria dos homens trabalhava na extração do látex, herança do tempo em que diversos barracões foram edificadas e seringueiros exploraram as frondosas árvores das matas ciliares do território ocupado pelos Nambiquara. Saber as quatro operações, manusear o dinheiro e a balança que pesava as barras prensadas de seringa coagulada correspondiam aos conteúdos que eles haviam escolhidos.

Nas aulas de Língua Portuguesa, num primeiro momento, concentrou-se na oralidade dos alunos, principalmente com a intenção de trazer à escola os seus saberes. A estrutura básica desse idioma consistiu no conteúdo alvo, tendo-se alcançado o objetivo de conduzir à sala de aula os índios mais velhos da aldeia e inseri-los nesse processo, numa tentativa de não me afastar da maneira pela qual os Nambiquara partilhavam seus saberes. Só após os índios terem demonstrado um interesse maior pela escrita da língua portuguesa a elaboração de pequenos textos passou a fazer parte das aulas, seguindo a linha adotada pela escola da Funai, em parceria com os missionários linguistas. Assim, assuntos da vida cotidiana e mítica dos Nambiquara e do mundo dos não índios continuaram a integrar as aulas e as produções de textos. Eram momentos em que os índios mais velhos, não alfabetizados, participavam de maneira ímpar,

principalmente ao contar histórias do tempo mítico e da vivência de seus ancestrais.

As aulas de Ciências Sociais aconteciam todos os dias, sempre à noite. Nelas praticamente toda a comunidade se fazia presente. Os conteúdos abrangiam desde a ocupação territorial dos Nambiquara do Cerrado, mesmo aquela não privilegiada pela proposta de demarcação oficial de 1968 e de 1973, até a necessidade, ou não, de os índios obterem documentos. Não havia uma pessoa predeterminada para ministrar essas aulas; outros funcionários da Funai, como o Indigenista e a Atendente de Enfermagem transmitiram conteúdos acerca da ocupação e fiscalização do território, doenças sexualmente transmissíveis, alcoolismo.

A escola contava com a visita da Equipe Volante de Saúde, composta por médico, odontólogo e laboratorista, que trabalharam em conjunto com a Atendente de Enfermagem da aldeia. A equipe médica corroborou com a escola, repassando informações referentes ao contato com os animais domésticos (cães e gatos) ou domesticados (papagaios, emas, seriemas, araras, pacas, cutias, quatis, macacos, dentre outros), à adoção de novos hábitos de higiene, além dos cuidados com o uso e acondicionamento dos medicamentos.

Nos demais meses do ano, a escola apresentou um caráter itinerante, quando periodicamente se dirigia às aldeias que possuíam maior número de alunos. Durante três a cinco dias eram repassados os conteúdos das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, principalmente. Mais tarde, em algumas aldeias, os próprios índios construíram um espaço exclusivo para o desenvolvimento das aulas, com mesas e bancos e ao qual o quadro de giz logo foi incorporado. Essas ocasiões também culminaram com bons resultados e deram continuidade à aprendizagem efetivada no período mais formal da escola.

Também a alternativa disponibilizada pela escola para o prosseguimento do ensino foi incorporada pelos próprios alunos que moravam próximos à aldeia Sapezal, os quais frequentemente apareciam para apresentar o resultado das tarefas escolares, bem como para dirimir suas dúvidas. Para tanto, percorriam, de bicicleta, trechos de 8 a 20 km, com seu material escolar cuidadosamente acomodado, amarrado com tiras de câmara de pneu à garupa.

Depois de 1988, outros professores contratados pela Funai prosseguiram com o programa de educação junto aos grupos do cerrado. O casal de missionários linguistas, em viagens esporádicas às aldeias, continuou com a catequização, incluindo o batismo nos córregos locais, conforme documentação fotográfica de posse dos índios; os estudos linguísticos; e a retirada de jovens do convívio familiar para estudar fora da aldeia.

O Decreto nº 26, de 04 de dezembro 1991, em seu Art. 1º, Fernando Collor de Mello atribuiu “ao Ministério da Educação a competência para coordenar as ações referentes à educação indígena, em todos os níveis e modalidades de ensino, ouvida a Funai.” Assim, novos professores contratados pela prefeitura de Comodoro, índios e não indígenas, aplicam, por determinação da Secretaria de Educação, o mesmo programa de ensino do município e calendário escolar, ambos descomprometidos com o modo de viver dos índios. A especificidade da educação escolar indígena, garantida em legislação, não foi levada em consideração como estabelecido no Estatuto das Sociedades Indígenas, Capítulo III, Art. 137.

Alguns índios, ainda que cientes da discrepância ideológica subjacentes à arte de ensinar, aos conteúdos ministrados e à inflexibilidade do calendário determinado pelos não indígenas, permitiam que os filhos estudassem na “escola de branco” da cidade

próxima às suas aldeias. Diariamente, bem cedo, um ônibus escolar chegava à aldeia para conduzir os alunos à unidade escolar.

Com a presença dos missionários linguistas, os Nambiquara do Cerrado entraram em contato com a escrita, quando foram alfabetizados em sua língua materna e, posteriormente, em língua portuguesa. Ao ser indagado sobre a importância da escrita na vida Nambiquara, o índio Mané Manduca afirmou que “a gente convive com muita coisa de branco. Lá na minha casa não tem mais aquele artesanato. Só faz quando tem festa, quando tem movimento. Eu estou estudando porque quero aprender a ler, escrever, conhecer história de branco, escrever documento, projeto. Saber me defender, saber as leis, quais são os direitos dos povos indígenas. Principalmente, para eu saber me defender e defender meu povo. Essa é minha finalidade. Quero escrever minha história, história do meu povo.”

Esse relato demonstra como a vivência intermitente com a sociedade brasileira encontra-se imbricada em novos saberes, que resultam em dinâmicas culturais que eliminam os Nambiquara da clausura do passado. Para os índios, os artefatos anteriormente confeccionados para atender a suas práticas cotidianas vêm perdendo o espaço outrora ocupado, para se fazer presente somente nos rituais de iniciação à puberdade feminina e da agricultura, quando homens entoam suas flautas sagradas. Escola, viagens, rádio, televisão, celular são alguns dos instrumentos que atuam nas transformações do cotidiano Nambiquara, da paisagem da aldeia, declarando o crescimento do consumo de bens industrializados por seus moradores. Entretanto, o que é de mais precioso para o Nambiquara está guardado na memória dos mais velhos, transmitido de geração a geração pela oralidade e que, pouco a pouco, começa a ser escrito pelos jovens que detêm o conhecimento da escrita.

Ler e escrever possibilita aos Nambiquara uma posição diferenciada tanto no espaço da aldeia quanto no citadino. Conhecer a sociedade daqueles com os quais passaram a manter contato tornou-se importante. É preciso saber de que maneira vivem os brasileiros. A posse de tais saberes proporciona aos índios a possibilidade de almejar melhorias para sua família, seu povo.

Mesmo interessado na vida fora de sua aldeia, o Nambiquara precisa saber defender-se daqueles que cobiçam suas riquezas naturais, especialmente suas terras. Para isso, deve estar ciente dos seus direitos. Por último, deixa o ponto central do discurso - o mundo externo - para se preocupar com o mundo interno, os quais, porém, se ligam.

O interesse dos índios em aprender a ler e escrever não elimina a maneira que adotam para repassar conhecimentos e que é peculiar às sociedades ágrafas: a memória oral. Essa questão é esclarecida na medida em que o jovem justifica que seu interesse atende às expectativas associadas à vida fora da aldeia, às “coisas da cidade”, às reivindicações de seu povo. Descarta, portanto, a possibilidade de que a escrita possa vir a substituir a transmissão daqueles conhecimentos específicos da vida aldeã, os tradicionais, como costumam dizer. Entretanto, os índios já percebem mudanças no que diz respeito à passagem da oralidade à escrita, ao dizer que “antigamente história de índio era gravada na memória” e que os índios mais novos são muito cabeçudos, porque não conseguem guardar conhecimentos na memória como fazem os mais velhos. Ao final, afirma que “cabeça de novo tudo tonto”, ou seja, para lembrar, tem que escrever.

Os relatos dos índios indicam que a escrita pretendida pelos índios na aldeia deve prepará-los para a defesa de seus interesses e não para a vida aldeã. Alguns líderes mais velhos chegam a dividir a sua

liderança com índios mais novos, estes escolarizados. Essa divisão dá-se da seguinte forma: os assuntos internos são de responsabilidade dos primeiros, enquanto os assuntos externos recaem sobre estes últimos. A inserção da escrita na sociedade ágrafa Nambiquara vem modificando principalmente a transmissão de conhecimentos e a relação de poder entre seus membros. De certa maneira, a delegação de poder ao índio escolarizado confere-lhe prestígio e influência dentro de sua própria comunidade. Os índios, escolarizados ou não, percebem a magia da escrita. Todavia, não só o conhecimento das letras estimula os índios mais novos a frequentarem escolas. A importância da Matemática foi evidenciada pelos índios, ante os demais conteúdos, como um recurso indispensável nas transações comerciais com os homens da cidade.

Sobre o interesse das mulheres em ingressar na escola, afirmam os Nambiquara que “mulheres, moças, meninas, a parte feminina, não é que elas não têm intenção, vontade. As moças são mais envolvidas nas questões da casa. Elas acompanham as mães na roça. Elas estão mais envolvidas com a mãe. As mulheres Nambiquara são mais tímidas, são mais fechadas. Os homens são mais abertos, eles saem para fora, eles se envolvem com mais coisas de cidade, têm mais coragem. As mulheres não têm envolvimento com coisas da cidade. Os homens é que correm atrás das reivindicações.”

Determinadas “artes de fazer” dos Nambiquara adaptam-se às exigências do mundo dos brasileiros, como uma forma de resistência. Infelizmente, a escrita vem se distanciando de muitos dos interesses dos índios, tornando-se, em alguns casos, um instrumento de negação da diversidade étnica, pois se vincula ao paradigma homogêneo e assimilador que tenta encobrir uma situação de conflito. A inserção da escrita nas

aldeias apresenta-se como um vetor de interferência nas práticas culturais, sociais, políticas, econômicas e religiosas, atendendo, até mesmo, à expectativa desenvolvimentista dos grupos sociais que chegam de novas áreas com interesses distintos. A sociedade Nambiquara tenta se apropriar da escrita para preparar seus jovens a lidar com os membros da sociedade brasileira: registram, dentre outros, seus mitos em cartilhas de alfabetização bilíngue, de saúde para a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, dentre outras.

À sombra do baobá e da figueira mítica, a escrita entre os Nambiquara soa como um discurso que descaracteriza parte de seu modo de ser; proporciona aos índios um instrumento de reivindicação de seus direitos junto à sociedade nacional, especialmente em relação à proteção de seus territórios e de suas riquezas naturais. Conhecê-la favorece a ação indígena, à

medida que traz informações quanto às novas práticas de cura para as doenças dos não indígenas. Os próprios índios buscam meios de construir uma ponte entre os sistemas marcados entre oralidade e a escrita, a fim de construir um mundo melhor, com base no convívio mais harmonioso, menos preconceituoso com o mundo globalizado da informação do conhecimento. Em seus cestos-cargueiros, os Nambiquara tentam aproximar os dois mundos: livros e cadernos integram o rol de bens preciosos da cultura Nambiquara. Ou, ainda, aprender com a generosidade do baobá, registrada na mitologia dos africanos meridionais: aproximar gentes e culturas diferentes, presenteando-as com o que há de mais precioso em seu interior: pedras preciosas, como o brilho da amizade; tecidos bordados em fios de ouro, como a linha que leva um coração a outro; colares das mais reluzentes pérolas, polidas como o amor que se dá ao próximo (SISTO, 2007).

¹⁵Fundação Nacional do Índio (Funai), Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT), Univag - Centro Universitário. anna-edu@hotmail.com

¹⁶ O Goethe-Institut é uma entidade alemã que existe há mais de 50 anos. Está ligada ao Ministério das Relações Exteriores da Alemanha e tem por missão a divulgação da cultura e língua alemãs em todo o mundo, bem como promover o intercâmbio cultural entre diversos países.

¹⁷ Agradeço à Ana Teresa Vianna de Figueiredo Sannazzaro, do Goethe-Institut de São Paulo que, em outubro de 2009, por ocasião de sua participação na FLIMT – Feira do Livro Indígena do Mato Grosso, convidou-me para proferir esta conferência em Dakar.

¹⁸ Os wolofes representam 45% dos indivíduos de uma população aproximada de 32 milhões, esta principalmente muçulmana. Têm o wolof como língua materna e o francês como oficial.

Referências

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras Escolhidas, I).

COSTA, Anna Maria Ribeiro F. M. *O homem algodão: uma etno-história Nambiquara*. Cuiabá: EdUFMT; Carlini & Caniato, 2009.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Zahar, 1978 (Antropologia Social).

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Personagens e memórias. Territórios de ocupação recente na Amazônia. In: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *História em cousas miúdas*: capítulos de história social da crônica no Brasil. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010.

MELO NETO, João Cabral de. *Agrestes*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

PRICE, Paul David. *Before the bulldozer: the Nambiquara indians & the World Bank*. Washington, Seven Locks Press, 1989.

SAINT-EXUPÉRY, Antoine. *O pequeno príncipe*. Rio de Janeiro: Agir, 2000.

SISTO, Celso. O coração do baobá. In: *Mãe África*: mitos, lendas, fábulas e contos. São Paulo: Paulus, 2007, p. 136-140 (Lendas e contos).

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. 4. ed. Brasília: UnB, 1998.

ROCEIROS E CAMPONESES NO CENTRO DA AMÉRICA DO SUL: A QUESTÃO DO CAMPESINATO EM MATO GROSSO NO SÉCULO XVIII

FARMERS AND PEASANTS IN THE CENTER OF SOUTH AMERICA: THE PEASANTRY ISSUE IN MATO GROSSO IN THE XVIIIITH CENTURY

Tiago Kramer de Oliveira¹⁹

RESUMO: O texto se propõe a discutir e analisar a presença de camponeses, entendidos como os integrantes da população rural de Mato Grosso, no século XVIII. Após traçar um panorama do estudo do campesinato na América Latina, o texto concentra-se nos contextos brasileiro e especificamente no mato-grossense. A inserção de ameríndios, negros forros, europeus pobres e mestiços às formas camponesas significou a formação de uma parcela da sociedade colonial, que, sem dúvida, expressou uma resistência às formas dominantes de produção e do poder hegemônico.

Palavras-chave: Camponeses. Resistência. Brasil. América Latina. Mato Grosso.

ABSTRACT: The text proposes to discuss and analyze the presence of the peasants, understood as part of the rural population of Mato Grosso, in the XVIIIth century. After outlining the scenery of the study on peasantry in Latin America, the text concentrates in the Brazilian and mainly mato-grossense contexts. The insertion of Amerindian, free negroes, poor Europeans and mestizo in the peasantry structures brought about the creation of one part of the colonial society that, undoubtedly, expressed a resistance to the dominant forms of production and of the hegemonic power.

Keywords: Peasants. Resistance. Brazil. Latin America. Mato Grosso.

O termo campesinato não implica a total semelhança dos camponeses em todo o mundo, e/ou sua existência fora do contexto de uma sociedade mais ampla não-apanas-camponesa e/ou extra-historicidade. Essas ideias são como espantalhos coisas que as crianças se encantam em derrubar.

Teodor Shanin

Analisar a formação de um segmento camponês (ou segmentos camponeses) no período colonial é questão à qual se impõe uma série de obstáculos que acabam, por muitas vezes, desencorajando os pesquisadores que se propõem em reconstruir a diversidade dos ambientes rurais, utilizando o termo/conceito/noção de “camponês” e seus derivados, “campesinato”, “campesino” etc. A preferência por termos mais “descritivos”, como agricultores livres e pobres, ou “de época”, como “roceiros” tem sido a opção da maioria dos historiadores quando analisam a exploração da terra em pequena escala e com a força de trabalho familiar, como essencial para a reprodução econômica.²⁰

A desconfiança em relação à existência de segmentos camponeses na América Portuguesa, se em princípio dificulta as pesquisas, do mesmo modo obriga os historiadores que se propõem ao estudo do campesinato, discutindo com mais profundidade as razões da opção por essa categoria, assim como justificar sua aplicação, a não ser que a opção seja ignorar a discussão e tratar do campesinato apenas como uma categoria sociológica a-histórica, o que, de antemão, afirmamos não pretender fazê-lo.

Não é novidade e não levanta polêmica a afirmação de que o campesinato não é um objeto consagrado na historiografia brasileira. Todos os historiadores que trataram do tema apontaram essa questão. Stuart Schwartz (2001, p. 124), por exemplo, em *Escravos, roceiros e rebeldes* afirmou que “embora tenhamos agora um panorama relativamente completo da escravidão brasileira, os pequenos proprietários rurais livres permanecem marginais nos estudos do brasileiro, em geral sujeitos a diversas interpretações e rótulos.”

Em outros países latino-americanos, como o México, os estudos sobre o campesinato ocupam espaço significativo na produção histórica. Mais do que

fatores puramente acadêmicos, aspectos históricos ajudam a explicar esse interesse pela história dos camponeses mexicanos. O principal deles, a nosso ver, está ligado ao processo que ficou conhecido como Revolução Mexicana, um movimento eminentemente camponês, que, apesar de ter ocorrido no primeiro quarto do século XX, teve (e tem) implicações profundas na história posterior do México, e, além disso, (e também por isso) na produção do conhecimento histórico sobre períodos anteriores.

Outros fatores não podem ser desconsiderados, como o fato da América Portuguesa não contar com a presença de grandes sociedades agrárias ameríndias e de que a exploração metropolitana de atividades produtivas na América Portuguesa emergiu de forma sistemática com a produção de cana-de-açúcar em larga escala para o mercado externo, tendo por base a exploração da mão de obra escrava africana.

Mesmo assim, não acreditamos que o descaso da historiografia brasileira para com os segmentos camponeses tenha qualquer relação com a pouca importância ou significado histórico desse grupo na sociedade colonial. Também os aspectos históricos são determinantes em nosso caso. Apesar de uma série de movimentos sociais importantes, contarem com a expressiva participação de agricultores pobres, desde pelo menos a primeira metade do século XVIII, nunca houve a identificação destes episódios, como movimentos camponeses (PALACIOS, 2004, p. 82). A falta de uma “memória camponesa” implica em pouco interesse da historiografia pela questão, e a não percepção de continuidades ou de características históricas estruturais destes segmentos.

Uma breve análise sobre alguns autores clássicos da historiografia brasileira revela alguns aspectos que “entram” na produção de conhecimento sobre o campesinato. Não é nosso objetivo responsabilizar

estes autores pelo pouco interesse ou até a não percepção da existência do campesinato na América Portuguesa, o que equivaleria atribuir um papel para a historiografia que ultrapassaria muito o âmbito da produção acadêmica e desvincularia o lugar da produção de conhecimento à sociedade de uma forma geral. Não sendo o objeto desta pesquisa essa relação (produção do conhecimento e sociedade) apenas destacaremos “heranças” desta produção que ainda orientam os estudos dos historiadores do agrário colonial. A escolha das obras, embora não aleatória, guarda um grau de arbitrariedade, contudo acreditamos que revelam muitos elementos da cultura historiográfica em relação aos agricultores livres e pobres.

Algumas matrizes da produção histórica brasileira e a questão da campesinato

Alguns autores são pouco referenciados pelos historiadores, embora a presença tácita de suas formulações seja bastante evidente. É o caso Oliveira Viana, na obra *Populações meridionais do Brasil*, que formulou uma interpretação que buscava dar conta de aspectos sociais, políticos, econômicos, psicológicos e culturais dessa população brasileira. As influências de teorias raciais, da Antropologia e da Psicologia Social nortearam a visão desse autor sobre o “mundo sertanejo”:

Na sociedade colonial, o desejo de enriquecer, de ascender, de melhorar, de gozar os finos prazeres da civilização só pode realmente existir no homem de raça branca. O negro, o índio, os mestiços, de um e outro, esses, na sua generalidade, não sentem, senão excepcionalmente, nos seus exemplares mais

elevados, a vontade de alcançar essas situações sociais, cujo gozo e a importância só o homem de raça ariana com a sensibilidade refinada pelo trabalho de uma lenta evolução, sabe apreciar devidamente. (OLIVEIRA VIANA apud SANTIAGO, 2000, p. 1.011).

Muitas das afirmações de Viana sobre as características da sociedade colonial têm como pano de fundo esses pressupostos. O ponto nevrálgico de sua tese é a compreensão de que o latifúndio, em torno do qual o restante da sociedade gravitava, foi responsável pela simplificação das relações sociais e entrave ao desenvolvimento humano, à civilidade e à solidariedade:

O nosso latifúndio fazendeiro, com a sua formidável função simplificadora, se faz, em toda a nossa história, o mais poderoso obstáculo à constituição dos centros comunais. [...] De modo que, nem no passado, nem no presente, não tem sido possível organizar essas vivazes comunidades locais, que foram a glória histórica da Idade Média e são ainda agora o melhor padrão de gênio político da raça inglesa. (OLIVEIRA VIANA apud SANTIAGO, 2000, p. 1.015).

O fato de partir de tal caracterização não impediu que o autor visualizasse grupos sociais que se reproduziram de forma mais ou menos independente dos grandes domínios. As relações que estes e os latifundiários estabeleciam foram assim definidas por Viana: “Entre essa classe (proletariado do campo) e a aristocracia senhorial as relações de interdependência e solidariedade não tem nem permanência, nem estabilidade. São frágeis e frouxas. Não se constituem solidamente.” (OLIVEIRA VIANA apud SANTIAGO, 2000, p. 1.023).

Mesmo visualizando especificamente esse grupo, ou “classe”, como prefere o autor, sua imagem é opaca, escondida entre concepções teóricas pragmáticas e conceitos raciais. Em detrimento de uma análise aprofundada das relações entre grupos sociais mais ou menos autônomos e os latifúndios, Viana empenhou-se em demonstrar como os latifúndios sertanejos e tudo que existia perto deles constituíam obstáculos para o desenvolvimento da sociedade. O autor desmerece o valor social da “classe intermediária”, do “proletariado do campo”. Para Viana:

Em nossa economia social, tudo trama, então, e conjura contra a pequena propriedade, o seu desenvolvimento, a sua prosperidade, a sua preponderância. Dela o que até agora existe não tem valor social, nem valor histórico assinalável. São esboços apenas, mal vislumbráveis entre a espessa florescência dos grandes domínios. (OLIVEIRA VIANA apud SANTIAGO, 2000, p. 1.032).

O encadeamento lógico das ideias o autor constrói raciocínios identificáveis, claramente, pelo menos dois raciocínios lógicos, a saber: (1) O latifúndio, predominante na sociedade colonial, age na involução da sociedade / a vida camponesa representaria um grau de evolução nas relações sociais / logo, o campesinato na Colônia é inexistente; (2) Os negros, índios e mestiços que formavam as camadas pobres da população (com exceção “de seus exemplares mais elevados”) não são propensos à vida civilizada (não possuem ambição por ocupar um lugar melhor na sociedade, gosto pela vida comunal, “sensibilidade refinada para o trabalho”) / A vida comunal exige hábitos civilizados / logo, é impossível a existência de um segmento camponês formado por negros, índios e mestiços.

Por mais “antiquadas” que possam parecer as

análises de Viana diante do momento atual, não apenas em relação à historiografia, mas às ciências de uma forma geral, suas marcas estão presentes no discurso de muitos historiadores, muitas vezes de forma não consciente, quando citam textos de outros autores. Não é difícil identificar que muitos tomam como pressuposto a inexistência de relações sociais regulares, de racionalidade na produção, de organização do trabalho, de vinculação regular ao mercado, reproduzindo, com eufemismos, a afirmação de Oliveira Viana de que “nos três primeiros séculos, todos os documentos e testemunhas, atestam a desocupação, a ociosidade e a vagabundagem do baixo povo rural.” (OLIVEIRA VIANA apud SANTIAGO, 2000, p. 1.062).

Outro autor, este fartamente citado por pela historiografia brasileira, Sérgio Buarque de Holanda, construiu uma interpretação sobre as práticas sertanistas e a colonização em áreas de mineração. São conhecidas suas afirmações sobre a inexistência de produção regular de gêneros alimentícios na região das minas do Cuiabá. No entanto, o que nos interessa destacar é como o autor caracteriza a vida rural nos “sertões”. De acordo com Holanda, (1975):

Em nenhum caso parece lícito dizer que as ferramentas chegaram a alterar de modo substancial os usos da terra. Em realidade, o sistema de lavoura dos índios revela quase sempre, singular perseverança assegurando-se vitória plena, a ponto de ser adotado pelos adventícios. Os quais, após a primeira geração na colônia, pareciam, não raro ignorantes nos hábitos de seus ancestrais, ao contrário da raça subjugada, que se mostrou de um conservantismo a toda prova.

Para Buarque de Holanda há uma ruptura a entre a vida rural europeia e a americana, ao contrário, o que

existe é uma subversão da colonização, quando os hábitos dos colonizados se impõem diante dos colonizadores. Algo que só é possível pela característica específica da colonização dos “sertões”. O “sertão” reproduzido por Holanda exerce sobre os corpos uma ação antidisciplinadora, impondo um modo de vida improvisado, inconstante, onde atividades que exigem sedentarismo e regularidade, como a agricultura, não exerceram papel importante, não explicaram as características da sociedade. O que fornece identidade à população de “nômades”, “aventureiros” é a mineração, que, supostamente, é uma atividade caracterizada pela inconstância, pela mobilidade e pela irracionalidade.

Mais uma vez, não são os indícios documentais, embora Sérgio Buarque de Holanda cite vários deles, que permitem chegar a essas conclusões, mas as teorizações imprimidas aos documentos. A imagem de “sertão” é reveladora de pressupostos que extrapolam a análise documental, imagem que parece inquebrantável, e ainda hoje naturalizada na produção historiográfica do “litoral”.

Em termos de historiografia econômica, dois principais autores brasileiros, Caio Prado Júnior e Celso Furtado, ambicionaram construir uma visão de conjunto da história do Brasil. Em *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*, Prado Júnior apontou características gerais da história colonial do Brasil. Para ele, o “sentido da colonização” se faz evidente na sua vinculação ao capitalismo comercial europeu. Mesmo sabendo o quanto essa concepção é conhecida e reproduzida pelos historiadores, convém explicitá-la:

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial [...], destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio

europeu. É este o verdadeiro *sentido* da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes, e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos. (PRADO JÚNIOR, 1997, p. 31, Grifo nosso).

Para Prado Júnior, as atividades econômicas que explicam o “sentido da colonização” são aquelas assentadas no latifúndio e na escravidão, base da estrutura social da colônia. Nas áreas de mineração, as minas substituíam as lavouras açucareiras, mas a base de exploração do trabalho era a mesma (PRADO JÚNIOR, 1997, p. 123).

O autor não ignorou a existência de produção rural fora dos grandes domínios. No entanto, para Prado Júnior essas atividades nunca constituíram parte relevante da formação da economia colonial. O que importa eram as atividades voltadas para o mercado externo, as demais eram espasmódicas em relação à principal, “não podemos colocá-las no mesmo plano, pois pertencem a outra categoria, e categoria de segunda ordem. Trata-se de atividades subsidiárias destinadas a amparar e tornar possível a realização das primeiras”, e acrescenta que as atividades tidas como de “subsistência” “não têm vida própria, autônoma, mas acompanham aquelas, a que se agregam como simples dependência. Numa palavra, não caracterizam a economia colonial brasileira, e lhe servem apenas de acessórios.” (PRADO JÚNIOR, 1997, p. 124).

A preocupação do autor com as chamadas “estruturas fundamentais” fez com que ele, por diverso motivo, fizesse em relação às áreas mineradoras, o mesmo que Oliveira Viana fez em relação ao latifúndio. Sobre a agricultura desenvolvida por livres pobres:

A mediocridade desta mesquinha agricultura de

subsistência que praticam, e que nas condições econômicas da colônia não podia ter senão este papel secundário e de nível extremamente baixo, leva para elas, por de uma espontânea seleção social, econômica e moral, as categoria inferiores da colonização. Não encontramos aí, por via de regra, senão um elemento humano, residual, sobretudo mestiços do índio que conservaram dele a indolência e qualidades negativas para um teor de vida material e moral mais elevado. Ou então, brancos degenerados e decadentes. (PRADO JÚNIOR, 1997, p. 161).

Não apenas do ponto de vista econômico, a “agricultura de subsistência”, principalmente a praticada por livres pobres, é posta à margem da sociedade colonial, mas também do ponto de vista “moral” esse segmento foi inferiorizado a partir de critérios “raciais” e étnicos. Nesse ponto, a análise de Caio Prado Júnior deve uma inquestionável e fundamental influência a Oliveira Viana.

Partindo de uma análise, também com ênfase no econômico, Celso Furtado destacou o caráter efêmero e precário da organização social nos sertões mineradores, apontando a precariedade do abastecimento nas áreas de mineração:

A quase inexistência de abastecimento local de alimentos, a grande distância por terra que deviam percorrer todas as mercadorias importadas, a necessidade de vencer grandes caminhadas em região montanhosa para alcançar os locais de trabalho, tudo contribuía para que o sistema de transporte desempenhasse um papel básico no funcionamento da economia. Criou-se assim um grande mercado de animais de carga. (FURTADO, 2003, p. 83).

Para este autor, a exploração das minas foi efêmera e

a organização social não se tornou complexa suficiente para a manutenção de uma economia ativa. O baixo progresso técnico e mental dos colonizadores do sertão foram as grandes causas de sua involução:

Dessa forma, uma região cujo povoamento se fizera em um sistema de alta produtividade, e em que a mão-de-obra fora um fator extremamente escasso, involuiu numa massa de população totalmente desarticulada, trabalhando com baixíssima produtividade numa agricultura de subsistência. Em nenhuma parte do continente americano houve um caso de involução tão rápida e tão completa se um sistema econômico constituído por população principalmente de origem europeia. (FURTADO, 2003, p. 91).

Em suma, a população que povoava as zonas de mineração, especialmente as mais afastadas do litoral, como Mato Grosso, para Furtado, originou-se da falta de racionalização, no sentido weberiano do termo, do processo de colonização. Mais uma vez é difícil não relacionar as conclusões de Furtado à obra de Oliveira Viana. Embora utilizando a concepção weberiana de racionalidade, é notório na citação acima, o alinhamento com a tese de Viana em relação à involução da sociedade (e outros aspectos que destacamos deste autor) e também com Sérgio Buarque de Holanda, no que tange às características da agricultura.

Outro autor que influenciou na construção historiográfica sobre a América Portuguesa e em particular na historiografia sobre Mato Grosso, foi Nelson Werneck Sodré, que em *Oeste. Ensaio Sobre a Grande Propriedade Pastoril* objetivou demonstrar as dimensões mais gerais a respeito da organização social do “regime pastoril”, assim como evidenciou sua

precariedade econômica no período colonial (SODRÉ, 1990). A visão unilateral de desenvolvimento econômico-social marcou a obra desse autor.

Sobre Cuiabá colonial, Sodré afirma que “estava fixada a cidade. Sua população aumentava sem cessar. Tudo contra eles lutava, entretanto. Os alimentos andavam escassos. Só se cuidava da mineração”. Após o declínio desta atividade, segundo este autor houve não só um processo de estagnação da expansão como também “uma pausa no desenvolvimento humano no oeste.” (SODRÉ, 1990, 45; 67). O autor destaca o “atraso” e o “descompasso” do regime pastoril, afirmando que “o grande fator de civilização, de desbravamento, de expansão geográfica, de posse efetiva nessas terras, passou a ponderar como elemento de retardo.” (SODRÉ, 1990, 71). Em relação a Oliveira Viana, alguns trechos possuem mais que a influência, são quase paráfrases:

Em toda a parte, entretanto, a penúria, o baixo padrão de existência: poder aquisitivo quase nulo, horizontes fechados, ignorância, alimentação escassa e mal escolhida, mortalidade infantil com índices alarmantes, crescimento demográfico lento, autoridades impotentes, nomadismo, ausência de ambições, impossibilidades de melhorias, tudo isso contribui para um rebaixamento enorme da coletividade. (SODRÉ, 1990, 71).

Em outro trecho,

Não houve e não há no Oeste, a luta entre o homem e a terra. Sendo esta mais uma referência, um simples ponto de contacto, não se fixou mesmo como força oposta, capaz de despertar energias adormecidas, capaz de transfigurar os agrupamentos urbanos, ligando-os, na solidariedade pela conquista do

meio agreste, na comunidade de interesses, no labor de modificar as condições do ambiente, amenizando-o, subordinando-o às suas necessidades. (SODRÉ, 1990, 71).

Para Sodré, no “oeste não havia conflitos de terras, que eram agudos e insistentes nas zonas agrícolas e mistas. Ali, a terra era mera referência, desestimulando-a. Tinham-na em pouca conta, em verdade, desvalia. Assim como Celso Furtado, Sodré reproduz a tese do retardo social em relação aos primeiros tempos de colonização europeia. Para ele, “Nomadismo e pobreza, pobreza e nomadismo – é o *leit motiv* dessa história monótona.” (SODRÉ, 1990, 71).

Que pesem as diferenças entre as abordagens dos autores, em alguns pontos absolutamente contrários, a imagem construída sobre os ambientes rurais, de uma forma geral e em particular das regiões mineradoras do centro da América Sul, não são divergentes. O latifúndio e a mão de obra escrava, ou mais especificamente a relação entre senhores e escravos constituiu-se na única relação social e de trabalho capaz de explicar a formação de ambientes rurais. Especificamente em relação à região que compreende nosso objeto de estudo, a imagem predominante é de uma reprodução das atividades agrícolas irregulares, inconstantes, improvisadas, mesmo se tratando da produção rural reproduzida a partir do trabalho escravo. Aos livres pobres foi atribuído um lugar absolutamente marginal, uma reprodução social ao sabor das circunstâncias externas, composta por um segmento de homens rudes, desclassificados, desorganizados, não civilizados, enfim, homens pobres, negros, índios e mestiços, incapazes de produzir de forma “racional” e de constituírem mecanismos estáveis de organização social.

Essa concepção, que ganhou contornos de “história cultural” nas últimas décadas, construiu uma imagem

que, de acordo com a análise que desenvolvemos, é repleta de equívocos, de conceitos e percepções, cuja herança remete, como já vimos, a pressupostos não mais admitidos pela historiografia contemporânea.

Campesinato no Brasil colonial: uma breve discussão historiográfica e definições conceituais

O debate a respeito da formação de segmentos camponeses no Brasil colonial, curiosamente, é marcado pelo esforço de se entender melhor o escravismo e as alternativas que os escravos dispunham para reproduzir-se de forma relativamente independente. Ou seja, os estudos sobre o campesinato colonial, ou sobre os livres pobres do campo foram desenvolvidos fundamentalmente no âmbito dos estudos sobre as características das relações entre **s e n h o r e s e e s c r a v o s**.

Na extensa obra dedicada à compreensão do “modo de produção escravista”, *O escravismo colonial*, Jacob Gorender (1985) dedicou um capítulo, o XIV, para tratar das “categorias heterogêneas ao conceito de escravismo colonial”, trazendo uma discussão conceitual relevante, logo no princípio do capítulo:

Até aqui, venho estudando o modo de produção escravista colonial na sua pureza conceitual abstraindo-o das categorias heterogêneas ao seu conceito próprio. Isto não significa, em absoluto, que este modo de produção seja tão-somente abstração, que represente apenas uma construção intelectual, porém que deva ser separado de tudo que não corresponda ao seu conceito, uma vez que se pretenda conhecer sua estrutura e leis específicas. Esta operação de separação, distinção, só é possível mediante o processo de abstração. Enquanto a praticamos, nossa atenção incide unicamente sobre senhores e

escravos. Na realidade empírica, aparecem outras categorias que não correspondem à pureza conceitual do modo de produção. (GORENDER, 1985, p. 285).

Esse trecho é fundamental para a compreensão não apenas deste capítulo do livro de Gorender, mas da sua obra como um todo. O isolamento da escravidão em relação a outras formas de exploração do trabalho, não significa desarticulação. À pureza conceitual impõe-se uma “realidade” na qual a teoria, embora não perca sua validade e capacidade de explicar vários aspectos desta “realidade”, encontra seus limites, cuja percepção é admitida por Gorender.

Entre as três “categorias heterogêneas” apontadas por Gorender está a dos “cultivadores não escravistas independentes.” (GORENDER, 1985, p. 285). Para esse autor, “o tipo de colonização e a vastíssima extensão de terras incultas, possibilitaram o adensamento de um modo de produção marginal, predominantemente de auto-subsistência.” Estes “cultivadores”,

Praticavam uma economia natural ao nível da satisfação das necessidades mais elementares, com uma mercantilização de sobras cujo grau dependia da proximidade de centros urbanos ou de vias de transporte movimentadas. Na vizinhança das grandes cidades, como Rio e Salvador, esses pequenos cultivadores encontravam demanda mais intensa e estímulos à produção maior e regular de excedentes comercializáveis. Nalguns casos, uma relativa prosperidade lhes permitiria certa acumulação e aquisição de escravos. Em geral, porém, os viajantes que percorreram o interior do Brasil caracterizaram os pequenos cultivadores com uma indigência espantosa, nos limites da fome. (GORENDER, 1985, p. 285).

Embora Gorender não tenha dado muita importância à mercantilização da produção dos livres pobres para a economia colonial, nesse trecho fica clara sua percepção da comercialização de parte da produção. É interessante perceber que no mesmo trecho há duas percepções diferentes sobre tal comércio: enquanto “sobras” expressa uma produção eventual, sem planejamento prévio, a palavra “excedentes” denota, como o próprio autor aponta, uma produção “maior e regular” voltada para o mercado.

Mesmo considerando essa inserção no mercado, Gorender não deixa de destacar o caráter “natural” da economia, ao afirmar que “característica frequente dessa pequena economia natural era o nomadismo.” Para sustentar semelhante afirmação recorre às técnicas agrícolas: “O ciclo iniciava-se pela queimada da mata virgem – a ‘coivara’ dos indígenas – e o cultivo esgotava a fertilidade superficial da terra no prazo de poucos anos” e acrescenta que “acompanhando da família, o posseiro transferia-se para outro lugar na mata e recomeça mais um ciclo.” (GORENDER, 1985, p. 287).²¹

Desta forma, para Gorender a participação dos pequenos produtores em ramos mercantis foi pontual e instável. Para definir o lugar da pequena produção na sociedade, o mesmo autor cita Maria Sylvia de Carvalho Franco:

Entretanto, se realmente é possível distinguir um estilo de vida específico, uma integridade de cultura e de organização social nas comunidades caipiras, não é menos verdade que essas comunidades estiveram concretamente inseridas em um sistema social mais amplo. Na área aqui estudada, ao lado destes pequenos núcleos houve, pelo menos desde o século XVIII, setores da sociedade que se organizaram para a produção mercantil. Sendo estes que realmente fundaram o sentido

dominante das atividades de produção e da vida social, os grupos caipiras ficaram relegados a uma intransponível marginalidade. (FRANCO apud GORENDER, 1985, p. 298).

Mesmo constituindo uma “existência marginal”, Gorender pondera que “tampouco deixa de ser verdade que encerrou características definidas e deve ser pensado em sua *identidade categorial* como inteiramente distinto do modo de produção escravista colonial e em antagonismo com este.” (GORENDER, 1985, p. 298). A análise gorendean, desta forma, embora reconheça e abra possibilidade de explorar a ligação entre “cultivadores não escravistas independentes” com o mercado, define esta categoria à margem do modo de produção dominante: o escravismo.

Na historiografia brasileira sobre o campesinato colonial é marcante o trabalho desenvolvido por Ciro Flamarion Cardoso (1977), particularmente o livro *Escravo ou Camponês?*, ao introduzir nos estudos do período colonial brasileiro a noção de “brecha camponesa”, um espaço em que, de forma mais ou menos autônoma, se formou uma classe intermediária de camponeses que desenvolviam agricultura de subsistência e também mantinham relações com o mercado (CARDOSO, 1987, p. 114).

Este autor, utilizando a categoria de “brecha camponesa”, insere o escravo como parte desse campesinato. Baseiando-se nos estudos Sidney Mintz sobre a escravidão no Caribe e definindo o “protocampesinato escravo”, ou seja “as atividades agrícolas autônomas dos escravos nas parcelas e no tempo para cultivá-las, que lhes eram concedidas dentro das *plantations*, e a venda de todo excedente eventual de alimentos assim produzidos.” (MINTZ apud CARDOSO, 1987, p. 114). A tese de Cardoso (e Mintz

é questionada por outros autores, com destaque para Jacob Gorender e Stuart Schwartz. Segundo o primeiro, a utilização da noção de “brecha camponesa” é inadequada e equivocada para estudar as atividades econômicas desenvolvidas pelos escravos:

Alguns autores, como Sidney Mintz e o próprio Giro, consideram que a prática da economia própria deu aos escravos da América uma característica camponesa, ao menos subsidiária, e criou uma brecha camponesa no modo de produção escravista. Segue-se daí a ideia de que os escravos constituíram um *protocampesinato* precursor do campesinato negro surgido após as abolições da escravatura. Oponho-me a semelhante caracterização [...]. O próprio Mintz, um dos principais defensores da tese, parte da indefinição do conceito do que seja camponês, sob alegação de que, no continente americano, ele adquiria aspectos diferentes dos europeus e de outras partes do mundo. Mas no final do seu ensaio sobre o surgimento dos campesinatos caribenhos e depois de muito falar em protocampesinato, Mintz salienta que se tratava de *escravos* e que tudo ocorria *dentro da escravidão*. Este fato de que se tratava de escravos é fundamental. Porque indica o quanto era instável a economia autônoma, mesmo se respeitada pelo direito consuetudinário e permitindo a transmissão por herança. Os escravos podiam ser vendidos de um momento para outro ou a concessão, apesar da aparente estabilidade, cessava por arbítrio do senhor. (GORENDER, 1991, p. 78).

O historiador americano Stuart Schwartz (2001, p. 154) também possui posição crítica em relação à noção de “brecha camponesa”:

O costume de escravos produzirem seus próprios alimentos engendrou um intenso

debate histórico e ideológico, grande parte do qual gira em torno das relações sociais entre a produção de alimentos dos escravos e o grau de autonomia com que os escravos podiam decidir a quantidade de mão-de-obra, a seleção da safra e a venda do excedente. Se essa atividade constituía uma “brecha camponesa” no escravismo, ou era simplesmente a continuação do modo de produção escrava, é a questão em debate.

A posição de Schwartz é mais “conciliatória” do que o combate frontal de Gorender à noção de “brecha camponesa”, ao reconhecer que a prática relativamente autônoma dos escravos nos ambientes rurais poderia levá-los a uma melhor condição de vida (e eventualmente à liberdade), mas aponta, assim como Gorender, que “mesmo quando produziam os próprios alimentos, os escravos não eram roceiros devido ao nível de coação e as limitações à suas decisões que eram geralmente muito maiores que as condições nas quais os roceiros operavam.” (SCHWARTZ, 2001, p. 154).

Os estudos de Schwartz, particularmente o livro *Escravos, roceiros e rebeldes*, oferecem uma contribuição significativa para o estudo do campesinato na América Portuguesa. Embora utilize a noção de “camponês” e “campesinato” em vários trechos da obra, privilegiou a utilização do termo “roceiro”²² para definir os pequenos agricultores. A formação de segmentos camponeses, segundo o autor, remete desde o princípio da colonização:

A classe agrária brasileira não teve origem pré-colonial e sua linhagem não remontava a nenhuma civilização decadente, e não tinha memória popular coletiva de passado grandioso. Era, pelo contrário, uma classe rural “reconstituída”, resultado direto da economia colonial e da escravidão, que surgiu à margem

da economia escravagista e cresceu em importância ao seu lado. Na colônia, desde sua instituição, essa população rural livre de pequenos agricultores, arrendatários e dedentes permaneceu, em grande parte, sem rosto e até sem nome. (SCHWARTZ, 2001, p. 154).

Prosseguindo, “a comercialização da agricultura também explorou o setor de subsistência” e “agricultores humildes, porém proprietários, em locais como Atibaia, na periferia da cidade de São Paulo, forneciam alimentos à cidade de maneira contínua, embora irregular.” O autor exemplifica: “áreas, como Areias, Taubaté e Guaratinguetá, continham uma classe rural com pequenas propriedades e alguns escravos, que vendiam sua produção localmente.” (SCHWARTZ, 2001, p. 143).²³

Outro livro, *Campesinato e escravidão no Brasil. Agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817)*, de autoria do historiador mexicano Guillermo Palacios (2004), oferece perspectivas que ampliam a compreensão da reprodução econômica e social do campesinato. Para ele, o campesinato na capitania de Pernambuco, no século XVIII implicou na constituição de “formas produtivas e estruturas de organização social que significavam o surgimento de espaços socioeconômicos e socioculturais de resistência ao domínio da plantação escravista.” (PALACIOS, 2004, p. 26; 82). Foram essas resistências responsáveis por tensões sociais e pelo receio das autoridades do poder metropolitano em relação a estes grupos. Em um artigo publicado em uma coletânea sobre a economia colonial, Palacios (2004 apud SZMRECSÁNYI, 2002 p. 35) define, tendo como referência a capitania de Pernambuco, a agricultura camponesa no século XVIII:

Entendo por agricultura camponesa a praticada

por homens e mulheres – que chamaria de cultivadores pobres livres, instalados fora dos limites das *plantations* açucareiras, com emprego de força de trabalho familiar, centrada na produção de subsistência, mas com entrada significativa nos circuitos comerciais internos e externos através da produção de gêneros coloniais. Nesta acepção, agricultura camponesa inclui dentro de si a 'agricultura de subsistência', mas não se restringe a ela. Por outro lado, a peculiaridade de estar situado fora do território formal dos engenhos e fazendas escravistas lhe permite ostentar, até o final do período, significativos traços de autonomia e independência.

A definição de Palacios, embora seja marcada por aspectos temporais e espaciais específicos, parece-nos bastante útil e em alguns pontos possibilita generalizações. Aliás, é necessário apontar que os autores citados até aqui trataram o campesinato tendo como referência os territórios coloniais que formavam a parte litorânea da atual região Nordeste do Brasil, e a relação de sua produção com os latifúndios escravistas, a exceção de Schwartz que analisou a questão no âmbito mais amplo de diferentes regiões da América Portuguesa. Porém, para construir uma noção, ainda sem a rigidez das categorias sociológicas de “camponês”, essas análises contribuem sobremaneira, desde que, obviamente, as diferenças temporais e espaciais sejam levadas em conta na análise empírica.

Especificamente em relação às áreas mineradoras, há trabalhos que contribuem para o debate em torno da formação de segmentos camponeses no centro da América do Sul. Em relação à primeira metade do século XVIII, contudo, há pouquíssimas referências. Ângelo Carrara (2001, p. 84), em seus estudos sobre o agrário de Minas Gerais colonial, abordou a questão da

formação de ambientes rurais camponeses “desde o princípio” da colonização em Minas Gerais, destacando que:

[...] se a agricultura e a pecuária de tipo escravista voltadas para o abastecimento interno colonial foram poderosas e eficientes enquanto durou seu tempo, foram as pequenas lavouras de mantimentos e as pequenas criações de gado que garantiram, com base técnica restrita, níveis de rendimento agrícola e pastoris tais, que permitiram não só o crescimento ininterrupto da população, como o avanço consequente da fronteira. Se for possível uma imagem, o movimento agrário característico de Minas colonial é o da ampliação constante da fronteira por ondas crescentes de pequenos lavradores em todas as direções disponíveis.

O autor destaca duas estruturas – vale dizer: duas lógicas de produção disputavam espaço na Capitania: uma escravista e outra camponesa. A primeira abrangia, “além do setor da mineração, a agricultura e a pecuária para abastecimento dos núcleos urbanos” e, “a segunda, uma agricultura e pecuária de gados miúdos para o autoconsumo familiar, mas sem prejuízo de algum excedente comerciável [...]” (CARRARA, p. 84).

No caso das minas dos distritos de Cuiabá e de Mato Grosso não há estudos específicos sobre o campesinato. Analisando a documentação, contudo, percebemos a presença de roceiros que viviam em suas terras e que estavam inseridos no mercado local. Nesse sentido, *mutatis mutandis*, é aplicável a definição de Palacios quanto aos aspectos econômicos e sociais do campesinato.

Não há espaço neste artigo para analisar sistematicamente as características do campesinato espacializado na América Portuguesa quanto aos

aspectos sociais e culturais mais diversos. Alguns apontamentos, contudo, se fazem necessários, para reforçarmos nossa definição de camponês.

Apontamentos sobre o campesinato na terra da conquista: a contínua luta pela terra

Na documentação em relação à primeira metade do século XVIII, a percepção de formas camponesas de produção é fragmentária. Embora nossa pesquisa não ambicione construir um quadro da totalidade das espacialidades camponesas, formadas durante a conquista portuguesa no centro do sub-continente americano, julgamos que uma análise ainda que breve sobre a questão pode evidenciar aspectos que contribuem para uma análise mais densa do *modus operandi* da formação dos ambientes agrários na “terra da conquista”.

Estudos de historiadores, sociólogos e antropólogos apontam que muitas áreas que foram doadas como sesmarias, tornaram-se espaços de reprodução camponesa. A historiadora Luíza R. R. Volpato, por exemplo, chamou a atenção para o fato de que muitos “sítios” ocupados por livres pobres no século XIX eram oriundos de sesmarias (VOLPATO, 1993). Sueli Pereira Castro (2001, p. 40), em estudo antropológico sobre uma comunidade no distrito de Baús, em Acorizal, demonstrou que as formas camponesas de reprodução social remetiam à legitimação da posse por carta de sesmarias.

Além das terras advindas de sesmarias ou simplesmente da posse legitimada pelo direito costumeiro, havia outros locais de atividades camponesas. Entre estes ambientes estavam as *Terras de Santo*. Em Santo Antônio do Rio Abaixo foi doada,

em 1734, por Magalhães Moraes e Manuel das Neves, 400 braças de terra para a constituição de um Patrimônio à Capela em homenagem ao dito santo (SIQUEIRA, 1997, p. 27). Graças ao pioneiro trabalho de Elizabeth Madureira Siqueira, que reuniu uma riquíssima documentação sobre essas terras, temos condições de analisar alguns aspectos, pretendendo avançar em direção à complexificação da percepção sobre as relações sociais estabelecidas nos ambientes rurais no Mato Grosso colonial.

As terras passaram a ser alvo de usufruto pelos “primeiros moradores” do local, que, a exemplo de muitas terras de sesmarias, passaram a estabelecer regras de acesso à terra ligadas a relações de parentesco. Para tratar dos mecanismos de reprodução social das terras de Santo Antônio, é imprescindível avançarmos no tempo com o objetivo de desvendar alguns elementos presentes desde 1734. Um documento datado de 1885 nos oferece alguns indícios importantes:

Nós abaixo-assinados, moradores e fregueses da Paróquia de Santo Antônio do Rio Cuiabá abaixo, com cultura efetiva e criação de gado vacum e animal cavalariço, por mais de quarenta anos, declaramos que o Santo Padroeiro sempre foi Senhor e possuidor de quatrocentas braças de terras de testada com os fundos correspondentes a meia légua, compreendendo terras lavradas e pastais, e como não se encontrou os documentos que provam a doação dos primeiros possuidores, afirmamos ser o Santo Padroeiro possuidor ao referido terreno, isto por sabermos e termos ouvido aos nossos antepassados, que sempre foram moradores desta freguesia. O que afirmamos sob juramento se preciso for.²⁴

Ao todo, são trinta e cinco pessoas que assinaram o

documento. O trecho “nós abaixo-assinados” exprime identidade e pertencimento, o que fica mais claro na passagem: “nossos antepassados, que sempre foram moradores desta freguesia.” Essa identidade está ligada, portanto, à memória genealógica, às relações de parentesco, tão típicas do campesinato. Mesmo não encontrando o documento escrito, a tradição oral assegurou o usufruto da terra por parte dos moradores de Santo Antônio.

Assim como as terras de sesmarias, a fundação da Capela e a doação das terras configuram-se na origem da história desses camponeses, e na do próprio tempo. Se o “Senhor Padroeiro” “sempre” foi senhor das terras, nada havia antes a não ser a “ausência de história”. Esta “origem que dá sentido” remete à conquista dos territórios ameríndios. Ao criar e reproduzir o mito de origem²⁵, o colonizador silencia a violência da conquista e instaura um domínio atemporal sobre a terra. Outro documento de 1813 revela diferentes facetas:

Dizem os Procuradores da Capela de Santo Antônio do Rio Cuiabá abaixo que tendo a piedade dos fiéis erigido naquele sítio uma Capela que dedicaram ao mesmo Santo, e os vizinhos que ficavam da parte de cima e de baixo Cristóvão de Magalhães Morais²⁶, e Manoel das Neves doaram das terras de suas sesmarias duzentas braças cada um para servir de Patrimônio à dita Capela. Desmembradas as ditas terras pelas doações necessárias, e pertencendo já ao Santo, o Provedor das Capelas Diogo de Toledo²⁷ as mediu, e repartiu aos povos que nela quiseram morar impondo-lhe o seu justo foro a quem anualmente se obrigaram enquanto nelas vivessem para com este rendimento se aumentar, conservar, paramentar e ornar a dita Capela. Com andar do tempo, a frouxidão dos Procuradores passados se não tem cobrado os foros devidos à Capela

dos moradores que habitam dentro das 400 braças de terra do dito Santo e os atuais querendo cumprir com os deveres do seu emprego, sucede que indo a receber os justos foros de Inácio da Cunha Abreu, e de sua cunhada Brígida, dizem que não querem pagar tendo ele mesmo sido testemunha ocular da doação que os dois Benfeitores fizeram à benfeitoria da fábrica da dita Capela: da medição que o mesmo ministro fez e dele ter recebido a licença para eregir as [ilegível] as terras, que emprazou ao Santo, ao que tudo confessa e reconfessa o direito Senhorio do Santo, e não paga por não querer. Para V. S. como provedor das Capelas que sua Alteza Real manda para conservar estas, e administrar estas, e administrar justiça aos Rebeldes haja mandar aos dois nomeados que paguem os foros das terras que gozam ou que despejem para as desfrutar quem seja pronto para pagar seus respectivos foros.²⁸

Alguns autores que tratam do campesinato destacam-no, vimos anteriormente, como elemento de resistência ao predomínio do escravismo e aos instrumentos de poder metropolitano. No entanto, é preciso perceber os limites dessa resistência. A posse da terra, seja por parte de livres pobres ou de senhores de engenho, criadores de gado etc., inseriam esses agentes sociais nas malhas do sistema administrativo, na qual todas as formas de exploração dos recursos naturais integravam a conquista portuguesa em relação aos territórios ameríndios, embora guardem entre si profundas diferenças. A inserção de ameríndios, negros forros, europeus pobres e mestiços às formas camponesas significou a formação de uma parcela da sociedade colonial, que, sem dúvida, expressou uma resistência às formas dominantes de produção e do poder hegemônico. Mas, para compreender melhor esta relação seria profícuo acrescentar ao conceito de

“resistência”²⁹ a noção de “estratégia”, assim como foi definida por Giovanni Levi. De acordo com o autor, “nos intervalos dos sistemas normativos estáveis ou em formação, os grupos e as pessoas atuam com uma própria estratégia.” Estratégia esta, segundo Levi (2000, p. 45), “capaz de deixar marcas duradouras na realidade política que, embora não sejam suficientes para impedir as formas de dominação, conseguem condicioná-las e modificá-las.”

Além de uma relação de parentesco, a comunidade também se identifica com a devoção ao santo e estabelece com ele uma relação que, ao contrário de legitimar o poder da Coroa, questiona-o a ponto de confrontá-lo. O elemento religioso é fundamental, pois expressa a “apropriação” da “conversão” ao cristianismo. O elemento religioso é, inclusive, uma característica fundamental, tanto das formas tradicionais, europeias de campesinato quanto das formas tropicais e modernas de reprodução camponesa.

Não apenas os camponeses, mas a simples existência de um campesinato colonial constituiu-se numa estratégia dos grupos sociais subalternos para, de alguma forma, inserir-se no âmago da sociedade colonial e também do escravismo, representando, sem dúvida, uma contradição, o que não significa oposição ou antinomia. O que os estudos têm mostrado é que, como afirma Schwartz (1999), a “escravidão, mesmo que de maneira cruel, mostrava-se perfeitamente adaptável” às diversas formas de produção, inclusive a dos “roceiros”.

Os interesses da Metrópole encontravam dificuldade de alcançar legitimidade entre os devotos de Santo Antônio. A “rebeldia” dos moradores não demonstra apenas a resistência ao pagamento de foros, mas também o conflito entre racionalidades distintas que se desenvolveram ao longo do tempo. Os

“rebeldes” alegam que o senhor das terras é o santo, negando-se a pagar os tributos, mesmo, segundo as autoridades, tendo dinheiro para construir benfeitorias à Capela.

No entanto, é preciso salientar que, apesar desta “rebeldia”, os camponeses, nas minas do Cuiabá e Mato Grosso nunca representaram uma organização coesa enquanto grupo social, nem mesmo, como bem sabemos, definiam-se como camponeses, não possuindo “consciência de classe”, para utilizarmos a expressão tão preciosa aos marxistas mais ortodoxos. Durante todo o período colonial esse grupo social não representou ameaça similar àquela que ameríndios e negros representaram para as autoridades. Esse sentimento de revolta ao pagamento de foros às autoridades reflete aspectos intrigantes do modo de vida dos camponeses em Mato Grosso, aspectos estes que merecem análises mais detalhadas, que não temos condições de fazer aqui.

Em um universo, que em 1734 envolvia uma circularidade de elementos de várias culturas, até 1813, foram engendradas relações sociais chegando a ponto de suscitar revolta, não somente em razão da questão econômica, de não ter condições de saldar as dívidas com o poder régio, mas, sobretudo, pela negação da legitimidade do poder metropolitano sobre as terras do santo. Não temos documentação para reconstruir, de forma mais aprofundada os sentimentos que legitimaram tal rebeldia, mas, tudo nos leva a defender a hipótese de que em um espaço de “Terra de Santo”, que seriam “terras para pobres”, as diferentes culturas - ameríndias, negras, e das classes subalternas europeia e colonial - encontraram elos comuns que legitimavam a revolta contra os instrumentos de dominação do império português.

É necessário, já que o subtítulo deste item é “a luta pela terra”, destacar a relação entre os escravos

africanos e afrodescendentes e a terra, além da simples relação de subordinação a determinado senhor. Para perceber semelhante luta e seus efeitos, contudo, é necessário mais uma vez extrapolar as balizas temporais de nossa pesquisa, já que alguns aspectos, embora remetam às primeiras décadas de colonização, só podem ser analisados com uma percepção mais ampla do processo.

Os quilombos, por exemplo, embora não fossem áreas estáveis de reprodução social, poderiam desenvolver formas camponesas de produção. Segundo Canavarros (2007) eram frequentes as fugas de escravos no termo da Vila Real. Em 1727, o governador baixou regimento dando ordem aos “capitães do mato” para “prenderem nestas Minas os negros que fugirem a seus Sres. desfazendo quilombos q. costumão fazer os negros fugidos e ser conveniente fazer se regimento do q'. se deve pagar aos dos Cappes do Mato, de cada hú negro q'. se prender conforme a distância” (CANAVARROS, 2007)³⁰. Segundo Luíza Volpato (1993, p. 287):

Os quilombos, onde os escravos desenvolveram um tipo de vida próprio, apesar das diferenças de um para outro, definidas pelas peculiaridades de época e região, mantinham algumas características gerais. Nelas a vida era comunitária, a propriedade tribal, a economia baseada na produção de gêneros de subsistência. Existia ainda uma preocupação constante com a defesa, fazendo com que a organização política interna fosse bastante rígida, com atenção especial para as questões de disciplina.

Esse espaço de sociabilidade não pode ser visto como um ambiente estável de reprodução social, legítimo para a oficialidade colonial, no entanto, as atividades agrícolas desempenhadas e a continuidade

das relações sociais em muitos destes micro-espços de resistência à escravidão, constituíram, ao longo do tempo, espaços de atividade camponesa profundamente ligados aos laços de parentesco e à religião cristã, reinterpretada a partir dos cultos e ritos africanos. Volpato (1997, p. 287) cita o historiador Eugene Genovese para generalizar este aspecto:

Para Eugene Genovese, que estudou os quilombos americanos de maneira geral, havia nestas comunidades um desejo de 'restaurar um mundo africano perdido', ao mesmo tempo eram incorporados traços de civilização euro-americana.

O quilombo não foi a única forma de campesinato negro na América Portuguesa ao longo do tempo. No entanto, muitas áreas de campesinato, como já dissemos, foram espaços de interação social de diferentes grupos sociais de livres pobres de origens diferentes.

Um artigo publicado em 1993, *Escravo e terra em Mato Grosso: o caso de Livramento [1727-1883]* (ROSA; CANOVA; SOUZA, 1993) contribui para a reflexão sobre as diversas formas que o escravo poder ser inserido ou inserir-se na reprodução da ruralidade. O recorte temporal longo é revelador de alguns aspectos do movimento da estrutura agrária de Mato Grosso. Os autores mostram, entre outras coisas, a participação dos escravos como agentes ativos na conquista da terra e dos artifícios utilizados pelos escravos para conquistar a terra e mudar sua situação jurídica, diante dos instrumentos de controle do poder metropolitano português e também do império brasileiro.

Apesar da conquista do território de Livramento (Cocais) remeter a “1726-27, reverberação mineradora das 'Minas novas do Cuiabá’”, os autores enfatizam o

período entre 1791 e 1890, no qual a percepção das estratégias dos negros pela conquista da terra e de liberdade são mais perceptíveis. Dois documentos expressam esse movimento secular da luta pela terra, que até os dias atuais provocam tensões na região. Em 1790, as autoridades denunciavam que:

[...] o haverem por entre o avultado número de escravos que há neste Bairro, muitos pretos fugidos, que além de roubarem aos moradores costumam induzir os escravos alheios, levando-os para os seus quilombos onde habitam, e também algumas pretas. (ROSA; CANOVA; SOUZA, 1993, p. 51).

Cem anos depois, a condição dos negros de *Mata Cavalos* era outra. Em 1883, Dona Ana da Silva Tavares, “possuidora de uma parte do ribeirão denominado de Mata Cavalos, com suas vertentes cuja parte faz doação a seus escravos, inclusive os que se libertaram por ocasião do inventário do seu finado marido.” (ROSA; CANOVA; SOUZA, 1993, p. 34). A referência na doação aos “que se libertaram” é, segundo os autores, indício de um papel “ativo” que os escravos e ex-escravos desempenharam na doação das terras de Mata Cavalos. Para se libertarem, esses escravos compraram sua liberdade, “esse comprar por sua vez, implica 'tratos', acordos no interior das relações escravistas, que possibilitem acumular créditos ou capital-dinheiro para a compra”, e “se por um lado permanece com o senhor, no limite, o poder de romper esses acordos [...] isso não elimina a possibilidade do trato.” (ROSA; CANOVA; SOUZA, 1993, p. 48). Após a doação, em 1883, “constituiu-se em Livramento um núcleo negro referencial, provido de terras férteis e bem localizadas”, contudo, a “sobrevivência desse núcleo não foi facilitada.” Em 1890, o conteúdo da denúncia de cem anos antes parecia se repetir e os vizinhos justificavam um pedido

de expropriação denunciando que “os libertos escravos de D. Ana da Silva Tavares e outros, que indevidamente ocupam e estragam terras e matas da Sesmaria da Boa Vida, no lugar denominado de Mata Cavalos” (ROSA; CANOVA; SOUZA, 1993, p. 50). Contudo, “em 1890 o momento era outro, e os negros de Mata Cavalos não eram 'pretos fugidos'. Ação judicial de 1890 não conseguiu expropriar o grupo negro de Mata Cavalos, que sobreviveu íntegro até a década de 1930.” (ROSA; CANOVA; SOUZA, 1993, p. 51).

Tais casos servem para perceber o campesinato como um processo social que se engendra em muitas regiões do Mato Grosso no período colonial, em particular na primeira metade do século XVIII, mas, que ao longo do tempo constituíram-se em espaços de construção de relações socioespaciais que, em constante mudança, se recompõem frente aos diferentes contextos.

Chegar a uma definição de camponês, contudo, significa a percepção de algo mais amplo, onde grupos de homens e mulheres compuseram ambientes onde reproduziram formas de trabalho, de relações sociais e culturais que os identificavam como camponeses, fazendo parte de uma história social mais ampla de reterritorialização do campesinato europeu na América. Isso não implica, obviamente, em reprodução pura e simples do modelo europeu e muito menos uma compreensão homogênea do modo camponês de produzir. Em relação a essas críticas à utilização da noção de camponês, Shanin aponta que o termo “não implica a total semelhança dos camponeses em todo o mundo, e/ou sua existência fora do contexto de uma sociedade mais ampla não apenas camponesa e/ou extra-historicidade.” (SHANIN, 1980 p. 75). O autor acrescenta que os camponeses “se diferem necessariamente, refletem, relacionam-se e interagem

com não camponeses, trata-se da questão da autonomia parcial de seu ser social. e que “o campesinato é um processo e necessariamente parte de uma história social mais ampla.” (SHANIN, 1980 p. 75).

Empregamos a noção de camponês em nossa análise tentando compreender as características da formação desse grupo social inserido no contexto da formação de um campesinato luso-americano. Segundo Shanin (SHANIN, 1980 p. 75), generalização não implica em homogeneização, uma vez que a questão mais importante é ampliar a compreensão do objeto:

A simples questão “os camponeses existem?” seria obviamente tola se colocada e reificada em seu conteúdo; não discutimos aqui a realidade imediata, mas uma generalização, ligada a um modelo conceitual – uma simplificação e uma formalização significativamente seletivas, com o propósito de uma melhor compreensão. Deveríamos, portanto, colocar a questão de outra maneira, perguntando que esclarecimentos podia-se ter pela utilização do conceito e quais são os obscurecimentos de tal teorização.

A colonização da América, mais especificamente da porção portuguesa, gerou espaços para a produção camponesa, contudo, não se trata da reprodução de um campesinato europeu na América, mas, sim, de um campesinato colonial, moderno, composto de segmentos sociais heterogêneos que emergiram com especial importância no século XVIII, aproveitando os espaços que a sociedade, a economia e a expansão colonial oportunizaram, sobretudo na expansão do mercado interno.

A descoberta de várias áreas de mineração e a interligação entre diferentes partes da América Portuguesa inseriu o campesinato na construção de uma sociedade colonial que é, por si mesma, antítese de

formas desmonetizadas e auto-suficientes de produzir. As técnicas rurais indígenas, como as roças de coivara, uniram-se não apenas às ferramentas europeias, mas também às relações de parentesco que, embora pudessem contar com elementos africanos e ameríndios, reproduziam em essência relações típicas do campesinato europeu, assim como a religião cristã que se mesclava com elementos religiosos e ritualísticos e práticas “mágicas” das mais diversas origens. O que é inegável, no entanto, é que esse

campesinato “reterritorializado”, embora agregue culturas e trajetórias distintas, é uma forma colonial e moderna de exploração do trabalho articulado, direta ou indiretamente, ao capital mercantil e aos “quadros” do sistema colonial moderno.

Tal campesinato moderno luso-americano, não paralelamente, mas entrecruzando-se à forma predominante de produção de mercadorias, a escravista, possibilitou em menor escala, mas de forma fundamental para o funcionamento das engrenagens do sistema, a acumulação e reprodução de capitais.

¹⁹ Mestre em História pela Universidade Federal de Mato Grosso e doutorando em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Bolsista CAPES.

²⁰ Em nada somos contrários à utilização destas definições, utilizamos várias vezes os termos “roceiros” e também “agricultores livres pobres”, o que pretendemos demonstrar é que a percepção da “campesinidade” destes grupos amplia a compreensão do processo histórico que possibilitou a emergência destes contingentes populacionais.

²¹ O plantio por meio das roças “coivaras” não implica em nomadismo, além de ser comum a todas as áreas tropicais no mundo, o sistema era utilizado em diferentes organizações sociais. No caso das áreas de produção camponesa na América Portuguesa verifica-se a ocupação de extensas áreas pela mesma família (extensa) e os longos “pousios” ou “descansos” da terra possibilitavam a exploração da terra, sem a necessidade de uma “vida nômade”, inclusive no que diz respeito às habitações permanentes que via de regra, ficavam na beira dos rios, onde a renovação da fertilidade dos solos era anual enquanto moradias provisórias (ranchos) eram construídas próximas das áreas de trabalho nas roças de coivara.

²² Há problemas inerentes à utilização do termo “roceiros” como categoria “de época”, já que produtores escravistas, inclusive em escala de produção considerável e com quantidade de escravos que extrapolam todas as definições de livres pobres poderiam também ser denominados de “roceiros”. O que não invalida a utilização do termo “roceiro” como categoria analítica.

²³ É preciso, pois, ponderar, que a análise de Schwartz compreende, sobretudo, a segunda metade do século XVIII e o contexto de “crescimento econômico do Brasil”, ver SCHWARTZ, Stuart B. “Mentalidades e estruturas sociais no Brasil colonial: uma resenha coletiva”. *Economia e Sociedade*, Campinas, (13), p. 129-153, dez. 1999.

²⁴ ABAIXO-ASSINADO dos moradores e fregueses da Paróquia de Santo Antônio do Rio Cuiabá Abaixo, 30 de setembro de 1885. Cúria Metropolitana de Cuiabá – Pasta Autos da Medição de terras de Santo Antônio apud SIQUEIRA, 1997, p. 23-25.

²⁵ Há uma lenda bastante incorporada à cultura regional de que a fundação de Santo Antônio está ligada a um evento relacionado à passagem da imagem do santo a localidade. Segundo a lenda as embarcações não conseguiram seguir viagem a não ser quando desembarcaram o santo na dita paragem. SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. 1997, p. 22.

²⁶ Cristóvão de Magalhães e Morais, juiz ordinário da câmara de Cuiabá, em 1749.

²⁷ Diogo de Toledo Lara Ordonhes, juiz ordinário interino em Cuiabá, entre 1785 e 1790.

²⁸ DESPACHO do provedor das capelas sobre o não pagamento dos foros dos fiéis da Capela de Santo Antônio do Rio Cuiabá abaixo. Cúria Metropolitana de Cuiabá – Pasta Autos da Medição de terras de Santo Antônio apud SIQUEIRA, 1997, p. 27-28.

29 Sobre o conceito de “resistência” ver THOMPSON, 1998, p. 289.

30 REGIMENTO baixado pelo governador capitão-general Rodrigo César de Menezes para os capitães do mato apud CANAVARROS, Otávio, 2007, p. 99.

Referências

CANAVARROS, Otávio et al. (Org.). *Coletânea de Documentos Raros do Período Colonial*. Cuiabá: EdUFMT/Entrelinhas, 2007.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARRARA, Ângelo Alves. “Ocupação territorial e estrutura fundiária: as minas e os currais (1674-1850)”. *Estudos de História*, Franca, v. 08, n. 2, p. 81-97, 2001.

CASTRO, Sueli Pereira. *A festa de santo na terra da parentalha*. Festeiros, herdeiros e parentes. Sesmarias na baixada cuiabana – Mato Grosso. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2001.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 32ª Ed. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 2003.

GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ed. Ática, 1991.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Editora Ática, 1985.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 2ª Edição. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1975.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000..

OLIVEIRA VIANA, Francisco José. “Populações meridionais do Brasil” in SANTIAGO, Silvio (Org.). *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000, p. 1011.

PALACIOS, Guillermo. “Agricultura camponesa e plantations escravistas no nordeste oriental durante o século XVIII”. In: SZMRECSÁNYI, Tamás. (Org.). *Economia colonial*. São Paulo: Edusp, 2002, p. 35.

PALACIOS, Guillermo. *Campesinato e escravidão no Brasil*. Agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817). Brasília: EdUnB, 2004.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo – colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1997.

ROSA, Carlos Alberto, CANOVA, Loiva e SOUZA, Nelma de. Escravo e terra em Mato Grosso: o caso de Livramento (1727-1883). *Cadernos do NERU*, nº 2 – Escravidão: ponto e contraponto – dez. 93. Cuiabá: EdUFMT, 1993

SCHWARTZ, Stuart B. “Mentalidades e estruturas sociais no Brasil colonial: uma resenha coletiva”. *Economia e Sociedade*, Campinas, (13), p. 129-153, dez. 1999.

SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru-SP: Edusc, 2001, p. 124.

SHANIN, Teodor. *Antologia. Trabalho e Dominação*. Petrópolis: Vozes-Cebrap, 1980.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *A ocupação pioneira da região do Rio Cuiabá Abaixo*. Cuiabá: IHGMT. Publicações Avulsas, nº1, 1997.

SODRE, Nelson Werneck. Oeste. *Ensaio Sobre a Grande Propriedade Pastoril*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

THOMPSON, Edward. P. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do Sertão*. Vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850/1888. Ed. Marco Zero. Cuiabá, 1993.

PRÁTICAS EDUCATIVAS E CULTURAIS NA CAPITANIA DE MATO GROSSO (1748-1822): PERSPECTIVA DOS ANNAIS DE VILA BELA E DE CUIABÁ³¹

*EDUCATIONAL AND CULTURAL PRACTICES IN CAPITANIA
THE MATO GROSSO (1748-1822): PERSPECTIVE OF THE
ANNALS OF VILLA AND BELA CUIABÁ*

Nileide Souza Dourado³²

RESUMO: O presente estudo se insere no âmbito da História da Educação e da História Cultural, que objetiva, ao lado da educação formal, traçar um panorama mais amplo do processo educativo no cenário colonial de Mato Grosso, através da identificação de práticas sociais e culturais cotidianas de homens e mulheres, em especial na Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá e em Vila Bela da Santíssima Trindade (Vila Capital), fundamentais para caracterizar a Capitania e o seu lugar no *mundo civilizado* e colonial.

Palavras-chave: História da Educação. Práticas Educativas. Mato Grosso Colonial.

ABSTRACT: The present study falls within the History of Education Culture and History, which aims at the side of formal education, to draw a broader picture of the educational process in the colonial setting of Mato Grosso by identifying social and cultural practices of everyday men and women, especially in Villa Royal Bom Jesus of Cuiaba Villa Bella and the Holy Trinity (Capital Town), essential to characterize the captaincy and his place in the civilized world and colonial.

Keywords: History of Education. Educational Practices. Mato Grosso Colonial.

INTRODUÇÃO

O presente artigo, que objetiva estabelecer uma discussão em torno da tese que estou elaborando no campo da História da Educação, procura alargar os conceitos de instrução e escolarização, de forma a abarcar não só a educação formal, mas todos os

espaços onde as manifestações de aprendizagem que se estabeleceram no interior da sociedade colonial de Mato Grosso.

Enxergo esses espaços, lugares de constituição e apropriação de saberes e fazeres educacionais da população da capitania de Mato Grosso, em especial, da Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá

e de Vila Bela da Santíssima Trindade (Vila Capital), no período em questão, pela ótica de Sérgio Buarque de Holanda, na sua definição de *sertão e fronteira*³³ - Vila de Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade - lugares que se constituíram nos séculos XVIII e XIX, a princípio, “[...] as únicas repartições de fixação e de enraizamento edificado, ou seja, ambientes recheados de movimentos, mudanças, com intensa circulação de informações e de plural oralidade das línguas, fazeres e refazeres de escritas, inovações, 'alterações' da natureza, interação econômica e de 'alteridades'” (ROSA, 2003, p. 11).

Espaço de invenção cotidiana, a Vila de Cuiabá, pertencente à Baixada Cuiabana, região da bacia do Alto Rio Paraguai, cujo núcleo principal era “[...] a Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá, foi criada pelo Governador da capitania de São Paulo, Rodrigo César de Menezes, em 1º de janeiro 1727, e descoberta no ano de 1719, pelos bandeirantes paulistas que, nas margens do Córrego da Prainha, encontraram ouro.” (SIQUEIRA, 2002, p. 36).

Já o lugar, denominado de Mato Grosso, situado na bacia do Alto Guaporé, foi “[...] o espaço desbravado pelos irmãos Paes de Barros (paulistas), a partir do ano de 1734, os quais adentraram à região onde descobriram as lavras auríferas: no Rio Galera; de Santana; de Brumado, de Santana e São Francisco Xavier e Minas do Alto Paraguai”. Portanto, foi essa efetiva movimentação que ensejou, no ano de 1752, a fundação da primeira capital de Mato Grosso, *Vila Bela da Santíssima Trindade*, a Vila-Capital, que veio a se tornar o principal aglomerado urbano, visto ser a sede da coroa portuguesa no extremo Oeste, região mais ocidental do Brasil.” (SIQUEIRA, 2002, p. 40).

Além do ouro, essa região teve papel preponderante de povoamento da região à margem direita do rio Guaporé, cuja fixação foi resultado do plano político-

estratégico traçado pelas autoridades de Lisboa para a ocupação da região guaporeana, como garantia dos domínios portugueses fronteiriços com os castelhanos. Essa garantia foi ampliada com ações nas áreas de defesa, política e comércio, através do projeto delineado pelo Marquês de Pombal, que visava a penetração, via rio Guaporé, nos domínios de Castela, atingindo as províncias de Quito, Orenoco e Peru, para contrabandear a prata. Certamente, foi nessas condições que a capitania de Mato Grosso configurou-se também como fronteira viva, dinâmica e extremamente importante na determinação dos territórios das Coroas (Portuguesa e Espanhola) (Idem p. 43-44).

Desse modo, para conseguir incluir esse olhar mais ampliado sobre o processo de aprendizagem nessa região de sertão e fronteira, foram privilegiadas categorias de análise selecionadas com base nos documentos oficiais, nas narrativas de cronistas, estrangeirados e brasileiros, assim como nos escritos variados de letrados da época, produzidos entre meados do século XVIII e início do XIX. Essa literatura aventa e descreve não só o processo de escolarização formal, mas aponta para espaços de transmissão de conhecimento através de mecanismos não formais. Nessa construção, a empiria foi analisada tendo por base um constante diálogo com os autores contemporâneos que tratam do território brasileiro e mato-grossense nos setecentos, procurando sobrelevar a dinâmica educacional da sua população, seja no âmbito escolar, ou não escolar.

Portanto, foco o olhar no movimento que promoveu a criação da capitania de Mato Grosso, desmembrada da de São Paulo, através da Carta Régia de D. João V, de 9 de março de 1748, nomeando para governá-la, um nobre lusitano, D. Antônio Rolim de Moura. Tal demarcação pareceu-me válida, já que pretendo

reconstruir os primeiros tempos da sociedade mato-grossense, especialmente no que diz respeito à *escolarização*³⁴ da sua população, à luz, tanto da compreensão da mentalidade das culturas distintas, embutidas nas práticas sociais, culturais cotidianas e educativas não escolares, quanto na direção desta mentalidade inscrita durante as práticas escolares institucionalizadas³⁵ com a criação das Aulas Régias e dos Estudos Menores (Primeiras Letras e Humanidades³⁶). Portanto, ações fundamentais para a instalação e concretização de um projeto educacional mato-grossense-, que tivesse como base *os distintos saberes*.

Todavia, esta baliza não está sendo demarcada rigidamente, mas é flexível para se efetivar retornos e avanços no tempo. Desse modo, um recuo aos finais do XVII, avançando pelo XVIII e os vinte primeiros anos do XIX, se justifica, porque a circulação de ideias fomentadas num determinado tempo é, *a priori*, apropriada e consolidada em outros, ocasião em que se salienta o movimento de renovação intelectual, no que diz respeito aos campos econômico, político e cultural, na perspectiva das correntes filosóficas com circularidade no mundo europeu, constituída no âmbito do embate entre a tradição e a modernidade e entre fé e ciência, ideários que, quando transplantados para outras regiões, no caso brasileiro, em especial para a capitania de Mato Grosso, ganharam novos contornos e adaptações, de acordo com as especificidades regionais. Ainda, em destaque, afiguram-se os embates entre os registros cotidianos dos sujeitos locais, contrapostos aos discursos das elites, autoridades coloniais e europeias, assentados em regras, valores e normas de comportamentos e costumes, elementos que integravam as funções atribuídas às ações civilizadoras; a expulsão dos jesuítas do Brasil e, destaca-se também no campo da instrução pública, as reformas inspiradas no Iluminismo

português, promovidas nos reinos de Portugal nos períodos de governo de D. José I (Reforma pombalina da Instrução Pública); D. Mariana Vitória (Reforma mariana) e D. João VI³⁸ (Reforma Joanina); a instituição do subsídio literário; a chegada da Família Real e os movimentos de Independência do Brasil.

Dessa maneira, a opção do estudo recaiu também sobre os conceitos e categorias elaboradas por Sérgio Buarque de Holanda, Michael de Certeau e Norbert Elias, no que diz respeito aos *saberes, fazeres, comportamentos e a invenção do cotidiano do homem comum*, ambos interessados no entrecruzamento de tradições culturais, na cultura material e nos movimentos de assimilação e apropriação mútua de saberes e fazeres dessas tradições, portanto, aspectos revelados nos movimentos que envolvem os sujeitos sociais a partir de realidades vivenciadas no cotidiano em diferentes espacialidades e temporalidades de Mato Grosso.

Vale relevar que a socialização dos saberes se deu também, através daquelas transplantadas pelos europeus, a exemplo do aprendizado formal da leitura e da escrita ou da gramática, mas também de valores e conhecimentos adquiridos através do aprendizado de noções básicas reveladas no desempenho de ofícios mecânicos, nas artes, na educação doméstica, na intenção de se substituir antigos hábitos e costumes por aqueles revestidos de *civilidade*., tendo por base o *comportamento, o exemplo, a imitação o refinamento de hábitos* e outras modalidades de incorporação do ideário de *civilização*, introduzidos no interior do mundo colonial pelos europeus e numa região de fronteira e sertão, na capitania de Mato Grosso, analisada através do diálogo que com elas os intelectuais brasileiros e mato-grossenses mantiveram frente à problemática da construção de uma identidade regional.

Nessa medida, a pesquisa objetiva, ainda,

evidenciar os diversos mecanismos utilizados no mundo colonial para se educar e instruir a população, assim como apresentar as diversas modalidades de estratégias utilizadas pelo colonizador para aliciar os colonizados ao processo civilizatório, tão desejado pelas elites lusitanas e seus descendentes. De um lado, verifica-se a necessidade de construir, ao longo da extensa fronteira oeste, uma série de estabelecimentos que pudessem garantir os domínios lusos na América. Indaga-se: quem edificou o Forte de Coimbra, no Baixo Paraguai, quem construiu o Forte Príncipe da Beira, edificou a primeira capital de Mato Grosso, Vila Bela da Santíssima Trindade, Vila Maria (Cáceres) e outras estrategicamente posicionadas no território mato-grossense?

É na esteira dessas perguntas, que procuraremos identificar, ao lado da educação formal escolarizada, a transmissão dos conhecimentos dos engenheiros e arquitetos mandados vir de Portugal, ou dos centros hegemônicos do Brasil, na instrução e qualificação da mão de obra da fronteira, majoritariamente composta de militares de baixa patente, quase sempre analfabetos que, auxiliados por outros trabalhadores igualmente desqualificados - homens livres, índios e negros - ergueram, com precisão milimétrica, os estabelecimentos que defenderam as possessões lusitanas.

De outro lado, nossa pesquisa procurará apontar outros tipos de aprendizado realizados através dos processos de *imitação* e *coaço*, a exemplo das representações teatrais, encenadas por atores retirados das camadas inferiores da sociedade que, ao representarem um universo que não era culturalmente o seu, assumiam, pelo menos momentaneamente, posturas e valores oriundos das camadas superiores. Para além das representações teatrais, os homens comuns procuravam imitar os modos de vestir das

camadas superiores, forma de a elas se aproximar. Tanto é que Fonseca (2008, p.198) revela que “ [...] por educação se entendia desde a preparação para o exercício do ofício até a assimilação da doutrina cristã como meios de ordenar comportamentos e inculcar valores.”

É mister ressaltar que muito antes do estabelecimento das reformas pombalinas no cenário do Brasil colonial, com a criação das aulas régias e a não intervenção direta da escola jesuítica em Mato Grosso, a população da capitania já constituía importantes relações com as práticas educativas culturais. Enquanto hipótese/premissa de investigação é o fato de existirem práticas sociais que podem ser identificadas como educativas/pedagógicas de ordem técnica, que *facilitariam* a escolarização propriamente dita no século XIX. Olhando nesse prisma, mas, contrariando as expectativas da escrita oficial portuguesa, depreende-se também, que a ocupação dessa região não ocorreu no sentido de mera transplantação da civilização europeia, mas foi um processo profundamente marcado pelo encontro de diferentes culturas e pelas condições materiais concretas de vida e de trabalho nessa territorialidade.

Gilberto Luiz Alves (1996, p. 45) revela que nas Vilas de Cuiabá e de Vila Bela da Santíssima Trindade (Vila-Capital), antes dessa época, a existência de raríssimos professores itinerantes, de origem lusitana, para cá deslocados nas próprias viagens dos capitães-generais e de outras altas autoridades, quando partiam da Metrópole com destino à nova capitania.

Para o autor, a função desses professores (instrutores) seria atender aos filhos dos escassos quadros burocráticos e militares portugueses, que se aventuravam a fazer a grande viagem marítima e terrestre com toda a família. Era comum, também por esse tempo, que o funcionário do Estado, a serviço do

governo lusitano, deixasse seus parentes próximos em Portugal, assegurando-lhes uma pensão descontada de seu soldo, o que diminuía consideravelmente o contingente das crianças que se beneficiariam, necessariamente, dos serviços da instrução pública disponíveis em Portugal.

Alves ainda reforça o julgamento, quando diz que a instrução foi uma atividade tardia em Mato Grosso, visto que a iniciativa da Câmara de Vila Bela, levada a cabo em 1755, propôs a regulamentação dos Estudos das Escolas Menores.³⁹ Na sua justificativa, o vereador Francisco Antão não poderia ser mais expressivo:

Como ela (a capitania) já floresceu notoriamente no comércio e na agricultura era certo dessa entrada às Belas Letras que na civilização e na riqueza tivesse a América Portuguesa, ainda nos mais interiores dos certos, em que competisse nos tempos futuros com as cidades da Europa (ANAL de 1775 – Vilas Bela).

Nessa perspectiva, a historiografia da educação vem oferecendo, ao longo dos anos, opções teórico-metodológicas de estudo a partir de novos objetos e temáticas diferenciadas, contribuindo, de certa maneira, para o crescimento de inovadoras abordagens para a pesquisa em História da Educação. Assim, frente ao objeto de pesquisa, novas fontes são privilegiadas, como é o caso dos *Annais* que, de acordo com a literatura arquivística, trata-se de um conjunto documental enquadrado como uma publicação periódica, documentação informativa, oficial, porém, não diplomática.

Este estudo se ampara empiricamente nos dois mais antigos documentos de Mato Grosso, os *Anais de Vila Bela* e os ⁴⁰*Annais do Sennado da Câmara do Cuyabá*.

Ambos ⁴¹enfeixam documentos narrativos, ano a ano, recheados de eventos, memórias e cotidianos da população nativa, lusitana e a africana, que circulou no espaço de Vila Bela da Santíssima Trindade e no da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, no século XVIII.

Para Amado & Caselli (2006, p. 27) *Anais* são um gênero narrativo da história e que possui a seguinte trajetória histórica:

[...] O gênero difundiu-se na historiografia portuguesa, ganhando flexibilidade a partir do século XVI, quando, respeitando-se a ordem cronológica, passou a relatar acontecimentos de forma mais viva e opinativa. O gênero chegou às colônias lusitanas, onde, ao sabor dos diferentes autores e das condições locais, adquiriu características narrativas ainda mais flexíveis, distanciando-se das matrizes europeias, sobretudo quando seus autores eram nativos das colônias. Na América Portuguesa, os anais foram um modo de narrar bastante difundido, especialmente para os feitos ocorridos em uma ou mais capitania [...].

Portanto, os *Anais de Vila Bela da Santíssima Trindade (1734-1789)* narram a história do Mato Grosso da segunda metade do século XVIII – visto ter sido Vila Bela sua primeira capital –, num crescente cronológico que envolve diversas temáticas. Porém, ao contrário do que muitos pensam, ele não é um documento inocente, mas contém uma versão oficial dos fatos narrados, cujos relatos estão impregnados de avaliações e julgamentos, além das omissões consideradas “necessárias”. Todavia, outros documentos serão compulsados e cotejados com estes *Anais*, sempre na perspectiva de ampliar, contestar, reforçar ou explicar os discursos oficiais seja da elite lusitana, ou da nativa com relação à constituição e evolução da dinâmica humana nessas espacialidades.

Registros de Memória

Anais de 1770 – Vila Bela.

[...] Era esse quilombo muito antigo [...] Teve rei e rainha. O rei era falecido há anos. Por seu falecimento, ficou a rainha governando, com poder tão absoluto [...] Chamavam esta muito intitulada rainha “**Teresa**”. Era de nação Benguela, escrava do capitão Timóteo Pereira Gomes. [...] Governava-se esse quilombo a modo de parlamento, tendo para o conselho uma casa destinada, para a qual em dias assinalados de todas as semanas, entravam os deputados, sendo o de maior autoridade, tido por conselheiro, José Piolho, escravo da herança do defunto Antônio Pacheco de Moraes [...] A maldita rainha de quem temos tratado, não ocasião em que se abalrou o quilombo, mandou os seus que pegassem em armas e tudo matassem. Alguns de seus súditos assim o fizeram, acudindo à voz e pegando em armas; mas não puderam usar delas pela força que viram contra si. Tomaram por melhor acordo retirarem-se fugitivos ao mato. Nessa retirada, foi também a rainha, conduzida por José Cavalo, escravo do sargento-mor Inácio Leme. Era esse negro capitão-mor do quilombo e, entre o mais, tido por mais valoroso [...] Na apressada fuga em que foram no saltar de um riacho se estrepou aquela desaventurada rainha “**Teresa**” (Quilombo do Piolho) em um pé, isso a tempo que já os soldados iam sobre ela, por terem visto. Com facilidade a prenderam e trouxeram ao aquartelamento, onde estava o sargento - mor. Posto aí em prisão, à vista de todos aqueles aquém governou naquele Reino, lhe diziam estas palavras injurias, de forma que envergonhada, se pôs muda ou, para melhor dizer, amuada. Em poucos dias expirou de

*pasma (estupefato). Morta ela, se cortou a cabeça e se pôs no meio da praça daquele quilombo, em um alto poste, onde ficou para **memória e exemplo** dos que a vissem. [...]. (Anal de 1770).*

Os registros de memória contidos no conteúdo da narrativa descrita pelo segundo vereador da Câmara de Vila Bela da Santíssima Trindade (Vila-Capital), no governo do Visconde de Balsemão, capitão-general, Luiz Pinto de Souza Coutinho, junto aos Anais de Vila Bela/Anais de 1770, apontam indícios de uma *educação para civilizar*, cujo aprendizado está associado especialmente ao comportamento e costumes, ambos sustentados nas regras e discursos das autoridades coloniais, principalmente, para os escravos e os homens livres pobres, os mestiços e fugitivos e prisioneiros, tidos potencialmente como perigosos, mas passíveis de se tornassem súditos obedientes às ordens reais.

Desse modo, interessava às autoridades, sobretudo, fixar exemplos edificantes para os povos mediante a imitação e o exemplo, práticas pedagógicas não formais. Uma vez que entre a camada humilde difundiu-se o aprender-fazendo, aspecto relevante na luta pela sobrevivência, esse setor da sociedade adquiria os rudimentos necessários para garantir a subsistência e reproduzir papéis que lhes eram reservados numa sociedade quase estamental, onde a mobilidade era praticamente impossível, mas a todos exigia-se um mínimo de civilidade.

Nessa medida, aqueles que se circunscreviam ao espaço da barbárie deveriam, ao menos, manter, na aparência e no conviver cotidiano com as elites, um comportamento aceitável e minimamente civilizado. Esse aprendizado, mesmo que rudimentar, se aprendia imitando, observando e copiando, mas que se

apresentava como necessário para um convívio harmonioso. Assim, negros e índios escravos⁴² que almejavam sobreviver fora da ordem colonial, a exemplo da *rainha Teresa de Benguela*, procuravam aprender as múltiplas formas de rebeldia e de microrresistências que fundam microliberdades, com a intenção de deslocarem as fronteiras da dominação. Assim, sua resistência, de acordo com o texto documental, tenta vencer o silêncio imposto pela ordem, o que pode ser analisado na perspectiva de Michel de Certeau (1994, p. 94) quando argumenta que “[...] *muitos subvertiam as ordens a partir de dentro – não rejeitando-as ou transformando-as, mas por cem maneiras de empregá-las a serviço de regras, costumes ou convicções estranhas à colonização da qual não podia fugir[...]*”, ou seja, eles metaforizavam a ordem dominante, faziam-na funcionar em outro registro, com *táticas* ao seu jeito. Aqueles que, mesmo desqualificados, conviviam com a “boa sociedade”, deveriam manter um comportamento até certo ponto civilizado, polvilhado de hábitos e costumes retirados dos valores presentes no universo das elites, porém necessários para um convívio até certo ponto harmonioso.

O primeiro governante da capitania de Mato Grosso, D. Antônio Rolim de Moura (1751-1765), em nome do poder metropolitano, passou a promover uma arrojada política de povoamento, voltada não apenas para os indígenas, mas também, para colonos, oferecendo uma série de privilégios e concessões aos que se predispuesses a habitar a capital e seus arredores, região ainda despovoada e de poucos atrativos. Segundo as fontes empíricas e a historiografia, as recomendações deste capitão-general apontavam para a necessidade de se instituir, e civilizar e instruir os colonos – majoritariamente compostos de índios, escravos africanos e homens livres pobres – visando mantê-los naqueles “espaços vazios”, seja fundando novas vilas e

povoados, ou mesmo defendendo os territórios fronteiriços.

Os Anais de Vila Bela da Santíssima Trindade (1734-1789), a título de exemplo, revelam algumas informações relativas às ações de civilidade estabelecidas pelos governadores e capitães-generais de Mato Grosso, na perspectiva de uma educação restrita à preservação da sobrevivência e dentro da ordem colonial:

Anais de 1773 – Vila Bela

[...] *Em 13 do mesmo novembro ordenou Sua Excelência (governador, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres) que as casas desta Vila se continuassem para a parte do nascente, que o [ilegível]... Maior altura determinar, e goza de um ambiente sadio. Determinou nova delineação de ruas e travessas com respectivo desenho (Anais de vila Bela/Anais de 1773, p. 190).*

Já os Anais do Sennado da Camara do Cuyabá (1719-1830) resultaram da combinação de quatro vetores: Os Estatutos ou Posturas de Vila Bela da Santíssima Trindade, o trabalho individual do advogado licenciado José Barbosa de Sá, a “carta proposta” do Provedor da Fazenda Real, Felipe José Nogueira Coelho, doutor em leis pela Universidade de Coimbra, e uma Ordem Régia de Dona Maria Primeira:

Registros de Memória

Anais de 1772 – Vila de Cuiabá

[...] *No dia 4 de Outubro pellas cinco horas da tarde entrou nesta Villa vindo pello caminho de terra o Illustrissimo e Excellentissimo General que ainda hoje existe governando,*

Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Caceres, foi recebido na entrada da Villa pela Camara que o esperava em huma caza rica mente ornada, que para esse fim que se armou na paragem, e rua chamada a mandioca, e dahi conduzido debaixo de palio, que carregarão seis Republicanos, e acompanhados da mesma Camara, Nobreza, e Povo para a Igreja Matris, onde o esperava paramentado de capa o Reverendo Parocho como a mais eclerezia da terra, e depois de feitas as serimonias do incensso, e beijamento da Crus, entrou o dito Parocho o Te Deum Laudamus, que proseguio a Muzica. Findo este acto se recolheo da mesma forma para a rezidencia, que se lhe havia preparado, dando lhe os corpos auxiliar, e ordenanças as descargas do estillo; o que feito, e practicados as mais circunstancias de vidas, nessa mesma noite, e nas duas seguintes illuminarão os moradores as suas cazas. Depois houverão varios festeijos de óperas, e Comedias em tablado público, além de danças, bailes, e outros festeijos, que durarão por muitos dias, sendo em todos geral o contentamento. Aqui se demorou té o dia tres de Novembro em que se digressou para a Capital de Mato Grosso pelo caminho de terra [...] (Anal do Sennado da Câmara do Cuiabá, Ano 1772.)

Da leitura dos anais de 1772, percebe-se, na descrição do documento redigido pelo segundo vereador do Sennado da Camara da Vila de Cuiabá, que se trata de uma atividade festiva, realizada por ocasião da visita do Capitão-General, Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, governador da capitania de Mato Grosso, à Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuyabá, onde são apresentados elementos que reforçam *status* ou melhoria da elite local, bem como o envolvimento da camada média nos

festejos, caracterizando de certa maneira, uma instrução informal, de cunho cultural e de natureza pública, inscrevendo-se na civilidade das aparências, constituindo um ornamento a ser ostentado pelos indivíduos socialmente privilegiados. Isso oportunizou à população em geral adquirir refinamento de hábitos, uma vez que muitos membros da sociedade colonial mato-grossense, representada pelas elites (fazendeiros, grandes comerciantes, burocratas do Estado), a camada média (profissionais liberais, baixo clero, professores, funcionários públicos, militares, ambos de médio posto e pequenos comerciantes) e os homens livres e pobres (militares de baixa ou nenhuma patente, mineiros e pequenos agricultores), composta por homens rústicos que não sabiam ler, escrever ou contar.

Considerando que o mundo colonial era regido por leis escritas, saber ler e escrever era um aprendizado necessário, não só aos filhos das elites mas, também e principalmente, aos homens livres pobres e índios, visto que deveriam ter acesso ao conjunto de normas reguladoras da vida na sociedade colonial.

De outro, considerando o exíguo número de escolas de primeiras letras, visto a pobreza da grande maioria das vilas da fronteira Oeste, como poderia essa maioria colonos – homens pobres e analfabetos – compreender como se comportar, como agir, como falar, como cumprimentar, enfim, como conviver com a minoria de colonizadores? Naturalmente, deveriam eles, pela imitação, pelo arremedo, pela repetição de gestos, modos e até pelo uso da língua, se comunicar com o universo colonizador e compreender e respeitar os códigos legais, impossíveis de serem lidos, mas passíveis de serem respeitados, seja pela sua repetição oral, por ouvir dos bandos, sermões, julgamentos e até mesmo pelas encenações das quais participavam, visto que públicos.

Portanto, a empiria selecionada, mas ainda sendo compulsada, é de grande relevância e têm ofertado pistas sobre formas escolares de socialização, principalmente aquelas centradas nos comportamentos e determinações expressos nos atos institucionais e reguladores emitidos pela Coroa lusitana, pelo Senados da Câmara das Vilas ou pela Igreja Católica, para obediência e cumprimento pela sociedade colonial, em especial a mato-grossense.

A esse respeito, os *Anais de Vila Bela (1734-1789)* - nos anos de 1773 e 1774 - registraram as memórias dos vereadores Antônio Ribeiro Leite e Domingos M. da Silva, ocupantes da Câmara de Vila Bela da Santíssima Trindade (Cabeça de Governo), nos respectivos anos:

[...] Em 13 de novembro de 1773. Ordenou Sua Excelência, o Governador da Capitania de Mato Grosso, Capitão-General Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, algumas providências para que o sargento-mor de auxiliares, Marcelino Rodrigues Camponês, passasse ao distrito de Araés, com particulares instruções tendentes a regular e civilizar os seus moradores que, pela distância desta Vila, viviam em uma notória negligência, incivilidade e desordem, quando, aliás, podia ser um distrito útil pelas suas férteis minas, ainda que de baixo toque o seu ouro [...]. (Grifo Nosso).

[...] Em 9 de maio de 1774, partiu para o distrito do Araés o Sargento-mor Marcelino Rodrigues Camponês, para dar execução às ordens de Sua Excelência, recebidas no ano próximo passado, e que se dirigiam a regular e civilizar os moradores daquele distrito. Dele tinham chegado notícias de que o vigário da freguesia da Anta, na Capitania de Goiás, a quem pertencia a jurisdição eclesiástica naquela povoação, a título de visitador e juiz eclesiástico, tinha oprimido gravemente os seus pobres moradores,

extorquindo-lhes grossas parcelas de ouro por condenações. Presume-se que Sua Excelência poria na presença de Sua Majestade aquela violência, cujas⁴³ circunstâncias lhe seriam mais notórias [...] . (Grifo nosso).

O breve relato desses homens públicos provoca curiosidade a respeito das relações cotidianas e culturais estabelecidas pela sociedade colonial mato-grossense, especialmente na Vila-Capital, localizada na fronteira oeste da América portuguesa, no século XVIII. Nestes anais, os vereadores chamam a atenção para os feitos dignos de memória, anotados em datas muito próximas às dos acontecimentos. Quanto às descrições escritas do governador e capitão-general Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, fidalgo lusitano e militar de carreira, suas recomendações apontam indícios de uma “educação para civilizar”, onde o aprendizado estava diretamente associado ao “comportamento e costumes”, ambos sustentados nas regras e discursos das autoridades coloniais e direcionadas a todos os homens livres, mas especialmente aos livres pobres, escravos africanos, índios, mestiços, fugitivos ou prisioneiros, tidos potencialmente como perigosos, para que se tornassem súditos obedientes às ordens reais. Mas, alterar comportamento não se mostrava suficiente, sendo o mais importante torná-los diligentes e operosos.

Considerando que dentre a camada humilde difundiu-se o aprender-fazendo, aspecto relevante na luta pela sobrevivência, esse setor da sociedade adquiria os rudimentos necessários para garantir a subsistência e para reproduzir papéis que lhes eram reservados nessa sociedade que beirava à estamental, mas que a todos exigia um mínimo de civilidade. Nessa medida, aqueles que se circunscreviam ao espaço da “barbárie” deveriam, ao menos, manter, na aparência e

no conviver cotidiano, um comportamento aceitável e minimamente civilizado.—Portanto, as práticas cotidianas e representações desses sujeitos sociais na fronteira guaporeana, no século XVIII, fossem eles negros, índios e brancos, apontados na empiria, possibilitam visualizar aspectos particulares de uma cultura vivenciada, transmitida e trocada, além dos muros “escolares”, cuja precisão e clareza de significados nos remetem ao diálogo que Guimarães Rosa estabeleceu com seus personagens em *Grandes Sertão e Veredas* “ [...] O mais importante e bonito do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas, mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam. Verdade maior⁴⁴ [...]”

Como já explicitado, as práticas escolares vivenciadas pelas diferentes categorias sociais presentes na região de fronteira, compreendida como uma ampla gama de condições, nas quais encontram-se e confrontam-se com temporalidades, ambientes, culturas, etnias, gêneros e estilos de vida distintos, os elementos de socialização e transmissão apreendidos, fazendo-os membros dessa sociedade.

Considerações Finais

O estudo, ainda incipiente, dos Anais de Vila Bela e da Vila Real de Cuiabá, assim como de documentos de registros de memória do século XVIII, teve como objetivo conhecer as modalidades e formas diversificadas de educação em Mato Grosso no período colonial, sob a perspectiva das práticas culturais (educativas) e escolares embutidas nos ordenamentos, porém, materializadas através da disseminação de valores e normas de comportamentos que teriam sua realização através de estratégias não formais de educação, capazes de fazer conhecidas e

respeitadas as ações civilizadoras portuguesas na América.

Das análises preliminares dessas fontes, depreendeu-se que, muito antes do estabelecimento das reformas pombalinas da educação e da criação das aulas régias, a população da capitania de Mato Grosso já construía importantes relações com as práticas educativas que poderiam tanto resultar no aprendizado da leitura e da escrita ou da gramática; quanto no aprendizado de ofícios mecânicos (construção de fortificações), ou até mesmo adquirindo hábitos e costumes ditos civilizados, tendo por base exemplos e imitações.

Considerando o trabalho ainda rudimentar da nossa investigação, propomo-nos a ampliar o olhar e a concepção sobre os conceitos de instrução e civilização, visto que, se o primeiro remeteu ao aprendizado de conteúdos, restritos a uma exígua população que frequentava as escolas, mas absorvido pelos analfabetos, pelo processo de imitação e repetição, como foi o caso dos soldados que defendiam a fronteira e construía fortes e fortalezas, sem ao menos ter qualquer conhecimento escolarizado. O segundo de caráter genérico, estendendo-se para todos, podendo ser absorvido tanto pela população que frequentava as primeiras letras como pela grande massa populacional que dela se encontrava excluída, a exemplo dos escravos, índios e homens livres pobres. O aprendizado da civilização e do bem conviver em sociedade, nessa medida, se fazia no cotidiano do viver colonial, expressando-se tanto através do ensino regular, como também e, sobretudo, pelo processo de convivência social. Exemplo disso são os serviços domésticos que, por conviver estreita e diretamente com a família, deveriam conhecer as normas e valores morais da família e da sociedade, daí o papel relevante dos sermões declamados nas missas e rituais católicos,

frequentado tanto pelas elites como pelos excluídos.

Nessa medida, o aprendizado se dava não pelo uso das mãos, escrevendo, tampouco pelos olhos, lendo, mas por este observar e imitar gestos dos “educadores”, guardando claramente as mensagens e repassando-as a terceiros, recitando rezas e orações muitas vezes em latim, cantando ladainhas e novenas, enfim, internalizando, com isso, valores essenciais para a boa sociedade.

Vale lembrar que ao colonizador interessava que todos os segmentos da sociedade compreendessem os códigos e regulamentos expressos na legislação, a fim de que se comportassem de acordo com os limites da lei, o que garantiria um estado de bem-estar social, com um mínimo de conflitos. Mas, a grande maioria não sabia ler e tampouco escrever, o que dificultava a compreensão dessas regras pela letração. Assim, ensinar esses códigos pelos mais variados métodos e formas, eis o grande segredo do bem viver no mundo colonial.

Por outro lado, o mesmo bem-estar estava ligado também às práticas e hábitos de cada segmento, visto que cada qual deveria compreender e se conformar com o seu papel nessa sociedade quase estamental, dominadora e excludente. Porém, todos deveriam manter um mínimo de identidade que os unia enquanto espaço colonizado: falar a mesma língua e saber o seu lugar e papel no teatro colonial.

Nossa investigação objetiva, ao final da pesquisa, desvendar as diversas formas de aprendizagem, numa demonstração de que ler e escrever eram espaços privilegiados dos filhos das elites, porém, compreender e respeitar a hierarquia social, reconhecer os que mandavam, distinguindo-os dos que eram mandados, saber se colocar no lugar que lhes era reservado, conhecer minimamente a legislação, compreender os códigos de comportamento social e as punições aplicadas a cada falta que se cometia, assim como aprender ofícios e artes era dever de todos.

³¹ Este estudo faz parte de uma pesquisa mais ampla sobre a História da Educação Colonial em Mato Grosso, entre os anos de 1748 a 1822, que desenvolvo como tese de doutoramento junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Mato Grosso e integra as investigações na área da História da Educação realizadas pelo grupo de pesquisa, *História, Educação e Memória* (GEM), vinculado ao PPGE/UFMT, sob a orientação do Prof.Dr. Nicanor Palhares Sá.

³² Historiadora da Área Técnica e Científica do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) - ICHS / UFMT.

³³ “Sertão” [...] lugares não povoados, não necessariamente áridos - ao contrário, às vezes extremamente úmidos, como as capitanias de São Vicente e São Paulo, berço dos bandeirantes que desbravaram o interior da colônia de norte a sul. Alcântara Machado, em *Vida e morte do bandeirante*, afirma que a palavra “sertão” já aparece nos inventários paulistas dos séculos XVI e XVII, como a “denunciar que para o sertão esta voltada constantemente a alma coletiva”, pois ele foi “o centro solar do mundo colonial”. Espaço desconhecido, atraente e misterioso a um só tempo, despertava o ímpeto do desbravamento, o sonho do enriquecimento rápido e fácil. “Trazia, porém, o risco das forças destrutivas da “natureza rebelde”: onças, tigres “ e outros bichos mui indômitos, desertos e miasmas, febres e peçonhas”, além das populações muitas vezes confundidas com a própria fauna, os “negros da terra” [...] mas foi Sérgio Buarque quem valorizou o tema, refletindo sobre a noção de fronteira no período colonial. Contrapôs o ambiente litorâneo, marcado pela agroexportação nordestina, com a “civilização” do interior, baseada na agricultura de subsistência - os trigais – fruto da conquista das matas selvagens pelos bandeirantes e mamelucos (VAINFAS, 2000, p. 528-529).

³⁴ Já o conceito de *fronteira* utilizado no presente estudo, diz respeito ao sentido conferido por Sérgio Buarque de Holanda em *Caminhos e Fronteiras*, seja como uma abrangência que transcende o significado mais usual do termo, enquanto signo de fixação das populações no espaço, mas, sim, acionado para a ideia de *entre paisagens, populações, hábitos, instituições, técnicas, até idiomas heterogêneos que aqui se defrontavam ora a esbater-se para deixar lugar à formação de produtos mistos ou simbióticos, ora a afirmar-se, ao menos enquanto não a superasse a vitória final dos elementos que se tivessem revelados mais ativos, mais robustos, ou melhor, equipados.* (HOLANDA, 1994, p.12-13).

³⁵ O termo *Escolarização* é entendido aqui como “o processo e a paulatina produção de referências sociais, tendo a escola ou a forma escolar de socialização e transmissão de conhecimentos, como eixo articulador de seus sentidos e significados” (FARIA FILHO, 2008, apud VEIGA, FONSECA, 2008, p. 78). Sublinha ainda os autores que as atenções devem estar voltadas para o que se tem chamado de “implicações/dimensões sociais, culturais e políticas dos diversos sujeitos sociais e à emergência da profissão docente no Brasil”. [...] Para o ensino estatizado, cabe também o uso do termo *escolarização*, que para o ensino formal, pode ser designado: “O estabelecimento de processos e

políticas concernentes à “organização” de uma rede, ou redes, de instituições, mais ou menos formais, responsáveis seja pelo ensino elementar da leitura, da escrita, do cálculo e, no mais das vezes, da moral e da religião, seja pelo atendimento em níveis posteriores e mais aprofundados” (Idem, 2008, p.78).

³⁶ [...] Em 1759, o governo português desmantelou toda uma estrutura administrativa escolar baseada na educação religiosa jesuítica, instituindo, em seu lugar as *Aulas Régias*. O Estado luso estatizou o ensino, ao constituir um sistema determinado e controlado pelo Estado, que pela primeira vez assumia diretamente a responsabilidade da educação, tornando-a leiga ou laica, embora a religião católica continuasse obrigatoriamente presente [...] No campo ideológico, percebemos a influência do movimento ilustrado na proposta educacional então planejada, que pregava o progresso científico e a difusão do saber, ao mesmo tempo em que tentava manter privilégios típicos do Antigo Regime, como uma educação especial para a nobreza, numa composição própria do despotismo esclarecido (STEPHANAU E BASTOS, 2004, p. 180- 181).

³⁷ Aulas Régias foi o sistema de ensino implantado com a Reforma dos Estudos Menores de 1759 baseava-se, portanto, nas Aulas de humanidades, que eram denominadas de maneira geral de Aulas Régias. É oportuno assinalar que no Despotismo Ilustrado a palavra régio tem um caráter ambíguo, porque ao mesmo tempo em que remete à figura do monarca, reiterando uma tradição absolutista, que persiste período afora, representa também o avanço que o termo traz, pela contraposição à tradição de ensino por parte da Igreja. Nesse caso, as Aulas Régias significavam as Aulas que pertenciam ao Estado e que não pertenciam à Igreja. Também na educação manifesta-se o Regalismo. (Idem, 2004, p.182)

³⁸ Para Fonseca (2009, p.12) “ [...] a investigação sobre a educação no período colonial pode, assim, levar em conta a diversidade e as particularidades da sociedade brasileira de então, considerando-se também suas especificidades regionais. Isso significa colocar, no centro das problematizações possíveis, a existência de ideias acerca de uma educação escolar de matriz europeia, calcada em seus modelos de civilidade e progresso, em seus preceitos políticos e morais e sua implantação numa sociedade mestiça, que relia e reelaborava os pressupostos europeizantes, no contexto de outras práticas. Dessa maneira, muitas delas podiam adquirir novos significados, mesmo quando mantinham suas formas originais, incorporando valores advindos tanto de suas matrizes europeias quanto de outras referências culturais. Nesse sentido, o papel de grupos e de indivíduos é crucial para a compreensão desses movimentos na perspectiva de mudanças e de permanências, atuando como mediadores entre tempos, espaços e culturas [...]”.

³⁹ A Carta Lei de 11 de novembro de 1772 estabelece o imposto do subsídio literário, cuja arrecadação era destinada ao pagamento dos mestres do período colonial. Trata-se da arrecadação feita a partir da produção de vinho, vinagre (Portugal) e, em seus domínios, sobre a produção de aguardente e carne de boi abatida nos açougues.

⁴⁰ Os estudos Menores eram uns conjuntos de disciplinas ensinadas em colégios e destinadas à preparação de alunos que pretendessem seguir estudos universitários. Eles foram instituídos em Portugal no século XVI, e com a reforma de ensino levada a efeito pelo Marquês de Pombal, passaram a ser da responsabilidade do Estado (Alvará de 28/6/1759). (Em geral constavam de Latim, Gramática Latina, Retórica, Grego e Filosofia, e algumas vezes também História, Eloquência e Geometria). A partir do alvará de 10/11/1772 os Estudos Menores passaram a ser custeados pelo Subsídio Literário (Carlos Francisco Mouro. O Ensino em Mato Grosso no século XVIII e início do XIX).

⁴¹ AMADO, Janaina; ANZAI, Leny Caselli (Organizadoras). *Anais de Vila Bela 1734 – 1789*. Cuiabá: Carlini & Caniato: EdUFMT, 2006

⁴² SUZUKI, Yumiko Takamoto (Transcrição e organização). *Annaes do Sennado da Câmara do Cuyabá (1719- 1830)*. Cuiabá-MT: Entrelinhas: Arquivo Público de Mato Grosso, 2007.

⁴³ Os escravos constituíam uma significativa parcela da sociedade mato-grossense. Era essa camada social composta de negros africanos ou seus descendentes e pelos índios, conhecidos como “negros da terra”. Representavam uma mercadoria, podendo ser vendidos e até mortos por seus proprietários (ver. Siqueira, Elizabeth Madureira. História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2002, p.59).

⁴⁴ GUIMARÃES ROSA. Grande Sertão e Veredas, 1984, p. 21.

Referências

ALVES, Gilberto Luiz. *Educação e História em Mato Grosso: 1719-1864*. Campo Grande: EdUFMS, 1984.

AMADO, Janaina; ANZAI, Leny Caselli (Orgs.). *Anais de Vila Bela 1734-1789*. Cuiabá: Carlini & Caniato: EdUFMT, 2006.

SUZUKI, Yumiko Takamoto (Org.). *Annais do Sennado da Camara do Cuyabá: 1719-1830*. Cuiabá, MT: Entrelinhas/Arquivo Público de Mato Grosso, 2007.

CATÁLOGO DE VERBETES *dos documentos manuscritos avulsos referentes à Capitania de Mato Grosso (1720-1827)*. Campo Grande: CMAEF, 1999.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes fazer*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. O processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectivas de análise. In: FONSECA, Thais Nívia de Lima e VEIGA, Cynthia Greive. *História e Historiografia da Educação no Brasil*. In: Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. Trilhando caminhos, buscando fronteiras: Sérgio Buarque de Holanda e a História da Educação no Brasil. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Pensadores sociais da educação* (Org.). 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GUIMARÃES ROSA. *Grande Sertão e Veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOURA, Carlos Francisco. *O Ensino em Mato Grosso no século XVIII e Início do XIX*. Separata de CONVERGÊNCIA. Revista Cultural do Centro de Estudos do Real Gabinete Português de Leitura. Ano II, n.º 3, Rio de Janeiro, Julho/Dezembro de 1977.

ROSA, Carlos Alberto e JESUS, Nauk Maria *Terra da Conquista - História de Mato Grosso Colonial*. Cuiabá: Adriana, 2003.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Camara. *História e memória da educação no Brasil. v. 1: séculos XVI-XVIII*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil - Colonial – 1500-1808*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

USINA DO ITAICY FATOR DE DESESTABILIZAÇÃO (1897-1906)

ITAICY POWER PLANT: DESTABILIZATION FACTOR (1897-1906)

Paulo Pitaluga Costa e Silva

RESUMO: Após a construção da Usina do Itaicy, uma das mais modernas e produtivas do Brasil, o empresário Antônio Paes de Barros passou a se dedicar à política, elegendo-se Presidente do Estado em 1903. Seus adversários, em especial Generoso Ponce, passaram a temê-lo, pelo fato de ter se mostrado um grande administrador público e Itaicy estar transformando no homem mais poderoso do Estado. Na impossibilidade de ganharem as eleições seguintes, planejaram a revolução que terminou na morte de Antônio Paes de Barros. A Usina foi o fator preponderante na desestabilização política e econômica de Mato Grosso, que culminou com o assassinato de seu proprietário nove anos depois de ser inaugurada. Promovendo essa indústria ruptura na harmonia das forças políticas e o desequilíbrio do poder econômico no estado, deu ensejo à ascensão e queda de Totó Paes em menos de uma década.

Palavras-chave: História. Política. Economia. Antônio Paes de Barros. Mato Grosso.

ABSTRACT: After the “Usina do Itaicy” was built, one of the most modern and productive mills in Brazil, the entrepreneur Antônio Paes de Barros devoted himself to politics, and was elected President of the State of MatoGrosso in 1903. His opponents, particularly Generoso Ponce, came to fear him for his great skills as a public administrator, also because Itaicy transformed him into the most powerful man in the State. As his opponents realized the impossibility of winning the next elections, they planned the revolution that ended with the death of Antônio Paes de Barros. The Itaicy Mill was the driving factor in the political and economic destabilization of the State of MatoGrosso, culminating in the assassination of its owner, nine years after it was inaugurated. The mill promoted the harmony breakdown in the political forces and economic power in the state, triggering the rise and fall of Totó Paes in less than a decade.

Keywords: History. Politics. Economy. Antônio Paes de Barros. Mato Grosso.

Fala-se na Usina do Itacy, construída em fins do século XIX, como um marco pioneiro no processo de desenvolvimento industrial em Mato Grosso. Fala-se em Antônio Paes de Barros, proprietário dessa usina, como um cidadão polêmico, cheio de prós e contras, que terminou assassinado em 1906, após perder uma revolução, em pleno mandato de Presidente do Estado.

Existem aspectos interessantes na história dessa usina e de seu proprietário, inseridos dentro de um contexto político e econômico do estado, no período final do século XIX e no começo do XX. E do estudo desses fatos, chega-se a uma conclusão bastante diferente da história oficial contada até hoje.

Nesse período histórico, a situação política era complicada e até mesmo ameaçadora. Vários partidos, oriundos de grupos políticos oligárquicos formados ainda no Império, abraçaram de imediato a República, o que lhes oportunizava firmar-se ainda mais, a nível regional, como os “donos” do poder e da nova ordem político-social que então se implantava. Tanto que todos os partidos aderiram de pronto à causa, tornando-se os seus chefes, de imediato, “velhos republicanos”. E a briga pelo poder continuou. Revoluções e quarteladas, que parece ter sido o grande legado dos políticos dessa primeira fase republicana ao povo mato-grossense, eram atitudes tidas como normais dentro do sistema político eleitoral vigente. Eram consideradas simplesmente outras formas de se fazer política.

Os irmãos Murtinho comandavam a sua facção, ora contra, ora a favor de um outro líder, Generoso Ponce. Indicavam os Presidentes do Estado, os Senadores, compunham totalmente as bancadas dos deputados federais e estaduais. Em suma, Ponce e os Murtinho, eram os titulares do mandonismo em Mato Grosso.

Mas apesar dos choques, por vezes os grupos adversários se uniam ou então alternavam-se no

governo. Daí, haver um processo político até certo ponto equilibrado, onde as forças antagônicas deixavam sempre uma margem, uma brecha que possibilitasse futuros acordos e mudanças de lado. Isso proporcionava um quadro perfeitamente sintonizado. A disputa sim, mas também o equilíbrio e o respeito. Apesar das sérias e graves desavenças, havia certa harmonia e relacionamento entre os chefes.

Brigavam nas eleições e partiam para as revoluções, tudo fazendo parte consentida do jogo pelo poder. A certeza da rotatividade do comando deixava as coisas perfeitas e estáveis. Os grandes coronéis, mesmo quando adversários, se entendiam perfeitamente.

Por outro lado, havia ainda o poder econômico, no qual essas forças políticas se apoiavam para custear as suas eleições e revoluções. A simbiose entre o poder político e o econômico sempre existiu na história do mundo e não seria diferente em Mato Grosso, mormente em sua primeira fase republicana.

Os lados conflitantes buscavam os seus recursos tanto no governo como nos poucos grupos econômicos que então existiam e que tivessem algum poder financeiro de bancar a atividade política. Os usineiros, os comerciantes fortes, os grandes pecuaristas, estavam na média. Num patamar muito mais alto estavam a firma Almeida e Companhia, o Banco Rio Mato Grosso e a Companhia Mate Laranjeira. Estas duas últimas empresas pertencentes aos irmãos Murtinho.

Ponce se arrumava ora com um ora com outro grupo. Tinha uma pequena firma comercial e chegou a ser fornecedor do governo. Com o seu prestígio de chefe político, obtinha indistinto apoio de usineiros, de pecuaristas e por outras vezes do Banco e da casa Almeida. Dessa forma, os interesses eram atendidos.

A Companhia Mate Laranjeira era um exemplo típico. Teve tudo o que quis e pretendeu em Mato Grosso. Posteriormente o seu controle

acionário foi assumido pelo Banco Rio Mato Grosso, cujos acionistas majoritários eram os irmãos Murtinho. Tal seja, essa família era a titular do poder econômico no Estado e possuía uma grande parcela do poder político. Eram esses irmãos os verdadeiros “donos” de Mato Grosso.

E nessa situação, os grupos iam se firmando. Usineiros que apoiavam o governo, que se acertava com o Banco, que financiava a Mate Laranjeira, que se beneficiava dos monopólios. Crescendo todos em comum acordo com a evolução dos acontecimentos políticos e, principalmente, em função dessa política.

Nesse acordo de cavalheiros, tanto os perdedores como os ganhadores das eleições e das revoluções, se respeitavam mutuamente, sendo o fiel da balança política, o poder econômico.

E nesse jogo, nesse espaço tão seletivo, poucos tinham o poder de mando e decisão, de qualquer lado ou facção que fosse.

Em 1897, Antônio Paes de Barros apareceu em cena, querendo participar desse jogo. E entrou, não pelo lado político, mas pelo lado econômico.

Construiu a sua usina de açúcar, a mais moderna de Mato Grosso. Comprou as máquinas da Inglaterra e Alemanha, via Argentina e edificou um colosso às margens do rio Cuiabá. Um exemplo de modernidade e de rara visão empresarial para a época. O preço foi pago, parte pelo proprietário, parte financiado pelo intermediário da Argentina, para ter o seu crédito liquidado em açúcar e, outra parte, cerca de 450 mil contos de réis, emprestados pela firma cuiabana Almeida e Companhia. Um lance de mestre de Totó Paes, pois de médio pecuarista e pequeno senhor de engenho, nesse ousado empreendimento, passou a ser o grande industrial de Mato Grosso. E rapidamente o seu poder começou a se fazer sentir.

Em volta dele começaram a se aglutinar forças. O poder eleitoral e econômico dos usineiros do Rio Abaixo começou aos poucos a formar uma elite burguesa rural industrial progressista, aliada, em princípio, com o conservador Murtinho. Contrapunha-se a esse poder o grupo de Ponce, em sua maioria, constituído pela burguesia conservadora urbana.

Em 1899, dois anos depois de sua usina entrar em funcionamento, Totó Paes já estava sendo chamado por Ponce, para se manifestar com relação à indicação de candidatos. O seu despontar econômico fez com que Generoso Ponce tentasse atraí-lo para a sua facção política. Nessa ocasião Totó Paes discordou do chefe político com relação ao candidato à Presidência do Estado. No decorrer dos acontecimentos, o usineiro à frente de um pequeno exército, a Legião Campos Sales, em 10 de abril desse ano, cercou a Assembleia Legislativa e obrigou os deputados a anularem eleição de 3 de março, quando saíra vitorioso o candidato João Félix Peixoto de Azevedo para Presidente do Estado.

A partir daí, o prestígio de Totó Paes começou rapidamente a se consolidar. Manobrando com competência, tendo por base de apoio a maioria dos usineiros do rio Abaixo, candidatando-se ao cargo de Presidente do Estado em 1903, derrotou fragorosamente o grupo Ponce-Murtinho, coligados no ano anterior.

Após sua entrada no cenário político em 1899, em apenas 4 anos, Totó Paes alijou Ponce, despachou os Murtinho e assumiu o maior cargo político administrativo do estado. Destronou os grandes caciques, os políticos de primeira grandeza que, há tempos, ou comandavam diretamente o estado ou de há muito estavam na espera na linha sucessória, aguardando pacientemente a sua vez.

Esse seu rápido crescimento político deu-se em função exclusiva do seu poder econômico,

advindo de sua indústria açucareira do Rio Abaixo. A ascensão de Totó Paes provocou uma ruptura no equilíbrio político. O poder, antes detido por correligionários amigos ou adversários confiáveis, de repente passou para mãos de um político novato, cujo futuro seria uma incógnita para todos. O processo não foi o da perda consentida como sempre acontecera. Totó Paes, guindado pelo seu prestígio de maior industrial mato-grossense, alçou um vôo nunca imaginado pelos correligionários e nem mesmo pelos próprios adversários. E não tolerado por estes. Com essa vitória ele desestabilizou totalmente o processo político e, atropelando o acomodamento eleitoral, apossou-se tranquilamente do poder estadual sem maiores cerimônias. Estava quebrada a harmonia do jogo político e da disputa pelo poder que vinha sendo praticada em Mato Grosso desde a queda do Império.

Por outro lado, a usina do Itaicy fez o seu proprietário crescer econômica e financeiramente. Sua usina, então a 3ª maior do Brasil, produzindo açúcar e outros produtos com tecnologia moderna e avançada, com reflexos diretos nos custos de produção, deu ensejo ao enriquecimento de Totó Paes. Pelo menos até os primeiros anos do século XX. Com isso, passou a ser o principal usineiro e grande carreador de votos do rio Abaixo. Tal era o seu poder financeiro que criou uma moeda própria, circulando com plena aceitação em Cuiabá e nas regiões circunvizinhas da usina.

De imediato sobrepujou os antigos usineiros, proprietários de pequenas indústrias ou mesmo de simples engenhos. Depois passou Totó Paes a fazer sombra aos grandes comerciantes de Cuiabá e Corumbá. Suas ideias modernas e avançadas, em política, em negócios, em importação e exportação, em produção de bens, em ganhos de capital, não agradavam em absoluto o poder econômico mato-grossense. Falava em estrada de ferro, em dragagem do

rio Cuiabá, em plantação, extração e industrialização da ipeca e da borracha, em abertura de estradas. Suas ideias eram pautadas na produção em escala. Havia a possibilidade de um crescimento tal em vários ramos do setor produtivo que, em breve, poderia ser ele o número 1 de Mato Grosso. Os adversários temiam que pudesse saltar de usineiro para grande comerciante, banqueiro, detentor de monopólios. Enfim, do ponto de onde estava para “dono” do estado, eram apenas poucos passos a mais. E, sem dúvida, competência para isso ele tinha.

Assim, de alguns, tornou-se adversário figadal, como os Murtinho, com o seu banco Rio Mato Grosso e a Mate Laranjeira. De outros, da maioria dos usineiros, Totó Paes permaneceu aliado político, porém, sobrepujando-os em tecnologia de produção e lucros, causava-lhes uma ponta de inveja. E de outros, ainda, tornara-se um perigo latente, como João Batista de Almeida e seus aliados comerciantes de Cuiabá e Corumbá.

Dessa forma, Totó Paes conseguiu quebrar também a estabilidade e o equilíbrio que havia entre os detentores do poder econômico. Essa harmonia, conseguida depois de décadas de trabalho dos grandes comerciantes liderados pela casa Almeida, pecuaristas e usineiros, a par da confiança neles depositada pelos Murtinho com o seu banco e pela Companhia Mate Laranjeira, foi rompida com a rápida ascensão do usineiro.

Assim, não representou tão somente uma terceira força política que apareceu inesperadamente para confrontar com Ponce e os irmãos Murtinho. Na realidade, o surgimento de Totó Paes veio quebrar estruturas oligárquicas que há décadas adrede se acertavam e manipulavam o poder em Mato Grosso. E, principalmente, fazendo frente também ao estabelecido poder econômico mato-grossense.

A situação de apreensão política e econômica já existente, com relação ao usineiro,

agravou-se por dois pontos importantes.

Primeiro, a ascensão de Totó Paes na Presidência do Estado em 1903 mostrou o despreparo dos irmãos Murinho, a ineficiência de Ponce e a impotência de Antônio Cesário, João Felix, Metelo, Joaquim Caraciolo e outros políticos, frente aquele estranho no ninho, que quebrara o equilíbrio e usurpara o seu poder. Eles próprios não se bastaram e, não podendo rechaçá-lo nas urnas, não puderam se manter à tona. Foram incompetentes e ineficientes no que, se presume, deveriam saber o que fazer.

Com o poder nas mãos e com recursos financeiros, a par de uma excelente administração que estava fazendo, com grande aceitação popular, muito dificilmente ele não deixaria de fazer sucessor. E os políticos tradicionais sabiam disso. Os velhos coronéis ficariam certamente mais 4 anos de fora do mando. Totó Paes era a *pièce de résistance* ao retorno do que seus adversários pretendiam e entendiam como estabilidade política e econômica em Mato Grosso.

Segundo, o preço do açúcar a partir de 1902 começou a cair consideravelmente. Os usineiros e também Totó Paes, passaram a acumular prejuízos. A partir desse ano ele não mais conseguiria pagar os juros relativos ao empréstimo a João Batista de Almeida. Além do mais, apesar de hipotecada a usina, em caso de inadimplência mais séria e efetiva do usineiro, jamais os seus financiadores conseguiriam executar a hipoteca e tomar Itaicy. Primeiro em face da detenção do poder político por parte de Totó Paes na qualidade de Presidente do Estado e também porque um exército particular defendia a sua usina. Desse modo, Itaicy e seu proprietário eram imunes às execuções judiciais e seus credores bem sabiam disso.

Daí a revolução, daí a morte de Totó Paes.

A revolução interessava aos políticos que, defenestrando-o, assumiriam o poder. Uma eleição

com Totó Paes prestigiado pela população e com o poder nas mãos, comandando o judiciário, a força pública e as urnas, seria impensável para seus adversários. Perderiam necessariamente para quem o Presidente indicasse como sucessor. A saída seria a revolução, como outras que já se tinham feito em Mato Grosso. Somente com uma quartelada em grande estilo, seus adversários teriam alguma chance de assumir novamente o controle político do estado.

A morte de Totó Paes não interessava aos políticos. Esses brigavam a torto e a direito, nas eleições e nas revoluções. Mas, na realidade, durante os combates só morria a arraia miúda. Chefe, cacique, figurão, esses se respeitavam. Até nas revoluções se percebia claramente o equilíbrio adrede proporcionado pela alternância do poder e pelo eterno rompe-se hoje, alia-se amanhã. Eram adversários políticos, mas alguns eram mesmo parentes diretos ou indiretos, compadres e irmãos de maçonaria. Não havia, assim, motivo político para assassinar Totó Paes. Estando fora do governo, sem amigos e com a sua usina em situação financeira delicada, seria ele certamente carta fora do baralho. Ao poder econômico sim. A esses poderia interessar a morte do Presidente-Industrial. Com Totó Paes vivo, continuava a pairar sobre eles o perigo de seu crescimento econômico. E a usina continuaria em suas mãos e poderia se recuperar financeiramente. Itaicy era, sem dúvida, o grande problema.

Em 1906, Ponce liderou a revolução contra o Presidente Antônio Paes de Barros. Todos contra ele. O poder político e o econômico uniram-se para tirá-lo de cena. Cada um com a sua ótica e os seus interesses pessoais e vitais. A quartelada iniciou-se em Corumbá, bem na cidade onde se concentrava todo o poder de comerciantes de grande peso. E esses comerciantes eram, se não liderados, ao menos articulados por João Batista de Almeida, para quem a Usina do Itaicy

estava hipotecada.

No decorrer dos acontecimentos, para evitar maior derramamento de sangue, Totó Paes fugiu para fora de Cuiabá, escondendo-se na Fábrica de Pólvora no Coxipó do Ouro. O historiador Rubens de Mendonça, filho de Estêvão de Mendonça amigo pessoal de Totó Paes, comentava que essa fuga teria sido arranjada por Generoso Ponce., - coisas da maçonaria e do parentesco entre as respectivas mulheres - o que provavelmente possa mesmo ter ocorrido. Mas o Presidente foi posteriormente localizado e brutalmente assassinado a sangue frio, após ter-se entregado aos seus algozes.

Politicamente não mais havia necessidade desse ato criminoso. A revolução estava encerrada e os vitoriosos, seus adversários, já estavam no poder. Seus amigos presos ou dispersados e desarticulados. Politicamente, tudo se resolvera a favor de Ponce e seus correligionários.

Mas economicamente o assassinato foi muito interessante.

No desenrolar dos acontecimentos, nenhum inquérito para apurar tal morte foi aberto. Perdeu a história a possibilidade de ter hoje um registro com informações muito seguras e precisas sobre esse crime, em especial sobre os executores e os mandantes, já que o fato em si, nada teve a ver com a revolução. Não pode ser considerado como o grande final da quartelada poncista, não sendo realmente um ato revolucionário *in extremis* e sim, queremos crer, um mero assassinato encomendado.

A morte de Totó Paes teve consequências muito drásticas. A família teve que fugir para o Rio de Janeiro, onde viveu décadas sob tensão. Os bens deixados foram delapidados. Fazendas, áreas de sesmarias, gado, bens móveis, a casa residencial na praça Ipiranga, mudaram de dono de forma repentina. A Usina Itaicy em seguida sofreu um processo de execução estranhamente rápido e foi parar

nas mãos de Almeida & Companhia ainda em 1907, a sua grande credora hipotecária.

A partir de então, foi sendo adrede formulada a versão dos vencedores. Contaram a história a seu modo, totalmente contrária a Totó Paes, enquanto cidadão, político, industrial e chefe de família. Teve a sua moral e a sua dignidade completamente achincalhada pela gente de Ponce, que se instalou mais uma vez no governo. Fez-se uma história de acordo com a visão dos vencedores, contando-se apenas o que era de seu estrito interesse. Muita coisa se omitiu e muita verdade se escondeu.

Somente duas décadas depois, algumas pistas, na realidade, começaram a aparecer.

Em 1926, com o falecimento de João Batista de Almeida, os herdeiros de Totó Paes intentaram a anulação da execução judicial do Itaicy de 1907, alegando fraude processual. Ao serem citados, os herdeiros desse comerciante fizeram imediatamente um sintomático acordo nos autos do processo e indenizaram a família Paes de Barros em 400 contos de réis. Tal acordo se acha registrado no Cartório do 2º. Ofício de Cuiabá, no livro 138, fls. 135/43, em 22 de fevereiro de 1927. Mesmo vinte anos depois, os herdeiros de João Batista de Almeida tiveram o receio de que, com a nova disputa judicial instalada, muita verdade pudesse aparecer em especial sobre o assassinato de Totó Paes. Por isso, o rápido acordo entre as partes nos autos do processo ajuizado pela família Paes de Barros.

Dessa forma, somente muitos anos após a morte, os seus herdeiros conseguiram algum recurso para uma vida mais condigna no Rio de Janeiro. E o importante, enquanto João Batista de Almeida viveu, a família de Totó Paes chegou a passar dificuldades, mas não teve coragem de intentar uma demanda judicial contra a Casa Almeida. O assassinato “inexplicável”

de Totó Paes estava muito vivo na lembrança de sua viúva e filhas. Qualquer atitude mais desabrida seria temerária, com reflexos diretos sobre todos os seus herdeiros.

Emilia Botafogo de Aquino Ribeiro, viúva de Armando de Aquino Ribeiro, neto de Totó Paes, assim se expressou em carta de 4 de agosto de 1993, enviada a Paulo Pitaluga Costa e Silva:

Meu marido me contou, sempre fatos relatados pela sua mãe Alice, que a morte de Totó Paes não foi por motivo político e sim financeiro. Quem mandou matar Totó Paes, segundo a família, foi um banqueiro de Cuiabá chamado Almeida, que foi quem financiou a Usina do Itaicy. Consta ainda que D. Úrsula tinha muito medo de ser assassinada no Rio de Janeiro a mando do tal Almeida, que depois, passou a ser dono da Usina.

Esse temor perseguiu a família no Rio de Janeiro ainda por muitos anos.

A título de maior esclarecimento podemos registrar que o historiador Alfredo da Mota Menezes contesta o motivo econômico do assassinato de Totó Paes e o seu maior argumento, sem dúvida, era de que o general Dantas Barreto estaria chegando à Cuiabá comandando forças federais. Tão logo desembarcasse recolocaria Totó Paes no governo e daí o seu assassinato. Bem posta a teoria de Menezes, mas nesse caso, pergunta-se porque Ponce o teria ajudado a fugir e depois mandado matar o Presidente do Estado.

A Usina do Itaicy, sem dúvida foi um marco do

pioneirismo, da modernidade e da bem colocada visão industrial de seu proprietário. Mas foi também o fator preponderante na desestabilização política e econômica de Mato Grosso, que culminou com o assassinato de Totó Paes nove anos depois de ser inaugurada. Promovendo ela essa ruptura na harmonia das forças políticas e o desequilíbrio do poder econômico no estado, deu ensejo à ascensão e queda de Totó Paes em menos de uma década.

Mas em outras mãos, nunca mais a usina foi a mesma. Os seus dias de glória, de produção de riqueza e acúmulo de capital, foram decaindo rapidamente a partir das sucessivas mudanças de proprietários iniciada em 1907, até a sua completa desativação em meados do século XX. Em cerca de 50 anos, o sonho do industrial pioneiro transformou-se nas ruínas que ainda hoje se vêem nas margens do rio Cuiabá.

Na comemoração do centenário de inauguração da Usina do Itaicy, em festejada solenidade na sede a Federação das Indústrias de Mato Grosso, em 1º de setembro de 1997, deu-se o início ao resgate da memória de Antônio Paes de Barros. O próprio governo do Estado, ao homenagear publicamente um seu descendente, se redimiou da revolução, da morte e de quase cem anos de desrespeito moral adrede preparado ao político mato-grossense. Após isso, certamente, novas pesquisas, novos fatos, novas análises advirão, trazendo outras luzes para se melhor contar a história de Antônio Paes de Barros e de sua Usina do Itaicy. Pelo menos com a isenção e o respeito que ambos merecem.

Referências

- BARRETO, Emídio Dantas. *A expedição a Mato Grosso - a Revolução de 1906*. São Paulo: Laemmert, 1907.
- BARRETO, João Francisco Novaes Paes. *As Revoluções de Mato Grosso e suas causas*. Cuiabá: IHGMT, 2005 (Publicações Avulsas, 67).
- CORRÊA, Emilia Botafogo de Aquino. *Carta*. Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1993.
- MENEZES, Alfredo da Mota. *A morte de Totó Paes - política no interior do Brasil*. Cuiabá, Carlini & Caniato, 2007.
- PONCE FILHO, Generoso. *Generoso Ponce, um Chefe*. Rio de Janeiro: Borsoi, 1952.
- SOUZA, Antônio Fernandes de. *Antônio Paes de Barros e a Política de Mato Grosso*. São Paulo: Cinelândia, 1958.

POLÍTICA NACIONAL DE CULTURA

A Participação de Mato Grosso no Plano Nacional Setorial de Museus

NATIONAL POLICY OF CULTURE Participation of Mato Grosso in the National Sectorial Plan of Museus

Jocenaide Maria Rossetto Silva⁴⁵

RESUMO: Artigo resultante de pesquisas⁴⁶ sobre os museus de Mato Grosso e a participação do estado na elaboração do Plano Nacional Setorial de Museus e, conseqüentemente, na Política Nacional de Cultura (2010-2020).

Palavras-chave: História Cultural. Políticas Públicas para os Museus. Plano Nacional Setorial de Museus.

ABSTRACT: This article results from research on the museums of Mato Grosso and participation of this state in the drawing of the National Sector Plan for Museums and, consequently, in the National Culture policy (2010-2010).

Keywords: Culture History. Public Policies for Museums. National Sector Plan for Museums.

A Problemática dos Museus no Contexto Político

A partir de 2003, evidenciou-se no cenário político educacional e cultural a ampliação das universidades e dos cursos de graduação no Brasil, inclusive no campo da museologia. Registrou (SILVA, 2009) que no início do século XXI eram dois os cursos de graduação em Museologia, os quais em 2009, multiplicaram-se para dez, e ainda foi criado um Mestrado nessa área, na

Universidade Federal do estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Tais ações são atribuídas à criação e implementação da Política Nacional de Museus (PNM), em 2003, que foi elaborada no Brasil e implantada nos oito anos seguintes.

As principais ações da Política Nacional dos Museus (PNM) foram a criação do Sistema Brasileiro de Museus (SBM), do Cadastro Nacional de Museus (CNM), do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), além da elaboração e aprovação do Estatuto de Museus.

Esta política consolidou-se por meio de programas, projetos e editais que fomentaram a modernização e a criação de museus. Em 2010 foi concluído o Plano Nacional Setorial de Museus, destinado a integrar a Política Nacional de Cultura, ou seja, como um instrumento do planejamento estratégico da cultura.

O exposto indica que, politicamente, dois campos de formação e ação de intelectuais, as Universidades e os Museus, mostram-se promissores diante das adversidades que se arrastam historicamente na esfera cultural do Brasil. No documento do Plano Nacional Setorial de Museus (2011, p. 3), assim foi registrado “[...] os museus vêm ganhando importância na vida cultural e social, sendo reconhecidos como agentes de transformação da sociedade e espaços de encontro e diálogo entre os mais diversos grupos sociais”.

Contudo, a obtenção de uma conquista aqui e outra ali, não significa que tenha mudado significativamente a realidade da preservação do patrimônio cultural nos museus que mantêm acervos de afrodescendentes, indígenas e dos imigrantes pobres e seus descendentes no Brasil. Estes sujeitos foram, e ainda somos, vítimas do colonialismo europeu e do capitalismo, inclusive no que se refere à educação e também à manutenção das memórias, histórias e tradições em *lugares de memórias* (NORA, 2009), conforme vem se consolidando a ideia do museu nas últimas décadas.

Para visualizar o caráter real dessa afirmação, basta que se faça uma breve retrospectiva histórica ao século XVI, marcado pelas grandes navegações e conquistas coloniais em direção à América, e cujo contexto brasileiro tem na diáspora africana sua principal fonte de mão de obra, garantindo riqueza e poder à monarquia portuguesa, aos membros da Corte e à burguesia durante os séculos seguintes, pela via da escravidão. Mais tarde, já remontando ao final do século XIX, com o fim da Monarquia, registra-se a

abolição da escravatura, parto da pobreza e da miséria que cresceram e se estendem até a atualidade. Acrescenta-se que estas não vieram só para os africanos e seus descendentes brasileiros, mas também para os imigrantes pobres, filhos de uma Europa madrastra, os quais, acreditando nas políticas de incentivo, vislumbravam fartura e melhores condições de vida no Brasil. Assim, afrodescendentes, imigrantes pobres e seus descendentes somaram-se aos povos indígenas e geraram filhos para aumentar a multidão de analfabetos, sem teto, sem terra, sem alimentos... da atualidade.

É nestas condições que observo os museus e os sujeitos históricos no Brasil, numa luta constante para sobreviver, lidando a cada dia com as precárias situações materiais, dificuldade de acesso a emprego, saúde, educação e aos objetos da cultura, onde assimilam e se apropriam paradoxalmente dos *dispositivos* da modernidade. Mostra (AGAMBEN, 2009) que estes últimos geram a docilidade dos viventes, a ponto de torná-los simplesmente números e espectros de seres subjetivos, submetidos aos dispositivos de controle social (máquina de governo), aos dispositivos tradicionais (prisão, confissão, escola...) e aos dispositivos hodiernos (Internet, celulares, televisão, câmeras de monitoramento urbano...).

Trato, então, de uma realidade cultural com características globalizantes, marcada pela rapidez e que vem tornando-se a cada dia mais subjetiva, devido à inserção no cotidiano das relações e do poder capitalista veiculado pelas novas tecnologias; uma realidade transgressora dos direitos humanos e sociais, numa ação permanente de espoliação material e imaterial dos sujeitos, inclusive concernente ao campo das memórias e tradições.

Neste contexto salientam-se as políticas globalizadoras, centralizadoras e controladoras da gestão do *Patrimônio Mundial* e do *Conselho*

Internacional de Museus-Icom, criado em 1946 - ambos no âmbito da Unesco - nas quais se vêem *redes e portais* se constituindo, bem como direcionando as políticas culturais e educacionais dos países. Redes abertas que desempenham papéis importantes de registros e ouvidorias de culturas distribuídas pelo planeta, mas que também podem ser mecanismos de controle virtual das realidades nacionais.

Teresa Cristina Scheiner, que é museóloga, doutora em Comunicação e Cultura pela UFRJ e coordenadora do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio da Unirio, aponta, em 2007, que, na articulação das redes sobre o patrimônio e os museus, existem pontos em comum:

- a. O flagrante espírito universalista das propostas, denotando uma preocupação comum com o patrimônio como valor e bem universal __ o que, de certa forma, desconsidera a existência de patrimônios locais e as questões ligadas à soberania dos Estados-nação sobre seus patrimônios;
- b. O foco de origem da maioria dessas redes – países europeus, com tradição colonialista (Bélgica, França, Espanha, Inglaterra e até Holanda).
- c. No âmbito da Museologia, destaca-se no panorama latino-americano a Rede ILAM – Rede Latino-americana de Informações sobre Museus. Constituída na Costa Rica, com capital e especialistas holandeses, pretende constituir-se como a principal rede informacional da Região no campo da Museologia. Um dos objetivos da Rede (associada ao ILAM – Rede Latino-americana de Museologia) é oferecer formação *online* sobre o patrimônio cultural musealizado. (SCHEINER, 2007, p.45).

Visto que, conforme indica a pesquisadora citada, encontra-se nos projetos globais uma desconsideração à existência de patrimônios locais e à soberania das nações sobre seus patrimônios, assim como a origem das redes situa-se na Europa, em países de tradição colonialista – fato sintomático do exercício do poder baseado historicamente no eurocentrismo, – o patrimônio virtualizado torna-se, portanto, informação dotada de valor cultural, econômico e político.

Inserido nessa realidade, há o fato de que nas práticas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN, desde os conceitos, definições e compartimentações das áreas patrimoniais até as ações desenvolvidas na realidade social e cultural brasileira seguem as diretrizes da Unesco.

No foco específico do estado de Mato Grosso, conforme documentação levantada por esta pesquisadora (SILVA, 2009), o mesmo não participou diretamente da produção da Política Nacional de Museus, implementada a partir do ano de 2003, embora existam mais de sessenta museus em seus municípios. Participou, contudo, da elaboração do Plano Nacional Setorial de Museus, concebido para integrar a Política Nacional de Cultura (2010-2020), temas que tratarei a seguir.

A Política Nacional de Museus-PNM

A Política Nacional de Museus foi lançada no Museu Histórico Nacional, na cidade do Rio de Janeiro, em 2003. Ao se verificar o histórico de sua composição, apresentado pelos intelectuais da museologia José do Nascimento Júnior e Mário de Souza Chagas, observa-se a participação de profissionais e interessados de diferentes setores da sociedade brasileira e que “... contou também com a leitura crítica, atenta e

sugestiva de profissionais que atuam na França, na Holanda e em Portugal”, como explicitam ao se referirem às quatro etapas de sua realização:

1. Elaboração de um documento básico para discussão geral com a participação de representantes de entidades e organizações museológicas e universidades, além de profissionais de destacada atuação na área. Esse documento levou em conta a “Carta de Rio Grande” e o texto “Imaginação museal a serviço da Cultura” [...]

2. Apresentação e debate público do documento básico, em reuniões ampliadas, no Rio de Janeiro e em Brasília, entre 23 e 27 de março de 2003, com a participação de 23 diretores de museus, representantes das secretarias estaduais e municipais de cultura, professores de universidades, representantes de entidades e organizações museológicas de âmbito nacional e internacional. Mais de uma centena de pessoas.

3. Ampla disseminação e discussão do documento básico por meio eletrônico e reuniões presenciais. Profissionais de museus de diferentes áreas do conhecimento, professores, estudantes, aposentados, pesquisadores, técnicos, gestores culturais, líderes comunitários, políticos, educadores, jornalistas e artistas – enfim, todos os interessados em participar do debate – puderam contribuir livre e democraticamente para o aprimoramento da proposta inicial. Além das múltiplas e expressivas contribuições nacionais, o documento contou também com a leitura crítica, atenta e sugestiva de profissionais que atuam na França, na Holanda e em Portugal.

4. Finalmente, uma equipe mista, formada por representantes do poder público e da sociedade civil, consolidou as diferentes sugestões e apresentou uma nova versão para o documento

inicial. Essa versão foi mais uma vez submetida ao debate por meio eletrônico, corrigida, ajustada, aprovada, publicada e lançada no outono de 2003. (NASCIMENTO JR.; CHAGAS, 2007, p. 34; *grifo meu*).

Os esforços para se fazer uma gestão participativa são evidentes, a começar pela tessitura e participação dos autores e colaboradores do Caderno. As regiões de procedência dos 89 profissionais, 49 museus e 56 órgãos representativos do campo patrimonial, dos cursos de graduação e pós-graduação em Museologia e de outras instituições que atuam na área governamental e que cobrem quase todas as regiões litorâneas, porém com a participação de poucas unidades posicionadas no interior do Brasil, ficando fora, inclusive, o estado de Mato Grosso, meu *locus* de pesquisa.

Estes mesmos profissionais consideram como pontos positivos da Política Nacional de Museus a “ampla rede de apoio e colaboração nacional e internacional”. A implementação dessa política agrega um modelo de gestão que parece preocupar-se com a articulação de instrumentos institucionais de fomento e instrumentos de democratização, visando à organização institucional do setor museológico. Ressaltam-se nos instrumentos de democratização:

[...] formação de uma rede de colaboradores nacionais e internacionais. O Sistema Brasileiro de Museus, por sua capacidade de aglutinação e articulação de entidades e atores sociais, é um dos pontos de destaque dessa rede. Outros instrumentos de democratização são as redes temáticas, o lançamento de editais, os programas de capacitação e formação profissional, o programa de cooperação internacional desenvolvido com a Espanha e com Portugal, a realização de fóruns estaduais e municipais de museus e a criação

e a revitalização de sistemas estaduais e municipais de museus. (NASCIMENTO JR.; CHAGAS, 2007, p. 34).

A participação externa, em especial da Holanda, Portugal e Espanha na Política Nacional dos Museus, assim como se dá em políticas de outras áreas no Brasil, é recebida com louvores. Todavia, vê-se a “luta” dos brasileiros para participar de projetos globalizantes, intercâmbios internacionais, viagens etc.... Verifica-se, também, um certo descuido para com as situações de dominação em nome da diplomacia internacional. Neste caso, parece importante lembrar que historicamente se deram diferentes formas de colonialismo, imperialismo, formas de mediação e resistência.

Entre os instrumentos institucionais, registram-se

as já mencionadas criações do Sistema Brasileiro de Museus –SBM e do Instituto Brasileiro de Museus-Ibram, assim como a **legislação para o campo museal e o Estatuto de Museus**. A política prevê a constituição de “redes”, cuja composição se dá pela participação de organismos nacionais e internacionais, que podem fomentar financeiramente os programas, projetos, publicações, intercâmbios e outras formas de apoio. É o caso da Organização das Nações Unidas – ONU; do Conselho Internacional de Museus – ICOM; do Instituto Latino-americano de Museos – ILAM; do European Museums Information Institute – EMII; do Museum Computer Network; do Network of European Museum Organizations - NEMO; da Red Centroamericana de Museos - Redcamus e outros, como as instituições governamentais (Quadro 1) de diversos países:

País	Instituição
Colômbia	Red Nacional de Museus
Chile	Dirección de Bibliotecas, Archivos e Museos
Croácia	Museum Documentation Centre
Canadá	Canadian HeritageInformation Network
Espanha	Ministério da Cultura / Museus - Departament de Cultura - Generalitat de Catalunya
França	Direction de Musées de France
Inglaterra	Museums, Libraries and Archives Council -MLA
Itália	Sistema Museo
Portugal	Instituto Português de Museus - IPM / Rede Portugues de Museus - RPM
Romênia	National Network of Romanian Museums

Quadro 1. Instituições governamentais da Rede de museus
Fonte: SILVA, 2009, p. 29.

Na Rede Nacional, algumas instituições lançam editais de apoio aos museus, sendo esta a via de acesso aos recursos para a área museológica. Trata-se da Petrobrás, Caixa Econômica Federal, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-

BNDS e outros.

Neste campo de atuação, reflexão e análise, observo, ainda, profissionais e intelectuais que se empenham em fazer mediações culturais entre o local e o global, a exemplo do antropólogo Antônio A. Arantes,

que se reporta à questão dos inventários, salvaguarda e preservação do patrimônio assim se expressando:

A preservação do patrimônio só será sustentável e, portanto, efetiva, quando ocorrer uma mediação adequada entre os parâmetros estabelecidos por convenções internacionais e as condições, demandas e possibilidades existentes nos contextos nacionais e locais. Ainda que partindo de uma base legal e conceitual compartilhada, as metodologias e estratégias de pesquisa variam de acordo com os contextos singulares em que são implementadas e, por que não dizer, conforme as prioridades das políticas locais às quais deverão responder. Mesmo assim, em fóruns nacionais e em reuniões internacionais de especialistas, algumas questões teóricas, técnicas e éticas revelam-se recorrentes. (ARANTES, 2009, p. 173.)

Neste caso, o autor se refere a importância da mediação entre os parâmetros estabelecidos por convenções internacionais e as condições, demandas e possibilidades existentes nos contextos nacionais e locais. Ressalta, inclusive, que na criação de metodologias e estratégias de pesquisa relevante se considerar as políticas locais voltadas à preservação do *patrimônio tangível e intangível*, como performances, canções, narrativas ou conhecimentos tradicionais.

Vejo com cautela tais posicionamentos, mas concordo com os elementos e sujeitos mediadores nas relações estabelecidas entre seres humanos, embora não ignore os tentáculos colonialistas que se apresentam nas fissuras do capitalismo, com posturas dominadoras de algumas nações sobre outras, assim como as situações de discriminação e racismo. No caso em estudo, constato que a Política Nacional de Museus mantém ligações internacionais, inclusive no que se refere aos

subsídios econômicos necessários à sua implementação; temo que, para além da dependência econômica e política, ela também se submeta à dependência cultural.

No campo das formas de resistência à dominação externa, Maria Antonieta Antonacci recomenda as seguintes estratégias, baseadas na diversidade, livre circulação e entrelaçamentos culturais:

Para desmontagem dos procedimentos centrais no fazer-se do imperialismo, colonialismo e racismo são vitais formas de defesa da diversidade, da livre circulação e entrelaçamentos culturais frente a processos globalizantes que tentam subjugar a singularidade histórica de lugares onde são emitidas vozes dissonantes e formas de compreensão de que as culturas não *são*, mas *estão* em processo de *Relação*, como enuncia o poeta e filósofo caribenho, Édouard Glissant. (ANTONACCI, 2010. p. 6)

Quanto aos processos de relações culturais, observam-se, no Brasil, os avanços institucionais no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN no que se refere à cultura imaterial, como o “cadastro nacional de capoeira” e outros inventários, registros e programas.

Ganha relevo também a criação, no ano de 2003, do Departamento de Museus e Centros Culturais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DEMU/IPHAN e, em 2009, sua “transformação” e conquista de autonomia, com a criação do Instituto Brasileiro de Museus – Ibram. Este processo contou, inclusive, inclusive com concurso público para a contratação de profissionais qualificados para os cargos criados, demonstrando a atenção do Ministério da Cultura para com a área museológica e traduzindo:

[...] o reconhecimento efetivo de que a especificidade do campo museal requer e justifica, sobretudo no mundo contemporâneo, um campo próprio de institucionalização. A vitalidade desse campo decorre de sua capacidade *sui generis* de mesclar preservação, investigação e comunicação; tradição, criação e modernização; identidade, alteridade e hibridismo; localidade, nacionalidade e universalidade. Hoje, o centro de gravidade da política cultural do Brasil passa pelo território dos museus. (NASCIMENTO JR.; CHAGAS, 2007, p. 35)

Desde 2003, o DEMU e o Ibram empenharam-se na criação e consolidação dos Sistemas Estaduais de Museus, em cujo espaço destaco que a Secretaria Estadual de Cultura de Mato Grosso, que, por meio dos esforços da Coordenadora de Patrimônio, Maria Antúlia Leventi, também criou o Sistema Estadual de Museus de Mato Grosso.

O DEMU e o Ibram realizam fóruns de discussões a cada dois anos, sendo que em 2010 houve convocações para o empreendimento de discussões e a composição de uma pauta apresentada no 4º Fórum Nacional de Museus “*Direito à Memória, Direito a Museus*”, realizado de 12 a 17 de julho, no Centro de convenções Ulysses Guimarães, em Brasília.

O Fórum Nacional de Museus é um evento bienal, promovido pelo Instituto Brasileiro de Museus-Ibram/MinC, e tem abrangência nacional; seu objetivo é mobilizar, refletir, avaliar e estabelecer diretrizes para a Política Nacional de Museus. No referido Fórum esse evento, a participação dos diversos segmentos sociais e secretarias estaduais de cultura criou expectativas de mudanças, embora saibamos que projetos locais, significativos para as populações envolvidas, requerem muito mais do que uma política

nacional autônoma para os museus.

Desdobramentos da Política Nacional de Museus: as propostas do estado de Mato Grosso para a elaboração do Plano Nacional Setorial de Museus (2010 a 2020)

Pierre Nora afirma que, na contemporaneidade, há um rompimento com o passado e um esfacelamento da memória, mas que esta, mesmo esfacelada, é recomposta nos *lugares de memória*, tornando-se veículo de um sentimento de continuidade. Explica, desta forma, a diferença entre memória e história e suas interligações:

A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é efetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. A memória instala a lembrança no sagrado a história a liberta e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é por natureza múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história se liga às continuidades temporais, às evoluções, e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo. (NORA, 2009. p.06)

Em se tratando dos *lugares de memória* de Mato Grosso, observa-se que, em 2009, um levantamento dos museus existentes no estado totalizou cinquenta e nove, dos quais dezenove (Quadro 2) se localizam em

Cuiabá, na capital, e quarenta museus e memoriais registrados situam-se em vinte e quatro, dos cento e quarenta e dois municípios (Quadro 3).

	MUSEUS	ENDEREÇO
01	Museu de Arte e Cultura Popular da UFMT	Rua Alziro Zarur - Bairro Boa Esperança- Fone (65)36158353
02	Museu da PNMTCEL PM RR Ubaldo M. da Silva	Av. 15 de Novembro, 669 Fone (65)39018290
03	Museu das Bonecas e Brinquedos	Rua G, quadra 5, casa 3 - Jardim Flamboyant- Fone (65) 36264186
04	Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense	Rua G, quadra 5, casa 3 - Jardim Flamboyant- Fone (65) 36264186
05	Museu do Rio Hid Alfredo Scaff - Rio Cuiabá	Pça. Coronel Moreira - Porto - Fone (65) 30273269
06	Museu de História Natural e Antropologia	Fechado
07	Museu Rondon	Av. Fernando Corrêa – UFMT/Antropologia Fone (65) 3615-8479 / 3615-8476
08	Museu da Imagem e do Som de Cuiabá Lázaro Papazian Chau	R. Voluntários da Pátria, s/n (esq/ R.7 de Setembro). Centro. Fone (65) 3025-4109
09	Museu de Pré-História Casa Dom Aquino-MCDA	Av. Beira Rio, 2.000 - Fone (65) 3613-9290, E-mail: museudeprehistoria@terra.com.br
10	Museu Homem Brasileiro –MHB	Av. Alziro Zarur, 1.695 - Bairro Boa Esperança- Fone (65) 3664-2407 E-mail: museuhomembrasileiro@gmail.com
11	Museu de Pedras Ramis Bucair	R. Galdino Pimentel 195 -Centro Fone (65)3322-5054/3623-7353)
12	Museu de Artesanato de Mato Grosso	Bairro Porto
13	Museu de Arte Sacra	Praça do Seminário, s/n - Centro Fone (65) 3613-9210
14	16º Batalhão de Caçadores Laguna	Av. 31 de Março, 171
15	Memorial da Água Engenheiro José L.B.Garcia	Av. Presidente Marques - Centro - Complexo Central da SANECAP
16	Memorial João Paulo II	Bairro Morada do Ouro II
17	Museu do SESC Arsenal	Bairro Porto
18	Museu Histórico de Mato Grosso	Praça da Republica - Centro
19	Aquário Municipal de Cuiabá	Bairro Porto

Quadro 2. Museus em Cuiabá (2009)

Fonte: SILVA, 2009, p. 35.

	MUSEUS	LOCALIZAÇÃO/MUNICÍPIO
1	Museu Estadual de Paleontologia e Arqueologia	Alta Floresta
2	Museu de História Natural de Alta Floresta	
3	Museu de Voadeira	Barra do Garças - Voadeira
4	Memorial da Guerra do Paraguai	Barão de Melgaço
5	Museu Memória e Identidade Indígena	Cáceres
6	Museu de Cáceres – Histórico	
7	Centro de Pesquisa e Museu de Antropologia, Etnografia, Arqueologia, Paleontologia e Espeleologia de Cáceres (UNEMAT)	
8	Casa de Memória de C. Novo dos Parecis	Campo Novo dos Parecis
9	Fundação Pró-Memória	Canarana
10	Sala de Memória Chapada dos Guimarães	Chapada dos Guimarães
11	Parque Nacional Chapada dos Guimarães	
12	De Arte Sacra de Chapada dos Guimarães	
13	Museu Casa Memorial dos Viajantes	Diamantino
14	Museu da Diocese Padre João Bosco Burnier	
15	Centro C. Bororo de Meruri (ligado ao Museu D. Bosco - Campo Grande, MS)	Gal. Carneiro - Aldeia de Meruri
16	Museu Comunitário e Centro de Cultura Xavantes de Sangradouro (idem, ligado ao Museu Dom Bosco)	Gal. Carneiro - Aldeia Ind. Sangradouro
17	Museu Histórico de Itiquira	Itiquira
18	Museu Salesiano dos Povos da Floresta	Juína
19	Casa de Memória Frei Salvador Rouquette	Nossa Senhora do Livramento
20	Museu do Índio	Paranatinga
21	Museu Professor Nenézio Quintino Silva	Poconé
22	Cantinho da Vovó Bem	
23	Museu de Pedra Marinho Kaba	
24	Museu de Poconé	
25	Casa de Memória Amarílio B. de Brito -Museu da Farmácia	Poxoréu
26	Instituto Memória Professora Nívia Dinart	Primavera do Leste
27	Sala da Memória Japonesa	Rondonópolis
28	Museu Rosa Bororo	
29	Museu Municipal Histórico e Indígena de Rosário Oeste	Rosário Oeste
30	Museu Histórico do Centro-Oeste	São Félix do Araguaia
31	Museu da Cadeia Pública – Artes Plásticas, Etnografia, Arqueologia e História	
32	Museu da Usina Itaici	Santo Antônio do Leverger
33	Museu da Cadeia Pública Marize Ribeiro Vitório	
34	Memorial Rondon	St. Antônio do Leverger/Mimoso
35	Museu Histórico de Sinop	Sinop
36	Museu do Palácio dos Capitães Gerais	Vila Bela da Santíssima
37	Museu Histórico e Arqueológico Joaquim Marcelo P. da Cruz	Trindade
38	Museu Anatomo-patológico e de Insp. de Prod. de Origem Animal Chico Costa	Várzea Grande
39	Museu Ubaldo Monteiro da Silva	
40	Sala de Memória Júlio Campos	
41	Museu Dona Sinharinha de Passagem da Conceição	

O número de museus no estado em pauta é relevante, considerando-se a ocorrência da divisão em dois estados, na década de 1970 e, conseqüentemente, a criação da maioria dos municípios no mesmo período. É em tal contexto histórico que se observa mais de quatro décadas após este fato histórico, a inexistência de políticas públicas para os museus, em nível estadual, e a falta de participação no cenário nacional, inclusive na Política Nacional de Museus, lançada em 2003. Ressalva-se, contudo, que nesta política houve participação de intelectuais brasileiros, ou seja, de “agentes locais”. Tais acessos podem ser entendidos como *fissuras* do poder e do sistema capitalista em projetos globais.

A partir desta parte do artigo, nos deteremos na participação política do estado de Mato Grosso, nos anos de 2009 e 2010, para a elaboração e aprovação do Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM), integrado à Política Nacional de Cultura (PNC), momento de final do mandato do Presidente, Luís Inácio Lula da Silva e do governador Blairo Maggi.

A participação mato-grossense tomou corpo nos trabalhos preparatórios para o 4º Fórum Nacional de Museus, que foram organizados em etapas. Na primeira, foram definidos em Encontros Estaduais, – o no caso de Mato Grosso, realizado no Museu de Arte Sacra, em janeiro de 2010 – representantes da sociedade civil (a professora Simone Nolasco da Universidade de Cuiabá-UNIC e da Rede de Educadores em Museus e Patrimônio de Mato Grosso – REMP/MT) e do poder público (Maria Antúlia Leventi, coordenadora do Patrimônio Cultural da Secretaria Estadual de Cultura

de Mato Grosso) para participarem da segunda etapa, a 1ª Pré-conferência de Museus e Memórias, que se deu em fevereiro de 2010, no Palácio Gustavo Capanema, no Rio de Janeiro-RJ. As despesas dos participantes da sociedade civil e dos órgãos públicos foram subsidiadas pelo Instituto Brasileiro de Museus-Ibram. No referido encontro foram definidos os eixos e as estratégias (Quadro 4) que nortearam as propostas elaboradas nos respectivos estados, além de outras diretrizes para a etapa seguinte, já o 4º Fórum Nacional de Museus, do qual participou, como representante da Secretaria Estadual de Cultura de Mato Grosso, a professora da Universidade Federal de Mato Grosso, Jocenaide Maria Rossetto Silva (HIS/CUR/UFMT) e, pela sociedade civil, a já citada professora Simone Nolasco.

Portanto, o 4º Fórum Nacional de Museus e o Plano Nacional Setorial de Museus são decorrentes da 1ª Pré-Conferência de Museus e Memórias e da II Conferência Nacional de Cultura – II CNC, ocorridas em fevereiro e em março de 2010, respectivamente, e, de certa forma, constitui-se em desdobramentos do Plano Nacional de Cultura.

Em meio a projetos locais, focaliza-se a proposta da plenária estadual de Mato Grosso, Secretaria de Estado de Cultura - Cuiabá-MT e do Sistema Estadual de Museus do Estado de Mato Grosso (Quadro 4), encaminhada ao Instituto Brasileiro de Museus na última semana de junho de 2010, com o objetivo de contribuir para a elaboração do Plano Setorial Nacional de Museus (2010 a 2020), a qual foi publicada na íntegra e encaminhada ao Plano Nacional de Cultura (PNC), junto às propostas dos demais estados participantes.

Eixo I – PRODUÇÃO SIMBÓLICA E DIVERSIDADE CULTURAL

Diretriz: Assegurar fomento para pesquisas (sobre a produção simbólica e a diversidade cultural) e atividades educativas no espaço museológico

Estratégia 1: Formar e qualificar profissionais aptos para o desenvolvimento das ações

Ações	Metas	
	Quantitativa	Temporal
1-Criar assessorias e treinamentos a equipes (existentes e novas) de pesquisas interdisciplinares nos museus para o desenvolvimento de mapeamento, inventário e valorização da produção simbólica, da poética (canto, música, poesia e outras oralidades), da cultura do corpo e da cultura material de matrizes afro-brasileira, indígena e de imigrantes visando a sua preservação nos museus e divulgação em <i>cds, dvds</i> , sites, livros, revistas (<i>on-line</i> e impressas) e audiovisuais.	2 por semestre	5 anos
2-Desenvolver o setor de pesquisas museológicas, definindo cotas de bolsas de estudos em nível de <u>pós-graduação</u> (especialização, mestrado e doutorado) para os funcionários dos museus e outros interessados em atuar na área.	2 ações por semestre	5 anos

Estratégia 2: Implantar política federal, estadual e municipal visando à legitimação do educador no museu

Ações	Metas	
	Quantitativa	Temporal
1 - Criar intercâmbio para a formação e ampliação de saberes de educadores para museus com instituições educacionais em nível de graduação e pós-graduação, visando ao desenvolvimento de projetos de <i>Educação para a Diversidade Cultural e Patrimonial</i> nos museus.	2 por semestre	5 anos
2 – Contratar por meio de concurso público e CLT recursos humanos qualificados para trabalhar na área de Educação em Museus.	Sempre que necessário	5 anos

Eixo II – CULTURA, CIDADE E CIDADANIA

Diretriz: Fomentar um Programa Nacional de Incentivo à Cultura Local.

Estratégia 1: Definir orçamentos das três esferas: federal, estadual e municipal.

Ações	Metas	
	Quantitativa	Temporal
1 – Implementar o programa MAIS MUSEUS subsidiando financeiramente a <u>elaboração de projetos e construção de museus</u> em cidades com mais de 170.000 habitantes e 50 anos de existência.	6	Anual
2 _ Implementar o programa <u>MODERNIZAÇÃO DE MUSEUS</u> , subsidiando reformas nos museus existentes nas cidades do interior do Brasil, por meio de verbas anuais destinadas à: -Elaboração de projetos, compra de material e contratação de mão de obra especializada para reforma dos prédios; -Aquisição de móveis, equipamentos e materiais; - Contratação de mão de obra especializada para o planejamento de instalações de informática e outras mídias; -Assessoria e treinamento de recursos humanos para realizarem o tratamento, organização de acervos, pesquisas e exposições; -Aquisição e ampliação dos acervos.	6	Anual

Estratégia 2: Formar e capacitar recursos humanos

Ações	Metas	
	Quantitativa	Temporal
1 – Formar recursos humanos em Museologia por meio da criação de cursos <u>técnicos, de graduação e pós-graduação em Museologia</u> (especialização, mestrado e doutorado) nos estados que ainda não os têm.	48	semestral
2 – Desenvolver o setor de pesquisas museológicas, definindo cotas de bolsas de estudos em nível de <u>pós-graduação</u> (especialização, mestrado e doutorado) para os funcionários dos museus e outros interessados em atuar na área.	48	semestral

Eixo III – CULTURA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Diretriz: Viabilizar a criação e implantação de um Programa Nacional de Incentivo à Cultura e ao Desenvolvimento Sustentável Local

Estratégia 1: Definir orçamentos das três esferas: federal, estadual e municipal

Ações	Metas	
	Quantitativa	Temporal
1 – Criar e desenvolver projetos culturais integrados entre museus e outros setores econômicos, preferencialmente aqueles ligados ao Sistema Turístico-SISTUR, com vistas à implementação do desenvolvimento sustentável local, estadual e regional no país.	12	anual
2 – Contratar por meio de concurso público e CLT recursos humanos qualificados para compor equipes interdisciplinares para trabalhar em museus conforme as características temáticas e especializadas de cada uma destas instituições.	27	anual

Estratégia 2: Democratizar o conhecimento da área museológica e o acesso aos aparelhos culturais

Ações	Metas	
	Quantitativa	Temporal
1 – Implementar em rede nacional, estadual e federal um <u>Plano de Marketing Museológico</u> por meio da elaboração e exibição na Rede Globo de um programa semanal com 40 minutos de duração (em horário nobre) enfocando as ações nos museus (eventos, programas, projetos, exposições, pesquisas, etc), das Secretarias Estaduais e Municipais de Cultura, do Ibram e do MINC.	52 semanas por ano	5 anos
2 – Contratar equipe especializada para fazer filmagens, fotografias e outras mídias para a composição do plano de <i>marketing</i> dos museus.	6	anual

Eixo IV – CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA**Diretriz:** Fortalecer a relação do espaço museológico com as comunidades em geral**Estratégia 1:** Criar um fundo sociocultural destinado à elaboração de planos

Ações	Metas	
	Quantitativa	Temporal
1 _ Elaborar planos museológicos, museográficos e plano de ação para o incentivo à cadeia criativa e produtiva de bens culturais via museus, facilitando a mostra e comercialização de obras de afro-descendentes, indígenas e outros brasileiros.	3	anual
2 – Realizar a circulação dos bens produzidos nos museus e por meio do incentivo a cadeia criativa e produtiva local, em eventos e publicações em cds, dvds, sites, livros, revistas (<i>on-line</i> e impressas) e audiovisuais.	4	anual

Estratégia 2: Manter parcerias com instituições afins

Ações	Metas	
	Quantitativa	Temporal
1 – Desenvolver ações e atividades voltadas para as potencialidades dos saberes e fazeres dos detentores dos bens culturais imateriais.	4	anual
2 – Formar grupos de estudos para identificar as comunidades tradicionais.	1	anual

Eixo V – GESTÃO E INSTITUCIONALIDADE DA CULTURA**Diretriz:** Garantir a Política federal, estadual e municipal para área museal e regulamentar o Estatuto de Museus**Estratégia 1:** Desenvolver parcerias com os governos e o terceiro setor para a gestão compartilhada.

Ações	Metas	
	Quantitativa	Temporal
1 – Realizar convênios com as três esferas para o desenvolvimento das ações e atividades museais.	10	anual
2 – Contratar profissionais das áreas afins para ministrar cursos, oficinas, palestras, seminários, fóruns...	4	anual

Estratégia 2: Criar uma rede de informações entre o poder público e a sociedade civil.

Ações	Metas	
	Quantitativa	Temporal
1 – Definir por meio dos Fóruns Nacional, Estaduais e Municipais de Museus, diretrizes e decisões para o estabelecimento de Planos Plurianuais e Leis Orçamentárias assegurando a execução, nas Leis Orçamentárias Anuais das três instâncias, recursos garantidos para que as Secretarias de Cultura dos Estados e Municípios mantenham projetos continuados nos museus: redes de informação, intercâmbios, pesquisas, tratamento de acervos, ampliação de acervos, aquisição de novos equipamentos e contratação de funcionários.	3 fóruns por ano	5 anos
2 - Organizar um FÓRUM PERMANENTE DE MUSEUS NAS SECRETARIAS DE CULTURA por meio da formação de grupos de estudos; confecção de materiais gráficos de divulgação dos equipamentos culturais e ações: seminários, oficinas e <i>marketing</i> museal.	3 projetos semestrais	5 anos

Quadro 4. Proposta do Estado de Mato Grosso para o Plano Nacional Setorial de Museus.

Fonte: Elaborado pela Comissão do Sistema Estadual de Museus de Mato Grosso, com a colaboração de Maria Antulia Levantti (SEC/MT), Jocenaide Maria Rossetto Silva (HIS/CUR/UFMT) e Simone Nolasco (UNIC e REMP-MT).

Convém esclarecer que a participação desta pesquisadora na elaboração da proposta, enquanto delegada estadual, foi norteadada pelos eixos: Produção simbólica e diversidade cultural; Cultura, cidade e cidadania; Cultura e desenvolvimento sustentável; Cultura e economia criativa; Gestão e institucionalidade da cultura e, teoricamente fundamentada (FANON, 1983; CÉSAIRE, 1971; PRATT, 1999; GLISSANT, 2005; ANTONACCI, 2010) em favor dos *saberes locais em projetos globais*. Para tanto, se considerou nos estudos culturais desenvolvidos no Brasil a matriz indígena, ampliada historicamente por africanos, europeus e asiáticos; e, num esforço político, foi conferido especial atenção aos registros da cultura imaterial e aos museus do Mato Grosso e do Brasil.

O outro fio condutor das contribuições desse estado pautou-se nos enfrentamentos e no aproveitamento das oportunidades democráticas que apareceram como fissuras no contexto capitalista, com vistas à contribuir para: (1) a valorização dos saberes e da cultura nos museus, cujos cotidianos, repletos de crianças, mulheres e homens, se impõem junto às necessidades que se refletem nesta mesma proposta, com destaque para (2) a qualificação profissional em nível de graduação e pós-graduação e (3) a implantação de recursos tecnológicos e de pesquisas.

Observe-se que os projetos locais são permeados por esta e outras lutas e formas de resistência e mediações, se analisados em contextos globais. Estes três itens podem colaborar, inclusive, para a utilização de diferentes linguagens e tecnologias midiáticas a

serem usadas nos registros das manifestações das culturas e histórias locais, contribuindo para que estas não caíam no esquecimento e, ainda, para que sejam difundidas em contextos de globalização. Quero dizer que registros em diferentes mídias são formas de resistência e ressignificação cultural e que, neste mesmo sentido, argumentam vários intelectuais, inclusive Antonacci:

Na tentativa de surpreender travessias de oralidades e outras linguagens deslocadas, tornam-se fundamentais estudos sobre festas e tratamentos cênicos ou cinematográficos que respaldam padrões próprios de comunicação, traduzindo, em momentos fugazes, hábitos, princípios e ética de vivências comunitárias. Recursos audiovisuais, artisticamente encenados em contextos singulares, tornam possível transmitir e preservar, a grupos comunitários, testemunhos, poéticas e saberes africanos, indígenas e afro-diaspóricos, tornando sensíveis histórias locais em contextos de globalização. (ANTONACCI, 2010, p. 4).

Todavia, é bom lembrar também que tais intenções democráticas dos organizadores se deram em momento de transição governamental – final do mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva e do governador Blairo Maggi –, o que significa que, até onde nos foi permitido, acompanhamos e defendemos este posicionamento. Esperamos, de alguma forma, chegar aos museus locais de Mato Grosso e de outros estados do Brasil por meio da elaboração das diretrizes do Plano Nacional Setorial de Museus que integrou a Política Nacional de Cultura. No documento final é possível se observar a mencionada intenção

democrática:

Ao mesmo tempo em que se configura como resultado da Política Nacional de Museus, o Plano Setorial mostra o fortalecimento e amadurecimento do setor para planejar de forma conjunta. Elaborado a partir de um processo democrático de gestão, em que o Ibram atuou no sentido de propiciar os espaços necessários ao debate, o PNSM é fruto da construção coletiva da comunidade museológica, ansiosa por cumprir seu papel de agente participativo e atuante na configuração do futuro da área. (Ibram. 2011, p.3).

A organização e a pauta do 4º Forum Nacional de Museus, tiveram por tema **Direito à Memória, Direito a Museus**, “... que sinaliza a importância política de se pensar o museu como conector cultural de espaços e tempos diversos.”; quanto a programação paralela previu a Reunião da Rede de Educadores em Museus – REM, Reunião dos Professores de Museologia e do Conselho Internacional de Museologia ICOM – Brasil

Às discussões levadas a efeito nesse Fórum Nacional de Museus foram organizadas por *eixos setoriais* discutidos em miniplenárias; e em *eixos transversais*, segundo os quais cada grupo elaborou propostas a serem debatidas em minifóruns setoriais e reorganizadas para a plenária final. Em ambos os momentos trabalhou-se com as especificidades e lógicas museais, abordados por grupos que se formaram pela adesão à área de interesse a partir das inscrições individuais..

EIXOS TRANSVERSAIS	DIRETRIZES
GESTÃO MUSEAL	Consolidação da prática de elaboração do plano museológico e dos princípios metodológicos de gestão participativa, envolvendo a comunidade no processo de construção dos planos museológicos em atendimento ao Estatuto dos Museus.
PRESERVAÇÃO, AQUISIÇÃO, DEMOCRATIZAÇÃO DE ACERVOS	E Estabelecimento de uma política nacional de preservação e aquisição de acervo que possa servir de referência para os museus ou para iniciativas de ações museológicas adotarem suas próprias políticas de preservação e aquisição de acervo.
FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO	E Adoção de uma estratégia de atuação na área que combine ciclos de formação continuada dos profissionais dos museus, em atendimento às reais necessidades dessas organizações, e a gestão junto aos órgãos competentes para propor adequações curriculares em cursos de graduação e pós-graduação que tratem de temas afetos ao campo da Museologia.
EDUCAÇÃO E AÇÃO SOCIAL	Consolidação de prática de desenvolvimento de projetos sociopedagógicos e culturais que combinem estratégias de parcerias com o setor de ensino formal, promovendo os conteúdos dos museus como ferramentas educativas e estratégias de aproximação com as comunidades onde estão esses museus, para inseri-las no processo de elaboração dos projetos sociopedagógicos e culturais dos museus.
MODERNIZAÇÃO E SEGURANÇA	E Capacitação dos profissionais dos museus em relação aos padrões de segurança em museus.
ECONOMIA DOS MUSEUS	Consolidação de mecanismos e instrumentos, inclusive legais, que viabilizem alternativas de sustentabilidade econômica dos museus e do desenvolvimento local.
ACESSIBILIDADE E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	E Desenvolvimento de capacidades técnicas específicas e de recursos financeiros para que os museus realizem as adaptações necessárias em atendimento aos requisitos de acessibilidade e sustentabilidade ambiental; e, ao mesmo tempo, possam promover ações de promoção de consciência crítica junto a seu público e à comunidade onde está inserido.

COMUNICAÇÃO EXPOSIÇÃO	E Consolidação de estratégias de exposição e comunicação que conjuguem mostras itinerantes e utilização de meios midiáticos comunitários que promovam a interação com a população, inclusive no processo de elaboração da exposição.
PESQUISA INOVAÇÃO	E Promoção de equipes de pesquisa em museus ou de núcleos de pesquisa, bem como o apoio e estímulo à formação continuada desses profissionais.

Quadro 5. Eixos transversais

Fonte: Ibram. Plano Nacional Setorial de Museus. 2011. Organização: Jocenaide Maria Rossetto Silva.

Os grupos tomaram como ponto de partida a caracterização dos museus: *Museu de Arte*; *Museu de História*; *Museus de Cultura Militar*; *Museus de Ciências e Tecnologia*; *Museu Etnográfico*; *Museu Arqueológico*; *Museus Comunitários e Ecomuseus*; *Museu da Imagem e do Som e Novas Tecnologias*; *Arquivos e Bibliotecas de Museus*. Finalmente, foi composto o documento oficial, Sendo que o documento oficial foi composto após a elaboração e aprovação nas miniplenárias e na plenária final, que traçou uma diretriz para cada categoria de museus, duas estratégias e respectivas ações e metas quantitativas e temporais que podem ser encontradas no documento do Plano Nacional Setorial de Museus.

No caso de Mato Grosso, os municípios onde se localiza a maior parte das seis dezenas de museus, mantêm seções que de algum modo agregam acervos correlatos às categorias de museus elencadas em tal política, pois são poucos os específicos. Contudo, trago para este artigo, considerando a quantidade de sítios arqueológicos e a significativa presença indígena no estado, o resultado das discussões — das quais participei no Fórum — e uma análise preliminar do planejamento dos setores *Museu Arqueológico* e *Museu Etnográfico*. É oportuno ressaltar que no encontro houve o desmembramento das áreas,

provocado pelos interesses dos intelectuais do campo da Arqueologia, que se deu sob a alegação das particularidades de cada uma, em especial no que se refere às discussões a serem realizadas para a definição de competências entre o recém-criado Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) e as questões econômicas e de legislação sobre a aprovação de projetos de *arqueologia de contrato*, que são submetidos ao Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional-IPHAN.

O eixo *Gestão Museal*, no caso do setor *Museu Etnográfico*, enfatizou a Gestão Participativa, ou seja, o incentivo para que se processe no ambiente museal a participação dos funcionários na tomada de decisões, na elaboração de programas e projetos, de forma a valorizar as potencialidades individuais; nesta política e filosofia organizacional, também faz-se pertinente a participação da comunidade do entorno do museu e outras que, de alguma forma, estão representadas nos acervos dos museus, embora localizem-se a distância, como o caso dos indígenas que habitam as aldeias e terras indígenas em todas as partes do país.

A Gestão Museal Participativa pode ser usada em prol da eficácia administrativa do ambiente organizacional também por meio de redes entre os museus etnográficos em nível municipal,

estadual, nacional e internacional, permitindo ações integradas proativas em favor da Etnografia. No setor *Museu Arqueológico*, a ênfase do eixo *Gestão Museal* recaiu sobre a legislação, normatização, criação de fundos para a gestão do patrimônio arqueológico; criação de museus arqueológicos do Ibram; qualificação dos museus arqueológicos já existentes.

Temos, então, duas abordagens que foram pensadas em separado, contudo se complementam nas necessidades de criação de fundos para a gestão do patrimônio, quer seja etnográfico, arqueológico, histórico, de arte ou de qualquer outra modalidade, visto serem necessários, sempre, os recursos financeiros para viabilizar qualquer política cultural.

Ainda comparando-se as proposituras, observam-se algumas compatibilidades, considerando-se as necessidades dos Museus de Arqueologia e Etnografia, assim como certas disparidades, devidas às particularidades de cada área. No eixo *Preservação, Aquisição e Democratização de Acervos*, evidencia-se em ambos os casos a importância conferida a recursos para pesquisa, musealização e comunicação. No seguinte, *Formação e Capacitação*, a política estabelecida apontou para a cooperação técnica entre profissionais e instituições visando à criação de programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão em nível de graduação e pós-graduação. O eixo *Educação e Ação Social*, apresenta previsões para ações de Educação Patrimonial junto à comunidade e nos museus, por meio da Rede de Educadores em Museus – REM, que já se faz presente em âmbito nacional. Já no eixo *Modernização e Segurança*, são contemplados procedimentos de modernização na curadoria e a comunicação dos resultados dos trabalhos desenvolvidos pela Museologia. No que se refere à *Acessibilidade e Sustentabilidade Ambiental*, as palavras de ordem para a Etnografia são

interdisciplinaridade e interculturalidade, e mencionam-se *redes* de museus de Arqueologia a céu aberto. O eixo *Comunicação e Exposição* apresenta como prioridade processos e programas comunicacionais com capacidade para a integração da comunidade nas ações museais. No eixo *Pesquisa e Inovação* foram estabelecidas estratégias para a pesquisa em Etnomuseologia e Arqueologia no Brasil.

Por fim, foram indicadas mudanças na legislação objetivando atender às necessidades da patrimonialização e musealização etnográfica e arqueológica, no eixo *Economia dos Museus*. Este fato se observa também nos demais museus setorializados, cujas necessidades se complementam e às vezes se reproduzem elencando a criação de fundos para incentivar o setor, apontando possibilidades para ampliar a sustentabilidade dos museus, tais como isenção de impostos, incentivo a programas e projetos, estímulo ao turismo cultural entre outros fatores relevantes para a economia dos museus. Explicita-se que o PNSM contribuiu para o planejamento e estimativas orçamentárias do governo federal, considerada um avanço como modelo de planejamento setorial:

O PNSM, como parte integrante do PNC, organiza, estrutura e viabiliza as políticas públicas voltadas ao setor museal no país. Nesse sentido, representa um marco de regulação de longo prazo para as políticas públicas para o setor de museus; ao mesmo tempo em que deverá adequar-se a uma estrutura de planejamento nos moldes do Plano Plurianual - PPA, devendo contemplar e indicar ações (projetos ou atividades), com metas e estimativas orçamentárias. Nesses termos, pode-se dizer que o PNSM já representa por si só um avanço em seu processo de consolidação como modelo de planejamento setorial. (Ibram. 2011, p. 21-22).

Considerações Finais

A sociedade e suas instituições musealizam objetos, definem como patrimônio cultural monumentos, cidades e outras materialidades, bem como elementos que compõem o universo da cultura imaterial, os quais, somados aos primeiros, tornam-se representações da memória histórica e cultural. Por fim, criam espaços para manter esses objetos e elementos, onde se processam negociações internas e externas com o propósito de conservá-los, pesquisá-los e divulgá-los ao maior número de interessados. Arantes explica que:

A memória social se refere, normalmente, a agências, atores ou redes sociais localizados e relativamente de pequena escala; o patrimônio cultural, no sentido estrito do termo, resulta de complexas – e geralmente tensas – negociações envolvendo mediadores culturais oriundos de diferentes meios sociais e culturais. São exemplos de tais intermediários os representantes e guardiões “das comunidades culturais”; o pessoal técnico-administrativo que trabalha junto às instituições de preservação; os consultores independentes, especialistas e ativistas políticos; empresários e profissionais de marketing interessados em desenvolver oportunidades de negócios baseadas no patrimônio enquanto recurso econômico. O que quer que seja classificado e protegido como patrimônio por uma instituição governamental será, de um modo ou de outro, permeado por essas negociações. (ARANTES, 2009, p.173.)

Nesse universo de preservação patrimonial, os museus, como um exemplo, e todos os demais setores da sociedade transitam em uma “corrida” pela implantação das novas tecnologias; no caso específico,

essa busca ocorre tanto para a organização e catalogação dos arquivos, como para a modernização das exposições com os mais variados tipos de mídias, som e luz, visando a ampliar e tornar mais atrativas as exposições, independentemente da modalidade de expografia adotada.

Em uma abordagem mais ampla, observa-se as mudanças processadas pelas novas tecnologias na América Latina, que são também, objetos de reflexão dos intelectuais da cultura. A exemplo de Canclini (2008) que reflete sobre as operações que se concretizam nos campos político, econômico, tecnológico, educacional e cultural da pós-modernidade; e ainda, ressalta a tendência à *estetização do patrimônio* (os objetos são retirados do contexto original e re-organizados sob a visão de espetáculo), a *ritualização da história* (adequada ideologias, interesses políticos), e a *ritualização antropológica* – que visam ampliar a visitação e o interesse para os museus.

Finalizo este artigo sem esgotar as possibilidades de discussão, reportando-me a Lévi-Strauss, que vê na mobilidade humana sobre o planeta e para fora dele a complexidade da vivência no particular e a experiência acumulada e transmitida por gerações sucessivas no social. Nos dois casos, que se imbricam, se complementam e se reproduzem, observo a essência da natureza do humano: bom e mau, numa luta constante em busca do equilíbrio, ou, como diria Freud, numa luta entre pulsões de vida e de morte. É assim que vejo a relação entre saberes locais e projetos globais que se tornou no contexto da experiência apresentada, o fio condutor das reflexões:

Ao se locomover dentro de seu espaço, o homem transporta consigo todas as posições que já ocupou, todas as que ocupará. Está simultaneamente em toda parte, é uma multidão

que avança de frente, recapitulando a cada instante uma totalidade de etapas. Pois vivemos em vários mundos, cada um mais verdadeiro do que o outro que ele contém, e ele mesmo falso em relação ao que engloba. Uns se conhecem pela ação, outros se realizam pensando, mas a contradição aparente, que decorre da coexistência entre eles, se resolve na obrigação que temos de atribuir um sentido aos mais próximos e recusá-los aos mais distantes, enquanto a verdade está numa dilatação progressiva de sentido, mas em ordem inversa e levada até a explosão.

Como etnógrafo, deixo então de ser o único a sofrer com uma contradição que é de toda a

humanidade e que traz em si a sua razão. (LÉVI-STRAUSS, 1996, p. 390)

A dilatação progressiva de sentido da participação política de poucos representantes do estado de Mato Grosso na Política Nacional Setorial de Museus, em 2009 e 2010, tem mérito e carece de registro, não só pela sua importância histórica, mas para que não caia no esquecimento, e também porque na aparente contradição da coexistência considero a obrigação que temos de atribuir um sentido aos mais próximos – os museus de Mato Grosso, seus sujeitos e seus objetos – e recusá-lo aos mais distantes.

⁴⁵ Docente do Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso, no Campus Universitário de Rondonópolis; Doutoranda em História Social na PUC-SP; Mestre em Educação pelo IE/UFMT. Representante/Delegada do estado de Mato Grosso no 4º Fórum Nacional de Museus. Líder do GP Interfaces - História, Museologia e Ciências Afins-ICHS/CUR/UFMT. jocenaide@ufmt.br; jocenaide@hotmail.com.

⁴⁶ Trata-se do desenvolvimento da pesquisa *História da preservação do patrimônio cultural: as políticas públicas e os museus de Mato Grosso (2003 a 2009)*, cuja realização se deu em 2009, com o apoio do 1º Edital IPHAN/Copedoc/Fundar - Seleção de pesquisa da Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil; bem como da participação da pesquisadora na elaboração do *Plano Nacional Setorial de Museus* e a realização da pesquisa *Políticas públicas para os museus*, desenvolvida de maio/2009 a janeiro/2011 no GP HISMEC/ICHS/CUR/UFMT.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *O que é contemporâneo? E outros ensaios*. Chapecó, SC: Argos, 2009.

ANTONACCI, Maria Antonieta. *Colonialidade e decolonialidade de corpos e saberes*. São Paulo; 2010 (texto digitado) 23p.

ARANTES, Antônio A. Inventários e a salvaguarda do patrimônio cultural: ensaio de Antropologia Pública. *Anuário Antropológico*. 2009. (texto digitado), pp. 173-222.

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937. *Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Decreto-Lei/Del0025.htm>. Acessado em 02 abr. 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. 1º Edital IPHAN/Copedoc/Fundar, de seleção de pesquisa da Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil. Disponível em <http://www.cultura.gov.br>. Acessado em 2 fev. 2009.

_____. 4º Fórum Nacional de Museus. Disponível em <http://www.cultura.gov.br>. Acessado em 23 set. 2010.

_____. *Sistema Brasileiro de Museus*. Disponível em <http://www.museus.gov.br>. Acessado em 09 de abril de 2009.

BRASIL. MINISTERIO DA CULTURA. Instituto Brasileiro de Museus. *Plano Nacional Setorial de Museus*. Disponível em <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/05/pnsm2.pdf>. Acessado em 05 mai 2011.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Porto: Poveira, 1971.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Fator, 1983.

GLISSANT, Édouard. *Introdução a uma poética da diversidade*. Juiz de Fora: EdUFJF, 2005.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MACHADO, Maria Fátima Roberto. [Entrevista concedida à Associação dos Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso-ADUFMAT] In. <http://www.diariodecuiaba.com.br>. *Maria Fátima Machado traz o lado B da UFMT. A relação entre antropólogos, índios e indigenistas do Museu Rondon por meio de uma nova ótica além dos discursos oficiais e/ou regionalizantes*. Cuiabá-MT, jun. 2009.

MATO GROSSO. DECRETO Nº 959, de 5 de dezembro de 2007. *Organiza sob a forma de Sistema as atividades de Museus do Estado de Mato Grosso*. Assinado pelo governador Blairo Maggi.

MATO GROSSO. *Lei nº 3.774, de 20 de setembro de 1976*. Disponível em <http://www.cultura.mt.gov.br>. Acessado em 01 abr 2009.

NASCIMENTO JR., José e CHAGAS, Mario de Souza. *Política Nacional dos Museus*. Ministério da Cultura. 2007. Disponível em <http://www.museus.gov.br>. Acessado em 09 abr. 2009.

NORA, Pierre. *Entre memória e história. A problemática dos lugares*. Trad. Yara Aum Khoury. Disponível em <http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>. Acessado em 12 out. 2009.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EdUSC, 1999.

RANGEL, Fabiano. MinC faz balanço da Política Nacional de Museus, que completa cinco anos de conquistas. Disponível em <http://xemele.cultura.gov.br/museus/2008/07/01>. Acessado em 02 jun. 2009.

SCHEINER, Teresa Cristina. Políticas e Diretrizes da Museologia e do patrimônio na atualidade. In. BITTENCOURT, J.N; GRANATO, M; BENCHETRIT, S.F. *Museu, Ciência e Tecnologia* – Livro do Seminário Internacional. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2007, p. 33-48.

SILVA, Jocenaide Maria Rossetto. *História da preservação do patrimônio cultural: as políticas públicas e os museus de Mato Grosso (2003 a 2009)*. Rio de Janeiro: 2009. IPHAN/COPEDOC FUNDAR - 1º Edital IPHAN Copedoc/Fundar - seleção de pesquisa da preservação do Patrimônio Cultural no Brasil. (monografia, 95p.)

Entrevistas

ALENCASTRO, Aníbal. Geógrafo, escritor e gerente do Museu Histórico de Mato Grosso. [Entrevista concedida à historiadora Jocenaide M. R. Silva]. Cuiabá-MT, 28 mai. 2009.

ARIANO, Heloísa. Professora do curso de Antropologia da UFMT. Supervisora do Museu Rondon desde fev/2008, [Entrevista concedida à historiadora Jocenaide M. R. Silva]. Cuiabá-MT, 18 mai. 2009.

CONTE, Cláudio Quoos. Historiador e chefe da Sub-regional da 14ª SR do IPHAN - **Instituto do Patrimônio**

Histórico e Artístico Nacional, [Entrevista concedida à historiadora Jocenaide M. R. Silva]. Cuiabá-MT, **20 mar. 2009**.

DALSICO, Arali Maísa Parma. Historiadora. Presidente da ASAMUR, [Entrevista concedida à historiadora Jocenaide M. R. Silva]. Cuiabá-MT, 26 mai. 2009.

FERREIRA, Ivanildo José. Professor do Departamento de História/ICHS/CUR/UFMT. Atuou na assessoria para a implantação do Museu Rosa Bororo, [Entrevista concedida à historiadora Jocenaide M. R. Silva]. Rondonópolis-MT, 10 ago. 2009.

HURTADO, Elisete M.C. Silva. Historiadora. Funcionária da UFMT e foi supervisora do Museu Rondon. [Entrevista concedida à historiadora Jocenaide M. R. Silva]. Cuiabá-MT, 30 set. 2009.

JESUS, Antônio João de. Indigenista. Foi curador do Museu Rondon e funcionário da Universidade Federal de Mato Grosso. Atualmente é membro da ASAMUR e voluntário no Museu Rondon, [Entrevista concedida à historiadora Jocenaide M. R. Silva]. Cuiabá-MT, 26 mai. 2009.

KURIREUDO, Leonida Maria Akiri. Índia Bororo e curadora do Centro de Cultura Padre Rodolfo Lunkenbein, da aldeia de Meruri e funcionária do Museu das Culturas Dom Bosco, [Entrevista concedida à historiadora Jocenaide M. R. Silva]. Aldeia de Meruri, Município de General Carneiro-MT, 10 set. 2009.

LEVENTE, Maria Antúlia. Historiadora. Coordenadora de Patrimônio da Secretaria Estadual de Cultura de Mato Grosso, [Entrevista concedida à historiadora Jocenaide M. R. Silva]. Cuiabá-MT, **22 abr. 2009**.

REGO, Marildes Ferreira do. Historiadora. Trabalhou na implantação do Museu Rosa Bororo, [Entrevista concedida à historiadora Jocenaide M. R. Silva]. Rondonópolis- MT, 10 ago. 2009.

SILVA, José Tadeu Júlio. Historiador e funcionário da Sub-regional da 14ª SR do IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, [Entrevista concedida à historiadora Jocenaide M. R. Silva]. **Cuiabá-MT, 20 mar. 2009**.

WEISEMANN, Silvânia. Graduada em Informática e Gerente de Museologia da Secretaria Estadual de Cultura de Mato Grosso. [Entrevista concedida à historiadora Jocenaide M. R. Silva]. **Cuiabá-MT, 22 abr. 2009**.

RONDON: DE MATO GROSSO PARA O BRASIL

RONDON: FROM MATO GROSSO TO BRAZIL

Ivan Echeverria⁴⁷

RESUMO: O militar Cândido Mariano da Silva Rondon foi designado para instalar o telégrafo em Mato Grosso. Participou das Comissões das Linhas Telegráficas: de Cuiabá ao Araguaia; no Estado de Mato Grosso; de Mato Grosso ao Amazonas. Determinou o Centro Geodésico da América do Sul em Cuiabá, participou da Expedição Científica Roosevelt-Rondon e elaborou a Carta de Mato Grosso. Foi o Inspetor de Fronteiras do Brasil. Árbitro internacional em Letícia. Relacionava-se com os índios, inclusive pacificando-os. O Marechalato coroou sua vida militar. Sua memória está perenizada por suas obras; seu nome é vivificado por universitários com o Projeto Rondon.

Palavras-chave: Cândido Mariano da Silva Rondon. Mato Grosso. Linhas Telegráficas. Projeto Rondon.

ABSTRACT: The colonel Cândido Mariano da Silva Rondon was chosen to implant the telegraph in Mato Grosso. He participated in the Telegraph Lines Committee: from Cuiabá to Araguaia; in the State of Mato Grosso; from Mato Grosso to Amazonas. He determined the Geodesic Center of South America in Cuiabá, participated in the Roosevelt-Rondon Scientific Expedition and elaborated the Letter of Mato Grosso. He was the Inspector of the Frontiers in Brazil and the International Judge in Letícia. He had a good relationship with the Indians, including pacifying them. Receiving his title as a Marshal was the highest honor he received in his military life. His memory will remain forever as a result of his work; his name is kept alive by university students with the Rondon Project.

Keywords: Cândido Mariano da Silva Rondon. Mato Grosso. Telegraph Lines. Rondon Project.

O mapa da América do Sul possuía um vazio em sua região central. O miolo do continente encontrava-se virgem. Era inexplorado, desconhecido. As populações povoavam tão somente as terras dos litorais, sendo os portugueses pelo lado do Oceano Atlântico e os espanhóis pelo lado do Oceano Pacífico; ambos

procuravam tomar posse das terras observando tratados internacionais, mais presente o *uti possidetis*, ou seja, o direito de posse fundado na ocupação efetiva e prolongada.

Mato Grosso de hoje foi, no Brasil Colônia, um território a pertencer à Coroa espanhola por força do

Tratado de Tordesilhas, firmado entre Espanha e Portugal para resolver a questão das novas terras descobertas; era um meridiano imaginário cortando o nosso país em Belém (PA), ao Norte e em Laguna (SC), ao Sul (SIQUEIRA, 2002). Não obstante, a Coroa portuguesa desconhecia a territorialidade da nova Colônia e, por isso, precisava exercer o domínio do novo continente, sob pena de perdê-lo a outros colonizadores europeus (SIQUEIRA et al., 1990), pois a humanidade se encontrava no período das grandes navegações, com a exploração de novas terras e intensificação do comércio marítimo.

Aquele período foi denominado Renascimento e pode ser definido pelo movimento literário, artístico e filosófico iniciado ao final do século XIV e se estendeu até o final do século XVI, sendo a cultura moderna dele decorrente. Foi um movimento vivificador das capacidades humanas, novo nascimento, nova atitude do homem e despertar da consciência de si próprio e do universo (ECHEVERRIA, 2002, p. 19-21). Portugueses, Espanhóis, Franceses, Holandeses, Ingleses aventuravam-se pelos mares em busca de novas terras, quando nasceram colônias nos novos continentes.

A Corte de Portugal, então, estimulou e incentivou a imigração para o Brasil, concedendo títulos honoríficos e doando grandes áreas de terras. A divisão territorial da nova Colônia foi efetivada, poucas décadas após o descobrimento, sob a forma de capitânicas hereditárias: adaptada do modelo português de distribuição de terras para a produção agrícola denominado sesmarias. Essas capitânicas foram distribuídas a doze pessoas da pequena nobreza da Coroa, sendo seus donatários a maior autoridade, pois possuíam jurisdição civil e criminal sobre os habitantes, dentro dos limites geográficos.

Ao final da década de 1540, criou Portugal um governo geral para ter um maior controle da Colônia,

designando ao governador poderes e trabalhos a realizar, principalmente no combate aos índios tidos como resistentes ao processo de ocupação de suas terras e, por outro lado, formar alianças com nações favoráveis à ocupação portuguesa; a defesa do Brasil Colônia contra os piratas era também fundamental. Competia ao governador geral a fundação de novas localidades, a construção de naus para o comércio marítimo e a preservação do monopólio do pau-brasil.

Essas duas formas de política governamental conviveram muito tempo: as capitânicas hereditárias e o governo central, ambas imprimindo o caráter exploratório do território colonial para a Coroa.

No período colonial brasileiro foram organizadas expedições pelas autoridades ou por particulares, denominadas por Entradas, estas financiadas pelo Governo Português, e por Bandeiras, cujo financiamento cabia aos paulistas. Ambas eram destinadas a explorar o interior virgem com o fito de procurar minérios valiosos e pedras preciosas, assim como, infelizmente, aprisionar indígenas destinados à escravidão, e, por outro lado, capturar fugitivos.

Havia uma densa floresta ao Oeste do continente. Era Mato Grosso ainda inexplorado, não se encontrando no mapa. A procura pelas reservas auríferas foram os primeiros passos para seu desbravamento. Estrategicamente para a Coroa Portuguesa adentrar nas terras mato-grossenses era ampliação de seu poderio econômico.

A integração dessa territorialidade se deu com exploração do rio Cuiabá até sua confluência com o rio Coxipó-Mirim pelos bandeirantes paulistas Manoel de Campos Bicudo e Bartolomeu Bueno da Silva, nos idos de 1673 a 1682; mais tarde, em 1717, Antônio Pires de Campos seguiu idêntico caminho, chegando a localidade de São Gonçalo Velho; integra esse pioneirismo a expedição de Pascoal Moreira Cabral,

o qual, em 1719, descobriu as minas de ouro em nosso território (SIQUEIRA, 2002). Dessa forma, as terras convencionadas à coroa espanhola passaram ao domínio português.

Conquanto a Capitania de Mato Grosso fortalecesse a posse de terras na Colônia, pois ampliava os limites do território português, pelo governo foram concedidos benefícios para manter povoada a região de fronteira com o domínio espanhol. Também se procurou o povoamento e exploração da região entre Vila Bela e Cuiabá, tendo essa política logrado êxito, uma vez que tanto os garimpeiros, quanto os comerciantes requeriam sesmarias para ampliação de suas atividades. Dessa forma, “mineradores transformaram-se também em agricultores, proprietários de terras cultivando ao mesmo tempo lavouras de subsistência, de cana-de-açúcar e criando gado.” Essas atividades fortaleceram economicamente os comerciantes transformando-os em latifundiários (MORENO, 2007, p. 34-35).

No sistema das capitanias hereditárias brasileiras os capitães-generais podiam doar terras aos colonos pelo regime de sesmarias. A Coroa Portuguesa foi a criadora dessa forma de distribuição de terras e exportou o modelo para o Brasil. Eis como era feito o trâmite das concessões (SIQUEIRA, 2002, p. 39):

- a) o interessado solicitava, mediante ofício, uma área de terras, alegando seus motivos pelos quais a desejava;
- b) a concessão era feita em caráter provisório, pelo capitão-general com a carta de doação de “data” de terra de sesmaria, encaminhando o pedido do colono ao rei de Portugal;
- c) a carta definitiva da sesmaria era expedida pelo rei, diante de documento elaborado pelo Conselho Ultramarino.

Tanto quanto as outras Capitanias, a de Mato Grosso – a partir da criação – teve as áreas de terras rurais

distribuídas pela forma de sesmarias.

Outro sistema de governo premia o Brasil: a mudança da Família Real Portuguesa em 22 de janeiro de 1808, com o príncipe regente Dom João à frente, ao fugir da força dos exércitos de Napoleão Bonaparte, invasor de Portugal. Acompanhou a família real, pessoas ligadas à corte, assessores, funcionários e criados (ECHEVERRIA et al., 2010).

O primeiro ato do Príncipe regente **D. João** foi decretar a abertura dos portos brasileiros às nações amigas de Portugal. A Inglaterra foi a principal beneficiária. Em 16 de dezembro de 1815, a colônia foi elevada a Reino Unido de Portugal e Algarves. D. João VI foi coroado rei em 06 de fevereiro de 1818, retornando para Portugal em abril de 1821. Deixou em seu lugar, no Brasil, o filho D. Pedro como príncipe regente.

A separação política entre a colônia e a metrópole foi declarada oficialmente em 7 de setembro de 1822, data da Independência do Brasil, por D. Pedro (ECHEVERRIA et al., 2010).

No governo imperial foi criada a Lei 601/1850, denominada Lei de Terras pela qual as terras passaram a ser adquiridas pela compra. Mantida a grafia à época, eis o texto do:

Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra.

Exceptuam-se as terras situadas nos limites do Imperio com paizes estrangeiros em uma zona de 10 leguas, as quaes poderão ser concedidas gratuitamente. (BRASIL, 2011).

Assim, a terra, de um bem comum, passou a ser um bem individual e sua aquisição dependia de muito capital; passou a ser uma mercadoria, pois podia ser comprada e vendida; passou a ser registrada em Cartório (SIQUEIRA et al., 1990, p. 192-193). A exceção era para as terras situadas a sessenta e seis quilômetros na faixa de fronteiras com países vizinhos.

Nova mudança de regime governamental ocorreu com a Proclamação da República, na qual o militar Cândido Mariano da Silva Rondon teve atuação relevante (VIVEIROS, 2010).

Era noite de 14 de novembro de 1889. Rondon estava de alerta, juntamente com seus amigos republicanos. Havia uma festa de aniversário, estando entre os convidados a família Xavier. Ele foi com sua namorada Chiquita, mas a preveniu sobre a doença de um de seus amigos para poder sair, de imediato, se fosse chamado. Sem dançar, apenas passeando com a namorada de braços dados ou sentado ao seu lado, questionou-lhe ela sobre sua preocupação; repetiu-lhe ser pelo motivo do amigo doente. Chegou a notícia: ele e vários amigos saíram da festa e foram reunir-se com outros no quartel, pois o “amigo doente” era a “monarquia” a se sucumbir.

Por volta das duas horas da madrugada de 15 de novembro e com a chegada de Benjamin Constant houve conferência com os oficiais, inclusive o Cel. Solon. A marinha devia permitir a saída da “Brigada Estratégica”, sendo encaminhado um ofício ao Almirante Wandenkolk, pelos Alferes-alunos Cândido Mariano e Tasso Fragoso, os quais foram portadores da resposta afirmativa. Soaram-se os clarins. Formou-se, então, a “Brigada Estratégica” pelo 1º Regimento de Cavalaria, 9º Regimento de Cavalaria, como infantaria, por falta de cavalos, e do 2º Regimento de Artilharia a cavalo. Era sete horas da manhã e a “Brigada Estratégica” se encontrava em frente ao Quartel General, onde se achava reunido todo o Ministério. Eram entre oito e nove horas da manhã, quando se abriram as portas do Quartel General e foram disparados vinte e um tiros de canhão, com vivas à República. Houve um desfile pela cidade do Rio de Janeiro (VIVEIROS, 2010, p. 51-55).

Depois de sua formação acadêmica na Escola Superior de Guerra, com o título de Engenheiro Militar e o diploma de Bacharel em Matemática e em Ciências

Físicas e Naturais em 1890, no ano seguinte foi nomeado professor assistente da Escola Militar, pelo Fundador da República, Benjamin Constant. Em 1º de fevereiro desse ano, Cândido Mariano, com soldo compatível para constituir família, pediu ao Dr. Xavier e dona Teresa a mão de sua filha Chiquita em noivado e, por extensão, em casamento, marcado para dentro de dois anos, em igual dia e mês do pósterio ano de 1892. (VIVEIROS, 2010).

Com seu compromisso firmado, Rondon veio trabalhar em Mato Grosso e sua noiva Chiquita ficou no Rio de Janeiro. Retornou em março de 1891 para assumir a cátedra de astronomia e mecânica racional, além de substituir os lentes de matemática superior em suas faltas. Assim, diante de tantos compromissos, embora tivesse o desejo de visitá-la todas as noites, somente aos domingos se encontravam. Essas aulas encerraram em 12 de janeiro de 1892, quando passou a visitar diariamente sua noiva.

Com a instalação do novo regime governamental a linha de procedimento de tomar posse de terras para firmar as fronteiras do território nacional se seguia, diante da vasta extensão territorial inexplorada.

Nessa época, o **general** Gomes Carneiro, chefe da Comissão de Construção de Linhas Telegráficas de Cuiabá ao Araguaia, objetivando trazê-lo à sua terra natal, convenceu-o a ir para o sertão com vistas a se dedicar à colocação e manutenção das linhas telegráficas.

A epopeia de Rondon com as linhas telegráficas em Mato Grosso iniciou em 1889, quando foi trabalhar como ajudante-de-ordem daquele general, em cuja missão estendeu 514 quilômetros de fios telegráficos de Cuiabá ao Araguaia, na divisa com o estado de Goiás; em 30 de abril de 1891 esse trabalho foi concluído.

Em 1892 inicia os trabalhos da reconstrução de linhas telegráficas de Cuiabá ao Araguaia.

No ano seguinte Rondon assumiu a chefia do 16º Distrito Telegráfico e Inspetor Permanente dos Destacamentos Militares ao longo da Linha Telegráfica Cuiabá-Araguaia; em 1894, foi encarregado de adaptar o picadão da linha telegráfica às condições de uma estrada de rodagem, denominada por estrada estratégica de Cuiabá a Goiás, cuja construção se estendeu até 1898. Na oportunidade da realização desses trabalhos, se fez o reconhecimento do Leste de Mato Grosso (BRASIL, 2003).

O interesse do poder central era de ligar via telégrafo todos os pontos do imenso território brasileiro para facilitar-lhe a administração governamental. Nesse aspecto, havia o empenho maior de fazer o elo com as cidades vizinhas aos países da Bolívia e do Paraguai. O plano estratégico era esse. A Rondon foi confiada a missão.

A Comissão Construtora de Linhas Telegráficas de Mato Grosso, criada em 27 de junho de 1900, por aviso do Ministério da Guerra possuía uma equipe formada por onze engenheiros militares, seis funcionários civis, um fotógrafo e cem praças. No período de 1900 a 1906, as linhas telegráficas estenderam-se no Sul de Mato Grosso com mais de 1.700 quilômetros e foram construídas 17 estações telegráficas. Porto Murinho e Bela Vista foram as localidades vizinhas ao Paraguai, assim como Corumbá e Coimbra foram limítrofes à Bolívia, onde, estrategicamente para o país, instalou-se o telégrafo. Além disso, de 1905 a 1906 construiu-se o ramal de Cuiabá a São Luiz de Cáceres, numa extensão de 200 quilômetros (VIVEIROS, 2010).

Merece destaque ter sido essa missão grandiosa realizada na região do baixo Pantanal Mato-grossense, onde as águas nem sempre permitiam os trabalhos de campo. Da região pantaneira há o trabalho científico de Rondon denominado “Rio Negro”, uma preciosa aula de geografia e botânica, constante do Relatório Geral da

Construção das Linhas Telegráficas no Estado de Mato Grosso e também endereçado a Alina do Nascimento Tocantins, publicado no livro “Professora Alina: uma educadora além do seu tempo” (ECHEVERRIA et al., 2010).

Concluída a missão de ligar a capital Cuiabá às fronteiras do Estado, encerrando os pontos estratégicos dos confins do Brasil com o Paraguai e a Bolívia passou-se a ter comunicações com a capital da República, então no Rio de Janeiro.

Nova missão foi conferida ao ilustre mato-grossense: a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas (BRASIL, 2003).

O projeto: ligar a capital da República aos territórios do Acre, Purus e Juruá, incorporados ao país. A linha telegráfica era de suma importância diante dos altos interesses nacionais ligados àquelas regiões. Rondon foi chamado pelo presidente Afonso Pena e sendo inquirido sobre o intento, respondeu-lhe afirmativamente sobre a implantação das projetadas linhas telegráficas, a partir de Cuiabá (PINTO, 1993).

O traçado geral aprovado para a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas consistia em demandar à cachoeira de Santo Antônio da Madeira, hoje no estado de Rondônia, iniciando em Cuiabá. A Comissão foi instalada em 1907. O trajeto foi o da estrada construída pelos antigos capitães-generais, de Cuiabá a Vila Bela.

Trabalhos exploratórios pela Comissão Rondon foram realizados, quando foram estudados e registrados fatos novos da geografia brasileira, aliados à biologia: tanto a fauna quanto a flora, assim como a antropologia, na região então desconhecida.

Em Juruena foi organizado o 5º Batalhão de Engenharia, incumbido de realizar a construção das linhas telegráficas de Cuiabá ao Acre e às fronteiras da

Bolívia.

As linhas telegráficas construídas na extensa região mato-grossense foram com fios de ferro zincado, isoladores de porcelana branca, com braços de ferro para sustentá-los. Os postes eram de madeira, de preferência a aroeira e depois o carvão-vermelho, o vinhático, a sucupira-branca, o cumaru etc. (BRASIL, 2003).

Com vistas a instalar a linha eram abertos picadões com a largura de acordo com a natureza da vegetação local e da altura das florestas. No interior da faixa aberta era feita outra da largura de seis metros, de sorte a servir de estrada rodoviária.

As casas das estações para instalação dos aparelhos e para a moradia dos telegrafistas tinham suas construções de acordo com os recursos obtidos; havia casas de madeira, de adobe ou de tijolos, todas assoalhadas e cobertas em geral com zinco ou telhas de barro.

São esses, pois, os registros sintetizados da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas, comandadas por Rondon (BRASIL, 2003).

Rondon, em 1909, determinou o Centro Geodésico da América do Sul o qual está localizado em Cuiabá, na atual Praça Pascoal Moreira Cabral. As coordenadas calculadas por Rondon tiveram confirmação pelo Exército Brasileiro. A praça era conhecida como Campo d'Ourique, onde se realizavam cavalhadas e touradas. No local, em prédio ao redor do Marco Geodésico, por longos anos esteve instalada a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso; hoje funciona a Câmara Municipal de Cuiabá. No marco encontram-se duas placas: a mais antiga constando “Comissão Rondon – latitude Sul: 15° 95' 56”,80 e longitude Oeste Greenwich: 56° 06' 05”, 55, com a inserção do nome do 1º Ten. Renato Barbosa (1909)” e a outra: “Centro Geodésico da América do Sul – 'A identidade de um povo está alicerçada na história de seus heróis/desbravadores' – Muxirum Cuiabano; Sociedade

Amigos do Marechal Rondon”.

Nos idos de 1913 nascia a Expedição Científica Roosevelt-Rondon, de natureza oficial, com verdadeiro valor científico, objetivando importante contribuição à geografia de uma das áreas menos conhecidas da América do Sul. Tanto os Estados Unidos da América do Norte quanto o Brasil passariam a ter elementos geográficos e de história natural daquela região amazônica. Foram recolhidos, na região, material científico para ambas as pátrias; fez-se contatos com os indígenas; descobriu-se e foi feito levantamento de rios até então desconhecidos, explorou-se o célebre Rio da Dúvida, cuja denominação passou a ser Rio Roosevelt, fazendo-se o registro cartográfico dos trabalhos realizados. A expedição foi concluída no ano seguinte (VIVEIROS, 2010).

Escreveu o Presidente Roosevelt um livro com descrição sobre sua viagem denominado *Through the Brazilian Wilderness*, o qual por solicitação de Rondon foi autorizada a tradução para o português (VIVEIROS, 2010, p. 405).

No período de 1919 a 1924 foi Diretor de Engenharia do Exército e Chefe das Linhas Telegráficas. Atuou, ainda, como Inspetor das obras contra as secas no Nordeste. Rondon foi o Comandante das Forças em Operações no Paraná e Santa Catarina, para combater os revolucionários de São Paulo, nos anos de 1924-1925 (VIVEIROS, 2010).

A partir de 1926, designado Inspetor das Linhas Telegráficas, o Marechal Rondon incumbiu-se de elaborar a Carta de Mato Grosso e Adjacências, um estudo geográfico e cartográfico a expressar o conhecimento de sua terra natal, cuja publicação se deu em 1952, sendo, na época, encaminhado ao Ministério da Guerra – Estado Maior das Forças Armadas e ao Governo do Estado de Mato Grosso (LIMA JÚNIOR, 2011).

No período de 1927 a 1934 foi Inspetor das Fronteiras do Brasil. Sua nomeação foi objetivando proceder à minuciosa inspeção das fronteiras do País, para estudar as condições de seu povoamento e segurança. a

Os serviços iniciaram ao Norte, pela Guiana Francesa, Guiana Inglesa e Sul da Venezuela; a seguir, na segunda campanha, a inspeção foi nas fronteiras com a Guiana Holandesa, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia. No terceiro estágio foram inspecionadas as fronteiras com a Bolívia, Paraguai e Argentina, tendo como meta o vasto perímetro da barra do Chui, pelo Rio Grande do Sul. Os encargos foram paralisados com a Revolução de 1930. Somente mais tarde, quando restabelecido o serviço da Inspetoria de Fronteiras, foram apresentados relatórios e mapas, em escrupulosa prestação de contas à Pátria, conforme asseverou Rondon. Tais trabalhos estão entre as suas maiores contribuições ao Exército Brasileiro.

Respondendo a uma consulta formulada pela Professora Alina do Nascimento Tocantins, membro Conselho Superior de Ensino de Mato Grosso, em 3 de novembro de 1932, é elaborado um tratado científico sobre a orografia de Mato Grosso, ou seja a descrição das montanhas do vasto território mato-grossense. Esse trabalho, também endereçado a Alina do Nascimento Tocantins, encontra-se publicado no livro “Professora Alina: uma educadora além do seu tempo” (ECHEVERRIA et al., 2010).

Colômbia e o Peru possuíam problemas de limites de suas fronteiras desde as declarações de independência. Firmado, em 24 de março de 1922, o Tratado de Salomon-Lozano, com o propósito de resolver definitivamente toda a controvérsia sobre seus direitos territoriais, a cidade de Letícia ficaria incorporada ao território da Colômbia. A economia local era incipiente, mas era uma área situada entre os rios Putumaio e

Amazonas, este último naquela região denominado por rio Solimões, cujo acesso direto para navegação fluvial interessava aos colombianos.

Peruanos do Departamento de Loreto não concordaram com a decisão governamental em ceder Letícia e, dessa forma, ocuparam a região em 1º de setembro de 1932; inicialmente o atuação foi considerada um movimento rebelde, sem apoio do governo; no entanto, as manifestações contrárias àquela cessão cresceram nacionalmente, obrigando a administração pública peruana a mudar de opinião.

O Brasil, por interesses geopolíticos, ofereceu-se para ser conciliador nas relações entre os países vizinhos da Colômbia e Peru.

O presidente do Brasil era Getúlio Vargas, a quem o general Cândido Mariano da Silva Rondon entregou, em 1934, o seu relatório de Inspeção de Fronteiras, a qual chefiava juntamente com a da Comissão Telegráfica a partir de 1927. O relatório foi acompanhado de treze cartas dos países limítrofes, da foz do Oiapoque ao Arroio do Chuí. Naquela oportunidade, o general Rondon declarou ao presidente: “estar convencido de ter cumprido meu dever, como soldado e como cidadão” (VIVEIROS, 2010, p. 557).

Não obstante, o Presidente conclamou-o para aceitar o novo encargo pela Pátria. A missão internacional foi realizada.

O trabalho de Rondon foi de um árbitro internacional atuando em questões políticas; aliás, o primeiro de que se tem notícia no continente americano e quiçá no mundo, objeto das atividades executadas em Letícia, com os governos do Peru e Colômbia (VIVEIROS, 2010).

O Marechal Rondon elevou o nome de Mato Grosso ao Brasil e ao mundo. Desbravou regiões ainda selvagens do território de nossa pátria, entregando-as à vida civilizada.

De outra forma a tudo quanto se tinha notícia dentro e fora das fronteiras brasileiras, para se conseguir a ocupação de regiões bravias, surgia um espetáculo totalmente inédito de Rondon entregando à pátria, regiões desconhecidas com toda a população nela existente, mansamente afeiçoada ao nosso povo e preparada para receber o progresso civilizatório, as modificações da nossa vida e as transformações econômicas e sociais do mundo.

oi intitulado como o *Encantador dos Índios* (BADET, 1951, p. 23):

Ce militaire paradoxal est un apôtre de la "non violence". Sa devise, celle qu'il a donnée au "Service protection des Indiens" est: Se faire tuer si c'est nécessaire. Ne jamais tuer! - et nous verrons qu'il ne s'agit pas là seulement d'une formule vide de sens.

Il semble que certains naissent prédestinés à une mission. Pour braver pendant 40 ans les fatigues, les dangers de la vie dans une nature vierge, il faut à l'homme une santé, des muscles de fer - un corps d'athlète. Pour répondre à la violence par la douceur, à l'embuscade par le don de présents, il lui faut une âme d'apôtre.

Rondon a une âme d'apôtre dans un corps d'athlète.

Desse texto, nas orações abaixo, é apresentada a sua tradução livre:

Este militar paradoxal é um apóstolo da "não violência". A sua patente, aquela que deu ao "Serviço de Proteção aos Índios" é: Morrer se for necessário. Nunca matar! - e veremos que não se trata lá apenas de uma fórmula vazia de sentidos.

Parece que alguns nascem predestinados a uma missão. Para enfrentar durante 40 anos os cansaços, os perigos da vida numa natureza

virgem, é necessária ao homem uma saúde, músculos de ferro - um corpo de atleta. Para responder à violência pela doçura, à emboscada pelo dom de presentes, necessita uma alma apostolar.

Rondon tem uma alma de apóstolo em um corpo de atleta. (BADET, 1951, p. 23):

Badet, inclusive, enaltece as qualidades do homenageado em sua obra, como o apóstolo da não violência. As palavras do autor francês ratificam aquelas apresentadas por Rondon ao contar sua vida a Ester de Viveiros.

Durante sua vida, o mato-grossense Rondon dedicou-se a duas causas mestras: a ligação dos mais afastados pontos da fronteira e do sertão brasileiro aos principais centros urbanos e a integração do índio à civilização. Uma ou outra tarefa seria suficiente para justificar seu nome na História, mas o ilustre militar foi muito além.

Além de suas conquistas, as expedições comandadas pelo Marechal contribuíram para vários novos rios figurar em nossos mapas, objeto de suas explorações fluviais; vinte mil exemplares de nossa fauna e flora, devidamente inventariados enriqueceram o Museu Nacional; foi integrada ao território brasileiro uma área de quinhentos mil quilômetros quadrados. De seus relatórios, compilou-se, em setenta volumes, conhecimentos científicos das áreas da Biologia, Geologia, Hidrografia, além de vários aspectos de regiões desconhecidas.

Sua obra foi reconhecida além fronteiras do Brasil, elevando o nome do nosso País. No Livro da Sociedade de Geografia de Nova Iorque, seu nome está escrito em letras de ouro maciço por ter sido o maior explorador a penetrar em terras tropicais, ao lado de outros imortais como Amundsen e Pearru, descobridores dos polos

Norte e Sul; e Charcot e Byrd, exploradores a penetrarem profundamente em terras árticas e antárticas (VIVEIROS, 2010, p. 611-612).

Sua tenacidade, dedicação, abnegação e altruísmo, atributos evidentes de sua personalidade, e seu trabalho com as linhas telegráficas e a abertura de estradas, tornaram-no merecedor, com indiscutível justiça, do título de Patrono da Arma de Comunicações do Exército Brasileiro, sendo sua data natalícia, 5 de maio, tomada como o Dia Nacional das Comunicações.

Merecem destaques testemunhos a respeito do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon:

No passado, um modesto mimoseano, nascido nos arredores de Cuiabá, realizou a integração de Mato Grosso e Goiás no começo deste século e, coroando a sua obra gigantesca, levou as linhas telegráficas de Cuiabá a Rio Branco e Manaus. Foi Rondon, o maior sertanista do século, êmulo de Livingstone, cuja obra grandiloqua transpôs as fronteiras pátrias para conferir-lhe a consagração universal (LEITE, 1979).

Toda a vida de Rondon foi um esforço continuado em busca do ideal delineado na mocidade, servindo ao país por quase meio século. Ele representa um símbolo do Brasil, na construção da sua grandeza (ARRUDA, 1999).

O Campeão das Selvas foi, entre nós, pelo seu grande prestígio que desfrutou universalmente, dos homens mais louvados e condecorados, sendo membro das agremiações mais importantes e de quase todos os Institutos Históricos e Geográficos nacionais, bem como de alguns estrangeiros, por isso que todos, a uma, reconheciam, de fato, a sua erudição estupenda, a sua inteligência privilegiada, a sua capacidade de trabalho piramidal e peregrinas virtudes de caráter, que o fizeram herói autêntico e sublime das gerações deste século.

(TOCANTINS, 1958)

Em homenagem ao bandeirante do século XX, Marechal CÂNDIDO MARIANO DA SILVA RONDON, foi gestado em 11 de julho de 1967, o Projeto Rondon, de autoria do professor Wilson Choeri, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (PROJETO, 2011).

Trinta universitários do Rio de Janeiro e o professor Omir Fontoura seguiram para Rondônia, dando início ao Projeto, cujo lema nasceu da ideia de *INTEGRAR PARA NÃO ENTREGAR*.

O projeto tem por finalidade mobilizar a juventude universitária em estreita articulação com as Instituições de Ensino Superior, para a promoção da cidadania, dos direitos humanos e do desenvolvimento local sustentável das comunidades socialmente vulneráveis.

Os Rondonistas de hoje têm uma visão mais real do seu país, adquirem a vontade e a certeza de poder mudar o destino de uma comunidade por eles assistida, ao executarem grandes ou pequenas ações.

Agregando vinte e quatro Associações Estaduais de Rondonistas, há a Associação Nacional dos Rondonistas, a qual demonstra a atualidade de seu ideário, enfrentando a gigantesca tarefa de manter a identidade de independência e vanguarda na mobilização estudantil e expandir de forma mais significativa a sua atuação.

A existência dessa longa história de sucesso e em plena atividade com seus 44 anos, o Projeto Rondon, vivo, pereniza o nome de seu patrono, o Marechal CÂNDIDO MARIANO DA SILVA RONDON.

⁴⁷ Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e Titular da Cátedra nº 175 da Academia Nacional de Economia, Mestre em Educação. E-mail: iv.echev@gmail.com.

Referências

ARRUDA, António. *Vultos Eminentes*. Cuiabá, [s.n.], 1999.

BADET, Henri. *Rondon, Charmer d'Índiens*. Paris, France: Latines, 1951.

BRASIL. Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850. *Lei das Terras*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acessado em: 16 jul. 2011.

BRASIL. Senado Federal. *Missão Rondon: apontamentos sobre os trabalhos realizados pela Comissão de Linhas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas / sob a direção do Coronel de Engenharia Cândido Mariano da Silva Rondon, de 1907 a 1915*. Edições do Senado Federal. Brasília: Senado Federal, 2003. v. 8.

ECHEVERRIA, Ivan. A História, a Educação e a Ciência Contábil. In: *Curso de Ciências Contábeis: currículo e gestão numa Instituição de Ensino Superior – 1993/2000*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Cuiabá, UNIC. Cuiabá, 2002. cap. 1. 189 f.

ECHEVERRIA, Ivan; FREIRE, Nilza Queiroz; TOCANTINS, Aecim. *Professora Alina: uma educadora além do seu tempo*. Cuiabá: KCM, 2010.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 4. ed.. rev. atual. Dicionário Eletrônico. Versão 6.0. Curitiba: Positivo Informática, 2009. CD-ROM.

GETÚLIO Vargas e a Política Externa. *A questão de Letícia*. Disponível em: <http://getuliovargas.weebly.com/questo-de-leticia.html>. Acessado em: 12 jun. 2008.

LEITE, Luis-Philippe Pereira. *Três Sorocabanos no arraial: Mato Grosso nos seus primórdios*. São Paulo: Resenha Tributária, [1979?]

LIMA JÚNIOR, Luiz Gustavo de Souza. Em busca do acontecimento: uma leitura da Carta do Estado de Mato Grosso e Regiões Circunvizinhas (1952). *Anais...* 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. Paraty, 10 a 15 de maio de 2011.

MORENO, Gislaene. *Terra e poder em Mato Grosso: política e mecanismos de burla – 1892 a 1992*. Cuiabá: Entrelinhas; EdUFMT, 2007.

MUNDO EDUCAÇÃO. *História do Brasil: Brasil Colônia*. Disponível em: <http://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/brasil-colonia.htm>. Acessado em: 27 mar. 2008.

PINTO, Emanuel Pontes. *Caiari: Lendas, Proto-História e História*. Rio de Janeiro: Artes Gráficas, 1986.

PINTO, Emanuel Pontes. *Rondônia: evolução histórica*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993.

PROJETO RONDON. *Projetos. Eventos. Manual do Rondonista*. Associações Estaduais. Disponível em: <http://www.projettorondon.org.br>. Acessado em: 01 jul. 2011.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira; COSTA, Lourença Alves da; CARVALHO, Cathia Maria Coelho. *O processo histórico de Mato Grosso*. 3. ed. Cuiabá: Guaicurus, 1990.

TOCANTINS, Amidicis Diogo. Marechal Rondon. *Revista AABBSantos*. Santos, maio/ago. 1958. v. 11, n. 125/128. p. 51-53.

VIVEIROS, Esther de. *Rondon conta sua vida*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2010.

ASPECTOS DA HISTÓRIA POSTAL DE MATO GROSSO

ASPECTS OF THE POSTAL HISTORY OF MATO GROSSO

Geraldo de Andrade Ribeiro Jr.⁴⁸

João Roberto Baylongue⁴⁹

No início, o governo da então Província de Mato Grosso organizava o serviço postal em função de suas necessidades e das poucas rotas existentes, por caminhos incipientes e de difícil transposição, tendo em vista a Inexistência de correio oficial local. As cartas se dividiam em dois grupos distintos: as comunicações oficiais, as quais eram transportadas geralmente por militares e as cartas particulares transportadas junto às demais, mas, por diversas vezes rejeitadas em determinadas rotas, em razão de circunstanciais proibições de comunicações, geralmente devido à descoberta de novas minas de ouro.

O volume de correspondências era muito pequeno, em face da escassa atividade comercial, bem como do elevado índice de analfabetismo. Em casos de urgência ou, ainda, de comunicação que exigia garantias extras de sigilo, eram utilizados mensageiros particulares, os denominados “próprios”, “positivos” ou “particulares”, de custo elevado e acessível a poucos. Havia, de maneira esporádica, a utilização dos tropeiros, que demandavam, função de seu mister, às diversas partes da Província.

No período imperial já existiam linhas postais convencionais cortando o território de Mato Grosso,

ligando as poucas vilas existentes ao mundo exterior. Paralelamente, havia o Correio Militar para as guarnições de fronteira, em particular os Fortes Príncipe da Beira e Coimbra. O que se sabe, ao certo, é que em 1856 havia as seguintes agências: Cuiabá, Poconé, Santa Maria, Piquery, Matto Grosso, Rio Grande, Albuquerque, Sant' Anna da Paranahyba, Diamantino e Miranda.

O início da História Postal de Mato Grosso está intimamente ligada à História Postal de São Paulo, devido ao papel desempenhado pelo rio Tietê, que foi o primeiro caminho de penetração para o interior do país, já no primeiro século de colonização.

Por volta de 1720, caminho consolidado para as minas de ouro do sertão de Goiás e Mato Grosso, o rio Tietê via crescer a sua navegação, não só com o crescente número de aventureiros em busca de ouro e pedras preciosas, como por expedições governamentais, organizadas pelo Capitão General da Capitania de São Paulo (1765 - 1775), D. Luiz Antônio Sousa Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, o qual se achava empenhado em alargar e consolidar as fronteiras, povoando as terras além da atual cidade paulista de Itu.

O Tietê foi o "instrumento máximo de penetração do Brasil sul ocidental", segundo Afonso de E. Taunay e, de acordo com Basílio de Magalhães: "de suas margens partiu o movimento conquistador do todo o Sul, do Centro e do Oeste." Esta era a grande estrada aberta para manter o terreno conquistado.

Até o início do século 19 esta via de penetração esteve ativa, quando começou a declinar, face às facilidades apresentadas pelos caminhos de terra, mais curtos e possibilitando o transporte de cargas em lombo de mulas bem como a mudança de rota, já com o advento da navegação a vapor, adotando-se a subida dos rios Paraná e Paraguai, foi encerrado o período áureo do rio Tietê como "estrada do sertão." O rio Tietê foi utilizado como linha postal, por cerca de 200 anos, desde a época anterior ao correio organizado até o final do século 19 e, até mesmo o início do século passado. Existem escassas, porém preciosas referências desta, e, em particular, a análise das cartas da Expedição Langsdorff, iniciada em 1826, permitem visualizar o tráfego postal do período.

Em "Documentos Interessantes do Arquivo do Estado de São Paulo", acha-se, datado de 06/12/1734, um documento sobre o "mao sucesso da guerra contra o Gentio Payaguá e o procedimento irregular do ouvidor de Cuyabá", no qual há expressa citação: "...a presente ocasião contraria a minha esperança qual se pode ver pelas cartas que nas canoas de Cuyabá me chegarão na presente monção.... Em 03/05/1776 - Carta de Martim Lopes Lobo de Saldanha, para o Capitão André Dias de Almeida, em Araritaguaba: "O Patrono das Canoas vindas de Cuyabá, José Francisco não só me entregou a carta de...".

Em seu "Diário de Navegação", Teotônio José Juzarte afirma que encontrou, a 10/05/1769, cartas que os cuiabanos costumavam depositar no ôco de uma árvore, junto a uma pousada, para serem recolhidas e

transportadas pelos viajantes. Trata-se do "correio do toco", prova eloquente da sistemática postal da época. Recentes pesquisas dos autores permitiram localizar o citado pouso no atual estado de Mato Grosso do Sul, sendo esta uma dos mais interessantes e curiosos aspectos de nossa História Postal.

A partir de 1800, o Governador da Província de São Paulo estabeleceu diversas melhorias e controles no serviço e nas taxas cobradas pelos correios, de modo a se evitar desvios de valores, manter o sigilo da correspondência, etc., conseguindo implantar um correio regular no estado e da capital para as principais vilas do interior, estendendo as linhas para as províncias limítrofes, existindo farta documentação a respeito. Em 24/09/1800 expediu Alvará:

Tendo mandado crear um Correio na Vila de Porto Feliz, donde partem as canoas, tanto para a Vila de Cuiabá, como para Vila Bela de Mato Grosso, e pelo expediente do mesmo serão remetidas a cada uma delas as suas respectivas cartas que ou ali se lançarem, ou forem importadas pelos correios interiores desta Capitania. Quanto ao porte das mesmas cartas, conformo-me inteiramente com o que se acha estipulado e consta do Artigo 4º do 1º Bando de 25/01/1799, uma vez que elas sejam lançadas no Correio de Porto Feliz, e levadas em diretura para qualquer das ditas vilas mas como além destes Correios dirigidos via dos Rios, tem de ser conduzidos por outro de terra desta cidade para a dita Vila de Porto Feliz e vice versa,....".

A partir desta data e, principalmente após a independência, as linhas se multiplicam, interligando as principais vilas. A simples observação das datas das partidas e chegadas de navios, as datas das cartas, bem como o percurso adotado permite visualizar, claramente, as dificuldades existentes

e as alternativas adotadas nas rotas utilizadas e a intensidade do tráfego postal permite constatar o tipo e a dimensão das atividades comerciais. Desta forma fica evidenciada a importância da Filatelia como uma ciência auxiliar da História.

A esta altura também se chegava a Mato Grosso por caminhos de terra, pelo vale do Paranapenema e pelo Triângulo Mineiro, caminhos estes mais curtos para certos destinos, o que foi inviabilizando a utilização da rota fluvial do rio Tietê.

O Decreto n ° 23 do Ministério da Guerra, de 06/04/1820, manda estabelecer correios entre as diversas províncias deste Reino “[...] Goiaz, estabeleça desta Província para a cidade de Cuyabá um correio regular, entendendo-se com V.Excia. no que tocar ao território do districto de Matto Grosso [...]” Em 28/04/1835, ocorre a organização da Administração do Correio da Província de Mato Grosso: “A Regência em nome do Imperador o senhor D.Pedro Segundo, em conformidade do Decreto de 05/03/1829, há por bem organizar a Administração do Correio da cidade de Cuyabá, com os lugares mencionados na relação que com este baixa, assignada por Joaquim Vieira da Silva e Souza, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império que assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessários”.

A título de curiosidade, os nossos primeiros selos, os Olhos de Boi emitidos em 01 / 08 /1843 somente foram enviados a então Província de Mato Grosso em 30 / 04 / 1844 (34.000 exemplares), praticamente um ano após terem sido emitidos.

A partir da segunda metade do século XIX, com o advento da navegação a vapor e com a abertura da navegação do Rio Paraguai, encerrou-se o ciclo do Rio Tietê como “estrada do sertão”. Mas, por volta de 1864, a Guerra do Paraguai bloqueou as comunicações fluviais e prejudicou as terrestres, isolando Cuiabá e

parte do estado do resto do mundo. Pela análise dos contratos das companhias de navegação pode-se ver a importância postal desta nova rota, como por exemplo o Decreto 5.200 de 11/01/1873 que trata do contrato dos Correios e a Conceição e Cia. para a ligação das linhas costeiras e fluviais de Mato Grosso e o Decreto 5612 de 25/01/1874, o qual trata da Cia.de Navegação a Vapor Montevideo / Mato Grosso. A partir de então, a maioria das correspondências seguia para a capital da república e, principalmente, para o exterior, via Montevideo. De 1850 a 1914, a principal via de comunicação postal era pelo Rio da Prata, via Montevideo, num longo trajeto fluvial / marítimo.

A partir de 1892 foram estabelecidas linhas telegráficas entre o Mato Grosso e os estados vizinhos, de modo a ligá-lo à capital. O Mal. Cândido Rondon teve importante papel e os telégrafos em Mato Grosso tem uma longa e rica história própria, mas isto é uma outra história a ser devidamente contada.

Por volta de 1914/15, o governador do estado efetuou excursão pelas suas diversas cidades, narradas no Album Gráfico de Matto Grosso, da qual são dignas de nota as suas observações:

Ponta Porã não tem telégrapho nem linha de Correios, não obstante ser sede do do 17 ° Regimento Federal de Cavallaria. A correspondência entre os seus habitantes e os de Bella Vista e de outras localidades é feita pelo Correio da República vizinha! A mesma falta encontrei entre Campo Grande e Tres Lagoas. Em geral, esse serviço, onde o mesmo existe no Sul do Estado, não é feito com a regularidade desejável e d'isso queixa-se a população do Sul. Levei estes factos ao conhecimento do Sr.Ministro da Viação, solicitando as providências que o caso exige: tendo S.Ex. respondido que ia providenciar dentro das verbas orçamentárias. Aqui também

entendi-me com o Sr. Administrador dos Correios, Major Antônio Thomaz de Aquino Corrêa, no intuito de sanar esta grave falta que não deve continuar em serviço de tão relevante importância. (Album Gráfico de Matto Grosso)

Em 1914 inaugurou-se a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, ligando São Paulo a Corumbá o que permitiu um novo acesso ao estado, antes baseado na navegação do Rio da Prata e modificou sobremaneira as rotas postais. Desta forma, a linha postal de Campo Grande para o restante do mundo, via Aquidauana e Rio Paraguai, foi praticamente extinta, incrementando-se a ligação direta com São Paulo e Rio de Janeiro, pela nova via férrea, muito mais rápida.

O mapa postal da Administração dos Correios de Mato Grosso e Corumbá (1930) é uma preciosa fonte de

reconstituição da rede postal da época, apresentando as linhas fluviais e terrestres, bem como a frequência das respectivas linhas. A década de trinta trouxe as primeiras linhas do correio aéreo acelerando ainda mais as comunicações de Mato Grosso.

As dez primeiras agências foram evoluindo até se atingir o grande número de agências atualmente existente, havendo diversas unidades abertas e posteriormente fechadas, outras renomeadas, em função de circunstâncias políticas e econômicas, totalizando cerca de 300 agências postais diferentes. A análise da abertura e / ou localização das mesmas poderá servir como um instrumento de análise da própria história política e econômica de Mato Grosso.

Eis, em rápidas pinceladas, alguns aspectos da História Postal de Mato Grosso, especialmente para a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 2011.

⁴⁸ Membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

⁴⁹ Membro da Associação Brasileira de Carimbologia.

Referências

BRASIL. CORREIOS. *Relatório Postais* (1829 - 1930)

NOBREGA, Mello. *História do Rio Tietê*. São Paulo: EdUSP, 1981.

ARQUIVO PÚBLICO DE SÃO PAULO. *Documentos Interessantes* - Diversos Volumes. São Paulo: APSP, s/d.

RIBEIRO Jr., Geraldo de Andrade e BAYLONGUE, João Roberto. *Primórdios da História Postal de São Paulo* – Exposição de História Postal. São Paulo: APSP, 1998.

RIBEIRO Jr., Geraldo de Andrade e BAYLONGUE, João Roberto. *História Postal do Rio Tietê*, Catálogo da LUBRAPEX 95, São Paulo, 1995.

MATO GROSSO. *Album Gráfico de Matto Grosso*. Hamburgo: Ayalla, 1914.

KURCHAM, Mário D. *Servicios Fluviales de Correios em la Cuenca del Plata, 2ª parte. Cuadernos FAEF n. 3.*



Resenha

MEDEIROS, M. M. de. *Construção da Figura Religiosa no Romance de Cavalaria*. Dourados: UFGD/ UEMS, 2009. 173 p.

MEDEIROS, M. M. de. *Construction of the Religious Figure in the Chivalry Novel*. Dourados: UFGD/ UEMS, 2009. 173 p.

**Melina Lima Pinotti
Danilo Leite Moreira**

Pesquisar fatos que ocorreram no passado não é nada fácil. Imagine, então, como é morar no estado de Mato Grosso do Sul e pesquisar sobre literatura medieval! O livro resenhado foi recentemente lançado pela Professora Doutora Márcia Maria de Medeiros, do curso de História da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)/ Unidade Universitária de Amambai. Trata-se dos resultados de sua tese de doutoramento em Letras e deve interessar, sobretudo, aos medievalistas, admiradores da História Medieval ou, até mesmo, aos apaixonados por literatura medieval.

A autora possui graduação em História, pela Universidade de Passo Fundo UPF), mestrado em

História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e doutorado em Letras pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Tem experiência de ensino, pesquisa e extensão na área de História, particularmente na História Cultural, envolvendo a Idade Média.

O livro *Construção da Figura Religiosa no Romance de Cavalaria*, publicado pelas editoras da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e da UEMS, em 2009, tem formato pequeno (15,5 x 22 cm), acabamento em brochura, capa de cor vermelho escuro e 173 páginas. É dividido em quatro capítulos com textos concisos e que discutem as relações entre cultura popular e cultura

erudita na Idade Média.

No primeiro capítulo, intitulado *Religiosidade Medieval – A construção do arquétipo religioso*, Medeiros faz uma síntese sobre o fortalecimento da Igreja Católica e suas diversas fases para a consolidação de uma religião coesa e centralizada. Tal processo aconteceu após a queda do Império Romano, pois, segundo explica a autora, “[...] a igreja foi o grande agente de ligação entre o mundo antigo e o mundo medieval” (p. 23).

Ao longo do primeiro capítulo, a historiadora utiliza-se de renomados autores medievalistas, tais como Jaques Le Goff, Hilário Franco Júnior, dentre outros. Ao explicar o significado do homem medieval, percebe-se a construção do cotidiano dos homens comuns durante a Idade Média. A Igreja Católica influenciou na formação da sociedade e do imaginário medievais, uma vez que “[...], há que se salientar que a mentalidade medieval difere de tudo o que já se viu: trair um juramento feito sobre relíquias santas significava incorrer no pecado de felonía” (p. 42).

No segundo capítulo, intitulado *o Romance de Cavalaria na Historiografia Literária*, a autora mostra a produção mais recente a respeito da historiografia literária medieval. Sabe-se que as fontes são essenciais no trabalho de qualquer historiador e, nesse aspecto, Medeiros encontrou na literatura informações que muito dizem acerca do período medieval na Europa.

A tradição épica da literatura medieval é, simultaneamente, histórica e lendária (p. 65). Assim, por meio da literatura, é possível encontrar aspectos de determinado período, tais como os valores que são preservados pelo tempo, fazendo-se presentes no cotidiano atual. Uma obra literária não nasce de um dia para o outro e para que se possa produzi-la busca-se inspiração em mitos e lendas que vem sendo transmitidos de geração a geração. Por essa razão, é possível encontrar nos romances de cavalaria aspectos que são imemoráveis.

Na literatura medieval é possível encontrar o trovadorismo, estilo literário que surgiu na Idade Média, entre os séculos XI e XV. Tais composições épicas, produzidas durante esse período, trazem contos permeados por amores e lutas. Para a autora, é possível perceber “[...] que a cultura literária do mundo medieval tem em si marcada uma profunda relação entre a cultura tida como erudita (cristã, clerical) e a cultura popular (laica, folclórica)” (p. 91). Dessa forma, busca-se

encontrar aspectos da cultura popular e da cultura erudita nessas obras literárias e em suas personagens, como, por exemplo, Merlim e Melusina.

O terceiro capítulo é intitulado *O Merlim – A cristianização da cultura pagã através da literatura*. O próprio título revela ao leitor o objetivo do capítulo, característica da escrita da autora e que percorre toda a obra, ou seja, clareza e objetividade. O capítulo mostra como a mentalidade medieval interpreta o paganismo, representado por figuras míticas presentes na literatura, principalmente oriundas das tradições culturais celtas. Medeiros explica que o Cristianismo pregado e praticado pelos celtas estava mais ligado aos interesses espirituais, ao contrário de grande parte da Europa na época que tinha o Cristianismo ligado às questões políticas. Assim, defende-se que as marcas da cultura celta foram mais densas no mundo ocidental, influenciando a mitologia em torno da figura de Merlim.

Merlim é um mago, mas também interpretado como um profeta, pois sua mãe, ao se render às tentações do demônio que a desposa, termina por engravidar dele. Conseguindo sua mãe não ser condenada antes do nascimento de seu filho, Merlim nasce com poderes herdados de sua geração: de seu pai, o demônio, herda o poder de conhecer o passado e o presente; abençoado por Deus, pelo arrependimento de sua mãe, herda a sabedoria de prever o futuro. Tais características fizeram a personagem ser interpretada como aquele que representa o ambíguo. Sua dubiedade despertava inveja e desconfiança de alguns, ao mesmo tempo em que era conselheiro oficial dos reis, que nada faziam sem antes consultá-lo. Na figura de Merlim, portanto, estavam presentes o profano e o sagrado, dois lados de uma mesma moeda, já “[...] que olha para o passado com os olhos voltados para o futuro” (p. 110).

O romance de cavalaria *O Merlim* foi escrito entre os séculos XI e XII, por Robert Boron, e em sua análise a autora demonstra claramente por meio das personagens, a mentalidade do homem medieval, bem como a articulação entre o profano e o sagrado. Dentre outras passagens de Merlim no romance, a mais importante delas é a da sua relação com o nascimento do cavaleiro esperado, aquele que viria a ser o rei sagrado, Artur, com sua espada Excalibur, que assim como seu pai Uter, também teve o mago como conselheiro.

No capítulo IV, *Melusina, ou das fadas medievais*, a

historiadora aborda como a figura da mulher era interpretada no medievo, descrevendo a mulher com seus atributos misteriosos de sedução e feitiçaria que se faziam presentes nas aventuras dos cavaleiros. A figura da mulher é enaltecida por meio da representação do feminino presente em passagens literárias que estão voltadas para o universo masculino, como a lenda da espada mágica de Artur. Compreende-se a relevância e o comando dos mistérios femininos representados nas mais diferentes esferas, seja por meio da magia, dos símbolos, da religiosidade ou do paganismo. As características dessas mulheres perturbavam o imaginário medieval, por serem dotadas de encantos, magias e feitiçarias. Essas possibilidades de manipulação dos acontecimentos davam a essas figuras uma representação demonizada, atribuindo ao feminino tudo o que era pecaminoso e satânico.

Nesse contexto se faz presente a lenda da fada Melusina, do romance *A História da Melusina* ou *O Romance dos Lusignan* escrito por D'Arras. A possível origem da obra é explicada no livro *Tratado de História das Religiões*, de Mircea Eliade, e acredita-se que Melusina surgiu nas tradições culturais celtas. Na análise do romance, a autora trabalha sobre os aspectos do imaginário medieval, revelando como a figura da fada era interpretada na época. Melusina era uma fada que, assim como Merlin, representava o profano e o sagrado, pois mesmo sendo boa, tramou contra o próprio pai e foi amaldiçoada por sua mãe. Dessa forma, em determinado dia da semana, Melusina incorporava a maldição, transformando-se em metade mulher e metade serpente, tendo que se ausentar dos olhos do esposo para que este nunca descobrisse sua sina. Melusina casa-se com Raimundo, um cristão que levado pela sua fé termina por amenizar a maldição da linhagem de sua esposa. Por muito tempo, Melusina conseguiu deixar prevalecer seu lado de fada, dando ao marido um reino e filhos homens que, mesmo nascendo com algumas imperfeições na aparência, eram fortes cavaleiros. A presença de uma fada na vida de um mortal proporcionava ao homem prazeres e uma felicidade que o mortal não adquiria sozinho. Tudo aquilo que pertencia a Raimundo, sua riqueza, sua prole era fruto de seu casamento com uma figura mágica, mas como característica comum de todo mortal, Raimundo tem suas fraquezas e desconfianças e termina por não

respeitar o pacto que tinha feito com sua mulher. Diante da fraqueza de Raimundo, a trama tem um desfecho diferente daquele normalmente atribuído a um conto de fadas.

A autora escreve sobre as obras de Deus no Universo, interpretando a fada como uma obra divina e que, ao mesmo tempo, possui inspiração do demônio, nas suas formas de sedução. Assim, se estabelece a relação de Deus com o todo, que compreende o Universo, até mesmo aquilo que é demonizado por certas práticas e, por conseguinte o próprio demônio. Mesmo as fadas beneficiando um mortal em vários sentidos, não eram figuras bem interpretadas pelo imaginário medieval, pois inspiravam desconfianças e também representavam o bem e o mal.

Ainda que casadas com mortais, não estavam completamente integradas ao mundo real, e atribuíam essa dubiedade aos maridos, que por sua vez, eram mortais que desfrutavam de uma riqueza conseguida pelo sobrenatural, fazendo com que isso de fato não lhes pertencesse. Para o imaginário medieval, as fadas eram figuras que representavam os sonhos, mas, também, de certa forma, faziam parte do real, sem se integrar a ele. Assim, fica marcado que o homem medieval não se preocupava apenas com aquilo que era real, pois havia muito mais coisas no Universo que não se explicavam por um fim em si mesmo.

Em sua pesquisa nos romances de cavalaria, Márcia Maria de Medeiros conclui que a cultura popular e a cultura erudita estão entrelaçadas, bem como o paganismo se manifesta no homem medieval para que depois, este, possa ser cristianizado. Tal aspecto se fundamenta na explicação da autora ao concluir que na cultura popular prevalece o paganismo e na cultura erudita o cristianismo, e se o profano e o sagrado se formam em um mesmo contexto, logo existe uma aproximação daquilo que é popular com o erudito.

Acredita-se que uma leitura mais apropriada da obra ocorrerá se o leitor for conhecedor da história ou da literatura medievais. Caso contrário, alguns conceitos poderão passar despercebidos ou até mesmo ser interpretados de forma errônea, tais como a inter-relação do profano e do sagrado, bem como a demonização, pelo imaginário medieval, de certas práticas femininas.



Discurso

Speech

BENEDITO FIGUEIREDO: CENTENÁRIO DE UM MESTRE

BENEDITO FIGUEIREDO: A CENTURY OF A MASTER

Carinhosamente, cumprimento o muito estimado professor Benedito. Pessoa abençoada, a principiar pelo nome.

In memoriam, minha saudação à querida dona Dea. Foi-lhe a grande e única paixão. Juntos, escreveram história de amor invejável. Uma história com começo e meio. Sem fim.

Prezados familiares, extensão do clã dos Figueiredos. Autoridades, que acederam a seu convite. Professores, testemunhas que são da grandeza intelectual do festejado. Ex-alunos e amigos do professor.

Nossos pensamentos mais elevados, nossas ações mais dignas, nossos afetos mais verdadeiros, se formos indagar-lhes a fonte, nós a encontraremos, por certo, no coração de nossos pais.

Nesta tarde, a fechar o fevereiro de 2010, dia 28, o coração sorridente de pai é que nos fala. Permitam-me reproduzir-lhes um pouco do que habita o coração de meu melhor amigo, a quem tenho também por pai.

Convocou-nos ele para bendizermos a Deus. Bendizer, mais que tudo, é render graças, abençoar. Extremamente

generoso: isso o que Deus foi conosco, brindando-nos com esta comemoração centenária, de longe esperada.

Na marcha de nossos dias, aquilo que, de fato, faz com que nossa vida seja diferente é o estilo, o jeitão particular que imprimimos a ela. Soube o homenageado timbrá-la com traços singulares. Elejo três, para mim marcantes, a definirem sua personalidade: **generosidade, identificação com o magistério e seu constante bom humor.**

Nada, nada conhecemos do professor Benedito se desconhecemos sua **generosidade**: esta, andou sempre de braços dados com ele. Adivinhem se isto não é dele: carinho e caridade são vinho da mesma pipa, do mesmo tonel.

No convite que recebemos, algo à semelhança disto: amamos a Deus sobretudo dando um pouco do que temos aos que nada têm. Este o recado: fé sem obras é pura balela. Ou ainda: o homem é o que são suas ações. Reedita, convenhamos, aquilo que ensinava o grande padre Vieira: **palavras sem obra são tiro sem bala: não ferem.**

No pódio das qualidades que o distinguem, não menos relevante é sua **identificação com o magistério**. Esta, sua

segunda marca. Almoçava e jantava pensando em como ensinar melhor. Para não chegar atrasado a seus compromissos, dada a distância entre uma e outra escola, ia lecionar, isso nos idos de 1930, montado em seu inseparável pangaré. Gasolina, das boas, era o que não faltava ao Boneco, esse o nome do cavalo. E dá-lhe capim!

Amante da gramática, pouco se importando com o descabido demérito de que ela foi alvo nos últimos tempos. Jamais compactuou com os gramatiquinhos. Citando não sei qual autor, ponderou certa vez: a gramática não causa dano aos que por ela passam. No entanto, faz danos – e dos graúdos – aos que não passam dela. Por outras palavras, deve ela ser sempre o meio para a feitura de um bom texto, nunca um fim em si mesma.

Leitor apaixonado, isso ele foi. Em seu entender, um livro que não merece ser lido uma segunda vez, também não merece ser lido uma primeira.

Certo dia – quase vinte anos faz –, perguntei-lhe: professor, o verbo envelhecer, devo usá-lo com o pronome ou sem ele? Traduzindo em miúdos: digo eu **me** envelheço, ele **se** envelheceu – adicionando o pronome ao verbo – ou, simplesmente, eu envelheço, ele envelheceu, sem a bengala do pronome.

Sem titubear, tendo ele acentuado que não me daria de pronto a resposta, solicitou que o Joaquim, seu secretário-mor à época, fosse até sua estante e de lá trouxesse o livro Poesias, de Olavo Bilac. Retornando, repassou-me o manual. Quase a provocar, alfinetou o mestre: abra-o na página 224. Imaginem vocês se eu não fiquei boquiaberto. Até a página, ele sabia... E continuou: leia a terceira estrofe, não sem assinalar que ali, por três vezes seguidas, o próprio Bilac daria a resposta. Entre curioso e admirado, obedeci.

Não choremos, amigo, a mocidade!

Envelheçamos rindo! **Envelheçamos** como as árvores fortes **envelhecem**.

Não posso isto esconder: foi a aula mais fantástica que recebi em toda a minha vida. Matou a cobra e, **de chapa** – como dizem os cuiabanos ribeirinhos –, mostrou o pau.

Um terceiro aspecto ilumina a vida deste professor, raro em meio aos mais raros: seu **bom humor**, sua capacidade de tudo adocicar. Nada como nos entreter com algumas passagens, pinçadas da convivência mantida com ele.

Um aluno revelava péssimo aproveitamento em Português. A professora, dedicada sempre, queria corrigir um de seus não poucos erros – hoje a Pedagogia recomenda falemos de desvios, não mais de erros. Pois bem. Mandou-o escrever cem vezes o pretérito perfeito do verbo **caber**. Cem vezes! Afinal, era preciso que aprendesse: ele só dizia **cabeu**, em vez do correto **coube**. A tarefa deveria ser feita depois que as aulas terminassem, uma espécie de castigo.

O garoto, num piscar de olhos, entulhou a página de **coube**: **coube**, **coube**, **coube**... Uma enxurrada de **coube**. No finzinho, tomado de escrúpulos, deixou uma nota no

caderno da professora, já ausente: **Fessora, num escrevi cem vez por causa de que num cabeu**. Diria o bem-humorado Walmir, seu genro: sem comentário!

Para o professor, a palavra é a ponte que lançamos entre nós e os outros. Divertidamente, perguntava: por que **tudo junto** é separado, e **separado** é tudo junto? Por que **calça** você bota, e **bota** você calça? Concluía ele: lógica e língua são como água e óleo: não se misturam.

Quando alguém lhe disse ter gasto cinquenta reais para trocar a correia **dentária** do fusca, atalhou o mestre: menos você gastaria se tivesse procurado seu dentista. Em tempo: seu interlocutor tinha usado correia **dentária**, em vez de correia **dentada**, esta a forma adequada.

E aquela doméstica – juro que não foi a Adair: estou atravessando uma **frase** muito difícil, não tem mais **escondição**.

Outra teria afirmado: minha filha, coitadinha, foi operada da **pênis**, em vez do correto: foi operada do apêndice. Como brincam seus filhos – Maria Luísa, Cármen, Noíse, Olga, Neusa e Cesário –, tudo em respeito à Carta **Magda**. É que alguém, numa dúvida cruel, teria perguntado: seu Dito, o que é, afinal, essa tal de Carta **Magda**? Quem pagou o pato foi nossa Carta **Magna**!

Finalizemos. Por tudo isso, por causa de valores que não se vendem em qualquer botequim da esquina, estamos festejando o centenário de uma pessoa iluminada. No princípio de nossa fala, frisamos que ele é abençoado. A começar do nome, dissemos. Benedito nos vem do verbo latino **benedicere**. É seu particípio passado: **benedictus**. Significa abençoado. Significa protegido dos deuses. Querem mais? Acariciado pela sorte. Quando João Batista nasceu, seu pai, Zacarias, entoou-lhe um canto, iniciado com esta palavra: **benedictus**. É sinônimo de ação de graças. Seja bendito!!!

Se foi abençoado por Deus vida fora, soube nosso homenageado compartilhar essas bênçãos. Derramou-as especialmente sobre seus filhos, genros, netos e bisnetos. Assim como a mangueira deita frutos maduros no chão, fez chover luz sobre os que tiveram a felicidade de com ele conviver. Seus alunos que o digam...

Ao querido professor, a expressão de carinho de todos os presentes. Quanto a mim, e em nome da Lúcia, nosso obrigado filial. O que lhe devo, mestre, não tem preço.

A Deus, neste especialíssimo vinte e oito de fevereiro, nosso agradecimento. A Ele nós **bendizemos**, por nos tê-lo presenteado. Tão importante quanto, **bendizemos** a Deus por nos tê-lo conservado, índice desta incontida alegria que de nós toma conta.

Sua mensagem, professor, nós a levaremos conosco, pelos caminhos da vida. Fascinantes que sejam as palavras, são os gestos que agigantam a capacidade de encantar.

Seja **Benedito**, sempre, professor **bendito**!

Do amigo **Germano Aleixo Filho**.



Notícias

News

EDGARD VIEIRA

Fundador do Bairro Boa Esperança

EDGARD VIEIRA
Founder of the Boa Esperança
neighborhood

Ednar Vieira Diniz

Edgard Vieira, um mestre de obras que, em 1941, veio para Cuiabá, com a construtora Pederneiras. Gostou tanto da cidade que preferiu deixar a firma e permanecer aqui, tornando-se um “pau rodado” cjeio de amor pela capital eterna de Mato Grosso. Ele era um

Carioca de coração cuiabano.

Lutou muito, desbravou o sertão mato-grossense construindo pontes e, assim, levando o progresso para lugares que, hoje, são cidades.

Tomo a liberdade de transcrever parte de um discurso do Dr. Archimedes Pereira Lima, um grande amigo do meu pai:

Nossas relações anteriores, um tanto frias, meramente formais; só nestes últimos anos, quando precisei da sua colaboração e convoquei-o para nos auxiliar, com sua experiência, na construção de um dos mais arrojados empreendimentos do Estado – A Cervejaria Cuiabana – onde ele, aliás, foi uma peça preciosa, funcionando quer como empreiteiro, quer como participante mesmo da empresa, a cujo Conselho Fiscal pertence até hoje; somente a partir daí comeci verdadeiramente a conhecer Edgard. Nossos contatos eram diários e passei inclusive a frequentar sua casa ampla, acolhedora, sempre aberta a quantos o procuram. E pude, aos poucos, não sendo embora um psicólogo, ir penetrando no íntimo do Edgard, conhecendo a sua alma, os seus sentimentos, a sua capacidade imensa de praticar, sem alardes, a caridade, o seu espírito religioso, a fé, em que somos irmãos e devotos do milagroso São Benedito, o santo da devoção dos pobres, que tem hoje, também como qualquer mortal, a sua casa própria, que não foi doada pelo BNH, mas por Edgard, que construiu, praticamente sozinho, um dos mais belos templos da Capital, num

imenso terreno de sua propriedade, doando-o à Cúria, e lá entronizando, gloriosamente, o milagroso santo da sua e da devoção do povo Cuiabano.

Acho que, com as palavras do Dr. Archimedes, relatei para as pessoas que não o conheceram de perto, um homem aparentemente áspero, que falava alto, até gritando, e que dizia sempre o que pensava, mas estava sempre pronto para ajudar a quem precisasse.

A fundação do Bairro Boa Esperança foi um empreendimento, na época, considerado por muitos uma loucura!

Realmente, foi muito penoso, deu muita dor de cabeça, muitos cabelos brancos, muita dificuldade... até financeira! Mas, como ele não desistia, continuou lutando.

No governo do Dr. Fernando Corrêa da Costa, tentou doar 100 lotes para a construção de casas populares. Na época, o Banco Nacional de Habitação – BNH, criado para gerir o FGTS, era dirigido pela Profa. Sandra Cavalcante; seu representante, ou ela própria, esteve em Cuiabá e achou o lote muito grande, onde poderia ser construído não uma, mas duas casas, no que papai não concordou, e o Dr. Fernando, com seu jeito brincalhão, foi logo dizendo que o cuiabano gostava de criar sua galinhasinha para o domingo.

Posteriormente, a Sra. Júlia Torquato, Delegada Regional do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, procurou o papai, Edgard Vieira, e, com muita tenacidade construiu a vila do IPASE, nos 100 lotes da Vila Boa Esperança, como era conhecida, antes do atual Bairro Boa Esperança, doados por Edgard Vieira, um homem de pouca instrução, mas de grande visão; um otimista e realizador. Sonhava alto, imaginava projetos difíceis para a época, porém, dentro da sua força de vontade, contribuiu para o progresso de Cuiabá, construindo três prédios de 10 andares, quando, na pacata Capital, predominavam as casas. Como não podia deixar de ser, denominou-os de Edifício Boa Esperança I, II e III.

Deixou-nos no dia 12 de março de 1985, numa passagem tranquila, reservada para as pessoas boas, como uma dádiva de Deus, segundo dizem os profetas do Povo. Dou graças ao Altíssimo, pois seria muito difícil para ele, agitado como era, conviver com uma doença que o impossibilitasse

das ações. Passou do sono para a morte, dando-nos um grande susto e um pesar muito doloroso, o qual vai se amenizando com o tempo e fica caladinho no íntimo do coração.

[Escrito aos 25/06/2008]

BODAS DE OURO CELITA/AECIM

FIFTIETH ANNIVERSARY
CELITA/AECIM
Nilza Queiroz Freire

Sempre foi muito difícil a vida a dois... Cada um vem de uma procedência, de uma educação, de valor filosófico diferente, entre outras divergências.

Em Mato Grosso – pelo isolamento em que vivemos por 200 anos, aproximadamente –, os casamentos se realizavam entre mato-grossenses.

Daqui poucos saíam para procurar costumes novos; de lá, raramente, chegavam costumes diferentes. Resultado: cultura singular, única!

Quando alguém da minha família falava em namorado, minha avó paterna, Romana – dona saudade! – numa linguagem bem cuiabana, perguntava: Gente de quem ele é? Nessa pergunta estava: quem é sua mãe, sem pai, avô e até bisavô... Sim, porque a pessoa, geralmente, é fruto do meio, com raríssimas exceções.

Entre os muçulmanos, o tio Áli, da novela O Clone (em reprise) já dizia: no casamento há de ser considerado o costume..., o costume, frisava em alto e bom som!

Com o casal Celita/Aecim, antes do namoro, já existia o conhecimento entre as famílias; daí porque verificou-se pouca diferença no dia-a-dia da nova família que construíram há 50 anos!

A madrasta do Prof. Aecim – Dona Alina do Nascimento Tocantins – fazia muito gosto pelo casamento e quem quiser conferir o que estou escrevendo procure ler o livro recentemente lançado na Academia Mato-Grossense de Letras, intitulado Professora Alina: uma educadora além do seu tempo, cuja obra poderá ser encontrada na cita Casa de

Letras.

Para o casal festejar suas Bodas de Ouro, naturalmente recebeu um dos dons do Espírito Santo – a Sabedoria. Não se trata de escolaridade formal, a cultura que bem de fora para dentro, penetra pelos olhos e ouvidos e pode fixar-se ou não em nosso cérebro.

A Sabedoria é diferente, nasce dentro de nós e se exterioriza; surge no âmago (coração) e só pode ser adquirida pela meditação.

Mário Luís e Maria Alice são os filhos do casal; foram criados com muito amor, dentro dos princípios morais, religiosos, éticos e patrióticos. Ele, formado em odontologia; ela, em Economia. A família de origem está aumentando, com a chegada da nora e genro.

- de Mário Luís/Flávia, vieram os netos Guilherme e Gustavo;

- de Maria Alice/Wilson, os gêmeos Aramis e Dante.

Os festejado casal Celita/Aecim já comemorou muitas Bodas, como veremos a seguir:

- 05 anos – madeira

- 10 anos – estanho

- 15 anos – cristal

- 20 anos – porcelana

- 25 anos – prata

- 30 anos – pérola

- 40 anos – esmeralda

- 45 anos – rubi

No dia 23 de janeiro último (2011), o casal festejou suas Bodas de Ouro, pelos 50 anos de feliz união conjugal, ao lado de familiares e amigos que, ao longo do tempo, puderam privar-se da sua convivência e consideração.

O banquete de confraternização foi servido no Hotel Fazenda Mato Grosso, onde compareceram pessoas de todas as idades, num ambiente agradabilíssimo, ao meio de flores, música, comida, bebida, doces de primeira qualidade.

Anotei presenças que se deslocaram de muitos quilômetros, para trazer seus abraços de amizade, senão vejamos:

- Afrânio Corrêa, de Salvador-BA

- Luiz Alves Corrêa e esposa, do Rio de Janeiro-RJ

- as irmãs Nogueira, também da Cidade Maravilhosa

- D. Lourdes Fragelli, viúva do ex-governador de Mato Grosso José

Fragelli, procedente de Aquidauana-MS

- Édicis Tocantins, de São Paulo-SP

- Ronaldo Fontes (cardiologista), esposa e filha, de São Paulo-SP

- Hélio Cabral e esposa, de Goiânia-GO

- Odorico e Celma, de Brasília-DF

Nossos acadêmicos não deixaram de passar a data em banco, destacando-se dois poemas, de Moisés Mendes Martins Júnior, Cadeira 8, lida por Maria Alice, filha do casal homenageado; e de Tertuliano Amarilha, Cadeira 23, lida pelo próprio acadêmico.

Conheci o Prof. Aecim na Escola Técnica de Comércio de Cuiabá, na década de 50; ele lecionava Contabilidade Bancária, com muita competência e de forma clara para atingir o aluno; depois, na mesma Escola, foi Diretor do estabelecimento de ensino, o primeiro com aulas noturnas!

Na época, a energia elétrica era precária e quando, em plena aula, apagava a luz, corríamos para o Jardim Alencastro – para umas voltinhas e paqueras –, uma vez que nossa Escola funcionava no prédio do Palácio da Instrução, no coração da cidade.

O Prof. Aecim, como Diretor, mandou equipar a sala com lampião a gás e, na falta de energia elétrica, os lampiões garantiam a continuidade das aulas, porque, para o Diretor, o ensino estava em primeiro lugar.

Com isso, os nossos namorados tinham que esperar o término das aulas...

O conhecimento com o Prof. Aecim, há 60 anos, aproximadamente, se firmou como amizade, porque ele se casou com a nossa amiga Celita, moça muito distinta, do bairro Mundéo, nossa conterrânea, juntamente com a irmã Carmem.

Por esse convívio pudemos participar das Bodas de Ouro do casal, festa raríssima, quer pelo tempo de vida de cada cônjuge, ou pelo modernismo do divórcio.

A comemoração foi muito bem organizada e funcionou como um relógio da mais alta precisão; daqui desta coluna, parabenizamos o casal pela bênção recebida do Altíssimo e agradecemos o convite por momentos tão bem vividos!

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DA RIHGMT

A Revista incluirá **SUMÁRIO** (artigos em língua portuguesa) e **Contents** (sumário em língua inglesa). Para isso, todos os títulos devem ser grafados em **dois idiomas**.

As **matérias dos dossiês** e **artigos** deverão conter:

- **TÍTULO** no idioma original do artigo e em língua estrangeira (inglês, francês, espanhol etc.), grafado em fonte Time New Roman, fonte 14, caixa alta e negrito, a exceção do subtítulo, que deve ser grafado em caixa e fonte normal, mantendo-se o negrito;

- **RESUMO** em Língua Portuguesa e estrangeira elaborado em um único parágrafo, Time New Roman, **fonte 11**, contendo até 100 palavras, seguidos palavras-chave, únicas ou compostas, e suas equivalentes em língua estrangeira, iniciadas com letra maiúscula e separadas por ponto final.

As palavras **RESUMO** e **ABSTRACT** devem ser grafadas em **caixa alta**, sem negrito, seguida de 2 pontos (:), sendo que **Palavras-chave** e **Keywords** devem ser grafadas em **negrito**, sendo que as palavras-chave que se seguem à estas indicações devem ser em **fonte normal, sem negrito** e em **caixa baixa**, mantendo só **primeira letra em maiúscula**, fonte Time New Roman, fonte 11;

- **Corpo do artigo**, escrito em Times New Roman 12 pt e com espaçamento de 1,5, sendo que a distância entre os parágrafos devem respeitar este espaçamento. As **citações de recuo** (com mais de 4 linhas) deverão ser grafadas em **Time New Roman 11**, espaço **simples** e **fonte normal, sem aspas**. As **citações de até 4 linhas** devem ser citadas no corpo do texto, mantendo a **fonte 12 e iniciado e finalizado com aspas**;

- O texto deverá ter a **extensão** entre 12 a 20 páginas, incluídas as referências e notas de rodapé.

- **A(s) autoria(s)**, colocada(s) logo abaixo do título deverá(ão) ser seguida(s) de nota de rodapé (**fonte 10, espaço simples**), contendo a vinculação institucional do(s) autor(es) dos artigos, maior titulação e endereço eletrônico.

Outras seções da Revista devem conter no rodapé:

- Indicação da vinculação institucional do(s) autor(es), maior titulação e endereço eletrônico, vinculação institucional e endereço eletrônico colocados no rodapé (**fonte 10, espaço simples**) e logo após ser mencionado o nome do(s) autor(es).

Resenha de livro deve conter até 4 laudas (1.600 palavras, aproximadamente) e respeitar as seguintes especificações técnicas: dados bibliográficos completos da publicação resenhada no início do texto, nome(s) do(s) autor(es) da resenha com informações em nota de rodapé, sobre a sua formação e vinculação institucional e **outras notas de rodapé devem ser evitadas**. Somente o **título** deve ser **grafado em duas línguas**.

Discurso: serão publicados os discursos significativos e alusivos a efemérides e comemorações, assim como os de saudação a personalidades ou posse de novos associados. Somente o **título** deve ser grafado em **duas línguas**.

Documentação e Iconografia deverão conter dados dos acervos de onde a documentação está depositada e conter entre **20 e 25 páginas**. Somente o **título** deve ser grafado em **duas línguas**.

Notícias/Memórias/Entrevistas deverão conter no máximo 4 (quatro) páginas. Somente o **título** deve ser grafado em **duas línguas**.

Normas para citações iniciais (fonte 11):

RESUMO: (preferencialmente entre 5 a 8 linhas)

Palavras-chave: (separadas por ponto)

ABSTRACT: (preferencialmente entre 5 a 8 linhas)

Keywords: (separadas por ponto)

Normas para Citação de corpo do texto:

- **As citações de corpo do texto devem obedecer a ABNT, NBR 10520.** Um autor (FERREIRA, 1957); dois autores, separados por ponto e vírgula (DITZ; SANTOS, 1960); três ou mais autores (GARCIA *et al.*, 1966) e quando necessário, finalizado com a(s) página(s): (FERREIRA, 1957, p. 45-47).

- Trabalhos com mesmo(s) autor(es) e mesma data devem ser distinguidos por letras minúsculas logo após a data. Não utilizar op. cit. e evitar o uso de *apud*, preferindo-se utilizar *In*:

- As **notas de rodapé** devem **ser usadas com parcimônia** e ter o caráter exclusivamente explicativo ou para citar fontes documentais, fonte: Time News Roman 10;

- As **referências finais** devem ser **nomeadas apenas como Referências** e listadas em ordem alfabética ao final do texto e estar de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas- ABNT, em 11 pt e com espaçamento de simples, separadas por intervalos de 0,6, seguindo o padrão internacional, como no modelo abaixo.

Referências (colocadas no final do texto, grafada em fonte 12, negrito.

Grafia das Referências: fonte 11, entrelinhas simples e espaçamento entre cada referência (depois) 6.

Livros:

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 12. ed. São Paulo: EdUSP, 2007. 601 p.

MENDONÇA, R. *Dicionário Biográfico de Mato Grosso*. São Paulo: [s.n.], 1953.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Trabalhos vencedores do I Concurso Nacional de Monografias do Supremo Tribunal Federal*. Brasília, 2008.

DEZORZI, Diego. 200 anos do Judiciário independente no Brasil: a (in)adequação do sistema de composição e da vitaliciedade dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. In: BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Trabalhos vencedores do I Concurso Nacional de Monografias do Supremo Tribunal Federal*. Brasília, 2008, p. 299-419.

Capítulo de livro:

ARRUTI, José Maurício Andion. A árvore Pankararu: fluxos e metáforas da emergência étnica no sertão do São Francisco. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999, p. 229-277.

Obra de Coleção

NICOLAU, Jairo. *História do voto no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. (Descobrimos o Brasil).

Artigo de periódico:

PLATO, Alexander von. A descontinuidade da ruptura do sistema e reorientação pessoal. *Revista História Oral*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 9-30, jul./dez. 2007.

Artigos apresentado em evento:

LOPES, Vera Lúcia Leite. Rádio e cultura: a contribuição do boateiro. In: IV Seminário de Linguagens, 2003, Cuiabá. *Anais...* Cuiabá: UFMT, 2003, p. 164.

Trabalhos Acadêmicos: Monografia, Dissertação e Teses:

ATHILA, A. R. *Arriscando corpos: permeabilidade, alteridade e as formas da socialidade entre os Rikbaktsa (macro-jê) do sudoeste amazônico*. 2006. 510 f. Tese (_____ [monografia, dissertação ou tese em Área de conhecimento]) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, 2006.

Citação de sites:

Disponível em <http://...>; acessado em dia/mês/ano.

Entrevista publicada

D'Ávila, Arthur. [Entrevista com]. In: NEVES, Maria Manuela Renha de Novis. *Leões e raposas na política de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Mariela, 2001, p. 49.

Entrevista inédita

OLIVEIRA, Thelma Pimentel Figueiredo de. [Entrevista concedida à historiadora Fernanda Cristina Scalvi]. Cuiabá-MT, 9 jul. 2009.

Documentação manuscrita ou tipográfica

PENNA, Herculano Ferreira. *Relatório* apresentado na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1863. APMT, caixa ____.

Documentação fotográfica

ÁLBUM fotográfico do TRE-MT. 1º registro: 11 e 12 de junho de 1992 – *1º Encontro de Juízes Eleitorais de Mato Grosso*. Cód: AF-1992-1993. Biblioteca TRE-MT. Total de fotos: 5.

Referência de Tabelas

A palavra **Tabela** __ deve ser grafada em fonte 12, negritada e centralizada. Abaixo dessa referência segue-se o **título da tabela**, que deve ser grafado sem negrito e centralizada. A fonte, posicionada abaixo da batela deve ser grafada em **fonte 10**, normal.

Referência de Gráficos e Quadros

O **título** posicionado **abaixo**, em fonte 10, normal, assim como a **Fonte**.

Contato com a Comissão Editorial: emsiqueira@terra.com.br ou www.ihgmt.org.br

Revisão dos Textos

Cabe aos autores proceder à revisão de seus artigos, fazendo-o **antes** de submetê-lo ao julgamento de mérito. Caso deseje que os revisores da RIHGMT façam este trabalho, encaminhar para a Comissão solicitando os serviços (R\$ 10,00 por página)

Processo Avaliativo

São órgãos de gestão da Revista do IHGMT: o Conselho Editorial e o Conselho Consultivo. Cabe ao primeiro receber e selecionar os artigos relativos às diversas seções do periódico. Cabe ao Conselho Consultivo a elaboração de pareceres sobre as contribuições submetidas para fins de publicação, podendo ainda o Conselho Editorial submeter-lhe outros assuntos de interesse da Revista. Os membros do Conselho Consultivo receberão formulário para apreciação do material encaminhado. A publicação de toda e qualquer colaboração dependerá da observância das Normas Editoriais e da avaliação dos Conselhos Editorial e Consultivo.

Os artigos cujo parecer for positivo com indicação de sugestões para reformulação deverão ser encaminhados aos autores para os devidos ajustes, num prazo de 10 dias a contar da data da remessa. Deverão os mesmos, após reformulação, ser reencaminhados ao mesmo parecerista para avaliação final. A publicação da matéria implica na cessão integral dos direitos autorais à Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. As ideias e opiniões expressas nos artigos são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Distribuição dos exemplares

Os membros dos Conselhos Editorial, Consultivo e autores receberão 10 (dez) exemplares da Revista, quando impressa e uma cópia em CD-ROM personalizado, gravada em pdf, quando digitalizadas. Aos autores de notícias, discursos e documentação e resenhas críticas receberão 3 (três) exemplares, quando impressa, ou um CD-ROM, no caso de digitalizada.

Serão desconsideradas as contribuições que não se enquadrarem nas regras.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso: Ficha para assinatura/aquisição/permuta

Anual R\$ 40,00 Anos Anteriores R\$ 20,00 cada Permuta

Nome:

Data de nascimento:

RG:

CPF/CNPJ:

Endereço:

Bairro:

Cidade:

Estado:

E-mail:

Data:

